

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

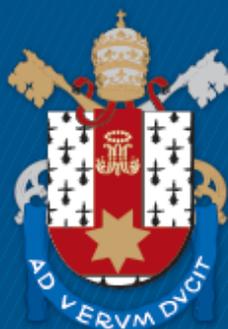
GEÓRGIA PELISSARO DOS SANTOS

ESTRUTURA DE MOBILIZAÇÃO MIDIÁTICA

A cobertura de Veja durante o ciclo de protestos do Impeachment (2014-2016)

Porto Alegre
2019

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

GEÓRGIA PELISSARO DOS SANTOS

ESTRUTURA DE MOBILIZAÇÃO MUDIÁTICA
A cobertura de Veja durante o ciclo de protestos do Impeachment
(2014-2016)

Porto Alegre

2019

GEÓRGIA PELISSARO DOS SANTOS

ESTRUTURA DE MOBILIZAÇÃO MUDIÁTICA

**A cobertura de Veja durante o ciclo de protestos do Impeachment
(2014-2016)**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutora em Ciências Sociais, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Escola de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Teresa Cristina Schneider Marques

Porto Alegre
2019

S237e Santos, Geórgia Pelissaro dos

Estrutura de Mobilização Midiática : A cobertura de Veja durante o ciclo de protestos do Impeachment (2014-2016) / Geórgia Pelissaro dos Santos . – 2019.

332.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Teresa Cristina Schneider Marques.

1. Confronto Político. 2. Ciclos de protesto. 3. Mídia. 4. Mobilização. 5. Impeachment Dilma. I. Marques, Teresa Cristina Schneider. II. Título.

GEÓRGIA PELISSARO DOS SANTOS

ESTRUTURA DE MOBILIZAÇÃO MUDIÁTICA

**A cobertura de Veja durante o ciclo de protestos do Impeachment
(2014-2016)**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutora em Ciências Sociais, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Escola de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Aprovada em _____

Profa. Dra. Teresa Cristina Schneider Marques – PUCRS
(orientadora)

Profa. Dra. Monika Weronika Dowbor - UNISINOS

Prof. Dr. Juremir Machado da Silva – PUCRS

Prof. Dr. Rafael Machado Madeira – PUCRS

Porto Alegre
2019

Ao jornalismo independente

AGRADECIMENTOS

Essas centenas de páginas são resultado de um incômodo, do desconforto que eu senti enquanto repórter que cobria os protestos de junho de 2013. Eu não sabia o que estava acontecendo, eu não entendia o que estava acontecendo. Meus colegas também não sabiam e isso se refletiu na cobertura. Então eu decidi que me dedicaria a estudar a relação da mídia com protestos e o impacto dessa relação na democracia. Creio que consegui realizar uma parte disso, mas não sozinha.

Absolutamente nenhuma etapa desta pesquisa – ou da minha vida – teria sido possível sem o apoio dos meus pais, Jorge e Gertrudes, a quem agradeço profundamente por todo o amor desde sempre. Obrigada pelo apoio financeiro, sim, mas obrigada sobretudo pelo apoio emocional que recebi ao longo desse processo difícil. Só vocês poderiam ter feito isso com tanto carinho e cuidado com uma filha temperamental e profundamente ansiosa. Obrigada, do fundo do meu coração, pelo alicerce da minha rede de apoio. Da melhor rede de apoio que alguém poderia querer. Chegar a esse momento é um sonho antigo e vocês permitiram que eu o alcançasse. Obrigada. Por tudo.

Da mesma forma, agradeço ao meu marido e parceiro, Cléber, pelo suporte ao longo desses quatro anos de tese. Obrigada pelo amor, pelo carinho e pela compreensão quando precisei ficar quase seis meses fora do país para aprimorar a pesquisa. Obrigada, inclusive, por ler dezenas de colunas de Veja – sem reclamar, diga-se – e me auxiliar com a categorização das unidades da pesquisa. Tu foste incrível durante esse tempo, sem nunca recuar no apoio. Obrigada, obrigada por estar ao meu lado, por compartilhar a vida e os sonhos comigo. Por querer o mesmo mundo que eu.

Obrigada, ainda, a toda a minha família. Vô Orozimbo, vó Damaris, tia Marta, dinda Ani, dindo Lino, Nanda, Ronaldo, Helô, Raquel, Gonzaga, Benjamin e Tom. E um agradecimento especial à Vic, prima e afilhada e amiga que me ajudou a digitalizar dezenas de edições de Veja para o trabalho. Obrigada, também, a todas as minhas amigas e amigos, especialmente os colegas do Vós, que aguardaram pacientemente que eu finalizasse a pesquisa para poder voltar ao trabalho.

Um agradecimento mais do que especial a minha orientadora, professora Teresa Cristina Schneider Marques, que entendeu o que eu queria fazer desde o início, me acolheu e me apresentou à teoria do Confronto Político. Mais do que isso,

foi essencial para que eu passasse a ver o mundo a partir da perspectiva de uma cientista política. Obrigada, Teresa, por toda a ajuda e dedicação ao meu trabalho.

Também quero agradecer profundamente ao professor David S. Meyer, da Universidade da Califórnia – Irvine (UCI), onde passei quatro meses em período de Doutorado Sanduíche. Ele foi fundamental para que eu compreendesse o núcleo da teoria do Confronto Político e, como ninguém, conseguiu conectar a minha visão de jornalista à das Ciências Sociais. O professor Meyer me recebeu com muito carinho e foi imprescindível para que eu me tornasse, também, uma pesquisadora melhor, além de aumentar meu repertório. Obrigada, professor, pela generosidade e atenção durante esse tempo todo.

O meu muito obrigada também à Shani Brasier, secretária administrativa do Center for the Study of Democracy da UCI, que não mediu esforços para me ajudar e me fez sentir em casa. Uma amiga para a vida toda, assim como a Janaína Maudonnet, com quem dividi o espaço e as angústias sobre a pesquisa e, principalmente, sobre o futuro político do Brasil.

Finalmente, obrigada aos professores Monika Dowbor, Juremir Machado da Silva – que me acompanha desde a graduação – e Rafael Machado Madeira pelo tempo que dedicaram a avaliar essa produção tão importante para mim. Um agradecimento também aos professores Luciana Tatagiba e Marcelo Kunrath pelos apontamentos que ajudaram a corrigir os rumos da pesquisa de forma construtiva.

Agradeço, ainda, à Rosane Andrade, secretária do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da PUCRS, e a toda a equipe de professores do PPGCS. Obrigada à PUCRS e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo Programa de Suporte a Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Ensino Particulares (PROSUC) e Programa Institucional de Doutorado-sanduíche no Exterior (PDSE). Que o apoio à pesquisa, fundamental para o desenvolvimento do país e de uma sociedade crítica, seja retomado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001

Se você vier me perguntar por onde andei
No tempo em que você sonhava
De olhos abertos, lhe direi
Amigo, eu me desesperava

A Palo Seco, Belchior

RESUMO

O tema central do trabalho é a atuação da mídia na construção de ciclos de protesto (TARROW, 2011). A ideia por trás da pesquisa era identificar a função exercida pelo sistema midiático brasileiro na (co)produção dos eventos do Ciclo do Impeachment, que ocorreu entre 2014 e 2016 e reivindicou a saída da presidenta Dilma Rousseff. Com base no entendimento de que a mídia age como um sistema de poder capaz de exercer controle social (GANS, 1979), partiu-se da hipótese de que, na ocasião, o sistema midiático brasileiro assumiu parcialmente as funções geralmente desempenhadas por outras organizações para mobilizar o protesto das direitas. Foram escrutinadas 67 edições da revista *Veja*, escolhida como uma representação do todo, utilizando a técnica da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2004), combinando as abordagens quantitativa e qualitativa para sistematização e interpretação dos dados. Os resultados indicam que *Veja* construiu e sustentou o *master frame* (SNOW e BENFORD, 1992) que colocou a corrupção como o problema central do Brasil naquele momento e, a partir dele, assumiu papel importante na mobilização do “Fora Dilma!”. Por meio de um processo de alinhamento (SNOW e BENFORD, 1986), o semanário atribuiu ao Partido dos Trabalhadores (PT) a responsabilidade pela corrupção. Desta forma, a sugestão da ação coletiva como forma de pressionar o governo aconteceu naturalmente. *Veja* ainda promoveu uma extensão do *frame* ao apresentar o impeachment como a melhor alternativa para solucionar o problema. Esse processo ainda possibilitou a recuperação da identidade da direita brasileira, que se fortaleceu com a apropriação da luta contra a corrupção. O trabalho oferece uma visão complementar à Teoria do Confronto Político (TILLY e TARROW, 2007), mostrando que a mídia pode ser um ator central em processos de mobilização do consenso e da ação (KLANDERMANS, 1988) por meio do que chamamos de Estrutura de Mobilização Midiática (EMM). Também avança na proposta do paradigma do protesto ao mostrar que a atitude da mídia não é negativa com relação a protestos em si, mas a protestos que desafiem a autoridade e legitimidade de uma agenda político-ideológica que dá sustentação à elite econômica do país.

Palavras-chave: Confronto Político; ciclos de protesto; mídia; jornalismo; framing; mobilização; mobilização de consenso; mobilização de ação; impeachment; protestos de direita; Brasil.

ABSTRACT

The central goal of this project is to understand what role the media can play when it comes to building protest cycles (TARROW, 2011). The idea behind this research is to identify if and how mainstream media (co)produced the Impeachment Cycle in Brazil – held between 2014 and 2016 to claim President Dilma Rousseff's impeachment. Based on the understanding that the media as a whole is a system of power capable of exerting social control (GANS, 1979), the hypothesis was built upon the idea that, at the time, media outlets took on part of the role generally performed by other organizations to mobilize right-wing protests. *Veja* magazine was chosen as a representation of Brazilian mainstream media and 67 issues were scrutinized using the Content Analysis technique (BARDIN, 2004), combining quantitative and qualitative approaches to systematize and decode the data. The results indicate that *Veja* strengthened the master frame (SNOW and BENFORD, 1992) that placed corruption as the central problem in Brazil at that time and, from it, became an important actor when it came to mobilize the events now known as "Fora, Dilma!" [Dilma Out!]. Through an alignment process (SNOW and BENFORD, 1986), *Veja* assigned the responsibility for corruption to the Workers Party (PT). Thus, the suggestion of collective action as a way to pressure the government came naturally. *Veja* also promoted a frame extension by presenting the impeachment as the best alternative to solve the problem. This process enabled the recovery of Brazilian right-wing identity, strengthened by the appropriation of the anti-corruption narrative. Therefore, the dissertation offers a complementary view to the Contentious Politics (TILLY and TARROW, 2007) approach, showing that mainstream media can actually play a central role in mobilization processes – both consensus and action mobilization (KLANDERMANS, 1988) – through what we call Media Mobilizing Structure (MMS). Also advances on the protest paradigm idea by showing that the media attitude toward protests is not negative by itself, but it is negative toward protests that dare to challenge the authority and legitimacy of a political and ideological agenda that underpins the country's economic elite.

Keywords: Contentious Politics; protest cycles; media; journalism; framing; mobilization; consensus mobilization; action mobilization; impeachment; right-wing protest; Brazil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - O significado de uma babá	19
Figura 1 - Elementos do Confronto Político	33
Quadro 1 - Protestos da direita durante o Ciclo do Impeachment	54
Quadro 2 - Comparativo entre o Ciclo do Impeachment e ciclos passados ...	59
Figura 2 - Oportunidades para mobilização	110
Figura 3 - Mobilização do consenso pela mídia	116
Figura 4 - Mobilização de ação pela mídia	120
Figura 5 - Estrutura de Mobilização Midiática (EMM)	120
Imagem 2 - Capa de Veja utilizada como cartaz em protesto do Ciclo do Impeachment	136
Gráfico 1 - Frequência do tema corrupção na capa de Veja	137
Gráfico 2 - Frequência do tema corrupção no editorial de Veja	138
Gráfico 3 - Frequência do tema corrupção na entrevista principal de Veja	138
Gráfico 4 - Frequência do tema corrupção nas colunas de opinião de Veja ..	139
Gráfico 5 - Frequência do tema corrupção nas reportagens de Veja	140
Tabela 2 - Confiança dos brasileiros em partidos políticos	141
Gráfico 6 - Frequência do alinhamento do máster frame ao antipetismo na capa de Veja	143
Gráfico 7 - Frequência do alinhamento do máster frame ao antipetismo no editorial de Veja	144
Gráfico 8 - Frequência do alinhamento do máster frame ao antipetismo na entrevista principal de Veja	144
Gráfico 9 - Frequência do alinhamento do máster frame ao antipetismo nas colunas de opinião de Veja	145
Gráfico 10 - Frequência do alinhamento do máster frame ao antipetismo nas reportagens de Veja	146
Gráfico 11 - Opinião sobre envolvimento de alguns partidos políticos em casos de corrupção	149
Gráfico 12 - Evolução da percepção da corrupção como o principal problema do Brasil	150
Gráfico 13 - Opinião sobre corrupção x frequência do frame	151

Gráfico 14 - Reprovação do Governo Dilma em comparação com a frequência de aparição dos temas corrupção e antipetismo em Veja	154
Gráfico 15 - Frequência do tema protesto na capa, editorial e entrevista	161
Gráfico 16 – Frequência do tema protesto nas colunas e reportagens.....	162
Imagem 3 - Reprodução de montagem em editorial da revista Veja	164
Gráfico 17 - Frequência do tema impeachment na capa, editorial e entrevista de Veja	165
Gráfico 18 - Frequência do tema impeachment nas colunas e reportagens .	166
Imagem 4 - Capa da revista Veja de 30 de abril de 2014	194
Imagem 5 - Capas de Veja em outubro de 2014	195
Gráfico 19 - Média da frequência de aparição do tema corrupção na revista Veja ao longo do tempo	197
Imagem 6 – O máster frame da corrupção nas capas de Veja	198
Imagem 7 – Veja mobilizando o consenso	199
Imagem 8 – O alinhamento de frames nas capas de Veja	200
Imagem 9 – O antipetismo nas capas de Veja	202
Imagem 10 – Protesto e impeachment nas capas de Veja	203
Imagem 11 – Motivação para a ação em Veja	205
Gráfico 20 - Média da frequência de aparição do tema protesto em Veja ao longo do tempo	206
Gráfico 21 - Média da frequência de aparição do tema impeachment em Veja ao longo do tempo	207
Imagem 12 – Legalidade do protesto em Veja	212
Imagem 13 – Editorial de Veja em 30 de março de 2016.....	213
Imagem 14 – Número de participantes eram superestimados em Veja	214
Imagem 15 – Apoio aos protestos em Veja	216
Imagem 16 – Os manifestantes nas páginas de Veja	217
Imagem 17 – Atividades performáticas durante os protestos	218

LISTA DE SIGLAS

AC - Análise de Conteúdo
Arena - Aliança Renovadora Nacional
BSI - Banca della Svizzera Italiana
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CP - Confronto Político
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DEM - Democratas
DF - Instituto Datafolha
EMM - Estrutura de Mobilização Midiática
FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI - Fundo Monetário Internacional
FSP - Folha de São Paulo
MBL - Movimento Brasil Livre
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
ND - Não divulgado
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
ONG - Organização Não Governamental
ORG - Organizadores
PDS - Partido Democrático Social
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PLJ - Partido da Lava-Jato
PM - Polícia Militar
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNBE - Pensamento Nacional das Bases Empresariais
PP - Partido Progressista
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
ROL - Revoltados Online

STF - Supremo Tribunal Federal
TCU - Tribunal de Contas da União
TSE - Tribunal Superior Eleitoral
Unifesp - Universidade Federal de São Paulo
USP - Universidade de São Paulo
VPR - Vem Para Rua
OWS - Occupy Wall Street
EOP - Estrutura de Oportunidade Política
PRN - Partido da Reconstrução Nacional
PSL - Partido Social Liberal
SP - São Paulo
TMR - Teoria da Mobilização de Recursos
TPP - Teoria do Processo Político
TNMS - Teoria dos Novos Movimentos Sociais
APMs - Associações de Pais e Mestres

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 CONFRONTO POLÍTICO NO BRASIL	31
1.1 Confronto Político	31
1.2 Protesto no Brasil - Diretas Já, Fora Collor e as Jornadas de Junho	41
1.3 Ciclo do Impeachment (2014-2016)	51
2 CONFRONTO NA MÍDIA	62
2.1 A cobertura de protesto no Brasil	63
2.1.1 Rotinas de produção do jornalismo	69
2.2 Controle social da mídia	76
2.3 Framing - Enquadrando o protesto	82
3 ESTRUTURA DE MOBILIZAÇÃO MIDIÁTICA (EMM)	91
3.1 Estruturas de mobilização	94
3.2 Mobilização do consenso e ação	99
3.3 Modelo da Estrutura de Mobilização Midiática (EMM)	105
3.3.1 Oportunidade para mobilização (mesomobilização)	107
3.3.2 Mobilização do consenso (micromobilização)	111
3.3.3 Mobilização de ação (micromobilização)	116
4 MOBILIZANDO O CONSENSO DO CICLO DO IMPEACHMENT	122
4.1 Metodologia do consenso	123
4.2 Revista Veja	130
4.3 Construindo o máster frame da corrupção	134
4.3.1 Alinhamento de frames	141
4.3.2 Ressonância de frames	147
5 MOBILIZANDO A AÇÃO DO CICLO DO IMPEACHMENT	155
5.1 Metodologia da ação	156
5.2 Mobilizando a ação	159
5.2.1 Motivação para a ação	167
5.2.2 Persuasão para a ação	185

6 DESAFIANDO PARADIGMAS	191
6.1 Estrutura de Mobilização Midiática de Veja	191
6.2 Desafiando o paradigma do protesto	207
CONCLUSÃO	220
REFERÊNCIAS	231
APÊNDICE A - Lista das edições de Veja	244
APÊNDICE B - Roteiro de pesquisa – categorias <i>corrupção e antipetismo</i>	246
APÊNDICE C - Frequência de aparição – Categoria <i>corrupção</i>	247
APÊNDICE D - Frequência de Aparição – Categoria <i>antipetismo</i>	249
APÊNDICE E - Unitarização – Categoria <i>corrupção</i>	251
APÊNDICE F - Unitarização – Categoria <i>antipetismo</i>	272
APÊNDICE G - Roteiro de pesquisa - Categorias <i>impeachment e protesto</i>	295
APÊNDICE H - Frequência De Aparição – Categoria <i>impeachment</i>	296
APÊNDICE I - Frequência de Aparição – Categoria <i>protesto</i>	298
APÊNDICE J - Unitarização – Categoria <i>impeachment</i>	300
APÊNDICE L - Unitarização – Categoria <i>protesto</i>	310
APÊNDICE M - Unitarização – Vocabulários de Motivos	320

Introdução

Ao dar centralidade ao tema da atuação da mídia na construção de ciclos de protesto, deparamos com o fato de que, no Brasil, o sistema midiático hegemônico pode ter sido um ator importante para o sucesso das mobilizações que reuniram milhões pessoas em todo o país para reivindicar o fim do governo de Dilma Rousseff. E no nosso entendimento, a revista *Veja*, cujas capas estavam estampadas em cartazes erguidos por manifestantes, seria o representante ideal para analisar o movimento desse sistema. Tendo isso em mente, nos dispomos a testar a hipótese de que a publicação da Editora Abril se apropriou do *máster frame* (SNOW e BENFORD, 1988) que elege a corrupção como o principal problema do Brasil e fortaleceu a ideia amplamente difundida de que a maioria dos políticos brasileiros é corrupta para promover uma amplificação de frames (SNOW e BENFORD, 1986) e responsabilizar, quase que exclusivamente, o Partido dos Trabalhadores (PT) e seus principais líderes pelo problema. Com essa conjuntura, *Veja* pode ter sido um ator central na mobilização do consenso e da ação (KLANDERMANS, 1988) dos protestos do Ciclo do Impeachment, que ocorreu entre 2014 e 2016, ao sugerir a saída de Dilma como a única alternativa para estancar a corrupção e a ação coletiva como elemento de pressão fundamental.

Geralmente, uma imagem, apenas, não é suficiente para condensar uma realidade tão complexa quanto a do Brasil no período do Ciclo de protestos em questão. Mas há uma fotografia bastante simbólica. Ela retrata um casal que passeia pelas ruas do Rio de Janeiro com seu cãozinho, que parece ser um Lulu da Pomerânia branco, resguardado por uma guia azul. Ambos de pele clara, o homem e a mulher vestem camisetas do Flamengo. Mas não era o tradicional manto rubro-negro. No lugar do vermelho e preto estão o verde e o amarelo da bandeira brasileira, uma homenagem à Seleção Canarinho em edição limitada. Os tênis da marca Adidas da mulher seguem a mesma paleta de cores. A dupla caminha por uma rua em que, aparentemente, não há trânsito de veículos e olha para trás. Em um carrinho de bebês duplo, duas meninas parecem atentas às pessoas que, ao que a imagem indica, devem ser seu pai e sua mãe. Uma delas, a maior, veste uma camisa da Seleção Brasileira de Futebol e um sapatinho branco com pompons verdes e amarelos. A outra, a menor, ainda com uma chupeta na boca, veste uma calça azul e uma blusinha também amarela. A empurrar os carrinhos, uma babá. De

pele negra, a empregada veste um uniforme branco da cabeça aos pés. Parecia apenas um passeio de domingo de uma família de classe média alta, mas não era. O grupo estava a caminho, justamente, de um protesto.

Imagem 1 – O significado de uma babá



FONTE: VEJA, Imagem da Semana. Foto - João Valadares/CB/D.A.Press; Capa: André Coelho/AG. O Globo.

O protesto em questão ocorreu em 13 de março de 2016 em todas as capitais do país – e centenas de outras cidades brasileiras. Foi organizado para reivindicar o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (PT) – reeleita para um segundo mandato em outubro de 2014 –, sob o argumento da institucionalização da corrupção no governo e dos escândalos revelados pela Operação Lava-Jato.

A cena da foto publicada na Edição 2470 da Revista Veja¹², do dia 23 de março de 2016, não é o que se espera encontrar quando se pensa em Confronto Político (TILLY e TARROW, 2007). Afinal, jovens casais da elite brasileira não

¹ REVISTA VEJA. **O significado de uma babá**. Editora Abril, edição 2470, ano 49, nº12, 23 de março de 2016, p.32-33.

² Todas as edições escrutinadas para esta pesquisa estão listadas e disponíveis para consulta no Apêndice A, portanto, a partir deste momento, não vamos especificar a referência de cada edição citada no texto.

³ **Dois Países, Uma Manifestação: A Avenida Paulista e o Brasil**, edição 2016. Disponível para consulta no Apêndice A, portanto, a partir deste momento, não vamos especificar a referência de cada edição citada no texto.

costumam fazer parte dos atores de uma mobilização. Assim como participar de uma manifestação com uma babá uniformizada e crianças pequenas não faz parte do repertório de ação padrão. Mas para o jornalista Diogo Schelp, que assina o texto intitulado “O significado de uma babá” na mesma edição, apontar a inconsistência da imagem é uma tentativa ideológica de usar a foto acima para desmerecer os protestos. “Haja elite branca com seus cãesinhos e seus empregados para encher as ruas com a maior massa humana em um dia de manifestações da história do país” (2016, p.33).

De fato, era o maior protesto já registrado no país. De acordo com levantamento do Instituto Datafolha, somente na Avenida Paulista, o público chegou a 500 mil pessoas³. Mas também era um protesto da elite. E era um protesto diferente. Apesar dos familiares megafones, carros de som, faixas e cartazes, o evento fora realizado em um domingo para, supostamente, não causar transtornos; manifestantes tiravam *selfies* com policiais militares e não sofriam repressão do aparato do Estado; o público era formado por socialites maquiadas e com o cabelo impecavelmente arrumado, que desfilavam inclusive modelos customizados com lantejoulas douradas e levavam à tiracolo animais de estimação vestidos e enfeitados com base na paleta de cores patriota. De forma inédita no período democrático, a direita e a elite brasileiras estavam nas ruas e exigiam “Fora, Dilma”; “Fora, PT”; “Fora, Corruptos”. Em coro e como sinônimos.

As reivindicações eram reflexo de um pensamento que estava sendo construído há anos (TATAGIBA, 2015): que a corrupção era o maior problema do país e o PT era o responsável por ela. Um ano antes, em uma manifestação que reuniu 210 mil pessoas na Avenida Paulista – e outras milhares em todas as capitais e centenas de cidades do país –, segundo o Datafolha⁴, 47% dos participantes foram às ruas para protestar contra a corrupção; 27% pelo impeachment de Dilma; 20% contra o PT.

O protesto de 15 de março de 2015 foi o primeiro evento de grande porte⁵ do que chamamos de *Ciclo do Impeachment*, período que começou após o primeiro turno do pleito que reelegera Dilma e terminou com saída da presidente menos de

³ DATAFOLHA. **Manifestação Avenida Paulista**. 13 de março de 2016. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/03/14/manifestacao_13_03_2016.pdf> Acesso em: 19 de outubro de 2018.

⁴ DATAFOLHA. **Manifestação Avenida Paulista**. 15 de março de 2015. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/03/17/manifestacao-15-03.pdf>> Acesso em 19 de outubro de 2018.

⁵ Consideramos de grande porte os eventos que tenham contabilizado um público superior a 100mil pessoas, segundo o Instituto Datafolha.

dois anos depois. Entre outubro de 2014 e agosto de 2016, grupos vinculados à direita, principalmente o Vem Pra Rua (VPR), Movimento Brasil Livre (MBL) e Revoltados OnLine (ROL), utilizaram a ação coletiva para levar suas reivindicações às ruas em diversas ocasiões. Alguns dos eventos do *Fora, Dilma* reuniram centenas de milhares de pessoas com uma capilaridade que atingiu a todos os estados do Brasil.

Mas o êxito também desperta a curiosidade sobre a estrutura de mobilização por trás de eventos tão grandiosos, afinal, as organizações que se colocaram à frente dos protestos não tinham tradição no campo das manifestações populares. Eram, à época, “organizações sem lastro social, sem reconhecimento político e com frágil capacidade de produzir um debate qualificado em torno de suas demandas” (TATAGIBA et al, 2015, p.205). Pesquisa conduzida pelo Datafolha após a manifestação do dia 15 de março indicou que 91% das pessoas disse não participar de nenhum grupo organizador do protesto. Com relação ao evento do dia 13 de março de 2016, o índice subiu para 94%. Isso faz com que seja imperativo buscar as conexões menos evidentes que sustentaram, por quase dois anos, as mobilizações da direita⁶ brasileira. E a reação “protetora” de Veja à foto da babá é um indicativo forte de que a mídia tradicional pode ter tido um papel importante no sucesso do Ciclo do Impeachment.

Estudo realizado pelos professores Pablo Ortellado e Ester Solano⁷ durante protesto no dia 12 de abril de 2015, que reuniu 100 mil pessoas em São Paulo, segundo o Datafolha, indica que apesar de confiarem pouco na imprensa de maneira geral (21% confiam muito; 57,8% confiam pouco), os manifestantes ainda preferiam a mídia tradicional às redes sociais, dentre as quais apenas o Facebook se destacou, já que 47,3% das pessoas afirmaram *utilizar muito* a rede como fonte de informação – contra 6,7% do Twitter e 26,6% do WhatsApp. Ainda assim, a mídia tradicional ficou com 56,2% da fatia. E dentre os veículos tradicionais, a revista Veja tem a *total confiança* de 51,8% das pessoas. A tendência se repetiu na pesquisa realizada no protesto de 13 de março de 2016, que indicou que os manifestantes

⁶ Ao nos referirmos à direita, é importante destacar que a expressão diz respeito a eventos de protesto que não foram convocados ou estejam vinculados, de alguma forma, a organizações de esquerda. A localização à direita ou esquerda é aferida, portanto, a partir de um aspecto relacional. “Aqui, é a análise da agenda política específica de um país, ou conjunto de países, que se constitui em profícuo instrumento para se mensurar [...] quais são os principais elementos que definem esquerda e direita em um determinado contexto.” (MADEIRA e TAROUÇO, 2011, p.177).

⁷ **Pesquisa com os participantes da manifestação do dia 12 de abril de 2015 sobre confiança no sistema político e fontes de informação.** Disponível em: <<https://gopai.usp.br/pesquisa/120415/>> Acesso em: 27 de maro de 2019.

pró-impeachment destacaram a imprensa escrita como a mais importante e, novamente, a revista *Veja* foi a mais lembrada. A partir desses indicadores, dedicamo-nos, então, a uma pesquisa cujo tema é a atuação da mídia na construção de eventos de protesto.

A ideia é identificar, por meio da análise de textos jornalísticos, a função exercida pelo sistema midiático brasileiro na produção dos protestos que pediam o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Procuramos responder mais especificamente qual foi o papel da Revista *Veja* na construção das manifestações do campo da direita conhecidas como *Fora, Dilma* – cujos eventos mais emblemáticos ocorreram nos dias 15 de março de 2015 e 13 de março de 2016. A ambição não é quantificar a responsabilidade da mídia, não é atribuir peso, e sim entender qual a função abraçada pelo sistema midiático na mobilização.

A mídia comercial brasileira tem caráter hegemônico uma vez que os meios de comunicação são controlados por poucas pessoas – ou poucos grupos. Isso faz com que haja um padrão de similaridade entre os veículos mais importantes do país com relação à forma e, principalmente, ao conteúdo. Por esse motivo escolhemos a Revista *Veja* para compor o *corpus* da análise como uma representação adequada do sistema midiático comercial brasileiro, como um *proxy*. *Veja* está diretamente ligada ao poder econômico da editora Abril, que não é diferente do poder econômico das empresas Globo, Record ou qualquer outro grande grupo de comunicação de massa no Brasil. Por isso, a revista é apropriada para representar a mídia comercial brasileira, por estar submetida à mesma lógica política e econômica dos grandes conglomerados midiáticos do país.

Fundada em 1968, *Veja* é o veículo impresso de maior abrangência no Brasil. Também é a revista semanal com mais audiência no país⁸ e, segundo projeções oficiais, chega a atingir 6 milhões de pessoas por semana⁹. Mas além da importância de *Veja* enquanto um meio de circunscrição importante no jornalismo brasileiro, há a particularidade de se analisar um texto de revista que, segundo Benetti (2013), constitui um modo bastante específico de discurso jornalístico uma vez que constrói sentido de forma lenta e repetida. Isso faz com que a escrita jornalística em revista adquira características únicas, especialmente porque contribui

⁸ Índice Verificador de Circulação (IVC). Agosto, 2018. Disponível em: <http://publiabril.abril.com.br/marcas/veja> Acesso em: 31 de maio de 2019.

⁹ Ipsos Connect - EGM Multimídia – 9 Mercados – Consolidado 2016. Disponível em: <http://publiabril.abril.com.br/marcas/veja> Acesso em: 31 de maio de 2019.

para formar a opinião pública. A revista ainda tem certa liberdade editorial, segundo a autora, que permite flexibilizar parâmetros e estabelecer uma relação diferente com o público, com apelo direto e emocional. Isso significa que é possível identificar um padrão em que tanto as forças ideológicas quanto as forças comerciais ficam muito mais evidentes, algo determinante para a nossa pesquisa, que parte do princípio que a neutralidade não existe uma vez que os meios de comunicação de massa existem em determinado contexto sócio-político enquanto um sistema de poder capaz de atuar como agente de controle social (GANS, 1979). Tanto é assim que Veja se orgulha do fato de que seus jornalistas “não se limitam ao conforto da imparcialidade¹⁰.”

A nossa hipótese é de que a mídia tradicional, por meio de enquadramentos interpretativos (SNOW e BENFORD, 1988), assumiu parcialmente as funções normalmente desempenhadas por movimentos sociais e outras organizações políticas no que tange à mobilização do protesto, tornando-se um ator importante nesse processo. Suspeitamos que isso tenha acontecido em duas fases.

Primeiro, com o término do processo eleitoral que culminou com a vitória acanhada (51,6% dos votos válidos) da candidata do PT e com a reação quase instantânea da oposição – que pediu a cassação de Dilma um mês depois do resultado da eleição –, trabalhamos com a hipótese de que a mídia se apropriou de um *master frame* (macro moldura interpretativa) que teria dado centralidade à questão da corrupção. A partir do fortalecimento desse *master frame* (SNOW e BENFORD, 1992; BENFORD e SNOW, 2000) pelo qual os eventos seriam interpretados, a mídia teria gerado uma *mobilização de consenso* (KLANDERMANS, 1988, p.176), ou seja, teria propagado de forma bem sucedida, embora não sozinha, a ideia de que a corrupção era o maior problema do país – e que era responsabilidade do PT. Dessa forma, a mídia teria enquadrado a saída do PT, ou o *impeachment* de Dilma, como a solução para a corrupção e o protesto como a reação lógica da população. Esse último gerando a *mobilização de ação* (KLANDERMANS, 1988). Portanto, supomos que a mídia pode ter mobilizado o consenso e encorajado a ação. O enquadramento revelaria, assim, não apenas uma atitude positiva da mídia com relação aos protestos que ocorreram entre 2014 e 2016 como evidenciariam um apelo para participar dos eventos.

¹⁰ PUBLIABRIL. **Missão de Veja**. Disponível em: <http://publiabril.abril.com.br/marcas/veja/plataformas/revista-impressa> Acesso em: 19 de maio de 2019.

A consolidação desse *master frame* e o alinhamento decorrente podem indicar, ainda, uma segunda hipótese de que a mídia pode ter colaborado para criar um ambiente propício à reconstrução e reapropriação da identidade da elite e da direita brasileiras.

Goffman (1974) definiu os frames como esquemas de interpretação que permitem rotular, organizar e interpretar informações, experiências e o mundo, de maneira geral. Snow e Benford (1988) argumentam que a atividade de enquadramento – e as teias de ideias que resultam desse processo – é crucial para o surgimento de um ciclo de protesto. Mas, comumente, a mídia não é estudada como um ator particularmente importante nessa dinâmica. O que não significa que a ação da mídia tenha sido negligenciada nos estudos de movimentos sociais e do Confronto Político (TILLY e TARROW, 2007). Além de Tilly (1975), que deu início à coleção de catálogos de eventos de protesto construída a partir de jornais, inúmeros pesquisadores ainda se concentraram em como os movimentos tentam obter cobertura midiática (FERREE, GAMSON, GERHARDS e RUCHT, 2002; GARNER, 1987; ROHLINGER, 2015). Gitlin (1980) foi um dos primeiros a analisar justamente o papel do enquadramento da mídia em protestos. O autor descobriu que os dispositivos de *framing* usados pelos veículos de comunicação norte-americanos durante as ações contra a Guerra do Vietnã incluíam trivialização, marginalização, subcontagem de manifestantes, negação da efetividade e exagero com relação às ameaças que o movimento oferecia à sociedade por meio do destaque à presença de comunistas nas ações.

Nessa linha, estudiosos desenvolveram o conceito do paradigma do protesto (*protest paradigm*) da mídia (DETENBER; GOTLIEB; MCLEOD; MALINKINA, 2010; XU, 2013), que indica que as coberturas jornalísticas criam enquadramentos negativos das mobilizações e debilitam a influência dos protestos na opinião pública. Kaibin Xu (2013) desenvolveu uma proposta de análise da cobertura de protestos partindo da ideia que os veículos e jornalistas ignoram o contexto político e social no qual uma mobilização surge e focam a atenção exclusivamente no evento. Assim, propõe que o material jornalístico produzido durante um protesto seja avaliado a partir de seis dimensões: legalidade; performance; metas ineficazes; desaprovação pública; fontes oficiais; e impacto negativo.

Nosso objetivo, com este trabalho, é complementar essa visão. É avançar no campo que observa a ação da mídia em processos de mobilização, como os estudos

de Gamson e Wolfsfield (1993), que afirmam que a mídia é necessária para a mobilização somente porque os movimentos precisam atingir as pessoas por meio de alguma forma de discurso público; de Schmitt-Beck (1990), que menciona que a mídia tradicional pode contribuir apenas para o recrutamento; de Tarrow (2011), que inclui a mídia como parte importante da mobilização, mas que agiria apenas como filtro, facilitadora ou como barreira à ação coletiva; de McAdam e Rucht (1993), que entendem a mídia como um meio importante para a difusão geográfica de uma manifestação, mas não consideram a possibilidade de impacto na participação; de Klandermans e Oegema (1987), que afirmam que a mídia não é tão eficaz em convencer e “ativar” as pessoas; e ainda de Gamson e Meyer (1996), que reconhecem a importância da mídia como um canal de mobilização de consenso justamente em função da potencialidade de construir enquadramentos interpretativos, mas que a consideram insuficiente para a mobilização de ação.

Nossa pesquisa, porém, segue a linha dos estudos que desafiam a visão de que a mídia não teria capacidade de mobilizar a ação, como a pesquisa de Williamson, Skopol e Coggin. No livro *The Tea Party and the Remaking of Republican Conservatism* (2011), os autores afirmam que a mídia conservadora inspirou uma identidade compartilhada durante os protestos do movimento Tea Party¹¹ após as eleições de 2008. Eles indicam que emissoras como a Fox News ajudaram a criar e manter a mobilização que, sem a ação da mídia, tinha apenas laços frágeis unindo grupos locais à ativistas nacionais. De maneira similar, Orsi (2017) destaca a atuação da mídia corporativa na produção dos Cacerolazos¹² argentinos. E a análise de Walgrave e Manssens (2000) sobre a cobertura dos jornais belgas na ocasião da Marcha Branca¹³ mostra que a mídia pode, sim, agir como estrutura para mobilização de ação.

Na tentativa de avançar no desenvolvimento de um método que dê conta da importância mobilizadora da mídia em ciclos de protesto, poderíamos partir das pré-condições estabelecidas pelos autores belgas para que isso acontecesse. Segundo Walgrave e Manssens (2000), a mídia só assume um papel ativo quando 1) há um

¹¹ Os protestos do Tea Party ocorreram em 2009, nos Estados Unidos. As manifestações foram parte de um movimento político maior que tinha como alvo a administração de Barak Obama. O nome é uma referência ao Boston Tea Party, um movimento criado no século XVIII cujo principal objetivo era a redução de impostos - reivindicação que permanece com o novo movimento.

¹² Os protestos conhecidos como Cacerolazos ocorreram na Argentina, em 2012. Em 31 de maio, reuniram 10 mil pessoas somente na capital para protestar contra o governo de Cristina Kirchner.

¹³ No dia 20 de março de 1996, cerca de 275 mil pessoas participaram de uma manifestação em Bruxelas, na Bélgica, conhecida como Marcha Branca. A mobilização ocorreu após a prisão do pedófilo Marc Dutroux e a consequente descoberta de uma rede de sequestro, abuso sexual e morte de crianças. Os manifestantes pediam, além de proteção para as crianças, um sistema judiciário mais eficaz, que pudesse investigar o caso de forma independente.

claro e manifesto desacordo entre as “pessoas comuns” e as elites – e nesse caso ela assumiria o papel de defensora do povo contra as elites; 2) restringe-se a questões emocionais e simbólicas; 3) vê vantagem em assumir o controle na ausência de uma organização social; 4) a questão é relativamente simples; 5) a controvérsia é politicamente imparcial; 6) o ambiente da mídia é comercial e caracterizado pela despolitização e desideologização; 7) existe uma crise social e política, ou “tempos de perturbação”; e, por fim, quando 8) há confiança da população na mídia. Mas uma análise preliminar indica que o *Ciclo do Impeachment* ocorreu em condições distintas às assinaladas pelo estudo belga. As elites estavam nas ruas e a controvérsia estava longe de ser um assunto imparcial do ponto de vista político.

Nosso objetivo resta, então, na tentativa de avançar no estudo de Walgrave e Manssens (2000). Acreditamos que a mídia pode agir como estrutura mobilizadora ao produzir os enquadramentos em circunstâncias outras que não as descritas pelos autores, e que esses enquadramentos podem ser importantes para o surgimento de um ciclo como o que ocorreu no Brasil – considerando que o conceito de ciclo de protestos (TARROW, 2011) se refere justamente a uma fase em que os conflitos se intensificam e que a ação coletiva é difundida rapidamente. Com o entendimento de que a mídia é um sistema de poder (GITLIN, 1980) que atua como agente de controle social (GANS, 1979), nos apropriamos dos conceitos de mobilização de consenso e mobilização de ação (KLANDERMANS, 1988; KLANDERMANS e OEGEMA, 1987) para criar um modelo de análise a que chamamos de Estrutura de Mobilização Midiática (EMM), que combina as especificidades da produção do sistema midiático com as particularidades decorrentes da apropriação ou co-criação de *máster frames* para mobilização da ação coletiva.

A EMM foi inspirada na abordagem de McAdam, McCarthy e Zald (1996), que atribui importância à dinâmica entre *Oportunidades, Enquadramentos e Estruturas de Mobilização*. O modelo foi construído com base na hipótese de que a partir da abertura de *oportunidades políticas* (MEYER, 2004; 2015), o sistema de mídia pode criar um *máster frame* (SNOW e BENFORD, 1988) capaz de *mobilizar consenso e ação* (KLANDERMANS, 1988) por meio do alinhamento de enquadramentos (SNOW e BENFORD, 1986) e vocabulários de motivos (BENFORD, 1993), respectivamente.

Como dissemos, o Ciclo do Impeachment começa em outubro de 2014, após o primeiro turno das eleições que sagrariam Dilma Rousseff vencedora, e vai até

agosto de 2016, quando o processo de impeachment da petista é oficialmente finalizado. A pesquisa empírica é centrada, porém, entre outubro de 2014 e abril de 2016, quando o impeachment é autorizado pela Câmara dos Deputados por 398 votos favoráveis contra 130 votos contrários. Uma derrota avassaladora que, pela diferença numérica, praticamente selou o destino de Dilma. Durante esse ciclo foram constituídos, pelo menos, 30 eventos de protesto conhecidos como *Fora, Dilma*, ou seja, 30 episódios de ação coletiva organizados com o objetivo de reivindicar a renúncia e/ou o impeachment da presidenta. Mas a ideia não é investigar cada evento de forma individual. Em vez disso, vamos dividir a análise em dois momentos utilizando o primeiro evento de grande porte do ciclo – o protesto de 15 de março de 2015 – como referência.

A primeira etapa da pesquisa compreende o período de mobilização do consenso, entre outubro de 2014 e fevereiro de 2015. Foram escrutinadas 67 edições da revista para investigar se *Veja*, de fato, se apropriou do master frame da corrupção e o eventual alinhamento que associa o problema ao PT e seus principais líderes. Utilizamos a técnica da análise de conteúdo (BARDIN, 2004) e optamos por uma abordagem quantitativa para aferir a frequência de aparição dos temas *corrupção* e *antipetismo* nas páginas da revista. Dentre os 67 exemplares analisados, além das edições publicadas ao longo da mobilização do consenso, estão as publicações de março de 2011; março de 2012; março de 2013; e março e abril de 2014 como referência para os resultados obtidos, como se pode observar no **Apêndice A**. Também como referencial estão incluídas as edições publicadas durante a mobilização de ação – março e abril de 2015; agosto de 2015; e março e abril de 2016.

Cinco seções de cada exemplar do semanário foram escrutinadas: Capa; Editorial (Carta ao Leitor); Entrevista (Páginas Amarelas); Colunas de opinião; e Reportagens (Editoria Brasil). A frequência e atenção dada aos temas *corrupção* e *antipetismo* foi aferida a partir do reagrupamento das unidades de registro em categorias homônimas. Para medir a ressonância do frame, os resultados foram cruzados com dados referentes a pesquisas de opinião pública do Instituto Datafolha. Uma delas sobre o envolvimento de partidos políticos em casos de corrupção e outras centradas no “principal problema do país” entre os anos de 2011 – início do período de referência – e 2016.

A segunda etapa da pesquisa compreende o período de mobilização de ação,

entre março de 2015, data do primeiro protesto de grande porte do Ciclo do Impeachment, até abril de 2016, quando da aprovação do processo de impedimento de Dilma Rousseff pela Câmara. Nesta fase, foram analisadas 45 das 67 edições catalogadas no **Apêndice A**.

As edições de março e abril de 2015; agosto de 2015; e março e abril de 2016 foram escolhidas porque os picos do ciclo – em termos de número de participantes em São Paulo segundo o Datafolha – ocorreram justamente nesses meses: 15 de março de 2015 (210mil); 12 de abril de 2015 (100mil); 16 de agosto de 2015 (135mil); 13 de março de 2016 (500mil); e 17 de abril de 2016 (250mil). Os exemplares publicados entre 2011 e 2014 foram novamente utilizados como referencial.

Analisamos as mesmas cinco seções da etapa anterior e aplicamos novamente a técnica da análise de conteúdo categorial temática (BARDIN, 2004). Optamos, no entanto, por uma mescla das abordagens quantitativa e qualitativa para aferir o potencial da mídia para mobilizar a ação. Utilizamos a abordagem quantitativa para aferir frequência de aparição, desta vez, dos temas *impeachment* e *protesto* que, da mesma forma que na fase anterior, foi medida a partir do reagrupamento das unidades em categorias homônimas. Já a abordagem qualitativa foi aplicada a partir de uma análise do que Benford (1993; 2002) chama de vocabulários de motivos, que é uma das formas pelas quais o framing pode contribuir para o controle social.

Benford explica que para mobilizar e persuadir os simpatizantes a participarem da ação coletiva, os movimentos precisam empregar dispositivos linguísticos que funcionam como estímulos à ação coletiva (SNOW e BENFORD, 1988). Ou seja, é preciso construir uma narrativa que ofereça razões convincentes para as pessoas participarem de eventuais protestos. Ele identificou quatro desses dispositivos, a que ele chamou de vocabulários de motivos, como necessários para afetar a motivação: a 1) *gravidade do problema*; 2) *urgência*; 3) *eficácia da ação*; e a 4) *propriedade em agir*.

Para verificar se Veja lançou mão de vocabulários de motivos, optamos, então, por uma abordagem qualitativa da análise de conteúdo aplicada às 23 edições da amostra referente ao período de mobilização de ação (março e abril de 2015; agosto de 2015; e março e abril de 2016) e reagrupamos as unidades de registro em quatro categorias: gravidade; urgência; eficácia; e responsabilidade.

O trabalho está estruturado de forma que a identificação da EMM siga uma lógica teórico-metodológica. O capítulo **1 Confronto Político no Brasil** traz o referencial teórico do Confronto Político (TILLY e TARROW, 2008) e os conceitos de *ciclos de protesto*, *oportunidades* e *mobilização*. É neste momento em que descrevemos a história recente dos ciclos no Brasil, especificamente as manifestações de 1984, pelas Diretas Já; de 1992, pelo *impeachment* de Fernando Collor; e de Junho de 2013, que abre a oportunidade para que as mobilizações posteriores aconteçam. Ao referencial teórico segue a descrição do *Ciclo do Impeachment*, em que são destacadas duas particularidades: o fato de ser uma mobilização das elites e da direita brasileiras e, principalmente, o posicionamento positivo da mídia tradicional.

Essa distinção nos leva ao capítulo **2 Confronto na mídia**, que traz a mídia para a dinâmica do Confronto Político a partir da relação com os eventos de protesto. A primeira parte do capítulo trata, então, das particularidades da cobertura de manifestações no Brasil. Debruçamo-nos, principalmente, sobre as rotinas de produção inerentes à atividade jornalística. Na segunda parte do capítulo, focamos nas funções do jornalismo identificadas por Gans (1979), que apresenta o sistema midiático como um sistema de poder e agente de controle social. Essas são duas particularidades essenciais para que o sistema midiático possa agir enquanto estrutura mobilizadora por meio da geração ou apropriação de um *master frame*, conceito que nos leva à terceira parte do capítulo, que trata do conceito de *framing*.

É no terceiro capítulo, **3 Estrutura de Mobilização Midiática (EMM)**, que desenhamos a proposta do modelo da EMM, construída a partir da relação entre *master frames* e *ciclos de protesto* (SNOW e BENFORD, 1988) associada à criação de enquadramentos interpretativos pela mídia e a consequente *mobilização de consenso* e *ação* (KLANDERMANS, 1988; KLANDERMANS e OEGEMA, 1987; WALGRAVE e MANSSSENS, 2000). Essa elaboração dá a base para os capítulos **4 Mobilizando o consenso do Ciclo do Impeachment** e **5 Mobilizando a ação do Ciclo do Impeachment**, em que são realizadas, respectivamente, a primeira e segunda etapas da análise conteúdo. O capítulo **6 Desafiando paradigmas** é destinado, então, a discutir o paradigma do protesto (XU, 2013) e as pré-condições até então estabelecidas para o desenvolvimento da ação mobilizadora da mídia.

É importante notar que, mesmo com a produção bem sucedida de determinados enquadramentos, mobilizações de tal sorte não acontecem do nada. O *Ciclo do Impeachment* ocorreu em meio a um processo em que a direita foi desavergonhada¹⁴ e a esquerda acossada; em meio a um momento em que a violência urbana aumentara; em que o Congresso Nacional era comandado por políticos com inúmeras acusações de desvios de verbas públicas e outros crimes¹⁵; em que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva estava sob ameaça de prisão¹⁶. Mais do que isso, a crise brasileira era parte integrante de uma forte onda conservadora que se notava em âmbito internacional e de uma ampla desestabilização das bases políticas da esquerda da América Latina. Em alguns casos, houve ofensivas golpistas que não foram bem-sucedidas¹⁷; em outros, golpes contra presidentes legitimamente eleitos foram bem-sucedidos, como no caso de Dilma Rousseff no Brasil (BRINGEL, 2017, p.141) – embora o nome do processo ainda seja um conceito em disputa. Mas é justamente por isso, por esse complexo cenário de crise, que é importante ir além de uma abordagem institucional. E é exatamente o que propomos, uma investigação não-ortodoxa dos processos do Ciclo do Impeachment a partir do desenvolvimento do modelo de uma Estrutura de Mobilização Midiática (EMM) capaz de desafiar o paradigma das coberturas de protesto.

¹⁴ No início dos anos 1990, ainda sob efeito do período ditatorial, os representantes da direita brasileira não aceitavam carregar esse rótulo pois, naquele momento, ser associado à direita era estar associado à repressão da ditadura militar. O fenômeno foi percebido pelo cientista político Leôncio Martins Rodrigues, que então criou a expressão "direita envergonhada". Recentemente, no entanto, há um movimento na direção contrária, em que pessoas vinculadas à direita assumem o título orgulhosamente enquanto o grande público associa a esquerda a um período de crise política e econômica.

¹⁵ CONGRESSO EM FOCO. **Veja a lista dos parlamentares que são réus no STF**. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/veja-a-lista-dos-parlamentares-que-sao-reus-no-stf/>> Acesso em: 16 de setembro de 2018.

¹⁶ O ex-presidente foi preso em abril de 2018 pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. A prisão foi decretada pelo juiz federal Sérgio Moro, hoje ministro de Jair Bolsonaro. Ele foi condenado também em segunda instância. Ele permanece detido na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba (PR).

¹⁷ Como os processos que tentaram Hugo Chávez na Venezuela (2002); Evo Morales na Bolívia (2008); e Rafael Correa no Equador (2010) (BRINGEL, 2018, p.141)

1 Confronto Político no Brasil

Entre novembro de 2014 e agosto de 2016, novos grupos da direita brasileira assumiram a organização de, pelo menos, 30 eventos de protesto com o objetivo de tirar a então presidenta do poder. No início, oficialmente, eram marchas contra a corrupção, mas não à toa ficaram conhecidas como “Fora, Dilma”, afinal, o objetivo era reivindicar o afastamento de Dilma Rousseff – e a consequente saída do Partido dos Trabalhadores (PT) do poder, que governava o país desde 2003. Foi a primeira vez que as elites e a direita brasileiras se engajaram no Confronto Político durante o período democrático e o fizeram de forma bem sucedida. Ao longo de quase dois anos, as manifestações do Ciclo do Impeachment reuniram milhões de pessoas em todos os estados do Brasil. O protesto de 15 de março de 2015, por exemplo, reuniu 210 mil pessoas em São Paulo. Já a manifestação de 13 de março de 2016 levou 500 mil pessoas às ruas, segundo o Datafolha, e foi considerada pela mídia tradicional como a maior da história.

Neste primeiro capítulo, vamos mergulhar justamente nas especificidades desse ciclo, o contexto político e social no qual esteve inserido e seus principais eventos, atores, demandas, repertórios e performances. Antes, porém, no subcapítulo **1.1 Confronto Político**, destacamos alguns dos principais elementos do CP (TILLY e TARROW, 2008), em especial os conceitos de *ciclos de protesto*, *oportunidades* e *mobilização*, que estão no subcapítulo.

Também retomamos a história recente das manifestações populares no Brasil no item **1.2 Protesto no Brasil – Diretas Já, Fora Collor e Jornadas de Junho**, que, como o nome já diz, trata de movimentos como a campanha das Diretas Já, em 1984; o Movimento pela Ética na Política, em 1992, também conhecido como Fora Collor; e os protestos de Junho de 2013. Por fim, uma revisão cuidadosa dos fatos nos leva à terceira parte, **1.3 Ciclo do Impeachment**, que mostra que as manifestações tiveram duas particularidades: a mobilização inédita das elites e direita brasileiras e, principalmente, o posicionamento favorável da mídia tradicional.

1.1 Confronto político

Confrontos não aparecem no isolamento. Em vez disso, surgem em aglomerados (TILLY e TARROW, 2007, p.xi). Não é incomum, por exemplo, que

depois de um grande protesto em uma grande cidade, manifestantes de outros centros reproduzam a mobilização. Da mesma forma, mas em outra escala, não é incomum que depois de uma revolta em um pequeno território, ocorra outra em um país vizinho, ocasionando uma “primavera” de movimentos e reformas por toda uma região (2007, p.xi). Isso serve tanto para o episódio da Primavera Árabe, em 2011, quanto para descrever a Primavera dos Povos na Europa de 1848. É possível, ainda, aplicar a noção ao que ocorreu no Brasil na última década.

Em Junho de 2013, milhares de pessoas foram às ruas para protestar contra o aumento na tarifa do transporte público. Os protestos começaram em São Paulo – inspirados por manifestações anteriores em Porto Alegre (SILVA, 2018, p.99) –, mas em breve foram disseminados outras as capitais do país. Ou seja, uma vez iniciado o confronto em lugares estratégicos, ele foi difundido. Mas mais do que isso, as manifestações que ficaram conhecidas como Jornadas de Junho fizeram surgir novos espaços e atores que foram capazes de construir a oportunidade para o *Ciclo do Impeachment*. Tatagiba (2017, p.81) inclusive se refere aos protestos de 2015 e 2016 como “desdobramentos” das manifestações anteriores.

Mas só é possível aplicar a mesma lógica a diferentes eventos porque há um padrão. As ondas de confronto são compostas por *mecanismos* e *processos* similares, independente de quando e onde aconteçam (TILLY e TARROW, 2007, p.xi).

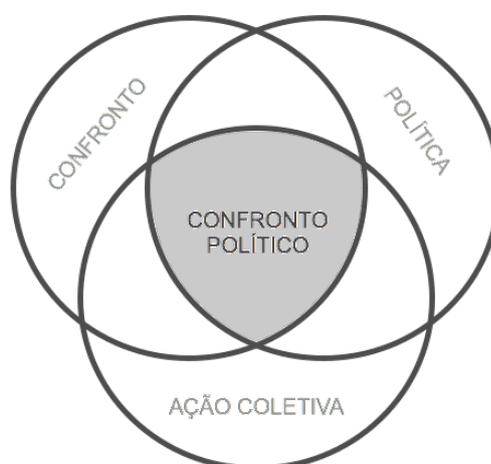
The contention politics approach looks deliberately for similarities in cause-effect relationships across a wide range of political struggles without aiming for general laws that govern all of politics. It does so through identification of crucial mechanisms and processes – you will, for example, soon meet the mechanism of brokerage and the process of mobilization – that operate in similar ways across a wide variety of conflict and cooperation¹⁸. (TILLY E TARROW, 2007, p.xii)

A abordagem do Confronto Político (CP) é construída a partir da convergência entre *confronto*, *ação coletiva* e *política* e busca identificar quais *processos* e *mecanismos* são comuns a uma grande variedade de conflitos. O que se chama de confronto político, então, nada mais é que um processo reivindicatório que pode ser identificado por meio de *seis* características específicas (TILLY E TARROW, 2007, p. 4). Ocorre quando militantes 1) *fazem reivindicações às autoridades*; 2) *utilizam*

¹⁸ “A abordagem do Confronto Político procura deliberadamente por semelhanças nas relações de causa e efeito através de uma ampla gama de lutas políticas, sem buscar leis gerais que governem toda a política. Isso é feito através da identificação de mecanismos e processos cruciais - você, por exemplo, logo encontrará o mecanismo de *brokerage* e o processo de mobilização - que operam de maneira semelhante em uma ampla variedade de conflitos e cooperações.” (tradução nossa)

*performances públicas para fazê-lo; 3) herdaram formas de ação coletiva (repertórios) e inventam outras; 4) formam alianças com membros influentes da cena política nacional; 5) se aproveitam de oportunidades políticas do regime; e 6) utilizam uma combinação de rotinas institucionais e extra-institucionais para avançar nas reivindicações. O confronto se dá a partir do ato de reivindicar algo que seja do interesse de outra pessoa ou grupo, considerando que a reivindicação sempre envolve ao menos um *sujeito* visivelmente tentando atingir ao menos um *objeto* (TILLY e TARROW, 2007, p.4).*

Figura 1 - Elementos do Confronto Político



FONTE: TILLY, Charles; TARROW, Sidney. *Contentious Politics*. Nova York: Oxford University Press, 2007.

Considerando as características listadas acima, a *ação coletiva* consiste em coordenar os esforços no entorno de interesses programáticos em comum. É importante ressaltar, porém, que nem toda ação coletiva implica em confronto ou envolvimento do governo. Da mesma forma que a maior parte da política envolve pouco ou nenhum conflito (TILLY e TARROW, 2007, p.5). Mas a interseção existe e o confronto político ocorre justamente a partir da convergência do *confronto* com a *ação coletiva* e a *política*, sendo que a política entra na dinâmica quando há a interação com agentes do governo, seja de maneira direta ou indireta. E a presença ou ausência do governo em conflitos é importante por três grandes motivos:

First, people who control governments gain advantages over people who don't. [...] Second, governments always make rules governing contention: who can make what collective claims, by what means, with what outcomes. [...] Third, governments control substantial coercive means: armies, police forces, courts, prisons, and the like¹⁹. (TILLY e TARROW, 2007, p.5)

Sem contar que os governos também participam do confronto a partir do momento em que determinam, de certa forma, como as pessoas fazem reivindicações. “Lawmakers make laws banning some kinds of assemblies, police arrest unruly demonstrators, judges try people for seditious claims, and officials intervene when their clients or constituents are fighting collectively²⁰.” Tilly e Tarrow (2007, p.6) alertam, no entanto, que a restrição do Confronto Político a reivindicações que envolvam o governo não quer dizer que governos precisem ser, necessariamente, *sujeitos* ou *objetos* imediatos desses conflitos, podem ser atraídos para o confronto posteriormente.

Pela sua natureza, o CP acaba envolvendo uma série de eventos que variam de conflitos étnicos regionais a grandes revoluções. O que inclui os mais familiares protestos, definidos como uma ocasião na qual pessoas se juntam para fazer reivindicações que afetariam o interesse de outras pessoas (TILLY, 2013). Eles constituem uma das mais importantes formas de participação das democracias atualmente. Especialmente porque são acessíveis a pessoas comuns, que passam a ter a possibilidade de agir em torno de causas que lhes dizem respeito para provocar – ou se opor a – mudanças.

Esse tipo de ação coletiva faz parte da história política brasileira. Mais do que isso, desde 2013, tem sido empregado por ativistas tanto à esquerda quanto à direita do espectro político ideológico. Pode-se dizer, finalmente, que os protestos tornaram-se característica fundamental da cena política contemporânea do Brasil e permanecem uma tática importante que pode ser utilizada por uma grande variedade de causas.

People take to the streets when they don't think they can get what they want any other way – and when they think that service of a cause has increased tremendously. [...] Increasingly, protest is an addition, rather than an

¹⁹ “Primeiro, as pessoas que controlam os governos ganham vantagens sobre as pessoas que não o fazem. [...] Segundo, os governos sempre estabelecem regras que regem o confronto: quem pode fazer o que reivindicações coletivas, com que meios, com quais resultados. [...] Terceiro, os governos controlam meios coercitivos substanciais: exércitos, forças policiais, tribunais, prisões e coisas do gênero.” (tradução nossa)

²⁰ “Os legisladores fazem leis proibindo alguns tipos de assembleias, a polícia prende os manifestantes indisciplinados, os juizes julgam as pessoas por reivindicações sediciosas e as autoridades intervêm quando seus clientes ou eleitores estão lutando coletivamente.” (tradução nossa)

alternative, to politics as usual, as elected officials address demonstrations and sometimes even get arrested.²¹ (MEYER, 2015, p.2)

O protesto, portanto, não existe porque não há outros meios de se agir na política. Se pensarmos no sistema em vigor no Brasil, por exemplo, há eleições a cada quatro anos nos municípios, estados e a nível federal para o Executivo e Legislativo; grupos de pressão; conselhos; consultas como o Orçamento Participativo²²; referendos; além do texto constitucional. Quem protesta, então, leva suas reivindicações às ruas porque não acredita que o problema possa ser resolvido de outra maneira. Ou porque os meios institucionais parecem insuficientes. E a exaustão dos meios institucionais em comunhão com o aumento do agravo leva ao que conhecemos por ciclos de protesto (TARROW, 2011).

O conceito se refere a uma fase de intensificação de conflitos em uma sociedade, com rápida difusão de ação coletiva de setores mais mobilizados para os menos mobilizados; rápido ritmo de inovação na forma de agir; a criação de novos frames – ou modificados; a combinação de participação organizada e desorganizada; e sequências de intenso fluxo de trocas de informação e interação entre os manifestantes e autoridades.

Such widespread contention produces externalities, which give challengers at least a temporary advantage and allow them to overcome the weaknesses in their resource base. It demands that states devise broad strategies of response that are repressive or facilitative, or a combination of the two. And it produces general outcomes that are more than the sum of the results of an aggregate of unconnected events.²³ (TARROW, 2011, p.199)

É justamente essa diferença “espacial” do conflito e o poder de mobilizar grupos tão distintos que separa os ciclos de protesto de outros eventos do confronto político. A principal característica é justamente a capacidade de difusão da ação coletiva a partir dos setores mais mobilizados, chamados por Tarrow (2011) de *madrugadores*, que dão início ao ciclo. Mas a chave para compreender os ciclos de protesto está na dinâmica que se estabelece entre a mobilização coletiva e a política

²¹ “As pessoas vão às ruas quando acham que não conseguem o que querem de outra maneira - e quando pensam que o serviço de uma causa aumentou tremendamente. [...] Cada vez mais, o protesto é um acréscimo, em vez de uma alternativa, à política como de costume, quando as autoridades eleitas lidam com manifestações e às vezes até são presas.” (tradução nossa)

²² Orçamento Participativo (OP) é um mecanismo de democracia participativa que permite que cidadãos decidam sobre aplicação de verbas de orçamentos públicos

²³ “Tal confronto generalizado produz externalidades, que dão aos desafiantes pelo menos uma vantagem temporária e lhes permitem superar as fraquezas em sua base de recursos. Exige que os estados concebam estratégias amplas de resposta que sejam repressivas ou facilitadoras, ou uma combinação das duas. E produz resultados gerais que são mais do que a soma dos resultados de um agregado de eventos desconectados.”(tradução nossa)

institucional. Mais especificamente os *mecanismos e processos* que forjam essa interação entre os diversos atores.

Tilly e Tarrow (2007, p.29) chamam de *mecanismos* a uma classe delimitada de eventos que alteram as relações entre os conjuntos de elementos descritos de maneira similar em diferentes situações. Já os *processos* são combinações e sequências de mecanismos que produzem transformações similares desses elementos. Essa lógica pode ser explicada, de acordo com eles, por um raciocínio similar ao da biologia. Os mecanismos podem ser encadeados em processos de menor escala, como a reprodução, ou de maior escala, como a evolução. Apesar de haver a possibilidade de mensurar por meio das consequências e resultados, os processos em si são invisíveis do ponto de vista empírico. “You don’t see evolution happening. Biologists can make headway in identifying crucial processes by correlating outputs with inputs. But for detailed explanations, they soon turn to examination of these processes’ constituent mechanisms²⁴.”

Segundo Tarrow, (2011), a *mobilização* é o processo mais básico no estudo dos movimentos sociais e também do Confronto Político, porque sem mobilização, não existe ação coletiva. Mas para a mobilização acontecer, a conjuntura é alterada de quatro maneiras em específico (TARROW, 2011, p.189): 1) tanto ativistas quanto os que são desafiados interpretam o que está acontecendo e constroem um enquadramento (*frame*) do campo de confronto; 2) ativistas e desafiados percebem oportunidades e ameaças; 3) ativistas e autoridades criam ou se apropriam de recursos, organizações e instituições para tirar vantagem dessas oportunidades e se prevenir das ameaças; e 4) ativistas se engajam em ação coletiva inovadora para atrair apoiadores e impressionar ou ameaçar autoridades enquanto essas mesmas autoridades se organizam para se opor ou apaziguar o confronto. O resultado dessa dinâmica é a *mobilização*, seguida pela consequente repressão ou facilitação – ou uma combinação das duas.

Mas os episódios de confronto são extremamente complexos uma vez que envolvem ativistas que nem sempre concordam com relação aos métodos ou objetivos; autoridades que, frequentemente, se dividem entre aqueles que são a favor da repressão e os que preferem a facilitação; e a mídia, que tem um papel importante na maneira como o episódio será transmitido ao grande público.

²⁴ “Você não vê a evolução acontecendo. Os biólogos podem avançar na identificação de processos cruciais, correlacionando as “saídas” com “as entradas”. Mas, para explicações detalhadas, eles logo se voltam para o exame dos mecanismos constituintes desses processos.” (tradução nossa)

Os ciclos de confronto são, geralmente, lembrados pelas grandes manifestações, ações ousadas e reivindicações que ameaçam o sistema. Mas as demandas iniciais que dão início a um protesto são bastante específicas. E são importantes por três motivos (TARROW, 2011, p.202): primeiro, demonstram a vulnerabilidade de quem está no poder, sinalizando a aliados em potencial que o momento é ideal também para que suas reivindicações sejam colocadas em prática; segundo, desafiam interesses de outros manifestantes, “either because the distribution of benefits to one group will diminish the rewards available for another, or because the demands directly attack the interests of an established group²⁵” (TILLY 1993, p. 13 apud TARROW, 2011, p.202)); terceiro, sugerem convergências entre os manifestantes e membros da política que resultam em coalizões que podem ser determinantes para o movimento. Isso faz com que, durante a *mobilização*, formem-se alianças que normalmente cruzam a linha entre desafiantes e membros do *mainstream*; novas formas de confronto são testadas e difundidas; e surge um novo “setor” de movimento social, denso e interativo, no qual as organizações cooperam e competem (GARNER e ZALD, 1985 apud TARROW, 2011).

Ao longo desses períodos, são criadas oportunidades que promovem incentivos para que novos movimentos sejam instituídos e até grupos de interesse que, geralmente, preferem a política convencional são tentados a utilizar métodos não-convencionais de ação coletiva. E a evolução de um confronto para um ciclo acontece justamente quando essas oportunidades políticas estão abertas (para os madrugadores), quando suas reivindicações ressoam entre outras pessoas e quando essa relação promove a formação de coalizões e conflitos entre atores distintos. “This co-occurrence and coalescence are furthered by state responses rejecting the claims of the early risers – thereby encouraging their assimilation to other possible claimants, while lowering constraints and offering opportunities for broader contention²⁶” (TARROW, 2011, p.201).

É possível, segundo Meyer (2015, p.34), rastrear a abertura das oportunidades políticas – e conseqüentemente o surgimento dos ciclos de protesto – para quando há alterações significativas no contexto político ou mudanças em políticas públicas que afetem a sociedade de forma mais direta. Esses conjuntos

²⁵ “ [...] seja porque a distribuição de benefícios a um grupo diminuirá as recompensas disponíveis para outro, ou porque as demandas atacam diretamente os interesses de um grupo estabelecido.” (tradução nossa)

²⁶ “Essa co-ocorrência e união são favorecidas por respostas do estado que rejeitam as reivindicações dos que partem cedo - encorajando assim a sua assimilação a outros possíveis requerentes, ao mesmo tempo em que reduz as restrições e oferece oportunidades para uma disputa mais ampla.”(tradução nossa)

básicos de variáveis constituem uma Estrutura de Oportunidade Política (EOP) (EISINGER, 1973; TILLY, 1978; KITSCHOLT, 1986; TARROW, 2011; MEYER 2004). Apesar de se reconhecer amplamente que o contexto externo a um movimento influencia suas perspectivas de mobilização, sistematizar essa conjuntura é extremamente difícil, por isso, pesquisadores oferecem definições bastantes distintas de oportunidades políticas (MEYER 2004). Optamos pela de Tarrow (2011, p.19-20), que vê as oportunidades políticas como “consistent – but not necessarily formal, permanent, or national – dimensions of the political struggle that encourage people to engage in contentious politics²⁷.”

Oportunidades não se transformam em protesto imediatamente, mas criam as condições para que o protesto aconteça. Meyer (2015, p.35) desenhou um roteiro que explica como as oportunidades políticas são construídas e fazem com que seja mais ou menos provável que a mobilização aconteça. Primeiro, o movimento é precedido pela concepção de uma reivindicação – “development of a grievance”. Mas a reclamação, a injustiça, isoladamente, não é suficiente para que as pessoas saiam de suas casas. O que leva à segunda questão, as vias tradicionais de participação precisam estar bloqueadas. Terceiro, os ativistas precisam ter à disposição o espaço político ou abertura suficiente para organizar um protesto. Quarto, a política institucional tem de parecer insuficiente. Esse pequeno roteiro mostra que o sistema precisa estar suficientemente aberto para permitir a mobilização, mas não tão aberto a ponto de excluir a necessidade de se protestar (MEYER, 2015, p.15). É possível rastrear, portanto, a relação entre abertura e oportunidade em uma curva, encontrando o protesto, provavelmente, no centro. Mas uma vez abertas, as espirais de oportunidade não funcionam da mesma forma para todo mundo e ao longo de todo o ciclo (KARAPIN, 2011). As oportunidades que são abertas aos “madrugadores” podem não estar disponíveis a quem chegar depois, da mesma forma que esses madrugadores criam oportunidades para outros, que podem não ser simpáticos à sua causa. Compreender como os ciclos de protesto se formam, portanto, é também compreender como algo se torna um problema relevante o suficiente a ponto de mobilizar milhares de pessoas dentro dessa EOP.

As questões que emergem em mobilizações estão definitivamente ligadas à política institucional, mas uma oportunidade que não é percebida, é uma

²⁷ “ [...] dimensões consistentes - mas não necessariamente formais, permanentes ou nacionais - da luta política que encorajam as pessoas a se engajarem na política contenciosa.” (tradução nossa)

oportunidade que, para fins práticos, não existe. Isso dá uma importância grande ao mecanismo chamado de *signaling* e à mídia, pela qual a determinação dos manifestantes e a vulnerabilidade dos alvos são sinalizadas.

Isso porque durante períodos de confronto intenso, ou intensa mobilização, a informação flui de forma bastante rápida, a atenção política é aumentada e as interações entre os grupos de manifestantes e entre esses grupos e as autoridades aumenta em frequência e em intensidade. Assim, os intermediários da informação ganham importância, da mesma forma com que cresce de valor quem é destacado para interpretar novas informações (ROCHON, 1998). E quando se trata de analisar ciclos de protesto, é imperativo considerar essas interações dinâmicas entre muitos atores e também todo o espectro de formas de ação coletiva, porque a dinâmica do ciclo de protestos é o resultado dessas interações (TARROW, 2011. p.201).

A ação coletiva em ciclos de protesto não é, portanto, uma reação espontânea. E é possível começar a compreender uma parte do caráter recorrente e historicamente herdado do Confronto Político por meio de duas metáforas teatrais: *performances* e *repertórios*.

Contentious performances are relatively familiar and standardized ways in which one set of political actors makes collective claims on some other set of political actors. Mass demonstrations are one kind of performance.

Contentious repertoires are arrays of contentious performances that are currently known and available within some set of political actors.²⁸ (TILLY e TARROW, 2007, p.11).

Quando se olha de perto para uma reivindicação coletiva como um protesto, é possível observar que os grupos operam – e improvisam – a partir de roteiros compartilhados. Um movimento reivindicatório eficiente depende de ações que sejam reconhecíveis, de relações anteriores entre as partes e uso prévio de alguma forma de reivindicação. O que não impede que as *performances* evoluam com o tempo. “All forms of contention rest on performances, but performances range from direct assaults on others to theatricals staged for nearby or distant audiences²⁹” (TAYLOR e VAN DYKE, 2004, p. 271 apud TILLY E TARROW, 2007, p.12). No

²⁸ “As performances de confronto são formas relativamente familiares e padronizadas em que um conjunto de atores políticos faz reivindicações coletivas sobre algum outro conjunto de atores políticos. Demonstrações de massa são um tipo de performance. Repertórios de confronto são matrizes de performances conhecidas e disponíveis dentro de um conjunto de atores políticos.” (tradução nossa)

²⁹ “Todas as formas de confronto se baseiam em performances, mas as performances variam de ataques diretos a outros a teatrais encenados para plateias próximas ou distantes.” (tradução nossa)

século XVIII, por exemplo, as pessoas executavam, na maioria das vezes, performances específicas às suas reivindicações. Essas são chamadas *performances particulares*. Já as *performances modulares* são as que podem ser utilizadas e adaptadas a diversos conflitos e lugares por uma grande variedade de *atores políticos* – neste caso, nome dado às pessoas e grupos que se engajam em processos de reivindicação. E a vantagem das performances modulares é, estranhamente, a ambiguidade. Uma vez que oferecem tanto generalidade quanto especificidade. Elas tem características que podem ser adaptadas a uma variedade de circunstâncias e tem significados a uma grande quantidade de audiências e participantes em potencial. “Skillful organizers adapt to generic form to local circumstances, embedding a modular form such as the demonstration in the languages, symbols, and practices that make them compelling in those circumstances³⁰.”

Há casos em que as *performances* se acumulam e se tornam *repertórios* de ação coletiva que podem ser aplicados pela mesma lógica do par *sujeito-objeto* (TILLY e TARROW, 2007, p.16). Eles variam de tempos em tempos, lugar para lugar e de par para par. Mas, assim como as *performances*, quando há inovação ela acontece entre os limites de um *repertório* pré-estabelecido para o seu tempo, lugar e par.

A forma específica com que as pessoas fazem uso de determinados *repertórios* varia de acordo, novamente, com o contexto político e social no qual estão inseridos. Por isso, para os *ativistas*, para ser efetiva, uma tática precisa ser familiar e não sugerir ações desagradáveis para quem participa. Uma tática bem sucedida é capaz de empoderar e energizar mais ativistas a participar e, ao mesmo tempo, não repelir os *espectadores*, que compõem o público de maior expressão. Afinal, “[...] most people are not only not activists, but also not active politically most of the time³¹” (MEYER, 2015, p.116).

A performance de um protesto projeta uma determinada imagem de todos os atores envolvidos e assume significado político quando acontece. Isso afeta as atividades de todos que participam da ação coletiva e a percepção de quem assiste. “The successful mobilization of bystanders, for example, can leverage additional

³⁰ “Organizadores habilidosos se adaptam de forma genérica às circunstâncias locais, incorporando uma forma modular, como a demonstração nos idiomas, símbolos e práticas que os tornam atraentes nessas circunstâncias.” (tradução nossa)

³¹ “...a maioria das pessoas não é apenas ativista, mas também não é politicamente ativa a maior parte do tempo.”(tradução nossa)

pressure on policymakers – or cause the resistance to dig in³²” (MEYER, 2015, p. 117). E a mídia, assim como outros atores, além de importante para sinalizar a oportunidade, também participa dessa espécie de ritualização dos ciclos de protesto que começa com as performances e repertórios. Os ativistas conhecem a mídia (RYAN, 1991) e entendem o tipo de performance que é atraente como notícia. Sabem quais ações podem chamar a atenção de um jornalista, que tipo de imagem ficará bem na capa do jornal.

Essa abordagem relacional sugere, então, que não tem sentido analisar as trajetórias de um ciclo de protesto sem que se analise a dinâmica do confronto (TARROW, 2011). Mas é imperativo, também, compreender o complexo contexto político no qual cada ciclo está inserido, afinal, o confronto não surge no isolamento. No caso do Brasil, antes dos protestos do *Fora Dilma*, três ciclos de protesto se destacam na história recente da democracia do país: a mobilização pelas Diretas Já, em 1984; o Movimento pela Ética na Política, ou Fora Collor, em 1992; e os protestos de Junho de 2013.

1.2 Protesto no Brasil – Diretas Já, Fora Collor e Jornadas de Junho

A dinâmica do confronto político varia de acordo com trocas no poder, além de se organizar dentro e fora da política institucional. E no Brasil não seria diferente. A nossa história política é marcada por “lutas e movimentos sociais contra a dominação, a exploração econômica e, mais recentemente, contra exclusão social” (GOHN, 2000, p.15). Da mesma forma, desde a proclamação da República, em 1889, nossa história política é marcada por uma sequência de rupturas. Em 1930, Getúlio Vargas assumiu o comando do que deveria ser um governo provisório até que, em 1937, instituiu o Estado Novo e permaneceu no poder até 1945 sem ter sido eleito. Pouco menos de 20 anos depois, em 1964, os Militares assumiram a presidência do país por meio de um golpe de Estado apoiado pela elite brasileira, uma parte expressiva da classe média, por políticos da direita conservadora e por grande parte da mídia nacional (SILVA, 2016). Em meio à Guerra Fria, o golpe militar foi executado sob a justificativa da ameaça comunista. Os militares tomaram o

³² “A mobilização bem-sucedida de espectadores, por exemplo, pode alavancar uma pressão adicional sobre os formuladores de políticas - ou fazer com que a resistência se infiltre.”(tradução nossa)

poder à força do então presidente João Goulart e acabaram com a democracia sob o argumento de que a estavam salvando.

Em nome da “democracia” seria justificável rasgar a Constituição para derrubar o presidente eleito, João Goulart, fechar o Congresso, suspender as garantias dos cidadãos, torturar e assassinar, como ocorreu no esquema inspirado pela Doutrina da Segurança Nacional. (ARQUIDIOCESE de SÃO PAULO org., 1985, p. 71)

Nos anos de Ditadura Militar, os brasileiros passaram por constante instabilidade social e política que incluiu perseguição e cassação de políticos; exílio; prisões arbitrárias; tortura; e assassinatos. A abertura deu sinais somente em 1979, quando foi aprovada a reforma que permitiu o (res)surgimento de outros partidos que não os do bipartidarismo do regime: o *Partido Democrático Social* (PDS), sucessor da ARENA (governista); o *Partido do Movimento Democrático Brasileiro* (PMDB), sucessor do MDB, a oposição autorizada; *Partido Trabalhista Brasileiro* (PTB); *Partido Democrático Trabalhista* (PDT) e o *Partido dos Trabalhadores* (PT), todos da oposição. Também em 1979 foi promulgada a Lei da Anistia Política, durante o governo do General João Batista Figueiredo, que reverteu punições aos cidadãos brasileiros considerados criminosos políticos. Foi a oportunidade política necessária para pressionar a já desgastada ditadura militar.

Quatro anos depois, no contexto de um regime autoritário já bastante enfraquecido, começou a campanha das *Diretas Já*, o ciclo de protestos fundamental do período de democratização. No processo de reivindicação que ocorreu entre novembro de 1983 e abril de 1984, os manifestantes *se aproveitaram de oportunidades políticas do regime*, que passava por um processo de abertura, e criaram outras oportunidades. Milhares de pessoas *saíram às ruas para reivindicar às autoridades*, mais especificamente ao Congresso Nacional, a aprovação da Emenda Dante de Oliveira, que permitiria eleições diretas para a presidência da República (TATAGIBA, 2014).

Mas a organização não partiu de um bloco unitário, apesar da causa maior. Pelo contrário, o bloco era composto por movimentos e partidos políticos bastante heterogêneos que já estavam fragmentados após a anistia e cujas desavenças tinham natureza variada. Kotscho (1984) lembra que as demandas específicas pelas quais os grupos buscavam afirmar a legitimidade dos protestos passavam pela questão do “arrocho salarial”; a crítica à presença dos Estados Unidos na América

Latina; e ainda pela crítica aos acordos do governo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Essa fragmentação gerou a necessidade de criação de um grupo que compusesse a estrutura de mobilização e se unisse em torno do *máster frame* da eleição direta. E essa estrutura era composta por frentes suprapartidárias, movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil.

Segundo Tatagiba (2014), aos partidos cabia mobilizar as bases, oferecer apoio financeiro e fazer lobby pela aprovação da emenda no Congresso. Também passava pelos partidos o recrutamento e a produção de material impresso a ser distribuído nas ruas, fábricas e outros locais de aglomeração. Esse trabalho era amparado pelos Comitês Pró-Diretas, formados pelos próprios partidos além de movimentos sociais e populares, que funcionavam como um espaço de concentração das demandas, organização e difusão.

Os manifestantes se apropriaram de *performances públicas herdadas de formas de ação coletiva já utilizadas*, como a passeata, e *inventaram outras*, como as festas-comício, que eram a parte central do repertório do movimento e eram realizadas por meio de acordos entre governadores e lideranças partidárias das capitais em que ocorriam. Duravam cerca de cinco horas e eram embaladas por artistas como Chico Buarque, Geraldo Vandré e Martinho da Vila, que cantava que “a vida vai melhorar”³³. Outra parte importante era formada pelas Caravanas das Diretas, que levavam a campanha às cidades do interior do país (TATAGIBA, 2014). Os manifestantes *formaram alianças com membros influentes da cena política nacional* e as festas eram realizadas a partir de acordos entre governadores, líderes partidários, sindicais e de movimentos sociais e pagas pela direção dos partidos (RODRIGUES, 2003, p. 100) – as Caravanas foram organizadas por Ulysses Guimarães, Lula e Doutel de Andrade, presidentes do PMDB, PT e PDT respectivamente (BERTONCELLO, 2009 apud TATAGIBA, 2014, p.52).

O verde e o amarelo dominavam a cena das manifestações pelas Diretas e os símbolos nacionais estiveram presentes em todas as mobilizações. As cores, a bandeira, o hino e os heróis brasileiros eram o retrato do repertório das Diretas, que apesar de usados de forma calculada, eram apropriados de forma emocional por um público que estava tomando seu país de volta. Bertoncello (2009) lembra, porém, que a reivindicação do país e dos símbolos nacionais tinha como contrapartida a irreverência da profanação dos poderosos, que aparecia nos enterros simbólicos e

³³ DA VILA, Martinho. Canta Canta, Minha Gente. 1974.

encenações teatrais que tinham o objetivo de ridicularizar quem estava no poder. Os protestos eram, então, transformados em “festas cívicas” (TATAGIBA, 2014).

A pressão, apesar de importante e determinante para os rumos da democracia, não foi suficiente para que a emenda fosse aprovada e, em vez de eleições diretas, o Congresso escolheu o novo mandatário. E o que poderia ser uma transição relativamente tranquila tornou-se motivo de preocupação. O presidente eleito na ocasião, Tancredo Neves, do PMDB, adoeceu e, antes que pudesse tomar posse, faleceu. O vice-presidente eleito, José Sarney, antigo aliado do regime militar, tornou-se, então, o primeiro presidente civil do novo período democrático, o nome a comandar a tão esperada retomada. Até que em 1988, o Congresso Nacional outorgou a sétima – e atual – Constituição do Brasil, em que o principal compromisso foi o de restaurar o Estado Democrático.

O texto manteve o sistema de governo presidencial, garantiu que todos os ocupantes de cargos representativos fossem escolhidos pelos cidadãos em eleições diretas e secretas e ainda assegurou a separação dos poderes. Os deveres do governo foram ampliados e a divisão administrativa do Brasil alterada: o país passou a ter 26 Estados e um Distrito Federal – Brasília, a capital. A nova Carta ainda estabeleceu eleições majoritárias em dois turnos quando nenhum dos candidatos atingir a maioria dos votos válidos no primeiro (critério aplicado a colégios eleitorais com mais de 200 mil eleitores); ampliou o voto a todos os homens e mulheres maiores de 18 anos (compulsório); instituiu o voto opcional para cidadãos de 16 e 17 anos; e eliminou a censura, assegurando a liberdade de expressão. A Constituição de 1988 foi o ato principal do restabelecimento da democracia no Brasil após anos de golpes e instabilidade.

O sistema político institucionalizado no país é centrado no poder Executivo. O presidencialismo assegura a governabilidade por meio de formação de uma maioria de apoio no Congresso a partir de alianças (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999). É o chamado presidencialismo de coalizão. Desde o retorno à democracia, o Brasil já passou por oito eleições diretas para eleger presidente, governadores, senadores e deputados; e nove para eleger prefeitos e vereadores. O primeiro pleito direto para a escolha do presidente da República ocorreu em 1989 e nomes conhecidos da política brasileira concorreram, como Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Ulysses Guimarães (MDB), Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB), Paulo Maluf (PDS), Ronaldo Caiado (PSD), Roberto Freire (PCB), entre outros. O vencedor foi o novato

Fernando Collor de Mello (PRN), que prometia caçar os “marajás” e recomeçar a democracia com dignidade.

Mas a história foi outra, e dois anos depois os brasileiros voltaram às ruas para exigir o impeachment de Collor, que enfrentava denúncias de irregularidades no governo. As primeiras mobilizações ocorreram em junho de 1992, quando a CPI que investigava as denúncias de corrupção no governo parecia estagnada. A exemplo das Diretas Já, o chamado *Movimento Pela Ética na Política* – ou *Fora Collor* – apareceu em atos com a presença de políticos e partidos de oposição, sindicatos e movimentos sociais. Também trouxe a mesma cena heterogênea do movimento anterior, em que manifestantes *formaram alianças com membros influentes da política nacional e combinaram rotinas institucionais e extra-institucionais*.

Todos os grupos envolvidos na manifestação queriam o impeachment do presidente, mas cada um se apropriou de um significado diferente para o que a “ética” representava. Tatajiba (1998) afirma que algumas das organizações atribuíram sentidos diferentes ao slogan. Para a Confederação Nacional dos Bispos (CNBB), tratava-se da revelação da verdade. Já para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), era sobre os preceitos constitucionais e a manutenção do Estado democrático de direito. Para os empresários do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), a ética era condição para estabilidade do desenvolvimento econômico. Já a Central Única dos Trabalhadores (CUT) trouxe a ética para o centro da crítica ao programa de reformas neoliberal associando o conceito à democracia e à justiça social. Além, é claro, das desavenças políticas entre os inúmeros partidos envolvidos na mobilização. De todo modo, todas essas organizações enxergavam na suspeita de Collor uma *oportunidade para fazer suas reivindicações às autoridades*, como se espera em eventos associados ao Confronto Político. Mas diante disso, dessas diferenças, o desafio de organizar um bloco comum foi ainda maior do que no ciclo anterior.

Os partidos políticos foram essenciais para a costura do *frame* da ética a partir de um trabalho intenso de negociação e articulação políticas. Líderes do PT, PMDB e PSDB formalizaram uma frente pró-impeachment, com participação da sociedade civil.

Os manifestantes *herdaram o repertório de ação coletiva* das Diretas e a descontração, os símbolos e as cores patrióticas também foram marca importante

do Fora Collor (TATAGIBA, 2014, P.53). Mas em agosto de 1992, as manifestações atingiram maiores proporções com a participação dos jovens, que *inovaram no uso de performances* quando as festas-comício deram lugar ao protesto dos estudantes com seus rostos pintados de verde e amarelo, os Caras-Pintadas. Passeatas e comícios davam conta, segundo Tatagiba (2014), das principais estratégias de confrontação, compartilhando o roteiro de 1984. O verde e o amarelo, a bandeira e o hino voltaram às ruas, encarnados na frase “verás que um filho teu não foge à luta.” O repertório estava consolidado a ponto de, em 7 de setembro, o governador de São Paulo, Luís Antônio Fleury Filho, distribuir um “kit pró-impeachment”, composto por bandeira, bóton e faixa para amarrar na cabeça com os dizeres “o verde-amarelo é nosso, não *delle*”, em referencia à grafia do nome de Collor, com dois “eles” (RODRIGUES, 2000, p.234). Mas as cores da bandeira não reinavam sozinhas.

O estilo de Collor propiciou o improvisado e outra inovação de performances. Quando o presidente pediu que o povo brasileiro saísse às ruas vestido de verde e amarelo em defesa do seu mandato, o povo respondeu, no domingo do dia 16 de agosto, vestindo-se de preto para o enterro simbólico do presidente. O verde e o amarelo apareciam, então, ao lado do preto (luto) e do vermelho (luta) (TATAGIBA, 2014).

O *Fora Collor* ainda encenava carreatas e passeatas com a presença de artistas que animavam a multidão em carros de som ou palanques. Assim como nas Diretas, também houve vigília em frente ao Congresso. Em 29 de setembro, a Câmara votou pelo *impeachment* do presidente, que foi afastado do cargo. O vice, Itamar Franco, do PMDB, assumiu a presidência. Em 29 de dezembro de 1992, Collor renunciou, horas antes de ser condenado pelo Senado por crime de responsabilidade.

Passados os percalços desastrosos das duas eleições logo após a ditadura, os demais pleitos transcorreram normalmente e com pouquíssimas mudanças. Por um longo tempo, apenas dois partidos se alternaram na presidência: o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O país foi governado por Fernando Henrique Cardoso (PSDB) entre 1995 e 2003; Luiz Inácio Lula da Silva (PT) entre 2003 e 2010; e Dilma Rousseff, entre 2010 e 2016 – além de Michel Temer (MDB), entre 2016 e 2019, e Jair Bolsonaro (PSL), que assumiu em 2019, cujos mandatos estão além da linha do tempo desta pesquisa.

Pode-se dizer que a eleição de Lula era o teste que faltava à democracia

brasileira (MARENCO, 2007) numa lógica de que, mesmo frágil, o sistema seria considerado estável se resistisse à ascensão de um sindicalista ao poder. E Lula tinha consciência disso. Tanto que, ainda candidato, lançou a “Carta ao povo brasileiro³⁴”, em uma tentativa de acalmar, entre outros atores, o mercado financeiro. No documento, o petista afirmou que, caso eleito, promoveria “cuidadasas mudanças” e que o “projeto nacional alternativo” faria o Brasil voltar a crescer, gerar empregos e resgatar a soberania nacional. “O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo”, dizia o texto. Lula sinalizava, ainda, para uma “vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária”, além de acenar para “parcelas significativas do empresariado” sem esquecer da “justiça social que tanto almejamos”. A carta foi, de fato, um prenúncio do que seria a gestão de Lula, um período marcado por uma ampla aliança, vantajosa para inúmeros setores da sociedade. Protagonista de uma série de mudanças positivas no âmbito social, ele foi reeleito em 2006, mesmo após seu governo ser implicado em um escândalo de corrupção que ficou conhecido como Mensalão, em que, segundo delações e investigações, parlamentares eram pagos regularmente para que votassem a favor do governo.

Ao longo dos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, os ricos ficaram mais ricos e os pobres ficaram menos pobres ao passo que políticas públicas tiraram milhares de pessoas da pobreza extrema³⁵. Bringel (2018) entende que durante esses oito anos, a democratização convergiu com um modelo neodesenvolvimentista que vendia o “crescimento com inclusão”. Para Singer (2009), Lula criou a expectativa de um Estado forte o suficiente para avançar em conquistas sociais sem desarranjar o *status quo*, em que reivindicações de diversos setores populares foram integradas às perspectivas conservadoras em um equilíbrio difícil de manter para qualquer outro político. E a popularidade de Lula era tão alta à época do segundo mandato que ele conseguiu eleger Dilma, uma gestora com perfil discreto e com um passado de militante e presa política torturada durante a Ditadura Militar.

Quando Dilma Rousseff (PT) foi eleita em 2010, o Brasil vivia um crescimento econômico importante, notava-se um aumento nos *rankings* da classe média e o

³⁴ LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Carta ao povo brasileiro**. 2002. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/cartaapovobrasileiro.pdf>> Acesso em: 9 de junho de 2019.

³⁵ ESTADÃO. **Brasil reduz a pobreza extrema em 75% entre 2001 e 2012, diz FAO**. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-reduz-a-pobreza-extrema-em-75-entre-2001-e-2012-diz-fao,1560931>> Acesso em_ 9 de junho de 2019.

governo anterior tinha altos níveis de aprovação (ALONSO e MISCHÉ, 2016). Não se imaginava, naquele momento, que os brasileiros seriam protagonistas de protestos massivos contra o sistema pelos anos subsequentes. Mas foi o que aconteceu – 2013 aconteceu. Em junho daquele ano, milhares de pessoas foram às ruas, em São Paulo, para protestar contra o aumento na tarifa do transporte coletivo – a exemplo do que ocorrera em Porto Alegre, em que o aumento no preço da passagem havia sido revogado em abril após exitosas mobilizações. E o movimento se expandiu. “No dia 13, 6,5 mil pessoas tinham ido à rua em São Paulo. No dia 17, diz o Datafolha, compareceram 65 mil.” (ALONSO, 2017, p.52). Atos com milhares de pessoas se espalharam por doze capitais. Em 19 de junho, prefeito e governador anunciaram juntos a redução da tarifa na capital paulista. No dia seguinte, o mesmo aconteceu em nove cidades. Mas ninguém voltou para casa. O dia 20 foi o pico do ciclo, com 1 milhão de pessoas na rua.

A nacionalização não significou apenas a expansão geográfica do protesto, mas também a ampliação do público (SILVA, 2018, p.99), que reunia um grupo heterogêneo cuja lista de reivindicações também logo foi expandida. “Neste aspecto, destacam-se as demandas contra o governo federal e, particularmente, a centralidade que a corrupção assume como causa mobilizadora” (SILVA, 2018, p.100). Além de uma profunda rejeição aos partidos e instituições políticas de maneira geral, mas especialmente ao PT.

E aí estavam torcidas organizadas, associações de moradores, jovens, idosos, cidadãos sem ativismo prévio, convocados por redes presenciais, virtuais e “pela mídia”, segundo Alonso. “Ativistas autonomistas e socialistas os mencionaram como “gente esquisita”, não usuais em protestos.” Esse setor “deslocado” ativou o repertório com símbolos nacionais, o uso do verde e amarelo e com o Hino Nacional. Retomou espaços das Diretas Já em São Paulo, como a Avenida Paulista; e retomou a mensagem da “ética na política” do Fora Collor.

“Havia dominâncias de pauta em cada setor da mobilização. Autonomistas e socialistas se situaram à esquerda do governo do PT, com agenda reformista, mais e melhores políticas públicas e expansão de direitos. O setor patriota ia do liberalismo (a favor do Estado enxuto e eficiente “padrão Fifa”) ao conservadorismo (pró-ditadura militar), com foco no rechaço a instituições políticas, políticos e partidos, e na identificação do PT com a corrupção, via Mensalão (“CorruPTos”). No dia 26, veio o primeiro “Fora Dilma!”. No 29: “Justiça! Queremos os mensaleiros na cadeia!” e “Procurando Lula!”. Esse estilo de ativismo atarraxou os laços fracos entre manifestantes avulsos, e o que até então era crítica genérica aos governos desabrochou em antipetismo.

(ALONSO, 2017, p.52)

Silva (2018, p.97) ressalta que as interpretações sobre 2013 ainda são objeto de disputas e há qualificações que acabam sendo relacionadas à “(des) legitimação” de determinadas posições políticas. Como quando se entende os protestos de 2013 como uma revolução do proletariado precarizado (BRAGA, 2013; ANTUNES 2013); como a insurgência de uma esquerda anti-institucional (ORTELLADO, 2013); como um levante popular (MORAES, 2014); ou como a emergência de uma reação conservadora e fascista (MARENCO, 2014). Entendemos, da mesma forma que Silva, que o conjunto de manifestações que ocorreu em 2013 tem um profundo caráter heterogêneo e, embora represente um movimento popular expressivo, não pode ser considerado um movimento social. Sob a perspectiva do Confronto Político, constituem um ciclo de protestos (TARROW, 2011) formado por diferentes atores, reivindicações, processos e consequências que mudam rapidamente e se desdobraram em diferentes formas, da mesma forma que as Diretas Já e o Fora Collor.

Alonso (2017, p.50) afirma que três principais mudanças de conjuntura contribuíram para o surgimento do que ficou conhecido como Jornadas de Junho. Primeiro, a onda de protestos (2011 e 2013) que ocorreu mundo afora e o fato de o Brasil hospedar megaeventos e se tornar um palco global para reivindicações. Segundo, houve uma alteração na relação entre governo e movimentos sociais. A presidenta Dilma Rousseff, com o suporte de uma alta aprovação à época, se distanciou da sociedade organizada e não atacou pontos importantes como problemas urbanos e a (falta de) eficiência de determinadas políticas públicas – agenda à que se somou a corrupção. Terceiro, houve uma transformação rápida da pirâmide brasileira durante os governos de Lula, quando o acesso à educação superior e ao consumo “diminuíram a distância entre estratos sociais” e gerou um processo que “perturbou a representação simbólica da hierarquia social.”

Partindo deste argumento, interpretamos que as conquistas obtidas por vários movimentos sociais progressistas durante os governos petistas em termos de políticas de reconhecimento e/ou redistribuição, mesmo que limitadas frente às demandas ou expectativas de tais movimentos, produziram mudanças sociais que foram decodificadas como ameaças por segmentos conservadores da sociedade brasileira. Como oposição a essas ameaças e aos atores (movimentos, partidos e/ou

governos) identificados como seus promotores, tais segmentos constituíram contramovimentos que passaram a se expressar publicamente a partir de meados dos anos 2000. São atores desses contramovimentos que identificaram na conflitualidade da primeira fase do ciclo de protestos de 2013 uma oportunidade para sua intervenção e, ao mesmo tempo, apresentaram as condições para que essa mesma oportunidade fosse aproveitada, apropriando-se parcial e temporariamente do ciclo de protestos para seus objetivos. (SILVA, 2018,p.95-96).

O ciclo de mobilizações contra o aumento da tarifa é o primeiro no qual os partidos não se envolveram diretamente na organização e direção. Não apenas a infraestrutura de mobilização esteve assentada em outras bases, mas cresceu o nível de hostilidade aos partidos. Os partidos de esquerda não apenas não encabeçaram os protestos como, em SP, tiveram militantes hostilizados. E, ao longo de todo o confronto, não houve conformação de um *frame* capaz de conferir unidade a essa diversidade.

Nas Diretas Já e no Fora Collor, os frames do voto e da ética foram construídos a partir de um forte trabalho de negociação e articulação políticas conduzido pelas principais lideranças partidárias de oposição. Nas Jornadas de Junho foi diferente. As massas nas ruas afirmaram o desejo do exercício da política sem mediações institucionais, sem partidos, sem políticos. E à redução da tarifa misturavam-se pautas antagônicas como o desejo por mais participação; respeito aos direitos das minorias; legalização do aborto; propostas de militarização; redução da maioria penal; e ainda movimentos contrários ao avanço dos direitos sociais.

O ciclo de 2013 reproduziu a irreverência comum ao repertório dos protestos brasileiros citados anteriormente: a massa ocupando o centro do capitalismo no Brasil em passeatas marcadas pela alegria e descontração. Rostos jovens predominaram como performance herdada do Fora Collor, e bandeiras vermelhas se misturaram com o verde e amarelo. Mas as semelhanças terminam por aqui. Não houve comício, carro de som ou artistas. Não houve liderança partidária nem apoio de governadores e prefeitos. Os espaços eram outros e o alvo também. Em vez do Legislativo, era o momento de asfixiar o Executivo. Marchas bloqueavam as principais vias das maiores capitais do país e a principal inovação foi a presença de estratégias violentas de confronto. Reproduzindo o roteiro de Meyer (2015), os manifestantes de 2013 entenderam que, assim como as ruas, as vias tradicionais estavam bloqueadas e a manifestação era a única alternativa aos problemas do

país.

Alonso (2017) divide as performances políticas construídas pelos manifestantes de 2013 em três repertórios de confronto: *socialista*, *autonomista* e *patriota*. O repertório *socialista* já havia sido utilizado antes e reapareceu, segundo a autora, em bandeiras vermelhas, megafones e uma organização vertical, como herança dos ciclos anteriores. Já o *autonomista* foi o responsável pela inovação de 2013. Inovação no Brasil, porque houve o emprego de performances emprestadas de movimentos por justiça global que reutilizaram – e modificaram – signos e slogans anarquistas a partir de uma organização descentralizada e ações contra símbolos dos poderes financeiro e político. Tratava-se de um repertório anticapitalista e antiestatista, cujo grupo mais aparente era formado pelos chamados *black blocs*. O terceiro repertório, o *patriota*, aparecia na retomada dos símbolos nacionais e nos tons de verde e amarelo que coloririam as ruas nos anos seguintes. A mídia, ao entrar na disputa pelo enquadramento do conflito, tratou de pautar nos seus termos a guerra das cores: os vândalos estavam vestidos de preto; os políticos oportunistas de vermelho; enquanto os brasileiros ordeiros e pacíficos vestiam verde e amarelo (TATAGIBA, 2014, p.43).

1.3 Ciclo do Impeachment (2014-2016)

O fim do ciclo de protestos de Junho de 2013 gerou o que Alonso (2017, p.53) chamou de “incerteza estrutural”, na qual os padrões comuns de orientação da conduta política foram desestabilizados, clivagens desapareceram e novos setores e atores ganharam espaço no Confronto e jogo políticos. Não à toa, a partir daquele ano, a cena política brasileira ficou marcada por uma forte radicalização e polarização entre os campos progressista e conservador (SILVA, 2018, p.108). Entre os campos vermelho e verde-amarelo, respectivamente. E isso ficou evidente com a mobilização de um novo ciclo de protestos que começou em outubro de 2014 e se encerrou em agosto de 2016, ao qual damos o nome de Ciclo do Impeachment. Silva (2018, p.93) lembra, inclusive, que atores, redes e recursos centrais para a produção das manifestações do Ciclo do Impeachment foram gestados ou fortalecidos em 2013.

Após as Jornadas de Junho, a crise institucional foi intensificada com o começo de uma nova operação da Polícia Federal que visava desarticular organizações criminosas que atuavam no mercado de câmbio clandestino. A Lava Jato teve início em 17 de março de 2014 e sua primeira fase culminou com a prisão do doleiro Alberto Youssef. Mas o que era para ser uma operação sobre o mercado de câmbio tornou-se fundamental para dar centralidade à questão da corrupção no Brasil e a crise escalou rapidamente. Dias depois, Paulo Roberto Costa, diretor de abastecimento da Petrobrás entre 2004 e 2012, foi preso sob suspeita de destruir e ocultar documentos do suposto esquema de corrupção na estatal – ele era investigado pelas presumidas relações que mantinha com o doleiro Yousseff.

Por meio do mecanismo da delação premiada, tanto o doleiro quanto Paulo Roberto Costa denunciaram à Justiça Federal um suposto esquema de corrupção que envolvia as diretorias da Petrobrás na cobrança de propina para abastecer partidos políticos durante os governos de Lula e Dilma. Costa afirmou que o dinheiro desviado da estatal era utilizado para financiar as campanhas do PT, PMDB e PP em 2010. A essa altura, o senado já havia instalado a CPI da Petrobrás para investigar o esquema que ficou conhecido como Petrolão.

Mobilizados, então, pela abertura de oportunidade dos protestos de Junho, em que o posicionamento hostil contra o governo federal já aparecia, e pela crise deflagrada com a Operação Lava Jato, os agentes, atores e agendas identificados em 2013 continuaram nas ruas no ano seguinte. Segundo Alonso (2017), havia dois setores distintos: os grupos de repertório *socialista*, que reforçaram o protagonismo à esquerda; e os grupos de repertório *patriota*, que se alinharam à direita e assumiram papel de destaque. Na abertura da Copa do Mundo do Brasil, em junho de 2014, que ocorreu em São Paulo, Dilma foi vaiada e ofendida (ALONSO, 2017, p.54) por milhares de torcedores que vestiam a camisa da seleção e que, momentos antes, haviam entoado o hino nacional apaixonadamente. Aquela situação foi determinante para que, ao longo do ano, a direita se organizasse em torno de grupos que tinham em comum a pauta do patriotismo e anticorrupção, dentre os quais se destacam o Vem pra Rua (VPR); Movimento Brasil Livre (MBL); e Revoltados On-line (ROL) (TATAGIBA et al, 2015, p. 202).

Mas o ano de 2014 foi um ano de eleições, e a literatura do Confronto Político ensina que ocorre uma diminuição no número de eventos de protestos em períodos eleitorais, e de fato houve (TATAGIBA, 2017, p.83). Mas a abordagem do CP

também mostra que eleições trazem oportunidades e/ou ameaças para a ação coletiva (McADAM e TARROW, 2001). E foi o que aconteceu no caso do Brasil, uma vez que a eleição abriu uma oportunidade importante para que esses grupos – e a população de maneira geral – pudessem canalizar as insatisfações que estavam difusas. E eles o fizeram em direção à candidatura de Aécio Neves (PSDB) por meio da conexão entre a corrupção e o PT, oferecendo o antipetismo como projeto de mudança (TATAGIBA, 2017, p.83).

O desgaste da política econômica somado à inabilidade política de Dilma, que tinha dificuldades em manter a coalizão construída no primeiro mandato do PT; aos escândalos de corrupção; e depois, em 2013, somado aos protestos massivos, corroeram um governo que já não era sólido como o que o antecedeu. E em 2014, quando Dilma enfrentou o senador tucano no segundo turno das eleições, já era claro o realinhamento progressivo do empresariado e das elites econômicas (BRINGEL, 2018). A petista venceu, mas foi uma vitória apertada, com apenas 51,64% dos votos válidos, o que gerou um clima de instabilidade constantemente alimentado pela oposição. Os partidos que compunham a base do primeiro governo de Dilma, na onda do descontentamento generalizado da população com o PT, passaram a romper acordos com o Executivo. E mesmo que Dilma tenha vencido as eleições, o Congresso eleito naquele ano tinha um perfil considerado conservador³⁶ e não garantiria maioria no Legislativo.

Tanto que o PSDB, que perdera a eleição três meses antes, pediu, em dezembro do mesmo ano, a cassação do mandato de Dilma ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob a alegação de fraude na apuração³⁷. No mesmo período, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, reinstalou a CPI da Petrobrás³⁸. Essa sequência de eventos reforçou o tema da corrupção na agenda pública e política, que foi determinante para a mobilização inédita da direita no país e para o ciclo de protestos que se organizou em torno da pauta comum de tirar Dilma do poder.

A esquerda sempre dominou o cenário do confronto político no Brasil, desde a

³⁶ ESTADÃO. **Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, afirma Diap**. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528>> Acesso em: 05/02/2019

³⁷ UOL. **PSDB pede cassação de Dilma e diplomação de Aécio como presidente**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/12/18/psdb-pede-cassacao-de-dilma-e-diplomacao-de-aecio-como-presidente.htm>> Acesso em: 15 de outubro de 2018.

³⁸ A CPI da Petrobras foi criada, inicialmente, em 2009, mas foi continuada após investigações de corrupção pela Lava Jato ganharem repercussão. Em 2014 foi criada uma comissão mista no Senado. Em 2015, o então presidente da casa, Eduardo Cunha, instalou a CPI na Câmara dos Deputados para investigar denúncias relacionadas a superfaturamento e “gestão temerária” na construção de refinarias e na construção e afretamento de navios, constituição de empresas subsidiárias, entre outras questões.

redemocratização, com organizações de intensa capacidade de recrutamento e mobilização. Tanto é assim que, segundo Tatagiba (2018), entre janeiro de 2011 e dezembro de 2016, foram registrados 1358 eventos de protestos no Brasil. Desse total, somente 10% foram classificados como protestos à direita. O número, no entanto, é significativo do aumento do potencial de mobilização das direitas brasileiras, especialmente nos anos de 2015, que concentram 28% das ações, e 2016, quando ocorrem 30% dos eventos.

Segundo levantamento próprio realizado a partir do jornal Folha de São Paulo, no período do que chamamos de Ciclo do Impeachment, entre novembro de 2014 e agosto de 2016, ocorreram ao menos 30 eventos de protesto organizados para reivindicar o “Fora, Dilma”. Eram protestos contra a corrupção, contra o governo federal, e contra a presidente e seu partido, algo que evoluiu para o pedido de impeachment de Dilma Rousseff – demanda que ficava clara pelas palavras de ordem “Fora, Dilma”, “Fora, PT” e, em alguns cartazes, “Fora, CorruPTos”.

Quadro 1 - Protestos à direita durante o Ciclo do Impeachment

DATA	PÚBLICO	ORGANIZAÇÃO
16/10/14	PM - 300 (SP)	VPR
22/10/14	PM - 1mil (SP)	VPR
	ORG - 20mil (SP)	
25/10/14	PM - 8mil (SP)	VPR
01/11/14	PM - 3mil (SP)	VPR; MBL
29/11/14	PM - 500 (SP)	ROL
06/12/14	PM - 5mil (SP)	VPR; MBL
01/03/15	ND*	Casal Charada
08/03/15	Panelaço	*ND
10/03/15	ND*	Expositores Salão Construção Civil
13/03/15	FSP - 50 (SP)	ROL
15/03/15	DF - 210mil	VPR; MBL; ROL e outros
	PM; ORG - 1 milhão	
12/04/15	PM - 100mil (SP)	VPR; MBL; ROL e outros
24/04/15	23 (SP)	MBL
06/08/15	Panelaço	*ND
16/08/15	DF - 135mil	VPR; MBL; ROL e outros
	PM; ORG - 1 milhão	

30/08/15	ND*	MBL
07/09/15	PM - 25mil (BSB)	MBL
15/11/15	PM - 2mil (BSB)	MBL
	ORG - 3mil (BSB)	
13/12/15	DF - 40mil(SP)	VPR; MBL; ROL e outros
04/03/16	FSP - 100 (SP)	MBL
13/03/16	DF - 500mil	VPR; MBL
	PM; ORG - 1,4 milhão	
16/03/16	PM - 5mil (SP)	ND*
	PM - 10mil (BSB)	
17/03/16	PM - 4mil (SP)	VPR; MBL
21/03/16	PM - 6mil (BSB)	Estudantes
03/04/16	ND*	VPR
04/04/16	PM - 3mil (SP)	Juristas
17/04/16	DF - 250mil (SP)	VPR; MBL; ROL; Fiesp e outros
09/05/16	ND*	MBL; Nas Ruas
11/05/16	PM - 4mil (BSB)	Nas Ruas
	ORG - 300 (SP)	
31/07/15	PM - 5mil (BSB)	VPR; MBL; ROL e outros

FONTE: Elaboração própria a partir de edições do jornal Folha de São Paulo publicadas no intervalo de 01 de outubro de 2014 e 31 de agosto de 2016;

*Não divulgado;

**O campo Público indica o número de manifestantes em cada evento segundo a Polícia Militar (PM); os organizadores (ORG); o instituto Datafolha (DF) e a estimativa do jornal (FSP);

***Alguns dos protestos listados acima ocorreram em mais de uma cidade, mas o número de participantes se refere à São Paulo ou Brasília, conforme indicado pelo jornal Folha de São Paulo.

Como se pode observar no quadro acima, o primeiro evento de grande destaque do Ciclo do Impeachment ocorreu no dia 15 de março de 2015 e reuniu 210 mil pessoas na Avenida Paulista, segundo o instituto Datafolha. Além desse primeiro protesto, outros quatro se destacam ao longo do ciclo: a manifestação de 12 de abril de 2015, em que participaram 100 mil pessoas; 16 de agosto de 2015, com 135 mil pessoas; 13 de março de 2016, em que o Datafolha registrou 500 mil participantes; e 17 de abril de 2016, que teve a presença de 250 mil manifestantes. Os números do Datafolha fazem referência à participação em São Paulo, mas os eventos citados ocorreram em todos os estados brasileiros, com uma capilaridade que se estendeu para centenas de cidades.

A direita brasileira foi capaz de ler o espírito de junho de renovar seu repertório de ação, até então restrito à lógica eleitoral e ao *lobby* para incluir o

confronto político. A campanha se destacou pela força numérica e simbólica e as performances de confronto incluíam o repertório básico do movimento social moderno, em que predominam manifestações, atos, carreatas, marchas, carros de som, bloqueio de vias e ocupação do espaço público.

Os protestos do Fora Dilma guardaram muita semelhança com as campanhas da Diretas Já e do Fora Collor, especialmente no que tange ao repertório, que retoma o predomínio do verde-amarelo e dos símbolos nacionais, como o hino e a bandeira do Brasil (MISCHE e ALONSO 2017, TATAGIBA 2014) – que apareceram também em 2013. Da mesma forma que em 1984, os manifestantes agiam no sentido de reivindicar a identidade do país. A diferença é que do outro lado não estavam os militares, mas o Partido dos Trabalhadores. E esse sentimento estava refletido em faixas e cartazes que garantiam que “a nossa bandeira jamais será vermelha”, em referência à cor da flâmula do PT.

Diferente dos protestos de Junho de 2013, os eventos do Ciclo do Impeachment também retomaram uma performance similar ao conceito das festas-cívicas, com carros de som, música e a participação de artistas e celebridades. Os atos do “Fora, Dilma” ainda mantinham a irreverência dos ciclos anteriores no Brasil, mas no lugar de enterros simbólicos estavam os chamados Pixulecos, bonecos que ironizavam, principalmente, as figuras de Lula e Dilma, apresentadas com aparência disforme e roupa de presidiário. “Lula virou o pixuleco, boneco gigante inflado, com roupa de prisioneiro e o número do partido mais o do estelionato no código criminal (13.171). E [o juiz Sérgio] Moro³⁹ personificou a moralidade pública” (ALONSO, 2017, p.55). Mas os bonecos não foram a única inovação. Apesar de reproduzir o repertório patriota das campanhas passadas, os participantes do Ciclo do Impeachment inovaram com a utilização dos chamados panelaços, em que as pessoas batiam em panelas com colheres de paus e outros utensílios.

O primeiro registro importante de um panelaço foi no dia oito de março de 2015, durante pronunciamento da presidente Dilma Rousseff em rede nacional pela ocasião do Dia Internacional da Mulher. Moradores de áreas nobres das grandes capitais – aparentemente mobilizados por meio de redes sociais – começaram a bater em panelas com o objetivo de que o pronunciamento da presidente não fosse ouvido. A mensagem era clara: não interessava o que Dilma tinha a dizer.

³⁹ Juiz Sérgio Moro, responsável pela Lava-Jato e por deferir a sentença que culminou com a prisão de Lula. Hoje, é ministro da Justiça de Jair Bolsonaro (PSL).

Com a evolução dos eventos de ação coletiva, o pannelaço foi apropriado pelos manifestantes que participaram dos atos públicos. Nesse meio tempo, outro Pannelaço massivo foi ouvido em seis de agosto de 2015, durante a veiculação do programa eleitoral do PT, também em rede nacional.

Outra diferença significativa no repertório foi a proximidade com a Polícia Militar (PM). Nos protestos da campanha pelo impeachment de Dilma, os participantes não foram hostilizados por PMs, pelo contrário, uma das performances de maior destaque eram as fotografias, em especial as *selfies*, dos manifestantes com os policiais, que posavam sorridentes. Essa proximidade se refletiu na contagem do público. Tradicionalmente, os números da polícia com relação à quantidade de participantes de um determinado evento são inferiores aos fornecidos pelos organizadores. Desta vez, os números da PM eram iguais aos da organização e superiores aos indicados por institutos de pesquisa, como se pode observar no **Quadro 1**. Em São Paulo, a multidão aclamava a PM que, “lisonjeada, contabilizou um milhão de presentes, enquanto o Datafolha estimava 210mil” (ALONSO, 2017, p.55).

À parte o repertório, porém, são poucas as semelhanças quando observadas outras características de ciclos passados. Isso fica mais evidente ao isolarmos as particularidades de dois dos principais eventos do Ciclo do Impeachment: os protestos de 15 de março de 2015 e 13 de março de 2016.

A organização do movimento da direita brasileira que saiu às ruas durante o Ciclo do Impeachment não contou com a expertise de partidos políticos ou movimentos sociais consolidados. Pesquisas realizadas pelo Datafolha em cada um dos eventos também indicam um movimento elitizado. Segundo o instituto, em 15 de março de 2015, das 210 mil pessoas que compareceram à manifestação, 63% eram homens; a idade média do manifestante era de 40 anos; 76% possuíam Ensino Superior; 41% mantinham uma renda mensal superior a 10 salários mínimos; e 69% dos manifestantes eram brancos. Em 13 de março de 2016, o perfil se mantém. Das 500mil pessoas que participaram do protesto, 57% eram homens; a idade média era de 45 anos; 77% tinham Ensino Superior; 37% mantinham renda acima de 10 salários mínimos; e 77% dos participantes eram brancos.

Mas a questão da homogeneidade vai além do perfil do manifestante. Diferentemente das campanhas das Diretas e do Fora Collor, em que partidos e organizações de diferentes vertentes disputavam narrativas, os participantes do

Ciclo do Impeachment mantinham coesão em torno de suas reivindicações. E isso aconteceu por dois motivos. Primeiro, os protestos não foram organizados por múltiplos partidos, então não havia disputa política dentro do movimento. Tanto é assim que, em 15 de março de 2015, 94% dos manifestantes afirmaram não ter filiação partidária, mas 37% declararam preferir o PSDB. Além disso, em 2015, 96% classificaram o governo Dilma como ruim ou péssimo – em 2016 o número subiu para 98%.

Segundo, em função dessa coesão, não havia múltiplos objetivos, apenas um: tirar o PT a partir da justificativa da corrupção. Verdade que havia certa disputa sobre a forma como isso deveria acontecer. Alguns grupos defendiam intervenção militar e outros até a volta da monarquia. Mas a interpretação da maioria era de que Dilma deveria ser retirada do poder. Em março de 2015, o Datafolha indicou que 47% das pessoas foram às ruas para lutar contra a corrupção; 27% pelo impeachment de Dilma; e 20% contra o PT.

Em julho de 2015, com o mandato bastante enfraquecido pelas crises econômica e política, o governo Dilma alcançou apenas 9% de aprovação em pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope). Foi o mais baixo índice de aprovação para um presidente da República⁴⁰ até então. Em 3 de dezembro de 2015, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha – hoje preso por crime de corrupção –, acolheu⁴¹ o pedido de impeachment redigido por Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal – hoje deputada estadual em São Paulo pelo PSL, mesmo partido de Bolsonaro. Em 2016, 95% apoiavam o impeachment.

Isso mostra que, diferente de 2013, em que as pessoas não conseguiram se unir em torno de um único *frame*, os protestos do Fora Dilma estavam ancorados, principalmente, no frame da corrupção – do combate à corrupção – e, de forma adjacente, no antipetismo. Ser contra a corrupção era sinônimo de ser contra Dilma e ser contra o PT.

⁴⁰ FOLHA DE SÃO PAULO. **Reprovação de Dilma cresce e supera a de Collor em 1992**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1665135-reprovacao-de-dilma-cresce-e-supera-a-de-collor-em-1992.shtml>> Acesso em: 05/02/2019

⁴¹ EL PAÍS. **Acuado, Cunha acolhe pedido de impeachment contra Dilma Rousseff**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/02/politica/1449089233_244586.html> Acesso em: 05/02/2019

Quadro 2 - Comparativo entre o Ciclo do Impeachment e ciclos passados

	DIRETAS	FORA COLLOR	JUNHO DE 2013	IMPEACHMENT
Demanda	Eleição direta	Fora Collor	Redução tarifa	Fora Dilma
Composição	Heterogêneo	Heterogêneo	Heterogêneo	Homogêneo
Frame	Eleição direta	Ética na política		Combate corrupção
Múltiplos objetivos	Arrocho salarial Crítica EUA Crítica FMI	Significado de ética CNBB/Verdade OAB/ Constituição PNBE/Estabilidade CUT/Democracia e Justiça Social	Contra a corrupção Contra o governo federal Contra partidos Contra o PT Contra megaeventos Por mais participação Direitos das minorias Legalização do aborto Maioridade penal	Contra a corrupção Contra Dilma/PT
Organização	Partidos Políticos Mov. Sociais Sindicatos Sociedade civil org.	Partidos Políticos Mov. Sociais Sindicatos Sociedade civil org. Mov. Estudantil	Movimentos sociais Sociedade Civil org.	Sociedade civil org.
Repertório	Passeatas/marchas Verde-amarelo Símbolos nacionais Festas /artistas Irreverência Caravanas	Passeatas/marchas Verde-amarelo Vermelho Preto Símbolos nacionais Festas /artistas Irreverência Caras-pintadas	Passeatas/marchas Verde-amarelo Vermelho Preto Símbolos nacionais Irreverência Black-blocs	Passeatas/marchas Verde-amarelo Símbolos nacionais Festas /artistas Irreverência Panações Selfies com a polícia
Inovações	Caravanas Festas-comício	Caras-pintadas	Black-blocs	Panações Selfie com a polícia

FONTE: elaboração própria

Os dados indicam, portanto, que, pela primeira vez, a direita e a elite brasileiras levaram suas reivindicações às ruas e foram capazes de controlar a narrativa da luta contra a corrupção que, segundo Tatagiba et.al. (2015), foi associada à luta contra o PT, forjando um enquadramento que teve aderência especialmente em segmentos sociais de renda média e alta – justamente o público dos protestos pelo impeachment. Os protestos à direita são, então, o resultado de um contexto político particular que permitiu a associação entre antipetismo e a luta

contra a corrupção (TATAGIBA, 2015).

Mas talvez a distinção mais importante do Ciclo do Impeachment seja com relação à mobilização do protesto. Como podemos observar no quadro acima, o ciclo de Junho de 2013 foi o primeiro a não contar com a participação ativa de partidos políticos e sindicatos – pelo contrário, os partidos foram hostilizados durante as manifestações. Essa tendência permaneceu nos eventos do “Fora, Dilma” e os partidos políticos não participaram diretamente da organização. E a hostilidade com relação aos partidos foi transformada em antipetismo.

Movimentos sociais tradicionais da cena política brasileira também não faziam parte da estrutura mobilizadora dos protestos. Quem respondia por essa função eram movimentos como o Vem Pra Rua (VPR); Movimento Brasil Livre (MBL) e Revoltados Online (ROL), citados anteriormente.

O Vem Pra Rua nasceu em 2014, já com o governo Dilma como alvo, na ocasião das eleições presidenciais e tendo como pauta definida o combate à corrupção. O MBL, que hoje tem mais destaque, nasceu em 2013 na esteira das Jornadas de Junho e associado aos *Estudantes pela Liberdade*, a filial brasileira do *Students for Liberty*, que tem como objetivo formar jovens liberais a partir de uma atuação centrada nas universidades (GOBBI, 2016), embora não seja o caso do MBL. Já o *Revoltados Online* foi criado em 2000 por um ex-pastor evangélico e, dentre as três, é a que possui maior proximidade com a extrema-direita, assumindo na campanha pelo impeachment um discurso que incitava à violência física e defendia a intervenção militar.

Foram essas organizações que estiveram à frente dos protestos, convocando as manifestações, dialogando com a imprensa e fazendo a disputa nas redes sociais. Os líderes são homens que se apresentam como empresários e tem seu discurso reverberado justamente em setores de classes média e alta e, embora se posicionem como apartidários, é comum o envolvimento em campanhas do PSDB e DEM⁴². Mas a questão é que no início da articulação dos protestos do “Fora, Dilma”, eram organizações sem lastro social, sem reconhecimento político e com pouca capacidade de produzir um debate qualificado em torno de suas demandas. Então, como é possível que organizações tão frágeis tenham sido capazes de mobilizar milhões de pessoas em torno de um mesmo tema?

⁴² O líder do MBL, Kim Kataguiri, agora é deputado federal pelo DEM de São Paulo, assim como outros membros da organização.

Tatagiba (2015) sugere aprofundar o entendimento em torno das conexões menos evidentes que sustentaram as mobilizações à direita ao longo do tempo. A autora indica alguns caminhos possíveis, entre eles seguir os dados relativos ao financiamento dessas organizações e compreender o papel das redes sociais como veículos de recrutamento. Mas nós optamos por um terceiro caminho, que é o de compreender o papel da mídia tradicional enquanto estrutura mobilizadora.

Segundo Tatagiba (2018, p.119-120), os grupos que reivindicaram a organização da campanha não tinham recursos políticos e financeiros expressivos e contaram com o apoio financeiro e logístico de organizações poderosas como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP); as redes religiosas evangélicas e o movimento neopentecostal, que utilizou uma de suas principais estratégias de mobilização, a Marcha para Jesus, para atacar a corrupção e “defender o Brasil” (em 7 de junho de 2014, o ato reuniu 250 mil manifestantes, segundo a PM); a Maçonaria (VIEGAS 2015; CALGARO 2015); e inclusive a Força Sindical e trabalhadores autônomos, como os caminhoneiros. Além, é claro, do apoio mídia hegemônica.

Cada uma dessas organizações foi fundamental para o Ciclo do Impeachment, mas foi um apoio periférico, no sentido de que evidenciar a disponibilidade das estruturas dessas instituições poderia tirar o caráter supostamente espontâneo das manifestações. Além disso, é pouco provável que a campanha teria a dimensão alcançada sem o papel estrutural dos meios de comunicação. Acreditamos que ao sistema midiático não coube apenas cobrir as manifestações, mas assumir o papel de componente importante de sua concretização. Isso significa que a mídia tradicional pode, por meio de enquadramentos interpretativos (SNOW e BENFORD, 1988), ter assumido parcialmente as funções normalmente desempenhadas por movimentos sociais e outras organizações políticas no que tange à mobilização do protesto. Segundo Juremir Machado da Silva (2016), a mídia não narra a história, tenta escrevê-la antes, durante e, principalmente, depois dos acontecimentos.

2 Confronto na mídia

Na edição de 18 de março de 2015, a revista *Veja* publicou uma coluna da escritora Lya Luft, colaboradora fixa da publicação, intitulada “Que Deus nos ajude.” No texto, ela se refere a um protesto do MST como uma “invasão do exército de mulheres camponesas de rosto tapado e foices e paus nas mãos”. Segundo ela, as participantes a “deixaram envergonhada de ser mulher brasileira.” “Se isso faz parte dos exércitos que o ex-presidente Lula⁴³ andou convocando, que Deus nos ajude” (2015, p.25).

Em primeiro de abril do mesmo ano, porém, a colunista demonstra um comportamento diferente com relação às mobilizações da direita e da elite brasileiras.

“Confesso que no dia 15 de março não participei com meus filhos e amigos, e que me dispensei porque, afinal, a cada duas semanas estou com a cara na janela aqui, para milhões de leitores, muito exposta e muito ativa, sem ter de me apoiar na bengala que nos últimos anos uso para trajetos maiores ou mais cansativos, ou para subir alguns degraus. Mas desta vez prometi a mim mesma, se sair a manifestação de 12 de abril, lá estarei, de bengalhinha e tudo, orgulhosa de poder fazer algo mais concreto ainda do que um artigo, pelo bem deste país do qual minha família fez a sua pátria há 200 anos, labutando para que ele se torne maior e melhor” (LUFT, 2015, p.22)

A ação da mídia foi objeto de estudo corrente na pesquisa de movimentos sociais e do Confronto Político (TILLY e TARROW, 2007). Gitlin (1980) foi um dos primeiros a analisar o efeito de enquadramentos interpretativos na ação coletiva e argumentou que a mídia pode criar efeitos negativos de longo prazo para os movimentos. Nessa linha, pesquisadores desenvolveram o conceito do paradigma do protesto (protest paradigm) da mídia (DETENBER; GOTLIEB; MCLEOD; MALINKINA, 2010; XU, 2013), que indica que, via de regra, as coberturas jornalísticas são construídas para criar enquadramentos negativos dos eventos. O primeiro exemplo citado na abertura do capítulo se encaixa perfeitamente nessa perspectiva. Nossa intenção, porém, é complementar essa ideia, mostrando que as coberturas podem criar enquadramentos positivos de acordo com o tipo de evento.

⁴³ Em 24 de fevereiro de 2015, durante ato em defesa da Petrobrás realizado no Rio de Janeiro, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse: “Também sabemos brigar. Sobretudo quando o Stédile colocar o exército dele nas ruas”, em referência à João Pedro Stédile, líder do Movimento dos Sem-Terra (MST). Fonte: Folha de São Paulo. “Comissão da Câmara quer que Lula explique fala sobre ‘exército de Stédile’”. 18 de março de 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1604665-comissao-da-camara-quer-que-lula-explique-fala-sobre-exercito-de-stedile.shtml>> Acesso em: 25 de fevereiro de 2019.

O segundo exemplo, o relato de uma senhora idosa disposta a participar de uma ação coletiva, disposta a “fazer algo concreto” pelo “bem do país”, reforça nossa hipótese de que a mídia tradicional brasileira pode ter agido como produtora, ou seja, como estrutura mobilizadora dos protestos do Ciclo Impeachment. Para isso, é fundamental começar por compreender de que forma a mídia agiu em ciclos passados no Brasil e como os enquadramentos midiáticos de ação coletiva são produzidos.

Os dois exemplos trazem à tona o fato de que a mídia não é imune ao contexto político e social no qual está incluída. Neste capítulo, a ideia é entender a maneira com que a mídia interage com os ciclos de protesto e os reflexos dessa relação. Na parte **2.1 A cobertura de protesto no Brasil**, o histórico brasileiro dos ciclos das Diretas Já, Fora Collor e das Jornadas de Junho indica uma interação não-linear da mídia com o confronto político, que muda conforme mudam atores, demandas e repertórios. Veremos que isso passa, primeiro, pelas características inerentes ao processo de construção da notícia. Mas essa é só uma parte do motivo. Partindo da premissa de que os veículos não são neutros, entendemos que as particularidades das rotinas de produção da notícia devem ser avaliadas dentro do contexto político, social e econômico no qual estão inseridas, e não de forma isolada e mecânica. Portanto, que elas também respondem ao contexto. Por isso, na parte **2.2 Controle social da mídia**, exploramos os papéis da mídia, que passa a ser entendida como um sistema de poder (GANS, 1979) capaz de exercer controle social – controle social que é diferente de manipulação unilateral.

Esse caminho teórico nos leva à terceira parte do capítulo, **2.3 Framing – Enquadrando o confronto**, que consolida o entendimento de que a interação não-linear da mídia com ciclos de protesto provém da função de controle social sobre a audiência, exercido por meio do *framing*, ou enquadramentos interpretativos de ação coletiva (BENFORD e SNOW, 1988). Nosso ponto ainda avança na teoria de Gans ao passo em que argumentamos que a mídia pode, por meio desses enquadramentos, agir como uma estrutura mobilizadora do confronto político.

2.1 A cobertura de protesto no Brasil

O discurso público, em todas as suas formas, acontece em fóruns como parlamentos, convenções partidárias, assembleias gerais, congressos e reuniões de

todo o tipo. Ele aparece, ainda, nas performances do Confronto Político. Atualmente, porém, há um espaço que ofusca os demais: a mídia. Por uma série de razões e pela natureza da comunicação de massa, a mídia é capaz de criar uma arena de proporções inatingíveis para outros fóruns. Primeiro porque os atores que se engajam no discurso de qualquer espaço público também fazem parte da audiência da comunicação de massa. “Some of them may well become important players in the mass media as well. But whether they do or not, all collective actors must assume that their own constituents are part of the mass media gallery⁴⁴” (GAMSON, 2004, p. 243). Segundo, é na mídia em que ocorre a maior parte de disputa de significados porque os atores do processo político partem do princípio que nenhum outro fórum terá tanta audiência. “Something that players in a more specialized arena say may be quoted in the mass media – often in a highly selective and simplified way⁴⁵” (GAMSON, 2004, p. 243). Assim, esses atores se voltam para a mídia para medir sua eficácia. Por exemplo, se determinado discurso chega até as manchetes dos principais jornais e se gera comentários favoráveis dos jornalistas. Terceiro, a mídia não é simplesmente um indicador de amplas mudanças culturais na sociedade civil, ela é capaz de provocar mudanças inclusive no âmbito da consciência política. “When a social movement challenges a cultural code, a change in the media arena both signals and spreads the change⁴⁶” (GAMSON, 2004, p. 243).

A mídia tem um papel importante, portanto, em comunicar a mensagem de ativistas ao ambiente institucional e para a sociedade em geral. De certa forma, ativistas dependem da mídia para projetar as ideias e ações que aparecem em um ciclo de protestos a um público maior. Especialmente em um país de dimensões continentais como o Brasil, o sistema midiático – incluindo televisão, rádio, imprensa e internet – torna-se um componente necessário a uma estratégia bem sucedida de qualquer movimento (RYAN, 1991; ROHLINGER, 2002). Assim, ativistas devem entendê-la como um meio de transmitir informações para atingir outras pessoas.

Activists want media to (a) report on their concerns; (b) cover their activities; (c) publicize their organizations; (d) convey a profile that emphasizes strength, seriousness, and legitimacy to opponents and targets; (e) project a

⁴⁴ “Alguns deles podem também se tornar jogadores importantes nos meios de comunicação de massa. Mas, quer façam ou não, todos os atores coletivos devem assumir que seus próprios constituintes fazem parte da galeria de mídia de massa.” (tradução nossa)

⁴⁵ “Algo que os atores em uma arena mais especializada dizem pode ser citado nos meios de comunicação de massa - muitas vezes de forma altamente seletiva e simplificada” (tradução nossa)

⁴⁶ “Quando um movimento social desafia um código cultural, uma mudança na arena da mídia sinaliza e espalha a mudança.”(tradução nossa)

profile that emphasizes legitimacy and effectiveness to supporters and potential supporters⁴⁷. (MEYER, 2015, p.128)

Em um ciclo de protesto, o uso da mídia é parte da estratégia de um movimento para que as reivindicações sejam conhecidas; para que o protesto seja visto; para publicitar as organizações que fazem parte do movimento; para transmitir força e seriedade a adversários e alvos; e para projetar uma imagem que enfatize legitimidade e efetividade a apoiadores e seguidores em potencial. Os movimentos que conseguem fazer com que suas mensagens cheguem à mídia podem ser recompensados com a expansão do debate em torno de suas reivindicações; tem a possibilidade de energizar um movimento mobilizando a população; e ainda tem a oportunidade de aumentar a legitimidade na arena política (GAMSON e WOLFSFELD, 1993). Mas entre a necessidade e intenções do movimento e o que é efetivamente divulgado há um caminho enorme. “While movement organizers actively engage in framing work, not all framing takes place under their auspices or control⁴⁸” (TARROW, 2011, p.32). E esse gap fica bastante claro ao analisarmos o caso dos ciclos de protesto mais importantes do período democrático no Brasil.

Para a campanha das Diretas Já, o poder de amplificação da mídia era importante não para que as organizações ou reivindicações fossem conhecidas, porque a demanda pelo voto direto era latente desde a abertura política em 1979, mas para que o movimento projetasse força e legitimidade e pressionasse o Congresso a aprovar a emenda Dante de Oliveira, que garantiria eleições diretas para presidente. Mas no começo da mobilização, entre o final de 1983 e o início de 1984, parte da mídia hegemônica esforçou-se em evitar o tema das manifestações ou deu pouca importância ao movimento. A Rede Globo, por exemplo, ainda a maior e mais importante emissora de televisão do país, ignorou os primeiros atos massivos da campanha no final de 1983. O primeiro grande comício que apareceu em rede nacional foi o da Praça da Sé, em São Paulo, no dia 25 de janeiro de 1984, que reuniu 300 mil pessoas. No entanto, foi apresentado na escalada do Jornal Nacional⁴⁹ daquela noite como parte das comemorações pelo aniversário de São Paulo. O apresentador Marcos Hummel abriu a programação da seguinte forma:

⁴⁷ “Os ativistas querem que a mídia (a) reporte suas preocupações; (b) cubra suas atividades; (c) divulgue suas organizações; (d) transmita um perfil que enfatize força, seriedade e legitimidade aos oponentes e alvos; (e) projete um perfil que enfatize a legitimidade e a eficácia para os apoiadores e possíveis apoiadores.” (tradução nossa)

⁴⁸ “Enquanto os organizadores do movimento se envolvem ativamente no trabalho de enquadramento, nem todos os enquadramentos ocorrem sob seus auspícios ou controle.” (tradução nossa)

⁴⁹ Jornal Nacional, 25 de janeiro de 1984. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ig7aXoAyXS8>> Acesso em: 09 de junho de 2019.

“Um dia de festa em São Paulo. A cidade comemorou seus 430 anos com mais de 500 solenidades. A maior foi um comício na Praça da Sé”. No livro em comemoração aos 35 anos do telejornal⁵⁰, diz-se que a versão de que o protesto foi tratado como festa é falsa, apesar da escalada, pois a reportagem de 2 minutos e 17 segundos do jornalista Ernesto Paglia deixava claro o objetivo político do evento. De fato, Paglia cita a reivindicação. Exatamente a um minuto e seis segundos – metade da matéria –, ele diz que milhares de pessoas se reuniram em um comício para pedir eleições diretas para presidente. Mas ameniza o tom. “Não foi apenas uma manifestação política”, se referindo aos shows e à presença de artistas, que ganharem mais destaque do que políticos e líderes sindicais – estes sequer apareceram.

Em setembro daquele ano, a revista *Veja* publicou uma reportagem sobre os 15 anos do telejornal e o então presidente e fundador das Organizações Globo, Roberto Marinho, tentou justificar a ausência de cobertura dizendo que os comícios poderiam representar um fator de inquietação nacional. Mas a versão foi desmentida em 2005. Em entrevista ao jornalista Roberto Dávila, o ex-vice presidente das Organizações Globo, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, disse que a censura ao primeiro comício havia partido de Roberto Marinho em pessoa⁵¹. Segundo ele, “o doutor Roberto não queria que se falasse em Diretas-Já.” Boni ainda relatou que os militares haviam ameaçado cassar a concessão da TV Globo caso os comícios fossem noticiados – lembrando que a Globo foi entusiasta do golpe militar e da ditadura, reconhecendo o erro somente em 2013, em editorial no jornal *O Globo*⁵². A emissora só passou a cobrir os eventos das Diretas a partir do grande comício da Candelária, no Rio de Janeiro, que reuniu um milhão de pessoas no dia 10 de abril de 1984. Mas durante todo o ciclo foram ouvidos gritos de “o povo não é bobo, abaixo a Rede Globo.”

A Folha de São Paulo, que também havia apoiado o golpe, teve postura diferente e cobriu a campanha desde o início, mas de uma maneira reativa e não como co-produtora das manifestações. O jornal deu visibilidade a todos os eventos e declarou apoio à mobilização por meio de editoriais e de um selo especial criado especificamente para as notícias da campanha.

Já a Revista *Veja* ficou no meio do caminho. O apoio às Diretas foi declarado

⁵⁰ **Jornal Nacional: a notícia faz história.** Memória Globo. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004.

⁵¹ Folha de São Paulo. 31 de dezembro de 2005. **Globo censurou Diretas-Já, diz Boni.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3112200508.htm>> Acesso em: 17 de abril de 2019.

⁵² Jornal *O Globo*. 31 de agosto de 2013. **Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro.** Disponível: <<https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>> Acesso em: 07 de maio de 2019.

de forma progressiva. No editorial de quatro de janeiro de 1984, Vitor Civita, fundador da publicação, disse que “o problema não [é] se elegemos o presidente por meio direto ou indireto”⁵³, e sim o programa a ser implementado para superar a crise econômica. O editorial de 18 de janeiro de 1984 foi o primeiro dedicado à campanha e atesta que o voto direto “é o melhor meio para eleger o presidente.”⁵⁴ De novo, porém, o texto de *Veja* reforçou que o problema não estaria no sistema indireto e sim na manipulação que favoreceria o partido do governo. Já a edição de primeiro de fevereiro de 1984 trouxe a foto do comício da Sé na capa com a manchete “Eu quero votar pra presidente!”. No editorial, a revista afirmou que “a maioria da população quer as diretas.”⁵⁵

Já com relação ao ciclo do Fora Collor, em 1992, a história foi diferente. Desde o início. E o que fez a diferença foi o alvo. Do outro lado não estavam os militares, que por 20 anos protegeram os interesses da elite econômica e de parte da mídia comercial hegemônica, estava um político estreante, com nenhum capital político e um partido nanico por trás. Fernando Collor foi produto da mídia. Um dos momentos mais emblemáticos da campanha de 1989 foi um debate entre ele e Lula, o candidato do PT. Em 2011, no programa *Dossiê*, da Globo News, Boni, novamente, entrega o jogo. Ele disse que a emissora foi procurada pela assessoria de Fernando Collor à época da campanha presidencial e, a pedido do superintendente executivo da Globo, Miguel Pires Gonçalves, deu “palpites” para que o debate entre Collor e Lula ficasse menos desigual. Na visão de Boni, Lula representava o povo e o alagoano representava a autoridade, e isso desequilibrava “a briga”.

“Então nós conseguimos tirar a gravata do Collor, botar um pouco de suor com uma glicerinazinha, e colocamos as pastas todas que estavam ali, com supostas denúncias contra o Lula, mas as pastas estavam inteiramente vazias, com papeis em branco. Foi uma maneira de melhorar a postura de Collor junto ao espectador pra ficar em pé de igualdade com o Lula.”⁵⁶

Ou seja, a Globo produziu até o suor de Collor durante o debate e, segundo Boni, só não colocou caspa no candidato porque ele não aceitou. Ele foi além e disse que “todo aquele debate [...] a parte formal, fomos nós quem fizemos.”

Mas com o jornal *Folha de São Paulo*, a relação era outra. Collor dizia que

⁵³ REVISTA VEJA. Edição 800, ano 17, nº 1, 4 de janeiro de 1984, p. 21

⁵⁴ REVISTA VEJA. Edição 802, ano 17, nº 3, 18 de janeiro de 1984, p. 19

⁵⁵ REVISTA VEJA. Edição 804, ano 17, nº 5, 1 de fevereiro de 1984, p. 11.

⁵⁶ GLOBONEWS. *Dossiê*. Entrevista de José Bonifácio Sobrinho (BONI) ao repórter Geneton Moraes Neto. 26 de novembro de 2011. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=VrpruEkmJKU> > Acesso em: 09 de junho de 2019.

havia sido mal recebido na sede do jornal durante a campanha presidencial de 1989 e não gostou das reportagens publicadas pelos jornalistas Elvira Lobato, Gilberto Dimenstein e Clóvis Rossi em que se revelava, respectivamente, o acordo de Collor com usineiros alagoanos; como ele contratou mais de 400 funcionários na véspera de deixar a prefeitura de Maceió; e como o governo de Alagoas assinara um contrato no valor de U\$420 mil para contar com a assessoria de Zélia Cardoso de Mello. Menos de dez dias depois de tomar posse, autorizou que agentes armados da Receita e da Polícia Federal invadissem a sede da Folha de São Paulo sob o argumento de conferir se o jornal estava cobrando faturas publicitárias em cruzados novos ou na moeda recém-criada, o cruzeiro. A FSP seguia a orientação da Associação Nacional de Jornais e fazia as cobranças em cruzeiros, como as demais publicações. Mas foi a única a ter a sede vasculhada. Quatro meses depois, Collor ainda processou o diretor de redação, Otávio Frias Filho, e outros três jornalistas⁵⁷.

Esse contexto foi o cenário perfeito para a mídia co-produzir o Movimento Pela Ética na Política. E a revista Veja foi determinante nesse processo ao publicar a entrevista de Pedro Collor⁵⁸, irmão do presidente. Ele alegava que Paulo Cesar Farias, o tesoureiro da campanha de Collor, era testa-de-ferro do presidente em diversos esquemas de corrupção. Assim, a mesma imprensa que o chamava de “caçador de marajás” reagiu às denúncias e aos protestos e se uniu aos carapintadas, amplificando a ação coletiva e reforçando o papel estratégico da mídia. Por meio do frame da ética na política, garantiu que as reivindicações fossem conhecidas e que o protesto fosse visto, além de dar destaque às organizações, especialmente ao movimento estudantil. Em 19 de agosto de 1992⁵⁹, a revista Veja chama os estudantes de “anjos rebeldes”, um discurso que legitimou o movimento. A mídia co-produziu o evento ao trazer a rua para as páginas dos jornais e ao nomear a mobilização como algo legítimo.

Em Junho de 2013, da mesma forma que em 1984 e 1992, a mídia reagiu ao movimento. Mas essa é única semelhança. Os veículos brasileiros não ignoraram o movimento no início, como nas Diretas, e também não foram entusiastas, como no Fora Collor. Pelo contrário. A reação inicial ao movimento pela redução da tarifa foi negativa. Conforme os protestos cresciam e ganhavam repercussão internacional, a

⁵⁷ FOLHA DE SÃO PAULO. 23 de março de 1990. **Polícia Federal invade a sede da Folha**. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-04.shtml Acesso em: 02 de maio de 2019.

⁵⁸ REVISTA VEJA. Edição 1236, ano 25, nº 22, 27 de maio de 1992.

⁵⁹ REVISTA VEJA. Edição 1248, ano 25, nº 34, 19 de agosto de 1992.

mídia reagia de forma exasperada, segundo Alonso (2017). Tatagiba et.al. (2015) lembram que a mídia hegemônica atuou de forma a criminalizar os manifestantes e interpretar os protestos como formas de baderna. Especialmente com relação ao repertório disruptivo dos *black-blocs*, que era uma novidade na ação coletiva brasileira. A reação negativa da mídia foi a senha para a repressão (ALONSO, 2017). Na noite de 13 de junho, tropas cercaram a Avenida Paulista, em São Paulo, e feriram 128 pessoas em meio a bombas de gás. O episódio, porém, teve efeito reverso e atraiu a solidariedade justamente dos veículos de comunicação, que passaram a simpatizar com o movimento depois que jornalistas foram agredidos e feridos por policiais militares durante as mobilizações.

Mas a mudança de posicionamento da mídia com relação ao movimento de 2013 também pode ser creditada à entrada de novos atores, afinal, ela acontece de forma progressiva conforme penetram na pauta os agravos contra o governo federal e o sistema de forma geral. A edição de 19 de junho de 2013 da revista *Veja* inclusive questiona se depois do preço da passagem, “chegou a vez da corrupção”.

Os exemplos dos ciclos passados deixam clara a importância estratégica da interação entre mídia e ciclos de protestos. Mas acima de tudo, mostram duas coisas. Primeiro, que a ação da mídia com relação à ação coletiva não é linear, ou seja, a mídia responde de acordo com mudanças nos atores, reivindicações e repertórios. Segundo, os exemplos passados mostram que os manifestantes e organizadores não tem controle sobre a ação e reação da mídia. E tanto a mudança na reação quanto essa falta de controle tem origem nas características e procedimentos inerentes aos veículos de comunicação de massa, pois o processo de produção de uma notícia é menos subjetivo do que se imagina. O que não deixa de ser complexo, afinal, o processo de atribuir significado a um evento e transformá-lo em notícia sofre influência, simultaneamente, de grupos de oposição, dos eventos de protesto em si, espectadores e estruturas da mídia (GITLIN, 1980; RYAN, 1991; BENFORD e SNOW, 2000).

2.1.1 Rotinas de produção do jornalismo

Herbert Gans (1979) criou uma lista de teorias do jornalismo e da comunicação que se propõem a explicar como algumas histórias são escolhidas para se tornarem notícia e que serve de ponto de partida para compreender esse

fenômeno. No primeiro grupo, há o que ele chama de teorias centradas nos jornalistas, que explicam as notícias como um produto de julgamentos profissionais. Em um ponto de vista extremo, o jornalismo seria exercido a partir de uma série de critérios técnicos específicos que garantem a objetividade de um veículo de comunicação e que são comuns a todas as organizações.

Like any other profession, journalism is – or ought to be (there is this tension in thought about the professions generally) – insulated from extrinsic considerations, whether from political pressures, pressures from outside interest groups, or, indeed, conscious or unconscious ideological screens operating within journalists themselves. In less extreme form, such theories are commonly held by journalists, and also by politicians like Nixon and Agnew who hold journalists guilty of a special ideological bias⁶⁰. (GITLIN, 1980, p. 249)

A Hipótese do *Newsmaking* é uma das principais correntes dentro desse grupo de teorias centradas no trabalho do jornalista e dá ênfase especial à produção de informações ou “à potencial transformação dos acontecimentos cotidianos em notícia” (HOHFELDT, 2001, p.203). É uma teoria que se baseia, essencialmente, no emissor, visto enquanto intermediário entre o acontecimento e a narrativa – a notícia. Os estudos do *newsmaking* focam na relação entre fontes primárias e jornalistas e nas diferentes etapas de produção da informação, que variam da captação e tratamento até a edição e distribuição. Neste âmbito, destacam-se os estudos sobre *gatekeeping* (LEWIN, 1947), que nada mais é que uma filtragem da informação que teria uma perspectiva distinta da ideologia e mais vinculada às rotinas de produção. Ou seja, o conceito parte do princípio de que existem normas profissionais que superariam distorções subjetivas na seleção das informações. “As primeiras conclusões admitiram, então, que os processos de comunicação têm em si uma função de controle social desenvolvida a partir do estabelecimento de práticas socializadas entre seus profissionais, os jornalistas” (HOHLFELDT, 2001, p.205).

A hipótese do *Newsmaking* indica que a função de *gatekeeping* dependeria de uma série de perspectivas e influências que incluiriam a autoridade institucional e suas eventuais sanções; sentimentos de fidelidade e estima para com os superiores; aspirações à mobilidade social da parte do jornalista; ausência de fidelidade de

⁶⁰ “Como qualquer outra profissão, o jornalismo é - ou deveria ser (existe essa tensão no pensamento sobre as profissões em geral) - isolado de considerações extrínsecas, seja de pressões políticas, pressões de grupos de interesse externos ou, de fato, telas ideológicas conscientes ou inconscientes. operando dentro dos próprios jornalistas. Em uma forma menos extrema, tais teorias são comumente mantidas por jornalistas e também por políticos como Nixon e Agnew, que consideram os jornalistas culpados de um viés ideológico especial.” (tradução nossa)

grupo; e o fato de a notícia ter se transformado em valor (HOHLFELDT, 2001, p.205). Isso significa que o *gatekeeping* seria uma espécie de distorção involuntária da informação, “devida ao modo pelo qual se organiza, institucionaliza e desenvolve a função jornalística. As chamadas estruturas inferenciais, que não significam manipulação.” Considera-se, então que há uma lógica específica dos meios de comunicação de massa, que escapa aos interesses das audiências e que se expressam nas exigências de produção.

Com o passar do tempo, os estudos sobre o *newsmaking* levaram ao agrupamento, em dois grandes blocos, das diferentes rotinas e causas motivacionais para a filtragem involuntária das informações: 1) a cultura profissional dos jornalistas, que é um emaranhado de retóricas, táticas, códigos, estereótipos e símbolos; e a 2) organização específica do trabalho e dos processos produtivos da informação.

De modo geral, admite-se que os meios de comunicação de massa devem a) tornar possível o reconhecimento de um fato desconhecido como algo notável de ser noticiado; b) elaborar relatos capazes de retirar do acontecimento seu nível de particularidade (idiossincrático), tornando-o generalizável (contextualizado); c) organizar temporal e espacialmente este conjunto de tarefas transformadoras, de modo que os eventos noticiados fluam e possam ser explorados racional e planejadamente. (HOHLFELDT, 2001, p.207)

No que tange à categoria da cultura profissional, parte-se do princípio que as convenções e organização do jornalismo determinam o que é notícia e legitimam o processo produtivo, construindo o conceito de noticiabilidade – a aptidão potencial de um fato para se tornar notícia. E essa noticiabilidade está regrada por valores-notícia, um conjunto de elementos e princípios através dos quais os acontecimentos são avaliados para se tornarem, ou não, notícias. Os valores-notícia são agrupados em cinco grandes categorias que se subdividem em inúmeras outras. As 1) *categorias substantivas* se ligam ao acontecimento em si e seus personagens. Podem ser subdivididas em a) *importância* (grau e nível hierárquico dos indivíduos, impacto e interesse nacional, quantidade de pessoas envolvidas, relevância e significação quanto à evolução e consequência); e b) *interesse* (capacidade de entretenimento, interesse humano, composição equilibrada do noticiário (HOHLFELDT, 2001, p.209-210). Já as 2) *categorias relativas ao produto* dizem respeito à disponibilidade de materiais e características do produto como a) brevidade; b) condição de desvio da informação; c) atualidade; d) atualidade interna;

e) qualidade; e f) equilíbrio. As 3) *categorias relativas aos meios de informação* tem a ver com a quantidade de tempo usado para veicular a informação, então depende menos do assunto e mais da forma, como a) bom material visual x texto verbal; b) frequência; e c) formato. Ainda há as 4) *categorias relativas ao público*, que se referem à imagem que o profissional ou veículo possuem de suas audiências e o modo pelo qual se preocupam em atendê-las. Então, neste caso, o foco é na a) estrutura narrativa; e na b) protetividade. Por fim, destacam-se as 5) *categorias relativas à concorrência*, que envolvem a) exclusividade ou furo; b) geração de expectativas recíprocas; c) desencorajamento sobre inovações; e d) estabelecimento de padrões profissionais ou modelos referenciais (HOHLFELDT, 2001, p.213-214).

Pode-se dizer que a perspectiva do *newsmaking* evidencia uma espécie de auto-suficiência do jornalismo, em que o processo comunicacional se coloca com absoluta autonomia em relação às demais categorias sociais, o que, sabidamente, é equivocado. (HOHLFELDT, 2011, p.219)

Ainda que seja equivocado assumir a autossuficiência do jornalismo, do ponto de vista da teoria da comunicação, a hipótese ajuda a compreender o modo pelo qual a informação flui até o receptor final e também auxilia na compreensão da homogeneização da produção jornalística que aparece, inclusive, em coberturas de ciclos de protesto.

The reporter, typically a general assignment reporter, who covers a protest action is unlikely to develop deep expertise in the issues being contested because she will be covering a wide variety of issues on a day-to-day basis. Simply, she doesn't have the time. The time pressures, in conjunction with the generalist training of journalists and the focus on events, rather than issues, that defines most journalism, explain most of what appears in mainstream news. Understanding the constraints, we can see why journalists rely on institutional sources for news, cover novelty, and use familiar scripts and forms for doing so⁶¹. (MEYER, 2015, p.129).

O segundo grupo da lista de Gans inclui teorias que enfatizam os imperativos comerciais ou a estrutura organizacional das operações dos veículos de comunicação de massa (GITLIN, 1980, p.250). Dessa premissa, mais do que as teorias em si, para este estudo importa saber que, no Brasil, os maiores e mais relevantes grupos de comunicação de massa não são operados pelo governo. A

⁶¹ "O repórter, normalmente um repórter de missão geral, que cobre uma ação de protesto, provavelmente não desenvolverá uma profunda especialização nas questões que estão sendo contestadas, porque ela estará cobrindo uma ampla variedade de questões no dia-a-dia. Simplesmente ela não tem tempo. As pressões de tempo, em conjunto com a formação generalista de jornalistas e o foco em eventos, em vez de questões, que definem a maior parte do jornalismo, explicam a maior parte do que aparece nas principais notícias. Entendendo as restrições, podemos ver por que os jornalistas confiam em fontes institucionais para notícias, cobrem novidade e usam roteiros e formulários familiares para fazê-lo." (tradução nossa)

grande mídia no Brasil é composta de inúmeros *outlets* que incluem jornais, revistas, canais de televisão e rádio, além de *websites*. Além disso, a mídia é controlada por um oligopólio de poucas e influentes famílias da elite brasileira. Praticamente todos os veículos são operados como negócios e o modelo dominante é o que anunciantes pagam pela maior parte das operações e rendem lucros às grandes empresas de comunicação.

Em outras palavras, os patrocinadores pagam para jornais, por exemplo, publicarem seus anúncios com o intuito de que seus leitores vejam e, assim, comprem seus produtos. Isso significa que mesmo que os jornais tenham interesses políticos, os interesses econômicos são, via de regra, mais fortes. “Few tycoon are willing to pour large amounts of money into an unprofitable paper or magazine for a long period of time in order to promote a political point of view”⁶² (MEYER, 2015, p.129). Grande parte do que acontece em um veículo de comunicação é determinada, portanto, por fatores que estão fora do controle de ativistas, repórteres e mesmo editores – fatores que estão combinados às pressões de *deadlines* e rotinas de produção.

Já o terceiro grupo está centrado nos eventos e defende que as notícias são espelhos que refletem a realidade. A partir dessa premissa, se o tratamento da mídia com relação a um grupo muda, não é porque a mídia mudou, mas o grupo. E há algumas teorias que atribuem as causas da seletividade das notícias às condições sociais externas ao veículo, como fatores tecnológicos, cultura nacional, economia, audiência, fontes poderosas ou, ainda, a ideologia dominante dos poderes de uma sociedade (GITLIN, 1980, p.250-251).

Essas abordagens combinadas auxiliam na compreensão do comportamento da mídia, mas considerado o todo, são apenas fragmentos. Cada uma delas deixa de oferecer uma parte da perspectiva.

As Ben Bagdikian puts it, news outside regular beats usually results from three stages in selection: 1) an editor decides that a certain scene should be looked at as the site of a newsworthy event; 2) a reporter decides what is worthy of notice on that scene; and 3) editors decide how to treat and place the resulting story. Behind this process stands the institutional structure of the media, and above all the managers who set overall corporate policy, though hardly with utter freedom⁶³. (GITLIN, 1980, p.258)

⁶² “Poucos magnatas estão dispostos a despejar grandes quantias de dinheiro em um jornal ou revista não lucrativos por um longo período de tempo, a fim de promover um ponto de vista político” (tradução nossa)

⁶³ “Como Ben Bagdikian coloca, as notícias fora das batidas regulares geralmente resultam de três estágios na seleção: 1) um editor decide que uma determinada cena deveria ser encarada como o local de um evento interessante; 2) um repórter decide o que é digno de nota nessa cena; e 3) os editores decidem como tratar e colocar a história resultante. Por trás desse processo

Gitlin destaca precisamente que o todo precisa ser considerado. No processo de concepção de um evento como notícia, um editor decide que determinada situação deve ser observada como a origem de um evento que pode merecer atenção e espaço; então um repórter decide o que, nesse evento, é digno de nota; e editores decidem como tratar e onde colocar a peça que resulta dessa informação. Mas essa é só uma parte do processo, afinal, por trás do trabalho há a estrutura institucional da mídia e acima estão os proprietários da empresa, que determinam as regras do jogo – raramente com liberdade para quem está abaixo.

Essa conjuntura mostra que os veículos de comunicação de massa não são meros observadores imparciais, não são instituições neutras. Eles também tem interesses, normas e práticas que influenciam sobre quais mensagens serão entregues para as audiências e a forma como isso acontece (GANS, 1979; GITLIN, 1980; KLANDERMANS, 1988; RYAN, 1991). E esse poder exerce uma influência enorme sobre as necessidades dos grandes grupos da mídia e os procedimentos inerentes à prática jornalística precisam ser avaliados a partir do contexto no qual estão inseridos. E o primeiro passo é entender a mídia como um sistema.

Conceituar a mídia de massa como um sistema é importante, especialmente no estudo do Confronto Político por, pelo menos, duas razões (ROHLINGER e EARL, 2017, p.5). Primeiro porque a mídia tradicional é composta de diferentes meios, o que muda a forma como os cidadãos podem se engajar em ação coletiva. O sistema midiático está evoluindo e renovando a forma como o conteúdo é distribuído. Chadwick (2013) lembra que muitos sistemas são híbridos, o que significa que há uma mistura de meios antigos e novos dentro das mesmas empresas e dos mesmos veículos. Uma publicação impressa como a revista *Veja*, por exemplo, tem edições e assinaturas digitais que podem ser acessadas por meio do computador, *tablet* ou *smartphone*, além de produzir conteúdo diário para o website da revista. E é assim em todos os grandes veículos de comunicação do Brasil e do mundo. Isso diversifica o fluxo de informação e, conseqüentemente, pode afetar a ação coletiva (ROHLINGER e EARL, 2017, p.5). Essa transformação altera os sistemas de receitas, as práticas de trabalho e, ainda, a capacidade de políticos, autoridades e profissionais da mídia controlarem como os cidadãos usam a

está a estrutura institucional da mídia e, acima de tudo, os gestores que definem a política corporativa global, embora dificilmente com total liberdade.” (tradução nossa)

comunicação de massa para organizar e desafiar o *status quo* (CHADWICK, 2013). Em sistemas relativamente abertos como o do Brasil, o estado já tem um controle bastante limitado sobre o fluxo de informações. Isso significa que é relativamente fácil para os ativistas e cidadãos em geral acessarem uma variedade de meios em seus esforços para aumentar a conscientização sobre os assuntos de seu interesse.

Segundo, porque a diversidade de plataformas midiáticas permite que os cidadãos usem a mídia – e cada uma dessas plataformas – de forma estratégica para organizar e mobilizar a ação. Os cidadãos são “onívoros” (ROHLINGER e EARL, 2017, p.5) na medida em que consomem informações de uma ampla gama de plataformas de mídia (HOWARD e CHADWICK, 2009). Isso mostra que, apesar de estarmos em plena sociedade da informação (CASTELLS, 1999), nem tudo sobre mídia é novo.

Cada veículo está inserido em um universo de outros *outlets* em que os donos e diretores estão comprometidos com a manutenção do *status quo* das elites. Portanto, as rotinas de produção não são postas em prática dentro de uma bolha em que a estrutura da mídia e o jornalista estão isolados da realidade. Isso significa que os procedimentos inerentes à prática jornalística precisam ser avaliados a partir do contexto político, econômico e social no qual estão inseridos. “[They are] committed to a national security State; to reform of selected violations of the moral code through selective action by State agencies; and committed to approving individual success within corporate and bureaucratic structures⁶⁴” (GITLIN, 1980, p.258).

A elite midiática precisa honrar o sistema político-econômico como um todo porque seu próprio poder pressupõe aquele sistema. Ao mesmo tempo, também está comprometida com suas próprias vantagens econômicas e políticas.

2.2 Controle social da mídia

Os estudos que se propõem a explicar a forma com que os veículos de comunicação se relacionam com movimentos sociais (GAMSON e MODIGLIANI, 1989; GAMSON ET AL. , 1992) expõem um pressuposto importante para entender o papel da mídia no confronto político. Os meios não são neutros, assim como os atores midiáticos não são apenas reprodutores imparciais da realidade, são atores

⁶⁴ “Eles estão comprometidos com um Estado de segurança nacional; reformar as violações selecionadas do código moral por meio de ação seletiva das agências estatais; e comprometidos com a aprovação do sucesso individual dentro das estruturas corporativas e burocráticas ” (tradução nossa)

que disputam sentido no confronto. Como disse Gitlin (1980), nessa espécie de cabo-de-guerra vence quem tem mais poder e a mídia é, entre outras coisas, o exercício do poder por meio da interpretação da realidade.

A mídia, de maneira geral, transformou a política (SARTORI, 1992), especialmente com relação a três aspectos: 1) *Agendamento*, ao determinar os temas sobre os quais incidirá a atenção pública (MCCOMBS e SHAW, 1972), e ao decidir o que *não* deve ser dito, conceito reconhecido como Espiral do Silêncio (COMPARATO, 1997); 2) *Opinião Pública*, uma vez que a imprensa exerce forte influência na formação da opinião pública (FILGUEIRA e NOHLEN, 1994); e 3) *Disputa eleitoral*, substituindo o papel comunicador dos partidos políticos (RUBIN, 1981). Estudos que avaliam a relação da democracia com mídia (HABERMAS, 2006; GUNTHER e MUGHAN, 2000; MCNAIR, 2000; GANS, 2003; COOK, 1998; 2005; BENNETT, 1988) concordam que o regime ampara-se fortemente na liberdade de expressão e no livre fluxo de informações, opiniões e ideias no cerne das comunidades. Sem isso, os cidadãos não teriam capacidade de tomar decisões políticas conscientes.

Com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa no início do século passado, o exercício do jornalismo se tornou a principal fonte para a formação de opinião e tomada de decisões do grande público – inclusive no que tange à participação e legitimação da ação coletiva. Especialmente em países como o Brasil, que se tornou uma democracia de massa somente na década de 1980. O país “tem uma das cinco maiores redes de televisão do mundo [Globo] (BLUMENTHAL e GOODENOUGH, 1991), a quarta maior revista semanal [Veja] e jornais diários independentes [...] com um padrão gráfico e informação técnica equiparáveis aos do Primeiro Mundo” (SINGER, 2000, p.60). Mas a experiência democrática anterior, entre 1945 e 1964, “possuía fortes configurações elitistas, determinadas pela característica rural de boa parte da população” (SINGER, 2000, p.60). Ou seja, o sistema político brasileiro está sendo *moldado* – e não apenas mudado – pela mídia. Provavelmente, a democracia brasileira está sendo mais influenciada pela mídia do que as “velhas” democracias da Europa e dos Estados Unidos, que já tinham tradições consolidadas antes da massificação dos meios de comunicação.

Isso não significa que a mídia não tenha exercido impacto sobre os rumos da política no país antes, em especial da democracia. Pelo contrário. O comportamento

da imprensa em 1964 foi determinante para a derrubada de João Goulart e a instalação do regime no que Juremir Machado da Silva chama de golpe midiático-civil-militar (2016, p.8). “A mídia, em 1964, enquanto falava sem parar de democracia e de ordem constitucional, preparava o lombo dos brasileiros para os golpes que eles sofreriam por duas décadas e meia.”

Gans (1979, p.290) entende que, a exemplo do que foi discutido no item anterior, é difícil ou injusto atribuir um motivo, apenas, para a forma como o jornalismo é produzido. É preciso considerar todas as perspectivas e, ainda assim, reconhecer que talvez os jornalistas desempenhem funções não intencionais ou não reconhecidas para a sociedade como um todo, o que é suficiente para que ajam da forma como agem. De todo modo, se partirmos de uma abordagem que considere as particularidades da produção da notícia dentro de um contexto político específico, é possível perceber que a mídia desempenha determinados papéis na sociedade e que interessam ao Confronto Político.

Mesmo com limitações, Gans (1979, p.291) implica uma série de funções que indicam a configuração da mídia como um sistema de poder, das quais destacamos sete. Primeiro, o autor sugere que os meios de comunicação agem como 1) *Testadores de liderança*, uma vez que se tornaram grandes mecanismos para recrutar e testar – no sentido simbólico – políticos eleitos e lideranças que estão à margem da política *mainstream*. Em um segundo momento, agem como 2) *Fornecedores de feedback político*. O principal propósito de um veículo é informar a audiência, mas os políticos eleitos e indicados, como ministros e secretários, estão entre o público mais interessado no que se torna notícia. “Television and the magazines, however, serve public officials mainly as feedback devices, providing them with early clues to how the general, or the informed, public feels about their actions and statements”⁶⁵ (GANS, 1979, p.291). Nesse processo, os meios de comunicação se tornam uma espécie de substituto dos constituintes no que se refere ao *feedback*, pelo menos até que se faça uma pesquisa de opinião ou que chegue o momento de novas eleições. Um terceiro aspecto importante é que a mídia se torna 3) *Distribuidora de poder*, especialmente quando dá *publicidade gratuita* a indivíduos ou grupos. Obviamente, o poder a que Gans se refere é simbólico, ou seja, não se reflete diretamente em poder material, embora possa vir a ser. Esse

⁶⁵ “A televisão e as revistas, no entanto, servem aos funcionários públicos principalmente como dispositivos de feedback, fornecendo-lhes pistas precoces sobre como o público em geral, ou o informado, se sente sobre suas ações e declarações.” (tradução nossa)

poder também pode ser efêmero, porque os indivíduos ou grupos que recebem a publicidade gratuita podem não ser os mesmos nas coberturas seguintes. Mas quando esse poder simbólico se torna uma bola de neve e resulta em múltiplas aparições na mídia nacional e provoca uma reação visível, dura o suficiente para se tornar capital político que pode, então, ser investido em poder material sobre recursos e decisões políticas. E essa capacidade da mídia é extremamente importante quando se quer aferir o alcance dos veículos de comunicação no que tange às estruturas de mobilização.

A habilidade dos jornalistas em distribuir poder decorre, em parte, de uma função que Gans (1979, p.292) chama de 4) *Guardiões Morais*. “Since they choose moral disorder stories and frame other news as morality plays, they act as a kind of greek chorus for nation and society.”⁶⁶ Essa é uma função inerente à intenção de ser “cão de guarda”. Consequentemente, jornalistas guardam não apenas a moral e a ordem incorporadas aos valores de uma sociedade em específico como também um grande espectro de ideais e costumes. O que acaba gerando uma quinta função da mídia de 5) *Barômetro da ordem*. “Because journalists regularly select stories of natural, technological, and social disorders, the news appears also to function as an order barometer, apprising the audience of the emergence of disorder but at the time reassuring it through order restoration stories”⁶⁷ (GANS, 1979, p.295). Essa característica é importante porque alguns membros da audiência usam notícias sobre “desordem” como um sistema de alerta para futuras complicações em suas vidas. Outros, segundo o autor, usam esse tipo de notícia pra culpar e identificar vilões.

Gans (1979, p.298) ainda destaca as organizações e os jornalistas como 6) *Gerentes da Arena Simbólica*. Para o autor, uma das principais funções dos jornalistas é a de gerenciar – mesmo que não sozinhos – a arena simbólica, o palco público no qual as mensagens nacionais e sociais são disponibilizadas a todos que se tornem membros de uma audiência. Mesmo que grande parte dessa arena simbólica seja ocupada pelo entretenimento, jornalistas transmitem a única peça de não-ficção que a maioria dos brasileiros consome. A arena simbólica é um campo de batalha política em que muitas pessoas se esforçam para que suas mensagens

⁶⁶ “Uma vez que escolhem histórias de desordem moral e enquadram outras notícias como peças de moralidade, elas agem como uma espécie de coro grega para nação e sociedade.” (tradução nossa)

⁶⁷ “Como os jornalistas selecionam regularmente histórias de distúrbios naturais, tecnológicos e sociais, as notícias também parecem funcionar como um barômetro de pedidos, informando o público sobre o surgimento da desordem, mas no momento o tranquilizam através de histórias de restauração de pedidos.” (tradução nossa)

sejam incluídas e outras deixadas de fora. Isso significa que administrar a arena simbólica é um fator político importantíssimo. Em muitos países, essa questão se dissolve porque o governo no poder é o administrador dessa arena; em outros lugares, organizações e jornalistas gerenciam a arena, mas o governo mantém poder de veto. Já no Brasil, como nos Estados Unidos, as empresas de notícias são os gerentes nominais, mas as organizações e os jornalistas são os administradores de fato. No processo, também podem regular indivíduos e grupos com mensagens e, assim, mantém a ordem na arena simbólica.

Finalmente, Gans (1979, p.295) ainda cita a característica que talvez seja fundamental para compreender o alcance do poder da mídia a ponto de mobilizar o confronto político: 7) *Agente de Controle Social*.

Social control prevents or discourages people from acting and speaking in ways disapproved by holders of power. To the extent that journalists help maintain order, warn against disorder and act as moral guardians, they function as agents of social control - although they serve a number of power holders, including segments of the audience.⁶⁸ (GANS, 1979, p. 295)

O controle social previne que as pessoas ajam de maneira que os detentores de poder desaprovem. Ao passo que os jornalistas ajudam a manter a ordem, alertam sobre eventual desordem e agem como guardiões morais, eles também agem como agentes de controle social. Os jornalistas podem controlar os cidadãos na medida em que os veículos jornalísticos veiculam as mensagens dos controladores oficiais e na medida em que as notícias legitimam suas mensagens. Há que se dizer, porém, que a possibilidade de controle não é, necessariamente, convertida em controle efetivo, porque não se está falando de manipulação unilateral. Afinal, a desconfiança com relação aos meios de comunicação e a falta de engajamento do público pode fazer com que os jornalistas não sejam controladores eficazes – um traço que pode ser intensificado com o aumento da produção de notícias na era da informação, posterior à tese inicial de Gans.

Alguns argumentos sustentam que a mídia controla os espectadores por meio da despolitização da audiência (GANS, 1979, p.296). A abordagem clássica se aplica à mídia de massa, obviamente, e abraça todo o espectro ideológico. À

⁶⁸ “O controle social impede ou desencoraja as pessoas de agir e falar de maneira desaprovada pelos detentores do poder. Na medida em que os jornalistas ajudam a manter a ordem, alertam contra a desordem e agem como guardiões morais, eles funcionam como agentes de controle social - embora sirvam a vários detentores do poder, incluindo segmentos da audiência.” (tradução nossa)

esquerda, Marcuse sugere que a grande mídia acalma os espectadores com a versão moderna do Circo Romano, persuadindo as pessoas a aceitarem o *status quo*. À direita, Ellul propõe que a mídia fornece propaganda e não informação, confundindo uma audiência pouco educada a ponto de se tornar vítima de propagandistas.

Há que se ter cuidado, porém, ao atribuir poder demais aos jornalistas e ao sistema de mídia, especialmente com relação ao Confronto Político. A objetividade jornalística não impele as audiências a agirem a partir daquilo que veem ou leem, obrigatoriamente. Assim como um simples relato não encoraja, necessariamente, a participação em um protesto (GANS, 1979, 296) – ao contrário, as matérias que focam na “restauração da ordem”, comuns no dia seguinte às manifestações, sugerem justamente a ineficácia da mobilização ou o caráter negativo. Sem contar o fato de que jornalistas não costumam encorajar protestos, segundo Gans.

Then, too, even if journalists were able or willing to encourage protest, I doubt that the audience would follow, especially into activities that are personally risky. The radical press has not won many adherents to radical protest. If enough people are ready to protest, news that provides them useful information and encouragement would perhaps swell their ranks and reduce the risks of protest, even while legitimizing it.⁶⁹ (GANS, 1979, p.296-297)

Ele parte do princípio que mesmo que os jornalistas fossem capazes ou estivessem dispostos a encorajar um protesto, as pessoas não seguiriam porque seria uma atividade arriscada. Ele menciona, ainda, que a “imprensa radical” não foi bem-sucedida ao tentar angariar seguidores para o “protesto radical”. Segundo Gans, que escreveu a teoria no final da década de 1970, o verdadeiro teste das funções de controle de jornalistas seria diante de uma catástrofe econômica ou uma grande crise política, na qual grandes segmentos da audiência dessem uma guinada à esquerda do espectro político ideológico. “I suggested earlier that journalists would wither follow the audience of defend their own and their firms economic interests”⁷⁰ (1979, 297). Ele sugere que os jornalistas ou seguiriam a audiência ou defenderiam os interesses econômicos das respectivas empresas – partindo do princípio que são lados opostos e intransponíveis. O autor ainda lembra que jornalistas europeus

⁶⁹ “Além disso, mesmo que os jornalistas estivessem aptos ou dispostos a incentivar o protesto, duvido que o público o acompanhasse, especialmente em atividades pessoalmente arriscadas. A imprensa radical não conquistou muitos adeptos a protestos radicais. Se um número suficiente de pessoas estiver pronto para protestar, notícias que forneçam informações úteis e encorajamento talvez aumentem os índices e reduzam os riscos de protesto, mesmo enquanto o legitima.” (tradução nossa)

⁷⁰ “Eu sugeri anteriormente que os jornalistas iriam seguir o público de defender seus próprios interesses econômicos.” (tradução nossa)

frequentemente se alinham à esquerda durante grandes crises, mas ressalta que eles são mais abertos com relação ao posicionamento ideológico do que os colegas Americanos – e, pode-se dizer, brasileiros.

Neste ponto, a teoria de Gans deixa uma lacuna – ao menos para uma lente que a avalia a partir do século XXI. Nota-se que ele ignora três possibilidades: primeiro, de o protesto não ser radical, ou seja, ele desconsidera a possibilidade da inovação de repertórios e da utilização de performances que envolvam pouco ou nenhum risco; segundo, ignora a possibilidade de a imprensa que convoca ao protesto não ser radical; terceiro, ignora a possibilidade de o protesto ser alinhado à direita e de a resposta a uma crise política e econômica partir desse mesmo lado do espectro. Assim, surge a necessidade de reavaliar o papel da mídia enquanto sistema de poder partindo da premissa de que o protesto não precisa, necessariamente, envolver riscos; que a imprensa que convocar a um protesto não precisa ser radical; e de que movimentos dessa ordem podem ser alinhados à direita e às elites, como foi o caso do Brasil durante o Ciclo do Impeachment.

Sugerimos, então, atualizar a tese de Gans. Partimos da mesma premissa de que a mídia é um sistema de poder capaz de exercer determinadas funções, como a de agente de controle social. Mas entendemos que a mídia pode, sim, convocar para o protesto e agir como uma estrutura mobilizadora do confronto político, e acreditamos que ela o faz por meio de enquadramentos interpretativos da ação coletiva.

2.3 Framing – Enquadrando o protesto

A abordagem do *framing* – ou do *enquadramento* – data da década de 70, quando Goffman (1974) definiu os frames como esquemas de interpretação que permitem aos indivíduos rotular, organizar e interpretar informações, experiências e o mundo, de maneira geral. A ideia foi e segue sendo utilizada em diversas áreas da pesquisa, com destaque para a Psicologia, Comunicação Social e Ciências Sociais, com repercussão particularmente importante nos estudos sobre a formação das opiniões e do Confronto Político. No nosso caso, a ideia é unir as noções de enquadramento midiático e enquadramento de ação coletiva para explicar o controle social e o poder de mobilização.

A primeira apropriação do conceito de *framing* de Goffman para o estudo do confronto político foi de Gamson, no livro *Encounters With Unjust Authorities* (1982). Na pesquisa, o autor e seus colaboradores analisam a forma como os indivíduos comuns conseguem desafiar as autoridades. Os resultados mostraram que a contestação só é possível na medida em que os indivíduos desenvolvem e aplicam um enquadramento interpretativo alternativo ao defendido pelas autoridades estabelecidas. Gamson et.al. (1982 apud GAMSON, 1985) sustentam, então, que os processos de *framing*, de construção e defesa de interpretações alternativas, estão no centro da mobilização da ação coletiva. Ao mesmo tempo, se afastam de perspectivas que opõem indivíduos influenciados por “interpretações obscurecidas por falsas ideias favoráveis ao *status quo* a indivíduos mobilizados e dotados de um pensamento completamente “livre” ou “real”” (SILVA, COTANDA e PEREIRA, 2017, p.149) – encontradas em conceitos como “libertação cognitiva” de McAdam ou a “tomada de consciência” da literatura marxista.

Dentre os autores que se destacaram no estudo do *framing* para analisar o confronto político, vamos utilizar as abordagens de David Snow e Robert Benford (1986; 1988; 1992; 2000). O conceito de *frames de ação coletiva*, ou enquadramentos interpretativos de ação coletiva, é definido pelos autores como esquemas de interpretação que simplificam aspectos do “mundo lá fora” (BENFORD e SNOW, 2000, p.614 apud SILVA, COTANDA e PEREIRA, 2017, p.151) com o intuito de mobilizar potenciais participantes, garantir apoio do público e desmobilizar adversários (BENFORD e SNOW, 1988). O trabalho inicial dos autores (1986) teve como centro fenômenos importantes para compreender a forma como as redes de interpretação são construídas durante o processo de enquadramento. O primeiro deles é o *alinhamento de frames (frame alignment)*, em que o engajamento de potenciais aderentes e a manutenção de militantes por parte dos movimentos sociais ocorrem por meio da convergência entre os *frames* dos indivíduos e os das organizações. Os autores explicam, no entanto, que esse processo não ocorre de forma passiva, pelo contrário. O alinhamento se dá a partir de estratégias traçadas pelos organizadores da mobilização e frames alinhados de forma adequada atribuem significado a fatos objetivos, o que encoraja a ação coletiva.

Segundo Snow e Benford (1986), o alinhamento de frames entre os organizadores de um movimento e a população em geral ocorre de quatro maneiras. A primeira é conhecida como *conexão de frames (bridging)*, que é quando há

semelhança entre as interpretações do movimento e da sociedade e, portanto, basta uma conexão entre os elementos que enfatize as similaridades; a segunda é a estratégia chamada de *amplificação de frames (amplification)*, adotada quando a interpretação que já está disponível é conveniente e, portanto, o frame só precisa ser elaborado e reforçado; a terceira é conhecida por *extensão de frames (extention)*, que ocorre quando a afinidade não é imediatamente clara e os frames dos participantes precisam ser expandidos, incluindo a proposta de ação coletiva dos organizadores; e a quarta estratégia é a *transformação de frames (transformation)*, empregada quando o objetivo é eliminar determinados significados socialmente estabelecidos e substituí-los por novas interpretações (SNOW e BENFORD, 1986). O segundo fenômeno é a *ressonância de frames (ressonance)*, que se refere à investigação das variáveis que afetam a aceitação de enquadramentos interpretativos da ação coletiva por parte do público-alvo dos movimentos, ou seja, o potencial mobilizador dos *framings*.

Mesmo que o trabalho de Snow e Benford tenha tido inspiração na investigação de Gamson, a literatura indica que as ênfases entre as pesquisas são distintas (SILVA, COTANDA e PEREIRA, 2017). O último foca na negociação de sentido analisando a questão do confronto político do ponto de vista dos participantes e não dos movimentos, em uma abordagem que conceitua os enquadramentos interpretativos como mapas cognitivos maleáveis que se adaptam e transformam (NOAKES e JOHNSTON, 2005). Sob esse aspecto, Gamson analisou as formas pelas quais os sentidos são negociados entre os movimentos sociais, a mídia e o público que consome as notícias (GAMSON e MODIGLIANI 1989; GAMSON *et al.*, 1992). Já Snow e Benford tem como foco de análise o desenvolvimento de estratégias que visem garantir melhores resultados aos processos de mobilização. Eles analisam a relação entre movimentos e seus participantes em potencial sob a ótica estratégica dos empreendedores do movimento. Mas a aproximação da abordagem de Snow e Benford com a Teoria do Processo Político (da qual deriva a teoria do Confronto Político) se dá quando os autores cunham o conceito central de *máster frames (1992)*.

O *máster frame* é percebido a partir fenômeno simbólico que permite que diversas organizações se articulem momentaneamente em torno de determinada interpretação compartilhada ao longo do que Tarrow (2011) definiu como ciclo de protestos (TRAUGOTT, 1995 apud SILVA, COTANDA e PEREIRA, 2017, p.152).

Snow e Benford (1992) destacam que, de maneira geral, os frames específicos de movimentos sociais tem três funções básicas. Primeiro, os ativistas empregam enquadramentos de ação coletiva para pontuar ou destacar alguma condição social existente e a definir como injusta ou intolerável (GAMSON ET AL, 1982; KLANDERMANS, 1984; SNOW ET AL, 1986). Mas o enquadramento dessa condição como algo injusto, intolerável ou imoral não é suficiente para mobilizar e/ou prever a direção e natureza da ação coletiva. Isso significa que é preciso atribuir culpa ou causalidade e essa atribuição precisa ser destacada – da mesma forma que deve ser destacada a necessidade de correção dessa injustiça. Segundo, os enquadramentos de ação coletiva fazem atribuições diagnósticas, prognósticas e motivacionais (BENFORD e SNOW, 2000). No caso da primeira situação, os organizadores atribuem culpa a uma condição problemática ao identificar agentes culpáveis, que podem ser indivíduos, instituições, processos coletivos ou estruturas. No caso do prognóstico, sugere-se uma linha de ação para solucionar o problema e se atribui responsabilidade em levar adiante essa ação. Já a tarefa motivacional se constitui no enquadramento do indivíduo como vítima e na ação coletiva como solução. O diagnóstico refere-se à identificação do problema, o prognóstico à solução e a motivação à ação. Terceiro, além das funções de pontuar e atribuir significados, os enquadramentos de ação coletiva ainda habilitam ativistas a articular e alinhar uma vasta gama de eventos e experiências para que possam se juntar de forma relativamente unificada e significativa.

O *máster frame* tem essas mesmas funções, mas opera em larga escala. Ou seja, o *máster frame* também é usado para pontuar, atribuir e articular significados, mas em nível macro. “Master frames are to movement-specific collective actions frames as paradigms are to finely tuned theories. Master frames are generic; specific collective action frames are derivative.”⁷¹ (SNOW e BENFORD, p.138) Isso não quer dizer que todos os *master frames* sejam iguais. Há três variáveis para as quais devemos prestar atenção.

A primeira diz respeito à função de atribuição. Os *master frames* fornecem um meio interpretativo pelo qual atores coletivos associados a diferentes movimentos dentro de um mesmo ciclo possam, de forma conjunta, atribuir culpa pelo problema que eles estão tentando solucionar. Assim, a culpa pode ser internalizada ou ser

⁷¹ “Master frames estão para enquadramentos de ações coletivas de movimentos específicos como paradigmas estão para teorias afinadas. Master frames são genéricos, enquadramentos de movimentos específicos são derivativos.” (tradução nossa)

externalizada. De maneira geral, a primeira atribui a culpa ao indivíduo enquanto a segunda atribui os problemas às estruturas e arranjos externos.

A segunda variável diz respeito à função de articulação de um *master frame* e parte da ideia de Bernstein (1970; 1971 apud SNOW e BENFORD, 1992) de que há basicamente dois códigos linguísticos que geram diferentes padrões de discurso e orientação: um código “restrito” e outro “elaborado”. O primeiro é organizado de forma rígida e é bastante particularista com respeito ao significado e estrutura social e, portanto, é mais previsível. Em contraste, o código elaborado constitui-se em um discurso organizado de maneira mais flexível e é mais universalista com relação ao significado e à estrutura social, ou seja, é menos previsível. Essa noção é particularmente relevante para articulação de *master frames* porque eles não a executam da mesma forma. Alguns são rígidos enquanto outros se comportam de forma mais elástica, e é importante distingui-los. Os *master frames* restritos tendem a ser sistemas excludentes que se prestam, no máximo, à *conexão de frames*, mas não à *amplificação ou extensão*. Já os *master frames* elaborados são organizados a partir de uma ampla variedade de ideias. São modos de interpretação mais flexíveis e, como consequência, são sistemas mais inclusivos que permitem amplificação e extensão. Sendo mais flexível do ponto de vista sintático e universalista do ponto de vista léxico, permite que inúmeros grupos elaborem suas reivindicações a partir do *master frame*, que funciona como um esquema básico para resolução de um problema.

A terceira variável diz respeito à potência de mobilização dos *master frames*. Ela é afetada de duas maneiras: a primeira se refere à articulação (quanto mais elaborado for o *master frame*, maior será o seu apelo e influência e mais potente será o *frame*); e a segunda diz respeito à *ressonância*, que será maior conforme a credibilidade e a saliência (BENFORD e SNOW, 2000). A credibilidade de qualquer processo de enquadramento é uma função de três fatores: consistência; credibilidade empírica; e credibilidade de quem articula o *frame*. Já a saliência tem três dimensões: centralidade; comprovação de experiência; e fidelidade narrativa.

Snow e Benford (1992, p.142) sugerem que os *master frames* constituem uma característica adicional definidora uma vez que o desenvolvimento ou a construção de um enquadramento interpretativo está no cerne do surgimento de um ciclo de protesto – assim como o fracasso de uma mobilização pode passar pela ausência de um *master frame* ressonante. “Since people do not act collectively

without “good reason”, to assert a linkage between master frames and cycles of protest may seem almost true by definition”⁷².

Considerando que o nosso trabalho versa sobre papel da mídia no confronto político, faria sentido partir da abordagem de Gamson, que trata justamente da disputa de enquadramentos entre movimentos e a mídia. Mas o tema da nossa pesquisa é a atuação da mídia na construção de eventos de protesto. Partimos da premissa de que a mídia tradicional brasileira agiu como produtora da mobilização por meio da apropriação e fortalecimento de um *master frames*. E se partimos desse princípio, entendemos que ela agiu como um movimento e, portanto, desenvolveu estratégias para garantir resultados efetivos aos processos de mobilização. Isso nos aproxima, então, da abordagem de Benford e Snow (1986; 1988a; 1988b).

De certa forma, pode-se dizer que os enquadramentos organizam o discurso por meio da seleção e exclusão, e o resultado é a interpretação dos fatos (PORTO, 2004). Faz sentido, portanto, a partir do que sabemos sobre as rotinas de produção do jornalismo, que a mídia também seja capaz de produzir enquadramentos interpretativos que afetam as mobilizações de diversas formas. Tuchman (1987) foi quem primeiro aplicou o conceito ao estudo dos meios de comunicação. Segundo ela, as notícias determinam enquadramentos que constroem a realidade e “também podem governar a constante organização social dos próprios acontecimentos” (TUCHMAN, 1987, p. 259).

Vários pesquisadores investigaram, sob essa ótica, de que forma a mídia produziu interpretações sobre protestos. Um dos primeiros estudos foi a análise de Gitlin (1980) sobre a cobertura da mídia do movimento contra a Guerra do Vietnã. Na ocasião, o pesquisador descobriu que os dispositivos de enquadramento usados pela mídia incluíam trivialização, marginalização, subcontagem de manifestantes, negação da efetividade do movimento e exagero com relação às ameaças que o movimento oferecia à sociedade. A partir disso, o autor desenvolveu a ideia de que os enquadramentos midiáticos são padrões persistentes de interpretação e apresentação, de seleção, de ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso de forma rotineira. Os

⁷² “Como as pessoas não agem coletivamente sem “boas razões”, afirmar uma ligação entre master frames e ciclos de protesto pode parecer quase verdadeiro por definição”. (tradução nossa)

enquadramentos midiáticos organizam o mundo, então, tanto para os jornalistas quanto para quem consome as notícias.

Tarrow (2011, p.147-148) lembra que, embora a imprensa e o rádio tenham sido altamente influentes na construção do confronto ao longo do tempo, foi a televisão que produziu uma revolução nas táticas dos movimentos sociais a partir da sua capacidade única de encapsular situações complexas em imagens visuais comprimidas. O alcance dessa revolução tornou-se evidente na década de 1960, durante o movimento pelos Direitos Civis nos Estados Unidos. Segundo Kielbowicz e Scherer (1986, p.83), o movimento “was television’s first recurring news story largely because of its visual elements”⁷³. A coincidência da aparição do movimento com o noticiário de TV *in loco* ajudou de três maneiras: primeiro, a televisão deu destaque a reivindicações há muito ignoradas; segundo, mostrou as imagens contrastantes dos objetivos pacíficos do movimento com a crueldade da polícia; e terceiro, era um meio de comunicação para os que estavam dentro do movimento. A televisão ajudou, portanto, a difundir informações sobre as ações do movimento por meio de imagens, por meio da demonstração visual de como se sentar em um balcão de almoço segregado; como marchar pacificamente pelos direitos civis; e como responder quando atacado pela polícia. De forma similar, mas com resultados mais violentos, a cobertura da mídia sobre a destruição da Mesquita Babri, na Índia, ajudou a difundir a legitimidade da violência e alimentou os tumultos que se seguiram em todo o país. A televisão foi co-produtora da ação coletiva.

Um dos exemplos mais dramáticos do uso e papel da mídia no enquadramento no contexto do confronto político é a massiva manifestação organizada por estudantes chineses na Praça da Paz Celestial, em 1989. Durante o protesto contra a corrupção e autoritarismo do Partido Comunista (ESHERICK e WASSERSTROM, 1990), os estudantes utilizaram performances tradicionais da política chinesa de maneira estratégica. Eles tinham o objetivo de conquistar a simpatia da audiência da mídia internacional que, eles sabiam, representava sua única esperança de pressionar o governo (CALHOUN, 1994). “The monument to freedom that they rolled onto the square had roots in Chinese political culture, but it also had a disarming resemblance to the Statue of Liberty”⁷⁴ (TARROW, 2011,

⁷³ “[...]foi a primeira notícia recorrente da televisão em grande parte por causa de seus elementos visuais.”(tradução nossa)

⁷⁴ “O monumento à liberdade que eles rolaram para a praça tinha raízes na cultura política chinesa, mas também tinha uma semelhança impressionante com a Estátua da Liberdade.”(tradução nossa)

p.148). Para os membros do público cujas experiências assemelham-se às das mostradas pela televisão, a atenção da mídia pode servir para cultivar uma consciência coletiva, lançando as bases para um movimento social (KIELBOWICZ; SCHERER, 1986, p.81).

A mídia é um sistema que oferece um poder de difusão para a formação de um consenso que os movimentos, sozinhos, não são capazes de alcançar (FEREE et al. 2002). “New information and new ways of interpreting it often appear first in public space, only later giving rise to collective action frames on the part of movement entrepreneurs”⁷⁵ (TARROW, 2011, p.149). Novas informações e novas formas de interpretação aparecem antes no espaço público, para só depois darem origem à *frames* de ação coletiva. Uma vez formados os *frames*, os movimentos se aproveitam da cobertura de jornalistas simpáticos à causa (GITLIN, 1980, p.26). Mais comum, no entanto, é a mídia escolher enquadrar a história de determinada maneira – porque vende jornais, atrai mais leitores ou porque interessa do ponto de vista político e social.

A mídia tende a focar naquilo que faz com que algo se torne notícia do ponto de vista das práticas jornalísticas, naquilo que não é rotineiro (TARROW, 2011, p.149). Isso fica evidente, por exemplo, no repertório de ação coletiva que evolui para a violência, algo comum em ciclos de protesto (GANS, 1979). O cidadão que, sozinho, atira uma pedra em um policial, chama mais a atenção da mídia que milhares de manifestantes pacíficos. Essa é a regra. Há inclusive uma máxima no jornalismo brasileira de que “notícia ‘boa’ não vende jornal.”

Mas precisamos lembrar que os enquadramentos interpretativos midiáticos são uma construção combinada entre as rotinas de produção, a estrutura institucional da mídia e os interesses. São o controle social (GANS, 1979) posto em prática. Voltando ao exemplo do cidadão que atira uma pedra em um policial. Um enquadramento negativo do fato daria destaque à violência do manifestante apesar da marcha pacífica de milhares de pessoas. Mas um enquadramento positivo destacaria o fato de que milhares de pessoas protestaram pacificamente e que o cidadão que atirou uma pedra contra um policial agiu sozinho, em um fato isolado.

Segundo Xu (2013), a mídia geralmente opera por meio do enquadramento negativo do protesto – no sentido de ser hostil à ação coletiva, e não fazendo juízo

⁷⁵ “Novas informações e novas formas de interpretá-lo aparecem com frequência em primeiro lugar no espaço público, só mais tarde dando origem a quadros de ação coletiva por parte dos empreendedores do movimento.” (tradução nossa)

de valor da variável do enquadramento –, que funciona como um mecanismo de controle social que enfraquece a influência do protesto na opinião pública (MCLEOD e HERTOOG, 1992 apud XU, 2013). Mas a nossa pesquisa amplia o escopo de ação da mídia. A nossa hipótese é de que o enquadramento positivo da ação coletiva também pode funcionar como mecanismo de controle e ter o resultado oposto: o fortalecimento da legitimidade do protesto na opinião pública. Ao invertermos a noção de Xu (2013), indicamos que a mídia é capaz de agir como articuladora do protesto, como uma estrutura de mobilização (MCADAM, MCCARTHY e ZALD, 1996), por meio da criação ou apropriação e difusão de um máster frame.

Os estudos já realizados sobre o Ciclo do Impeachment apontam na direção do tema da corrupção como sendo o máster frame que organizou a interpretação a cerca dos eventos do Fora Dilma – mais especificamente a corrupção como o maior problema do Brasil e o PT como o culpado pela corrupção. No Brasil, o combate à corrupção tem sido um dos principais frames dos ciclos de protesto do período democrático e utilizado como recurso de mobilização (TATAGIBA, 2014) à esquerda e à direita. *Frame* importante no Fora Collor, voltou à cena em 2005 com as denúncias do Mensalão do PT.

O processo durou sete anos e foi muito noticiado pela imprensa – lembrando que, pelo menos no início, tratava-se de uma conjuntura em que as redes sociais tinham pouca abrangência e ainda não eram exploradas para recrutamento. O julgamento do Mensalão terminou com a condenação de figuras importantes do partido, e desencadeou duas CPIs no Congresso Nacional. Durante todo esse período, o PT foi apresentado como o principal agente de corrupção no país – mesmo que sua participação não tenha sido maior que a de outros partidos.

As posteriores denúncias de corrupção envolvendo os gastos com a realização de megaeventos como a Copa do Mundo e a Olimpíada colocaram lenha da fogueira dos protestos de Junho de 2013. Em 2014, a Polícia Federal deflagrou a Operação Lava Jato, que descobriu um amplo esquema de corrupção na Petrobrás e também envolvia o Partido dos Trabalhadores, além de vários outros partidos no Congresso. O caso, novamente, teve ampla repercussão na imprensa e quase custou a eleição de Dilma Rousseff (TATAGIBA ET AL, 2015). Na semana que antecedeu a eleição, a capa da revista *Veja* trouxe as fotografias de Dilma e Lula acompanhadas da manchete: “Eles sabiam de tudo”. As constantes denúncias de corrupção e os longos processos de investigação minaram o capital social

construído pelo PT ao longo de 30 anos e foram fartamente explorados pela imprensa, que ajudou a construir um frame que colocava a corrupção como o principal problema do Brasil e o PT como agente dessa corrupção.

McAdam, McCarthy e Zald (1996) entendem que os processos de enquadramento claramente encorajam a mobilização à medida em que as pessoas procuram se organizar e agir de acordo com a crescente conscientização sobre os sistemas de ilegitimidade e vulnerabilidade. Acreditamos, portanto, que, no Brasil, entre 2014 e 2016, a mídia se apropriou, produziu e difundiu enquadramentos interpretativos de ação coletiva que apontavam a corrupção como a principal responsável pelos problemas do país. Uma interpretação que levou ao enquadramento da presidenta Dilma e seu partido, o PT, como os principais agentes dessa corrupção, ao lado do ex-presidente Lula. Paralelamente, difundiu um certo estado de opinião pública amigável à ideia do protesto social, o que ampliou as oportunidades para que o Ciclo do Impeachment ocorresse e se convertesse na maneira ideal de pressionar a saída de Dilma e do PT do poder – e, conseqüentemente, resolver o problema da corrupção. Ao fazer isso, a mídia agiu como articuladora do protesto, substituindo atores tradicionais – como partidos políticos, movimentos sociais e sindicato – e aliando-se a novas organizações da sociedade civil organizada.

Para testar a nossa hipótese, criamos um modelo de análise que dá conta das particularidades do jornalismo e, ao mesmo tempo, do papel que a mídia exerce no contexto social e político enquanto um sistema de poder e agente de controle social – reconhecendo que isso pode acontecer também por meio de enquadramentos positivos. O modelo da *Estrutura de Mobilização Midiática (EMM)* foi inspirado na abordagem de McAdam, McCarthy e Zald (1996), que atribui importância à dinâmica entre *Oportunidades, Enquadramentos e Estruturas de Mobilização*. Assim, o EMM é construído a partir da noção de que a mídia pode produzir eventos de ação coletiva a partir da apropriação e co-produção de um *máster frame* que gera outros dois elementos fundamentais: a *mobilização de consenso* e a *mobilização de ação* (KLANDERMANS, 1988; KLANDERMANS AND OEGEMA, 1987).

3 Estrutura de Mobilização Midiática (EMM)

Quando organizações recém criadas e ainda pouco conhecidas do público brasileiro convocaram para um grande protesto contra o governo no dia 15 de março de 2015, muitos imaginaram uma mobilização razoável, na melhor das hipóteses. No máximo como as manifestações que ocorreram no final de 2014 e chegaram a juntar cinco ou oito mil pessoas em São Paulo. Portanto, quando mais de 210 mil pessoas se reuniram na Avenida Paulista e outras milhares saíram às ruas para protestar em todos os estados do Brasil naquele domingo, foi, de certa forma, uma surpresa. Especialmente porque as pessoas vestidas de verde e amarelo acenavam para figuras até então desconhecidas, que discursavam em cima de caminhões de som para um público exaltado. Tratava-se de um movimento sem líderes óbvios; com uma estrutura de organização difusa; construído por grupos sem lastro social, sem qualquer experiência preexistente em ação coletiva e sem aparato de mobilização evidente.

A mobilização não tinha apoio formal (ao menos no início) de atores tradicionais e os organizadores se orgulhavam disso. De forma paradoxal, orgulhavam-se da “espontaneidade” dos protestos e essa narrativa fazia sentido para as pessoas justamente porque não tinha suporte de partidos e movimentos tradicionais. Mas mesmo a mídia apoiadora reivindicava uma liderança, como fica claro no Editorial de Veja de 15 de abril de 2015.

“Embora os organizadores das manifestações se orgulhem da “espontaneidade” e “pureza” do movimento, cedo ou tarde a extraordinária energia cívica gerada nas ruas vai se ressentir da ausência de lideranças nacionais que encarnemos anseios populares e sejam alternativas política e partidariamente viáveis.”(p.12)

É com base nesse cenário, em que os movimentos Vem Pra Rua, MBL e Revoltados Online eram praticamente desconhecidos, que construímos a hipótese de que a mídia agiu como estrutura mobilizadora dos protestos. Por meio da apropriação, co-produção e difusão de enquadramentos interpretativos e, assim, convocando para os eventos do Ciclo do Impeachment. Na edição de 16 de março de 2016 – impressa antes dos protestos do dia 13 de março, que levaram meio milhão de pessoas às ruas de São Paulo – a Revista Veja publicou uma coluna da escritora Lya Luft intitulada “Seremos todos trouxas?”.

“Não é possível que nós, o povo brasileiro - que, repito, não é constituído só de operários, sindicalistas, despossuídos, explorados, mas de cada um dos que, como eu, trabalham para pagar suas contas e seus impostos, labutam, se desgastam, correm, criam sua família, cuidam de seus amigos, e à noite perdem o sono pensando no que será de nós - aceitemos o que está ocorrendo. Todos (a não ser os idiotizados pela neurose de uma credence ou ideologia cega) veem, sentem, sofrem o que nos acontece. [...] É hora, urgente, de refazer, limpar, desinfetar, arejar, para podermos começar a pensar em arrumar de todo esta casa, esta pátria, este Brasil”. (p.18)

A escritora reivindica a identidade brasileira para a elite não somente com o pronome “nós”, mas a partir do momento em que diz que os brasileiros não são apenas “operários, sindicalistas, despossuídos e explorados”. Com isso, também distancia o movimento que pede o *impeachment* de Dilma de movimentos sociais tradicionais, que costumavam comandar a cena da ação coletiva brasileira. Ela ainda desclassifica quem não apoia a mobilização como alguém “idiotizado pela neurose de uma credence ou ideologia cega”, fazendo referência à esquerda e ao PT. E encerra a coluna clamando por participação. “É hora”, diz Lya Luft. Hora de arrumar a pátria.

O capítulo anterior auxiliou na compreensão do motivo pelo qual o sistema midiático opera da maneira que o faz. Entre rotinas de produção inerentes ao jornalismo e o contexto social e político no qual está inserida, a mídia comercial hegemônica assume a função de agente de controle social ao lançar mão da co-produção de enquadramentos (SNOW et al, 1986) que orientam a interpretação da ação coletiva e atribuem sentido aos protestos.

A literatura (GITLIN, 1980; XU, 2013) argumenta que, geralmente, a mídia utiliza enquadramentos negativos em coberturas de ciclos de protesto, mas a experiência do *Ciclo do Impeachment* no Brasil pode indicar outro caminho, o de que o sistema midiático também produz enquadramentos que induzem à ação coletiva. Ou seja, de que a mídia pode agir como estrutura de mobilização – considerando que estruturas de mobilização são os veículos coletivos, formais ou informais, pelos quais as pessoas se mobilizam e engajam em ação coletiva (MCADAM, MCCARTHY e ZALD, 1996).

Walgrave e Manssens (2000) encontraram uma situação similar ao analisarem a mobilização que ficou conhecida como Marcha Branca, que ocorreu na Bélgica, no final dos anos 90. E a pesquisa dos autores levou justamente ao

entendimento de que a mídia é capaz, sim, de assumir um papel ativo na organização de eventos de protesto. Mas a tentativa de replicar o modelo de pesquisa aos protestos da direita brasileira que ocorreram entre 2014 e 2016 no Brasil pode ser problemática porque a manifestação belga não configurou um ciclo de protesto, como já mostramos ser o caso da mobilização brasileira. Além disso, tratava-se de um tema altamente emocional – o julgamento de um pedófilo e *serial killer* que sequestrou, estuprou e matou pelo menos cinco meninas ao longo de dez anos. Tanto é assim que o estudo sugeriu que a ação mobilizadora da mídia somente acontece sob circunstâncias extremamente restritas. Entre elas estão o desacordo entre as “pessoas comuns” e as elites; a restrição do problema a questões altamente emocionais, que gerem um senso de união entre o público, como era o caso da Marcha; e quando a questão é relativamente simples (WALGRAVE & MANSSES, 2000, p.235-236). Os autores ainda indicam que a mídia somente participa do pico da mobilização quando a controvérsia é politicamente imparcial. Mas uma análise preliminar dos eventos do *Fora Dilma* mostraram uma realidade distinta – se não oposta. Indicaram justamente o engajamento da elite e das “pessoas comuns” – ainda que em minoria – em torno de uma questão que dividiu o país e era tudo menos politicamente imparcial. E o pedido pelo segundo *impeachment* de um presidente eleito em menos de 30 anos estava distante de ser uma questão “relativamente simples” (WALGRAVE e MANSSENS, 2000; p.236).

As restrições do caso belga nos levaram, então, a procurar uma proposta metodológica que desse conta de aferir a participação da mídia enquanto estrutura mobilizadora em um cenário irrestrito, ou seja, um modelo que possa ser aplicado a qualquer evento de protesto, independente das motivações ou posicionamento ideológico. Acreditamos que a mídia pode agir como estrutura mobilizadora em circunstâncias menos limitadas que as descritas por Walgrave e Manssens e, por isso, apresentamos a proposta de um modelo de estrutura de mobilização que leva em conta as particularidades e a força da produção jornalística, considerando o sistema midiático como um agente de controle social que produz enquadramentos interpretativos. Este capítulo se presta, portanto, ao desenho desse modelo que chamamos de *Estrutura de Mobilização Midiática (EMM)* – inspirada na abordagem de McAdam, McCarthy e Zald (1996), que atribui importância à dinâmica entre *Oportunidades, Enquadramentos e Estruturas de Mobilização*.

De forma simplificada, o esquema da EMM é construído com base na noção de que, a partir da abertura de uma oportunidade política, o sistema midiático pode agir como *estrutura de mobilização* a partir da construção de um *máster frame* que, ao atingir determinado público, é capaz de gerar a *mobilização de consenso* e a *mobilização de ação* (KLANDERMANS, 1988; KLANDERMANS & OEGEMA, 1987) necessárias ao início e sucesso de qualquer ação coletiva. Para compreender de que forma a EMM opera, faremos o caminho inverso de desconstruir o modelo em cada uma de suas partes.

Desde o primeiro capítulo, abordamos o papel do sistema midiático na ação coletiva, passando pelos conceitos de *oportunidades* e *enquadramentos*. Agora, no item **3.1 Estruturas de mobilização**, exploramos em profundidade o processo de *mobilização*, que fecha o tripé que dá sustentação para a construção e solidificação da EMM, focando especificamente nos níveis de *meso* e *micromobilização* (BOEKKOOI e KLANDERMANS, 2013), além da estrutura organizacional do evento. No item **3.2 Mobilização de Consenso e Mobilização de Ação**, o foco recai sobre dois elementos fundamentais para a EMM. Esses elementos podem ser distintos entre as tentativas de convencer as pessoas a participarem da ação coletiva e o movimento de ativar os participantes de determinado evento de protesto (KLANDERMANS, 1988). Finalmente, na parte **3.3 Modelo da Estrutura de Mobilização Midiática (EMM)**, apresentamos o modelo da EMM e o roteiro da nossa proposta metodológica para a análise da função mobilizadora da mídia. Um percurso que passa pela revisão da literatura do papel do sistema midiático como mobilizador no contexto do Confronto Político. Entendemos que a partir da abertura de *oportunidades políticas* (MEYER, 2004; 2015), o sistema de mídia pode se apropriar, co-produzir ou criar um *máster frame* (SNOW e BENFORD, 1988) capaz de *mobilizar consenso e ação* (KLANDERMANS, 1988) por meio do alinhamento de *enquadramentos interpretativos* (SNOW e BENFORD, 1986).

3.1 Estruturas de mobilização

A pesquisa em torno da dinâmica das organizações na ação coletiva deriva de três abordagens principais. A primeira delas é a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) (MCCARTHY e ZALD, 1973), que abriu o caminho para os estudos de mobilização e as manifestações organizacionais formais desses processos.

McCarthy e Zald (1977) são as referências da TMR, que ressalta a racionalidade da ação coletiva. “Contra o funcionalismo, defenderam que, longe de expressão caótica de insatisfações individuais não canalizadas pelas instituições, movimentos, como o por direitos civis nos Estados Unidos, tinham sentido e organização” (ALONSO, 2009, p.51). Eles argumentaram, contra versões economicistas do marxismo, que descontentamentos seriam inócuos para explicar a formação de manifestações porque eles sempre existirão. Então, seria mais importante explicar o processo de mobilização que identificar as razões. A decisão de agir seria, assim, resultado de cálculo racional entre benefícios e custos ou riscos. “A explicação privilegia a racionalidade e a organização e nega relevo a ideologias e valores na conformação das mobilizações coletivas” (ALONSO, 2009, p.52). A TMR aumentou a faceta racional e estratégica da ação coletiva sem vincular os movimentos a macroestruturas ou situá-los em processos de mais longo alcance.

As outras duas abordagens são da Teoria do Processo Político (TPP) – da qual deriva a teoria do Confronto Político, com a qual trabalhamos – e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). O enquadramento macro-histórico aparece nas duas teorias, que surgiram em contraposição às explicações deterministas da ação coletiva. A diferença é que a TPP investe em uma teoria da mobilização política, enquanto a TNMS baseia-se em uma teoria de mudança cultural.

Tilly critica a tradição sociológica por ter segregado o estudo das disputas entre elites da análise dos movimentos populares. Argumenta alternativamente que ambos são perfeitamente racionais e dotados da mesma lógica, pertencendo a uma única classe de fenômenos. A distinção entre eles é de grau de organização e de uso da violência, não de natureza. A prevalência de uma dessas formas depende de dois gêneros de parâmetros: um, político; outro, histórico-cultural. O conceito de “estrutura de oportunidades políticas” (EOP) dá o parâmetro político. (ALONSO, 2009, p.54)

Tarrow (2011) argumenta que quando há mudanças nas estruturas de oportunidades políticas, novos canais se abrem para expressão de reivindicações, especialmente para grupos alheios ao *establishment*. Mas enquanto alguns autores tratam a Teoria da Mobilização de Recursos e a Teoria do Processo Político como mutuamente exclusivas, McAdam et al (2008) lembram que, ao longo do tempo, a profusão de pesquisas empíricas inspiradas por ambas levou a uma consciência crescente de que há uma enorme diversidade entre os cenários nos quais os movimentos se desenvolvem e novas formas organizacionais surgem e que,

portanto, em vez de debater os méritos relativos dessas abordagens “opostas”, os pesquisadores têm voltado sua atenção para a dinâmica organizacional dos movimentos.

O protesto não surge do nada, de forma espontânea. Por isso faz pouco sentido quando as pessoas indagam “cadê o povo?” quando algo grave acontece na arena política e social. Faz pouco sentido porque para “o povo” sair à rua leva tempo, planejamento e, como tudo em uma sociedade capitalista, dinheiro. Para um grande número de pessoas se unir no mesmo dia, local e horário, em torno da mesma causa, com os mesmos objetivos e vestindo as mesmas cores é preciso estratégia e organização. Ou seja, uma estrutura de mobilização. McAdam, McCarthy e Zald (1996, p.24) definem o termo como “os canais coletivos tanto formais quanto informais através dos quais as pessoas podem se mobilizar e se envolver na ação coletiva”. Dentro dessa ideia, as estruturas de mobilização também podem ser definidas como “formas consensuais” de levar adiante ações coletivas, repertórios táticos, formas organizativas e repertórios modulares dos movimentos sociais.

A organização e mobilização de ciclos de protestos envolve duas etapas: *mesomobilização* e *micromobilização* (BOEKKOOI & KLANDERMANS, 2013). A primeira diz respeito aos esforços do madrugador ou iniciador de uma campanha ao tentar mobilizar outros organizadores para que, juntos, possam criar e organizar o evento (GERHARDS e RUCHT, 1992). Enquanto a segunda se refere ao esforço conjunto dos organizadores em mobilizar os participantes (MCADAM, 1988).

O processo de mesomobilização envolve a construção das estruturas de mobilização nas quais os organizadores cooperam e negociam para criar uma estratégia conjunta com o intuito de mobilizar participantes. Boekkooi & Klandermans (2013) afirmam que qualquer grupo ou organização que exista em uma sociedade pode fazer parte de uma estrutura de mobilização, mas não podemos presumir automaticamente a participação de um deles. As redes de conexão precisam ser adaptadas, apropriadas, reunidas e ativadas pelos organizadores para que funcionem como estruturas de mobilização – mesmo em redes em que o principal objetivo seja a mobilização.

Social movement organizations often decline to participate in a campaign, and thus do not become part of the mobilizing structure. On the other hand, networks with very different goals such a network of colleagues, friends,

neighbors, or the parent-teacher association, might become involved in the campaign and thereby become part of the mobilizing structure. (BOEKKOOI e KLANDERMANS, 2013, p.1)⁷⁶

Algumas dessas redes informais entre colegas, amigos, vizinhos e agremiações como a Associações de Pais e Mestres (APMs) são especialmente úteis em construir uma estrutura de mobilização porque consistem no que os autores chamam de ativistas “em suspensão”. Mesmo que elas não apareçam no cotidiano, mesmo que elas estejam subjugadas à rotina do dia-a-dia, elas ainda existem e podem emergir de forma coordenada, especialmente aquelas que se formam de maneira organizada, como associações, e tornam-se ativas. Ou seja, os ativistas ficam numa espécie de espera, sem organizar atividades de larga escala, mas mantêm uma rede e um mínimo de organização que podem ser reativados na ocasião de uma nova campanha.

É importante ressaltar, porém, que os laços entre as pessoas tem se tornado cada vez mais flexíveis conforme avançamos no que Bauman chama de sociedade líquida (BAUMAN, 2000), ou o que Castells (1999) chama de Sociedade da Informação, a nossa designação de preferência. Isso faz com que a montagem de estruturas de mobilização ganhe importância, porque padrões sociais antes sólidos estão erodindo e os indivíduos preferem relações menos comprometedoras e exigentes. Isso leva a uma tendência em que as organizações também devem seguir um modelo menos rígido e hierarquizado. Por trás disso existe um fenômeno que Lichterman (1996 apud BOEKKOOI e KLANDERMANS, 2013) chama de personalismo, em que as pessoas tem um forte senso de responsabilidade social e política, mas não querem sentir que são obrigadas a fazer parte de uma comunidade ou grupo. Com isso, associações tradicionais e exigentes estão sendo substituídas por grupos que são mais soltos, fáceis de entrar e fáceis de sair (DUYVENDAK e HURENKAMP, 2005 apud BOEKKOOI e KLANDERMANS, 2013).

Boekkooi e Klandermans acreditam, então, que a sociedade está, cada vez mais, se estabelecendo em torno de redes de indivíduos organizados em vez de associações e grupos formais. Essa noção favorece o surgimento de novos organizadores em torno do processo de mesomobilização e na construção de uma estrutura de mobilização. Consequentemente, tem um impacto importante no

⁷⁶ “As organizações do movimento social geralmente se recusam a participar de uma campanha e, portanto, não se tornam parte da estrutura mobilizadora. Por outro lado, redes com objetivos muito diferentes, como uma rede de colegas, amigos, vizinhos ou a associação de pais e professores, podem se envolver na campanha e, assim, tornar-se parte da estrutura de mobilização.” (tradução nossa)

processo de micromobilização, que nada mais é que o esforço dos organizadores em mobilizar participantes. Muitos estudos mostraram que as redes de conexão são importantes em explicar recrutamento e mobilização (e.g., SNOW, ZURCHER e ECKLAND-OLSON 1980; KLANDERMANS & OEGEMA 1987) no sentido de que a organização que se junta à coalizão de mobilização é um importante indício de quem participará do protesto (BOEKKOOI, 2010).

Mas até chegar à micromobilização, os organizadores que fazem parte da estrutura de mobilização precisam tomar as decisões sobre os rumos da campanha. Mobilizar participantes para que? Qual será o *máster frame*, que tipo de ação será realizada, quais slogans serão usados, onde será o evento, em que horário, qual o repertório de ação e, finalmente, como atrair participantes. E esse processo pode ser problemático. Clemens e Minkoff (2004) notaram que a cooperação entre diferentes formas e estilos de organização pode causar problemas especialmente no que tange à negociação, que pode ocorrer entre duas pessoas ou um grande grupo. No caso do confronto político, envolvem múltiplas partes.

Esse tipo de negociação é caracterizado pela interdependência em tomada de decisões; a presença de múltiplas demandas; heterogeneidade nas motivações dos membros com relação à interação social; a ausência de coalizões naturais, e um problema de natureza mista (KERN, BRETT e WEINGART, 2005). Isso significa que envolve um grande grupo de negociadores que precisa debater e tomar decisões em torno de diferentes reivindicações e encontrar um ponto comum – porque o fato de estarem envolvidos em uma mesma estrutura de mobilização não significa que concordem em todos os aspectos. Esse tipo de problema ficou bastante claro durante a organização dos protestos pelas Diretas Já e no Fora Collor, que abordamos no primeiro capítulo. Os diversos partidos, sindicatos, movimentos sociais, e organizações da sociedade civil organizada tiveram problemas para conformar todas as demandas em torno de uma mesma campanha. No primeiro caso, uniram-se em torno do *máster frame* do voto direto; no segundo, o *máster frame* era a ética na política, consolidada no *impeachment* do presidente. Isso mostra que cada organizador precisa cooperar para maximizar as ações e a mobilização em si, mas isso não significa que não compitam entre si para tirar o maior proveito possível. Apesar desses obstáculos, os organizadores precisam definir sua campanha e decidir sobre uma estratégia de mobilização. Então, a micromobilização – a execução da estratégia de mobilização – pode começar.

A micromobilização implica na expansão da estrutura de mobilização. Mas mobilizar um grande número de pessoas envolve uma série de pré-condições que precisam estar em curso e passos que precisam ser seguidos. Para isso acontecer, no mínimo, as pessoas precisam se sentir prejudicadas com algum aspecto de suas vidas e otimistas de que, agindo coletivamente, elas podem resolver o problema. Sem uma ou ambas as percepções, é altamente improvável que as pessoas se mobilizem mesmo quando tiverem a oportunidade de fazê-lo. E condicionar a presença ou ausência dessas percepções configura justamente a dinâmica social que discutimos no capítulo anterior, o *framing* (SNOW et al., 1986; SNOW e BENFORD, 1988). O processo de enquadramento é, portanto, determinante para o processo de micromobilização, que pode ser dividido em duas etapas: mobilização de consenso e mobilização de ação (KLANDERMANS, 1988; 2013).

3.2 Mobilização de Consenso e Mobilização de Ação

Para que 500 mil brasileiros tomem as ruas da Avenida Paulista, em São Paulo, pedindo o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff – como fizeram em março de 2016 – elas precisam estar convencidas da legitimidade da ação e também precisam estar convencidas a agir. Afinal, mesmo quando as ideias do movimento são amplamente difundidas e compartilhadas, a ação não é automaticamente atingida. Uma indignação generalizada não produz mobilização de ação automaticamente – lembremos do questionamento de “cadê o povo?” que aparece nas redes sociais a cada escândalo de corrupção que emerge no cenário político brasileiro. Por isso, acontece de movimentos com um grande público ou um grande potencial de mobilização serem incapazes de levar as pessoas às ruas enquanto movimentos relativamente pequenos conseguem mobilizar grandes eventos de protesto. Uma ideologia de mobilização é necessária, portanto, para definir uma situação como injusta e para indicar que pode ser mudada por meio da ação coletiva (MCADAM, 1982), o que nos leva aos conceitos de mobilização de consenso e mobilização de ação.

A mobilização de consenso é a tentativa de um ator de difundir suas visões e crenças (KLANDERMANS, 1988, p.175). Essas tentativas abrangem interpretação de demandas, atribuição causal, possíveis medidas a serem tomadas, atividades de protesto a serem encenadas, e assim por diante. A mobilização de consenso é um

empreendimento de longo prazo. Afinal, leva tempo – às vezes anos – para convencer pessoas da plausibilidade dos pontos de vista de um movimento. No entanto, o possível sucesso em ativar pessoas é limitado pelo grau de sucesso da mobilização.

Muito do que acontece entre as redes sociais – não virtuais – diz respeito à formação de consenso. As pessoas tendem a validar informação comparando e discutindo interpretações com amigos, colegas e parentes, especialmente quando se trata de uma informação a respeito de uma situação social complexa. As pessoas, em geral, preferem comparar suas opiniões com indivíduos que pensem como elas (KLANDERMANS, 1988, p.174) e, como regra o grupo de indivíduos interagindo em uma mesma bolha social é relativamente homogêneo. Os processos de comparação social produzem definições coletivas de uma situação e, conseqüentemente, dentro dessas redes, o consenso é formado e sustentado. E a mobilização de consenso precisa levar em conta essa realidade social.

As mensagens emitidas por um ator não são apenas filtradas por meio dos *frames* cognitivos de receptores individuais, mas também pelas experiências desses indivíduos nos grupos sociais aos quais eles pertencem, ou seja, também pelo enquadramento das redes e subculturas. Os indivíduos se comportam de acordo com a realidade percebida. Eles percebem os diferentes atores em um conflito social; eles tem percepções sobre as ideias de um determinado ator sobre assuntos relevantes; e apoiar esses atores é percebido como mais ou menos recompensador. Assim, a mobilização de consenso deve visar não apenas as crenças e atitudes dos indivíduos, mas as definições coletivas sustentadas em suas bolhas. De todo modo, mesmo que a pessoa participe de grupos que se engajem em ação coletiva *en bloc*, ainda é o indivíduo que precisa se convencer – ou ser convencido – de que a ação coletiva é legítima e a participar.

Since social reality is complex enough to allow for completely different interpretations of what is going on, a variety of definitions of the situation is available. [...] In the case of social conflicts, actors try to persuade individuals to take their sides. In that way, governmental agencies, competing challengers, movement and countermovement organizations are struggling for the hearts and minds of the people.⁷⁷ (KLANDERMANS, 1988,

⁷⁷ “Como a realidade social é complexa o suficiente para permitir interpretações completamente diferentes do que está acontecendo, uma variedade de definições da situação está disponível. [...] No caso de conflitos sociais, os atores tentam convencer os indivíduos a tomarem partido. Dessa forma, agências governamentais, concorrentes, organizações de movimento e contramovimento lutam pelos corações e mentes das pessoas.” (tradução nossa)

p.176)

A mobilização de consenso é justamente essa tentativa – deliberada – de difundir uma ideia específica entre a população (KLANDERMANS, 1984) e de criar consenso entre um subgrupo com a ideia de gerar ação coletiva. O que não é o mesmo que formação de consenso, que se refere à convergência de significados não planejada.

Nem as organizações nem os indivíduos operam no vácuo. “A movement organization operates in a field of competing sources of information, in which its views are continued challenged. Individuals are embedded in social structures and subcultures that reinforce indigenous beliefs and values”⁷⁸ (KLANDERMANS, 1988, p.176). Para conceituar as organizações do movimento como agentes de mobilização de consenso, devemos relacioná-las, então, a outros agentes que tentam influenciar a opinião pública. De maneira análoga, os indivíduos devem ser vistos como participantes de redes de relacionamentos sociais nos quais as informações recebidas são validadas. É nesta etapa em que ocorre a formação de potenciais de mobilização. Isso não quer dizer que seja completamente determinada pela tentativa de mobilização do consenso. Pelo contrário, grande parte vem da *formação* de consenso. Além disso, outros agentes podem contribuir e, como veremos, esse estímulo externo às vezes é o único meio de criar consenso, especialmente nas fases iniciais. No entanto, os esforços de uma organização do movimento para criar um potencial de mobilização na sociedade são, por definição, tentativas de mobilizar o consenso.

A mobilização de consenso é organizada a partir da mesma lógica das tarefas nucleares do processo de *framing*, em que é preciso atribuir um diagnóstico, um prognóstico e uma motivação.

A social movements message is framed by a more or less elaborated ideology. According to Wilson (1973), a movements ideology contains a diagnosis (an indication of the causes of discontent and the agents responsible for it), a prognosis (an indication of what must be done), and a rationale (who must do the job, arguments to convince the individual that action must be taken, self justification and a description of the future of the movement). Individuals differs according to the degree of congruence

⁷⁸ “Uma organização de movimento opera em um campo de fontes de informação concorrentes, nas quais suas visões são continuamente desafiadas. Os indivíduos estão inseridos em estruturas sociais e subculturas que reforçam as crenças e valores indígenas” (tradução nossa).

between their belief systems and a movement ideology.⁷⁹ (KLANDERMANS, 1988, p.177)

Snow et al (1986) foram os primeiros a projetar uma teoria de mobilização de consenso que levou em conta esse fator de congruência, que é justamente a abordagem do *alinhamento de frames*, vista no capítulo anterior, que ajuda a focar no conceito de mobilização de consenso. Snow et. al. (1986) afirmam que a mobilização é facilitada quando as ideias de um movimento correspondem ou se alinham ao discurso dos participantes em potencial. Quando há congruência entre as reivindicações de um movimento e as opiniões do público, a mobilização é provável. Quando a congruência é fraca, a organização do movimento pode enquadrar a mensagem de tal forma que se alinhe às opiniões predominantes ou enquadramentos interpretativos.

Se pensarmos no período que antecede o Ciclo do Impeachment, com a deflagração da Lava Jato e os escândalos de corrupção na Petrobrás, a expressão de que “a corrupção é o maior problema do Brasil” faz sentido em um Brasil em que os políticos não tem credibilidade, a legitimidade do governo está ameaçada e as instituições desacreditadas. Ou seja, os esforços de mobilização que visam ativar esses frames escondidos e/ou implícitos tem grandes chances de sucesso. Frames devidamente alinhados transformam fatos objetivos em fatos significativos que encorajam a ação coletiva e ocorrem por meio dos mecanismos já conhecidos da *conexão, amplificação, extensão e transformação* (SNOW et.al.1986). A mobilização por consenso na forma de interpretação de reivindicações é uma etapa essencial na formação do potencial de mobilização. E o grau em que um movimento social é bem-sucedido em criar potencial de mobilização determina, entre outros fatores, o tamanho do reservatório do qual um movimento pode atrair a mobilização para a ação.

A mobilização de ação diz respeito à transformação do consenso em ação, diz respeito ao processo que leva as pessoas que já são simpatizantes a ficarem motivadas e decidirem participar de uma ação coletiva (KLANDERMANS, 1988). Portanto, se a mobilização de consenso é o processo de transformar as pessoas em

⁷⁹ “Uma mensagem dos movimentos sociais é enquadrada por uma ideologia mais ou menos elaborada. Segundo Wilson (1973), uma ideologia dos movimentos contém um diagnóstico (uma indicação das causas do descontentamento e dos agentes responsáveis), um prognóstico (uma indicação do que deve ser feito) e uma lógica (quem deve fazer o trabalho). , argumentos para convencer o indivíduo que a ação deve ser tomada, auto justificação e uma descrição do futuro do movimento). Indivíduos diferem de acordo com o grau de congruência entre seus sistemas de crença e uma ideologia de moviment.” (tradução nossa)

simpatizantes, a mobilização de ação é o processo de ativar esses simpatizantes e transformá-los em participantes.

A ação de mobilização também pode ser dividida em várias fases. O processo começa com aquela parte da população que simpatiza com a causa do movimento, que corresponde ao que se conhece por potencial de mobilização (KLANDERMANS, 2013) – que reflete o sucesso ou fracasso dos esforços da mobilização de consenso. O primeiro problema a resolver é, então, atingir os simpatizantes. O próximo passo envolve motivar as pessoas a participar, considerando que o fato de que alguém simpatiza com a causa de um movimento não garante que esteja preparado para participar. Além disso, estar motivado para uma atividade não significa estar motivado para outra atividade. Um simpatizante pode estar motivado a assinar uma petição mas não a participar de uma marcha, por exemplo. A motivação, então, diz respeito à motivação para participar do programa específico para o qual foi construída a estrutura de mobilização.

Depois de motivado, o simpatizante ainda precisa ser persuadido a participar, pois há diferença entre querer participar e fazê-lo, efetivamente. Klandermans e Oegema (1987) afirmam que apenas 5% dos que concordam com os objetivos de um protesto de fato participam. A ação de mobilização bem sucedida, portanto, precisa mover as barreiras da participação e persuadir o público a colocar suas ideias em ação. Em termos de custo-benefício, ser persuadido não custa nada, mas participação custa tempo e dinheiro – e pode envolver riscos e violência.

De fato, este é um passo complicado para os organizadores. O que um organizador pode fazer? Pessoas foram mobilizadas e se tornaram simpatizantes, a motivação foi despertada, mas o que mais um organizador pode fazer para se certificar de que alguém participe? Nesta fase final, a força da motivação, a força das barreiras remanescentes e a influência de amigos – e de outras redes informais – fazem a diferença. Além da determinação do custo-benefício.

O custo é influenciado, entre outras coisas, pelo tipo de ação, local e data. Já os benefícios são ambos o valor que é dado ao possível resultado e a sua chance de sucesso, que está conectada à presença (*attendance*) antecipada, ou seja, quantas pessoas irão participar; a expectativa que sua participação beneficiará a ação; e a chance percebida de que a ação será bem sucedida se muitas pessoas participarem. Porém, em função de a ação de mobilização depender da “pesagem”

dos custos ou riscos e benefícios percebidos, a organização da mobilização é confrontada com tarefas de enquadramento um pouco diferentes. Em vez de aperfeiçoar os quadros de ação coletiva sobre questões sociais (como para a mobilização de consenso), a mobilização de ação requer estratégias de enquadramento que convençam os potenciais participantes de que sua presença em um protesto pode ajudar a dissipar o problema.

Em suma, a mobilização de ação pode ser pensada como um tipo de competição de eliminação em que os participantes em potencial podem sair em diferentes etapas do processo de tomada de decisões, etapas que não são, necessariamente, em sequência (KLANDERMANS e OEGEMA, 1987). Essa competição funciona, mais ou menos, assim: 1) Nem todo mundo concorda com a reivindicação como a base para a ação; 2) Nem todo mundo que concorda está convencido a participar ativamente; 3) Nem todo mundo que está convencido a participar ativamente pesa os riscos e benefícios de forma positiva e está, então, motivado; 4) Nem todo mundo que foi persuadido e está motivado a participar, de fato participa – em função de razões práticas como doença, tempo ruim, falta de tempo etc. Essa enumeração claramente indica que a ação de mobilização é mais do que aumentar a motivação para participar influenciando a percepção de custos e benefícios. É também uma questão de eliminar barreiras à participação e persuadir e ativar o suporte em potencial.

É fundamental, então, que a mobilização de consenso e ação gerem uma atitude positiva com relação aos objetivos da ação coletiva. Diversos autores enfatizaram o importante papel que a expectativa do sucesso desempenha em motivar as pessoas a participarem de atividades do movimento social (KLANDERMANS, 1984; PINARD e HAMILTON, 1986). Inclusive, com a possível exceção de atividades de muito baixo risco (KLANDERMANS E OEGEMA, 1987), as expectativas de sucesso parecem ser uma condição necessária para a participação. Assim, as organizações inteligentes se esforçam para fazer as pessoas acreditarem que sua contribuição é fundamental.

A mobilização é, portanto, uma espécie de mecanismo de marketing de um movimento social e, por isso, seu estudo compreende a efetividade ou capacidade de persuasão da comunicação e a percepção de custos e benefícios (KLANDERMANS et al., 2008). Atividades que podem, perfeitamente, ser

executadas pela mídia, mesmo que ela não tenha papel central nos estudos empíricos que se propõem a compreender a dinâmica organizacional do protesto.

3.3 Modelo da Estrutura de Mobilização Midiática (EMM)

Kielbowicz e Scherer (1986) afirmam que a mídia se tornou central para a vida e morte de movimentos sociais e, como vimos anteriormente, há uma literatura relativamente grande que examina a relação com os movimentos (GAMSON, 1992; GITLIN, 1980; SAMPEDRO, 1997). Mas a função de mobilização do sistema midiático não é central às principais teorias e estudos da ação coletiva ou enquanto estrutura de mobilização. Schmitt-Beck (1990) menciona que a mídia de massa pode contribuir para o recrutamento; a abordagem da Estrutura de Oportunidade Política considera a mídia um filtro, facilitadora e até uma barreira para os movimentos de ação de coletiva, mas não um ator real; e apesar de ser aceita a ideia de que a mídia é um meio importante para a difusão de um protesto (MCADAM e RUCHT, 1993), o impacto da mídia na mobilização em si não é considerado relevante (KOOPMANS, 1995). Gamson e Wolfsfield (1993) até observam que o sistema midiático é necessário para a mobilização – porque a maioria dos movimentos precisa alcançar grandes grupos de pessoas por meio de alguma forma de discurso público, mas nesses estudos, quando a influência de mobilização da mídia é considerada, não é em alta conta (GAMSON, 1992). Klandermans e Oegema (1987), por exemplo, afirmam que “a mídia de massa não é muito efetiva em convencer e ativar as pessoas.”

Boekkooi e Klandermans (2013) entendem que quando os organizadores de uma campanha utilizam a mídia para espalhar sua mensagem, a mídia se torna parte da estrutura. Mas apenas parte da estrutura de mobilização. Não reconhecem que possa se tornar ou agir como estrutura de mobilização de fato. Os autores entendem o sistema midiático apenas como um canal aberto pelo qual os organizadores tentam atingir os participantes em potencial. Para mobilizar participantes, os organizadores podem usar laços fortes e fracos – em referência à identificação com as pessoas e influência que podem exercer (BOEKKOOI e KLANDERMANS, 2013), e canais abertos e fechados. A mídia é considerada um canal aberto que estabelece laços fracos e é, portanto, ideal para difundir informações e conectar pessoas de diferentes grupos.

Klandermans (1984) argumentou que o sucesso de qualquer campanha de mobilização de participantes depende de sua capacidade de afetar tanto o consenso quanto a mobilização de ação. Mas, de novo, o autor considera que os canais abertos de laços fracos não são suficientes para mudar opiniões ou gerar motivação. Em suma, as teorias *mainstream* de mobilização no contexto do Confronto Político sugerem que a mídia é um canal possível para a mobilização de consenso porque é provedora privilegiada de informação e *frames* de referência (GAMSON e MEYER, 1996), mas que não é capaz de mobilizar ação. Defende-se que a melhor função da mídia é como transmissora reativa e não como ator proativo.

A análise de Walgrave e Manssens (2000), porém, mostra outra realidade. Segundo eles, a mídia é capaz de mobilizar consenso e, quando alguns grupos na sociedade já compartilham da mensagem e já estão convencidos de que a ação precisa ser posta em prática, também pode mobilizar a ação a partir da divulgação “insistente” de uma manifestação iminente. Ou seja, os autores defendem que movimentos devem angariar apoio para seus pontos de vista e ter como objetivo ativar indivíduos que já concordam com essas visões e objetivos. Mas acreditamos ser possível ir mais longe com um modelo analítico mais amplo que possibilite avançar na explicação de como a mídia pode agir como estrutura de mobilização, afinal, Walgrave e Manssens apenas indicam essa possibilidade sob condições bastante restritas.

As análises preliminares do Ciclo do Impeachment indicam que a mídia brasileira pode ter se apropriado de uma ideia geral e co-produzido ou moldado um *master frame* convergente com os movimentos organizadores e com a sua interpretação político-estrutural, ou seja, ajudou a definir o tema; deu ampla cobertura às mobilizações; e ajudou a remover os obstáculos à participação. Acreditamos que os meios de comunicação podem ter desempenhado uma função de parceria – não necessariamente formal – com os organizadores e manifestantes ao se colocarem no papel de atores com sua própria agenda e objetivos. Parecia importante para a mídia que as manifestações fossem bem-sucedidas. E a coisa mais intrigante, assim como no exemplo da Bélgica, é que a mídia parece ter produzido tanto a mobilização de consenso quanto de ação.

Por isso, propomos um modelo explicativo de como a mídia pode mobilizar consenso e mobilizar ação. O primeiro em referência à formação de um grupo de indivíduos com predisposição de participar de um protesto e o segundo é a

legitimação de metas e meios de ação concretos. As duas formas têm prazos diferentes: a primeira é um problema de longo prazo e a ação ocorre em curto prazo. O objetivo também é diferente, afinal, mobilizar consenso é criar comprometimento e, neste caso, o público é muito mais amplo. Enquanto a ação significa a ativação desse comprometimento e, portanto, restringe-se às pessoas que já pertencem à mobilização do consenso. Isso significa que devemos abordar as duas etapas de forma individual – de acordo com o que foi desenvolvido no item anterior. De todo modo, é imperativo olhar para o sistema mediático como um movimento capaz de mobilizar a ação coletiva, como uma organização ativa.

O modelo da Estrutura de Mobilização Midiática (EMM) tem 12 etapas distribuídas em três fases: 1) Oportunidade (mesomobilização); 2) Mobilização do Consenso (micromobilização); e 3) Mobilização de Ação (micromobilização).

3.3.1 Oportunidade para mobilização (mesomobilização)

O Confronto Político (TILLY e TARROW, 2007) pode ser identificado na interseção do confronto com a política e a ação coletiva. Portanto, a partir do momento em que ativistas iniciam um processo reivindicatório no qual utilizam performances de ação coletiva – de repertórios herdados e inventados – para confrontar as autoridades. Mas a evolução do confronto para um ciclo de protestos (TARROW, 2011) ocorre quando há a **1) Abertura de uma oportunidade política**, que configura a primeira etapa da EMM. Oportunidades, segundo Tarrow (2011), são dimensões consistentes de disputa política, embora não necessariamente formais, que encorajam as pessoas a se engajarem no CP. Oportunidades criam condições para que um protesto, ou um ciclo de protestos, aconteça.

Como vimos no capítulo 1, a mobilização é o processo mais básico do Confronto Político (TARROW, 2011). Ainda assim, não acontece do nada, é preciso justamente que a conjuntura seja alterada. Isso significa que para começar a ventilar a ideia de que a mídia possa ser um ator ativo – e não apenas reativo – no contexto de mobilização de um ciclo de protesto, é preciso haver uma oportunidade política para que esse ciclo possa existir.

Compreender a relação entre o contexto e ação é fundamental para rastrear a mobilização de massa. “Contentious politics is triggered when changing political

opportunities and constraints create incentives to take action for actors who lack resources on their own”⁸⁰ (TARROW, 2011, p.6). Isso significa que esse momento é especialmente importante porque é nessa abertura que surgem os incentivos para que atores com poucos recursos tenham a chance de agir, como é o caso da mídia que, lembremos, nesse modelo, é tratada como um movimento ou organização. Meyer (2015, p.35) sugere prestar atenção ao contexto político mais amplo, rastreando os ciclos de protesto, então, como reações para quando há alterações significativas na política.

A Estrutura de Oportunidade Política (EOP) é a sistematização dessa conjuntura, mas as variáveis fundamentais da EOP são tema de disputa na literatura do Confronto Político (MEYER, 2004). De todo modo, identificamos cinco características básicas (MEYER, 2015; TARROW, 2011; MCADAM, 1996) que oferecem um roteiro para identificar a emergência de uma oportunidade para quando há *a) o desenvolvimento de um agravo; b) a política institucional parece insuficiente e pode representar, inclusive, o bloqueio de vias tradicionais; c) a disponibilidade de aliados influentes*, que pode significar, ainda, a divisão entre as elites e/ou o realinhamento político; *d) acesso à participação de novos atores*, que também podemos chamar de abertura, o que aumenta inclusive o acesso popular à política e à possibilidade de mobilização; e *e) a abertura suficiente do sistema*, no sentido que deve haver um equilíbrio entre a possibilidade de organizar uma ação e a possibilidade de sofrer repressão.

Mas uma oportunidade que não é notada, não existe (TARROW, 2011, p.201). As oportunidades precisam ser percebidas e atribuídas. Por isso, a sequência do roteiro de construção da EMM indica a importância da **2) Sinalização**, o mecanismo conhecido por *signaling*, pelo qual se sinaliza a brecha e a vulnerabilidade do sistema. Esse mecanismo indica a importância também da mídia, “through which both the determination of challengers and the vulnerability of their targets are signaled”⁸¹ (TARROW, 2011, p.201), mesmo que não de forma deliberada. Destacar a necessidade da percepção da oportunidade parece bastante óbvio, ainda assim, é um passo importante dentro da etapa de organização da estrutura porque, ao que a mídia sinaliza a oportunidade, ela passa a ter o poder de influenciar os ativistas e organizadores em potencial se for do seu interesse. Ela

⁸⁰ “A política do confronto é acionada quando as mudanças nas oportunidades e restrições políticas criam incentivos para agir para os atores que carecem de recursos por conta própria.” (tradução nossa)

⁸¹ “pela qual tanto a determinação dos desafiantes e a vulnerabilidades de seus alvos são sinalizadas.” (tradução nossa)

demonstra a vulnerabilidade das autoridades e sinaliza a grupos de oposição ou aliados em potencial que é o momento ideal para traduzir suas reivindicações em ação. Sinal que é percebido pelo que conhecemos por *madrugadores*.

Os **3) Madrugadores** ou iniciadores são os movimentos responsáveis por identificar a oportunidade e, conseqüentemente, são os primeiros a agir, a usar a ação coletiva como resposta à abertura. A ação dos madrugadores é fundamental para a EMM porque partimos do princípio que, embora a mídia possa mobilizar consenso e ação, ela não tem poder para iniciar o movimento. Ela precisa, portanto, desses madrugadores que, por sua vez, também criam incentivos para que novos movimentos possam se desenvolver e, no caso, a mídia possa agir com papel ativo. E essa dinâmica entre os madrugadores e os novos movimentos é o estopim para o início de um ciclo de protesto.

The generalization of conflict into a cycle of contention occurs when political opportunities are opened for well-placed “early risers”; when their claims resonate with those of significant others; and when these give rise to coalitions and conflicts among disparate actors and create or reinforce instability in the elite.⁸² (TARROW, 2011, p. 201)

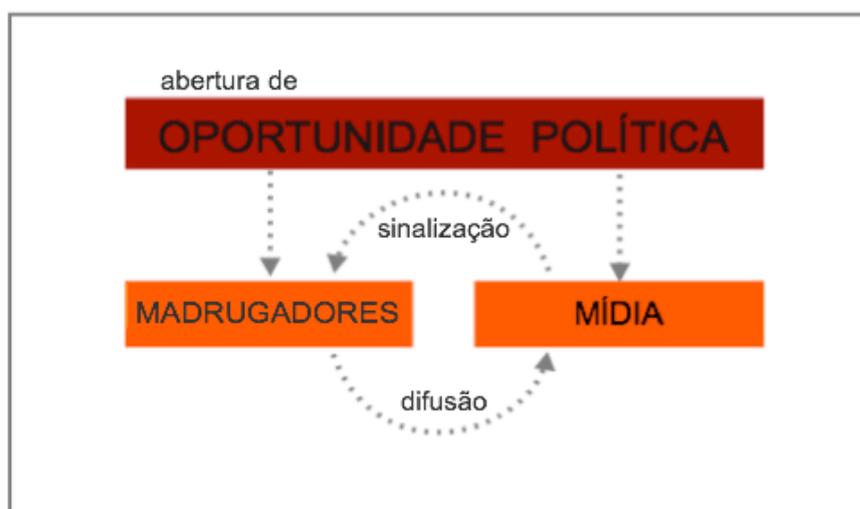
A ação coletiva dos madrugadores acaba por mostrar para outras organizações justamente a possibilidade de ação coletiva, mesmo para grupos com poucos recursos de mobilização, que supostamente seria o caso da mídia. Portanto, identificar esses iniciadores é uma etapa fundamental do processo de EMM, porque permite rastrear não apenas a oportunidade e o começo da ação, mas também permite identificar quando os aliados passivos – novamente o caso da mídia – decidem agir também a partir do processo de **4) Difusão**, que ocorre quando grupos obtêm ganhos que convidam outras pessoas ou grupos a buscar resultados semelhantes (SOULE, 2004). Ou seja, quando a ação dos madrugadores é bem sucedida, encoraja a ação de outro(s) grupo(s), ativando um processo de difusão do confronto político.

Consideramos, então, na EMM, que a mídia seria justamente este segundo grupo, ativado pelos iniciadores. Tarrow (2011) explica, inclusive, que a difusão não requer contato direto ou combinado. Mas não é só isso. Naturalmente, os veículos de comunicação de massa tem papel importante no processo de difusão pela sua natureza inclusiva, da mesma forma que ocorre na etapa de sinalização. Durante

⁸² “A generalização do conflito em um ciclo de disputa ocorre quando as oportunidades políticas são abertas para os “madrugadores” bem colocados; quando suas reivindicações ressoam com as dos outros significativos; e quando estes dão origem a coalizões e conflitos entre atores díspares e criam ou reforçam a instabilidade na elite” (tradução nossa).

períodos de instabilidade nos quais as oportunidades são abertas, a informação flui de forma bastante rápida, a atenção política é aumentada e as interações entre grupos – e entre grupos e autoridades – aumenta em frequência e em intensidade (TARROW, 2011, p.202), o que amplifica o poder de ação da mídia. Mas colocar a mídia como ativa em um processo de mobilização implica também em entender que, durante ciclos de protesto, novos atores mobilizados estão atentos ao que os outros estão fazendo e, conseqüentemente, menos preocupados e restritos. “[...] less constrained that they might have been to behave in expected ways”⁸³ (TARROW, 2011, p.192). Isso é determinante porque abre um espaço para que ela se comporte de maneira inesperada diante de circunstâncias extremas, possibilitando inclusive a flexibilização de rotinas de produção e a decisão de também aproveitar a oportunidade política e adquirir característica de estrutura de mobilização.

Figura 2 - Oportunidades para mobilização



FONTE: Elaboração própria

Até esta etapa, o modelo da Estrutura de Mobilização Midiática (EMM) descreve e explica de que maneira a mídia se torna um ator ativo no processo de mobilização, descreve o caminho possível ou provável para o envolvimento do sistema midiático ser tão intenso a ponto de agir como estrutura mobilizadora. Mas de que forma a EMM explica o fato de a mídia ser capaz de atingir a mobilização de

⁸³ “[...] menos restrito que eles poderiam ter sido para se comportar de maneiras esperadas.” (tradução nossa)

consenso e ação e de que forma a hipótese pode ser testada?

Neste ponto, o modelo da EMM adota uma visão complementar à literatura tradicional ao colocar a possibilidade de a mídia operar como agente consciente e ativo de processos reivindicatórios. Vimos no capítulo 2 que o sistema midiático exerce um série de funções na sociedade. Gans (1979) afirma que o sistema midiático testa lideranças; oferece feedback político; distribui poder simbólico; age como guardião moral, barômetro da ordem, gerente da arena simbólica e, ainda, agente de controle social. E a mídia enquanto sistema tem esse poder de controle porque, em última análise, cabe a ela legitimar a mensagem dos organizadores iniciadores. Mas aproveitar a oportunidade é mais que isso, agir como mobilizadora é mais que isso, é se unir aos demais organizadores em prol da mesma campanha e, assim, poder mobilizar o consenso.

A decisão de aproveitar a oportunidade política nada mais é que a atividade de **5) Enquadrar a oportunidade** (BENFORD e SNOW, 2000, p.631). Significa que a mídia age como movimento e aproveita a abertura do sistema quando compõe a sua mensagem ao argumento das organizações madrugadoras. É possível perceber que a mídia está aproveitando a oportunidade política quando abertamente elogia os organizadores do movimento ou a campanha em si e, de forma paralela, desacredita os alvos desse mesmo movimento (KLANDERMANS, 2015). Essa dinâmica ocorre a partir da geração dos *master frames*, a ponte para dar início à fase da Mobilização do Consenso.

3.3.2 Mobilização do consenso (micromobilização)

Klandermans (2015) explica que, essencialmente, qualquer coisa que possa ser usada para comunicar significado é aplicável em campanhas para mobilizar consenso. Dentro da Estrutura de Mobilização Midiática (EMM), a mídia exerce papel central e fundamental nesse processo, que envolve uma ampla gama de mudanças nas visões e atitudes. Ela não apenas configura um canal adequado para aumentar a conscientização sobre algo e ganhar apoio do público, mas assume um papel ativo de estrutura de mobilização que começa por transmitir uma mensagem familiar. E o primeiro passo nessa direção é a geração de um **6) Master Frame** a partir da interpretação político-estrutural dos organizadores e da própria mídia, ou

seja, a partir dos enquadramentos interpretativos que compartilha com os organizadores que dão início ao convencimento.

Na EMM, a construção de um *master frame* pelo sistema midiático – ou por um ou mais veículos de comunicação – é entendida como um processo estratégico, ou seja, como um processo de enquadramento deliberado. “Frames are developed and developed to achieve a specific purpose - to recruit new members, to mobilize adherents, to acquire resources, and so forth⁸⁴” (BENFORD e SNOW, p. 624). Segundo os autores (1992; 2000), o *master frame*, assim como qualquer quadro de ação coletiva, tem funções implícitas à sua construção. A primeira delas é a *a) pontuação*, ou seja, o *master frame* pontua ou destaca a existência de uma condição social injusta ou inaceitável. A segunda é a *b) atribuição*, em que o *master frame* assume a tarefa de fazer atribuições diagnósticas, prognósticas e motivacionais (essa última reservada à mobilização de ação). A atribuição diagnóstica é usada para identificar a responsabilidade pelo problema pontuado, ou seja, trata-se de uma atribuição de culpa. Já a prognóstica sugere uma linha de ação para solucionar a condição inaceitável pontuada inicialmente. A terceira função é a de *c) articulação* de uma alternativa de ação coletiva.

Os autores alertam para o fato de que “only a handful of collective action frames have been identified as being sufficiently broad in interpretative scope, inclusivity, flexibility, and cultural resonance to function as master frames⁸⁵” (BENFORD e SNOW, 2000, p.619), ainda assim, entendemos que se há uma organização capaz de construir um enquadramento amplo o suficiente, é o sistema midiático. Isso significa que para testar a hipótese da Estrutura de Mobilização Midiática, é fundamental identificar se determinado veículo, no período que antecedeu a mobilização massiva em questão, foi capaz de 1) destacar uma condição social específica como inaceitável e qual é a essa condição; 2) atribuir responsabilidade pelo problema e sugerir uma solução para o problema pontuado; e 3) articular uma linha de ação. “By pursuing these core framing tasks, movement actors attend to the interrelated problems of consensus mobilization and action mobilization⁸⁶” (BENFORD e SNOW, 2000, p.615).

⁸⁴ “Frames são desenvolvidos e desenvolvidos para atingir um propósito específico - recrutar novos membros, mobilizar adeptos, adquirir recursos e assim por diante.” (tradução nossa)

⁸⁵ “apenas um punhado de quadros de ação coletiva foi identificado como sendo suficientemente amplo no escopo interpretativo, inclusão, flexibilidade e ressonância cultural para funcionar como quadros mestres.” (tradução nossa)

⁸⁶ “Ao perseguir essas tarefas centrais de enquadramento, os atores do movimento atendem aos problemas interrelacionados de mobilização de consenso e mobilização de ação.”(tradução nossa)

Esse processo é construído por meio do processo de **7) Alinhamento** de frames, ou *frame alignment* (SNOW e BENFORD, 1988; 1992; 2000), que é a forma pela qual os organizadores e a mídia conectam a sua interpretação dos fatos com a de outros grupos e indivíduos que devem ser ativados pelo consenso. É a convergência entre os enquadramentos dos indivíduos e aqueles desenvolvidos e difundidos pelos organizadores e, neste caso, pela mídia. O alinhamento alimenta frames emotivos e fortalece a possibilidade de consenso. Isso acontece de quatro maneiras: a) *conexão de frames (bridging)*, quando há semelhança entre as interpretações da organização (no caso, a mídia) e os indivíduos e/ou outros grupos; b) *amplificação (amplification)*, que torna saliente determinada categorização socialmente disponível e que seja favorável ao frame; c) *extensão (extention)*, em que ocorre o alargamento do argumento; e d) *transformação (transformation)*, que elimina determinados significados e substitui os antigos por novos entendimentos – embora esse último talvez possa ser demais para a mídia.

Esta etapa é bastante complexa de aferir porque o alinhamento não depende da ocorrência das quatro formas. A *conexão*, por exemplo, acontece quando se conecta o *master frame* a situações familiares do contexto político e social de determinado local, uma etapa de caráter qualitativo. Já a *amplificação* e *extensão* dependem, também e principalmente, de aspectos quantitativos da cobertura, que deve reforçar e insistir no *master frame*.

O público da mídia, mesmo que segmentado, é diverso, e cada indivíduo vai responder ao alinhamento de forma distinta, mesmo os indivíduos que fazem parte de um mesmo grupo. Consequentemente, formas diferentes de alinhamento serão necessárias. Nesta etapa, o que a mídia faz é guiar a interpretação dos fatos de forma a conectar o *master frame* a temas familiares do contexto político em questão. Além disso, conforme ocorre o alinhamento, a mídia se posiciona de maneira mais firme com relação aos enquadramentos e, lentamente, assume sua posição. Em resumo, o sistema midiático utiliza a *conexão*, *amplificação* e *extensão* para conectar o *master frame* a enquadramentos generalizados e amplamente difundidos entre a população. Com esse processo, ocorre a **8) Exposição ao master frame**.

Destacar que os indivíduos e grupos são expostos ao master frame parece bastante evidente em se tratando do sistema midiático, que tem alcance massivo de característica hegemônica. Ainda assim, é importante destacar porque as pessoas não são expostas da mesma forma ou por meio dos mesmos canais. Embora seja

uma característica sem possibilidade de medição, precisamos dar conta das possibilidades de exposição de um *master frame* por meio de um veículo ou organização paralela, porque isso afeta também, sua resposta ao *frame*.

Cada indivíduo é exposto de uma forma diferente e por uma quantidade de tempo distinta. Antes de mais nada, os indivíduos fazem parte de uma rede de pessoas com quem trocam informações e discutem interpretações (KLANDERMANS, 1988), portanto, além de serem influenciados pela mídia e, possivelmente, outros fatores externos, são influenciados pelas pessoas com quem convivem. Esses grupos tendem a ser homogêneos e, cada vez mais, segmentar o consumo de notícias. Isso não significa que reagem aos frames da mesma forma.

Supondo que o *veículo X* afete cinco indivíduos (A, B, C, D, E) e um grupo organizador afete duas pessoas (F, G), suas reações serão individuais, mesmo que façam parte de um mesmo grupo. Consideremos, então, os seguintes cenários:

- a) **INDIVÍDUO A** é consumidor do VEÍCULO X e reagiu de forma negativa ao frame. Logo, INDIVÍDUO A é um NÃO-SIMPATIZANTE;
- b) **INDIVÍDUO B** não é consumidor do VEÍCULO X, mas faz parte do mesmo grupo que o INDIVÍDUO C, que é consumidor do VEÍCULO X e, assim, foi exposto ao frame. O INDIVÍDUO B reagiu de forma negativa ao frame. Logo, INDIVÍDUO B é um NÃO-SIMPATIZANTE;
- c) **INDIVÍDUO C** é um consumidor do VEÍCULO X, faz parte do mesmo grupo que o INDIVÍDUO B e que o INDIVÍDUO D e reagiu de forma positiva ao frame. Logo, INDIVÍDUO C é um SIMPATIZANTE;
- d) **INDIVÍDUO D** não é consumidor do VEÍCULO X, mas faz parte do mesmo grupo que o INDIVÍDUO C, que é consumidor do VEÍCULO X e, assim, foi exposto ao frame. O INDIVÍDUO D reagiu de forma positiva ao frame. Logo, o INDIVÍDUO D é um SIMPATIZANTE;
- e) **INDIVÍDUO E** é consumidor veículo X e reagiu de forma positiva ao frame. Logo, o INDIVÍDUO E é um SIMPATIZANTE;
- f) **INDIVÍDUO F** é membro do grupo ORGANIZADOR e reagiu de forma positiva ao frame. Logo, INDIVÍDUO F é um SIMPATIZANTE;
- g) **INDIVÍDUO G** é membro do grupo ORGANIZADOR e reagiu de forma negativa ao frame. Logo, o INDIVÍDUO G é um NÃO-SIMPATIZANTE;

O esquema mostra que, no modelo da Estrutura de Mobilização Midiática (EMM), devemos levar em conta as múltiplas reações ao enquadramento interpretativo da mídia, considerando que as pessoas também podem ser influenciadas por outros grupos organizadores – que *a priori* compartilham do *master frame* – e por outros indivíduos expostos ao frame da mídia. Isso mostra que um indivíduo não se torna automaticamente um simpatizante apenas por ser consumidor do veículo que age como estrutura mobilizadora ou por ser membro de um dos grupos organizadores. Por isso, o processo de mobilização de consenso é de longo prazo. E pelo mesmo motivo, é fundamental aferir a potência mobilizadora.

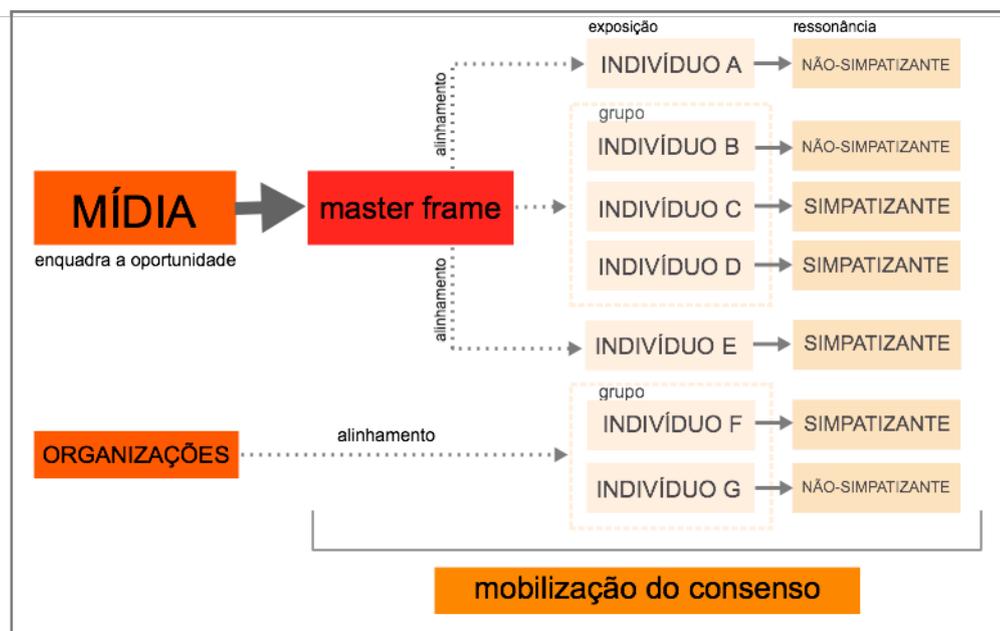
A **9) Ressonância do *frame***, ou potência, será maior conforme a credibilidade e a saliência (BENFORD e SNOW, 2000). A credibilidade de qualquer processo de enquadramento é uma função de três fatores: consistência; credibilidade empírica; e credibilidade de quem articula o frame. A consistência se refere à congruência entre as crenças e reivindicações do articulador, no caso, da mídia. “Thus, inconsistency can manifest itself in two ways: in terms of apparent contradictions among beliefs or claims; and in terms of perceived contradictions among framings and tactical action”⁸⁷ (2000, p.620). Hipoteticamente, quanto maior e mais aparentes forem as contradições, menos ressonante será o frame e mais problemática será a mobilização.

A credibilidade empírica diz respeito à correlação entre o frame e a realidade. A questão não é se o prognóstico ou diagnóstico são válidos, e sim se as referências empíricas permitem que eles sejam lidos como indicadores “reais” no sentido de serem comprovadas empiricamente. O último fator é a credibilidade de quem articula o frame, no caso, da própria mídia.

Além disso, a ressonância é afetada pela saliência dos alvos da mobilização, que tem três dimensões: centralidade; comprovação de experiência; e fidelidade narrativa. A centralidade tem a ver com o quão essenciais são as crenças, valores e ideias da organização para a vida dos indivíduos. Já o segundo fator tem a ver com a experiência do dia a dia – se o frame for muito abstrato, talvez seja difícil de se relacionar. Já a fidelidade narrativa diz respeito ao tanto que determinado frame é culturalmente ressonante.

⁸⁷ “Assim, a inconsistência pode se manifestar de duas maneiras: em termos de aparentes contradições entre crenças ou reivindicações; e em termos de contradições percebidas entre enquadramentos e ação tática.”(tradução nossa)

Figura 3 - Mobilização do consenso pela mídia



FONTE: Elaboração própria

Os indivíduos influenciam uns aos outros por meio de suas próprias redes e o fazem a partir do enquadramento interpretativo a que são expostos. O fluxo de informação se desenvolve como um ciclo de influência, mas sempre levando em conta o *frame* dominante. A ação dos organizadores sobre seus membros ocorre de forma paralela à da mídia – que também pode afetar os membros das organizações. E, da mesma forma que a situação anterior, não existe garantia de que todos os membros de um movimento reagirão da mesma forma. De qualquer maneira, as pessoas e grupos expostos podem reagir como simpatizantes ou não-simpatizantes, como vimos acima. Os simpatizantes formam o consenso, mas ainda é preciso desenvolver a ação, porque o simpatizante não está necessariamente motivado, assim como o motivado não está necessariamente persuadido a agir.

3.3.3 Mobilização de ação (micromobilização)

A parte mais intrigante a respeito da Estrutura de Mobilização Midiática é justamente a hipótese de a mídia ser capaz de produzir também a mobilização de ação. Um primeiro indicativo dessa possibilidade é a inexistência de vínculo entre os

participantes com os organizadores, que pode ser aferido por meio de pesquisas de opinião. Um segundo indicativo seria um público heterogêneo (WALGRAVE e MANSSENS, 2000). Kielbowicz e Scherer (1986) inclusive apontam para o fato de que participantes que se juntam ao movimento depois da cobertura midiática tem características diferentes dos que se juntam à campanha desde o início. Mas o fato de ser possível não significa que seja um processo simples de se atingir – ou de se identificar. A mobilização de ação é um processo que evolui em vários passos. A suposição implícita é de que é possível uma espécie de efeito de transbordamento do consenso para a ação, de que a amplificação do *frame* e a mobilização do consenso, quando atingem certo nível, atingem, também, um resultado mobilizador.

Como a mobilização de ação diz respeito à transformação de simpatizantes em participantes, o processo começa com a ativação do público-alvo, que é parte da população que simpatiza com a causa do movimento. O que a literatura de movimentos sociais se refere como potencial de mobilização (KLANDERMANS, 2013). Cabe ao organizador, no caso a mídia, promover a **10) Motivação** desse público-alvo.

É nesta etapa em que se ativa a atribuição motivacional do máster frame, a que Benford e Snow (2000, p.617) se referem como um “chamado às armas”, um estímulo para se engajar na ação coletiva. Entendemos que a mídia pode promover essa motivação por meio de vocabulários de motivos (BENFORD, 1993; BENFORD, 2002; BENFORD e SNOW 2000).

A efetividade da motivação está diretamente ligada à função de controle social da mídia. E uma das formas pelas quais a atividade do enquadramento pode contribuir para o controle social é empregando e cultivando um tipo específico de narrativa conhecida por “vocabulários de motivos” (MILLS, 1940; BENFORD, 1993). Esses dispositivos linguísticos funcionam como estímulos à ação (SNOW e BENFORD, 1988) ao fornecerem razões convincentes para o público-alvo participar. Benford (1993) identificou quatro vocabulários de motivos como necessários para afetar a motivação: 1) *a gravidade do problema*; 2) *a urgência do problema*; 3) *a eficácia do problema*; e 4) *a propriedade de agir*. “Each of these vocabularies can be conceptualized as participant narratives that are grounded in and reinforced by movement narratives”⁸⁸ (BENFORD, 2000, p.64).

⁸⁸ “Cada um desses vocabulários pode ser conceituado como narrativas participantes que são fundamentadas e reforçadas por narrativas de movimento.” (tradução nossa)

No caso da mídia, esses vocabulários são usados para transformar simpatizantes em indivíduos motivados a participar. Então, antes de mais nada, ela utiliza o *máster frame* de forma a demonstrar a gravidade do problema. “Motivational framings emphasizing the severity of a particular condition or situation are closely related to the consensus mobilization task of problem identification⁸⁹” (BENFORD, 1993, p.201). Apesar da semelhança, há diferenças empíricas e analíticas entre identificar o problema e convencer pessoas de que esse problema é tão sério que eles precisam tomar providências. Só porque uma pessoa concorda que o problema exista, não significa que ela vá parar todo o resto de sua vida e focar exclusivamente em solucionar esse problema. E é aí que entra a motivação. Na EMM, a mídia amplifica o problema de forma que a sua audiência seja convencida de que qualquer resposta que não a ação coletiva não faz sentido. Então, dada a quantidade de problemas identificados em qualquer contexto político e social, acentuar a gravidade de um frame significa indicar que esse tema é mais grave e mais sério que os demais – ou que ele é o responsável pelos demais. Geralmente, esse tipo de enquadramento é encontrado em frases alarmistas e apocalípticas.

Já a questão da urgência acentua a necessidade de se agir logo. As pessoas precisam acreditar que se o problema não for solucionado rapidamente, será difícil de resolver. Neste caso, a organização – a mídia – trabalha em torno de frases como “a nossa tarefa mais urgente”; “a menos que a gente aja agora”; “é apenas uma questão de tempo” (BENFORD, 1993, p. 203). A eficácia, por sua vez, concentra-se na questão de que a ação coletiva trará a solução almejada e aparece em frases como “nós acreditamos que as pessoas comuns, juntas, podem reverter isso” (BENFORD, 1993, p.204). Por fim, há a propriedade de agir, que diz respeito ao reforço da ideia de que a ação coletiva pode ser contingente à existência de um senso de dever, de uma obrigação moral entre os simpatizantes, em que são usadas frases como “seja parte da solução”. A combinação do uso de um ou mais vocabulários de motivo pode ser fundamental para ativar a motivação entre os simpatizantes.

Mas estar motivado para uma atividade não significa estar motivado para outra. Uma pessoa pode estar motivada a participar de uma caminhada em uma via

⁸⁹ “Enquadramentos motivacionais que enfatizam a gravidade de uma determinada condição ou situação estão intimamente relacionados com a tarefa de mobilização por consenso da identificação de problemas.” (tradução nossa)

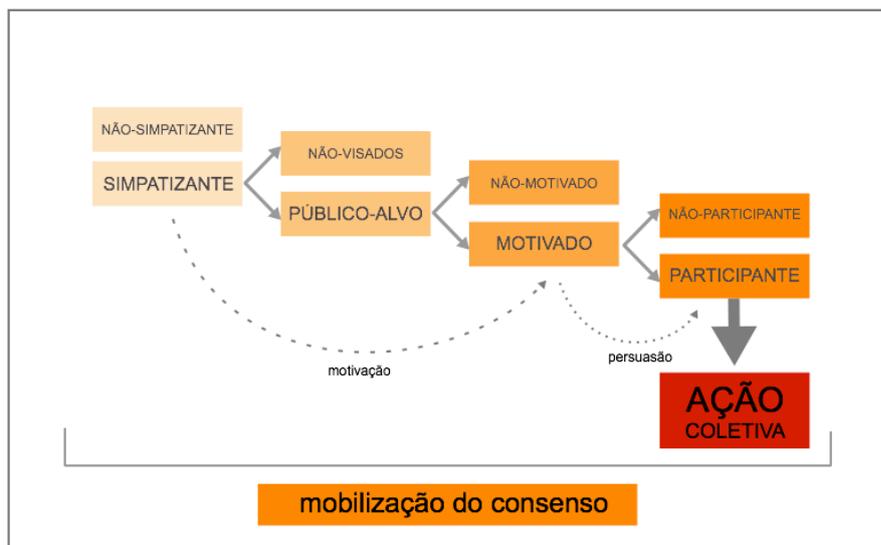
pública mas não estar motivada a se juntar a uma ocupação, por exemplo. Por isso é importante destacar que quando falamos em motivação, é motivação para participar de uma atividade em específico para o qual se está mobilizando um determinado público. No caso da Estrutura de Mobilização Midiática (EMM), espera-se que, nesta etapa, a mídia aumente o interesse pela ação.

Além disso, estar motivado não garante a participação em si. Por isso, a mídia deve ainda ser responsável pela **11) Persuasão** para a ação e apresentar uma boa relação de custo-benefício ao público. Participar de uma manifestação envolve dinheiro, tempo, incerteza sobre os rumos de uma demonstração. Por isso, a mídia deve minimizar os custos e riscos, que, apesar de serem diferentes individualmente, devem ser sempre retratados como mínimos.

A questão-chave é identificar até que ponto a mídia conectou o *master frame* à realização do protesto, do ciclo de protestos. Em termos de decisão para participar, conectar esses *frames* envolveria diminuir a percepção de possíveis custos e aumentar a de possíveis benefícios. Ao decidir participar de uma ação, o valor do possível resultado, suas chances de sucesso e o resultado esperado entram no cálculo. E esse cálculo está relacionado à interpretação político-estrutural dada a determinado tema. Assim, a mídia precisa apresentar a **12) Ação Coletiva** como uma reação lógica ao problema inicial.

Espera-se que a mídia não apenas ofereça uma análise favorável dos custos e benefícios, mas que tenha um papel ativo na mobilização de ação de fato. Uma análise empírica nesta fase deve indicar ampla atenção ao evento e aos organizadores, oferecendo espaço gratuito e constante, insistente. Em uma Estrutura de Mobilização Midiática, a narrativa precisa revelar uma atitude positiva com relação à mobilização, além de apelos não dissimulados para participar.

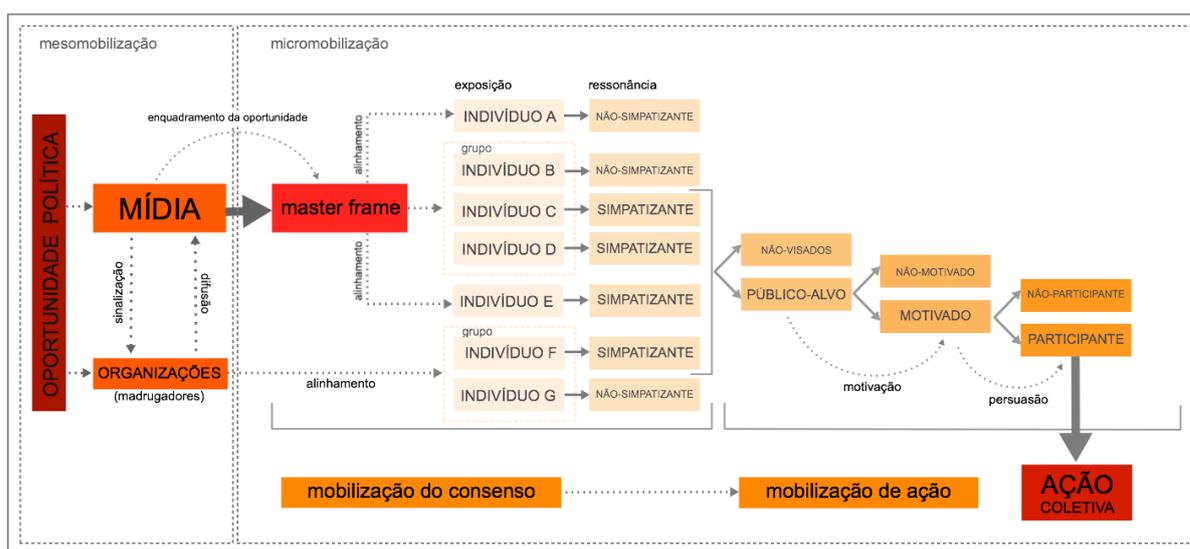
Figura 4 - Mobilização de ação pela mídia



FONTE: KLANDERMANS, 2013 / Elaboração própria

A EMM foi construída para explicar o papel mobilizador que a mídia pode exercer em um ciclo de protestos. O fato de determinado ciclo ter sido pensado por uma organização ou mais não significa a inexistência de outras estrutura de mobilização agindo em prol da campanha em questão. Especialmente quando os protestos são organizados por grupos sem lastro social ou experiência na ação coletiva e, mesmo assim, são bem-sucedidos.

Figura 5 - Estrutura de Mobilização Midiática (EMM)



FONTE: Elaboração própria

O modelo da Estrutura de Mobilização Midiática (EMM) é constituído, então, por 12 etapas: 1) Abertura de oportunidade; 2) Sinalização; 3) Ação de madrugadores; 4) Difusão; 5) Enquadramento da oportunidade; 6) Geração do master frame; 7) Alinhamento; 8) Exposição ao master frame; 9) Ressonância; 10) Motivação para ação; 11) Persuasão para ação; e 12) Ação Coletiva. Apesar de o esquema acima indicar uma provável ordem no fluxo da informação que constrói a mobilização do consenso e a mobilização de ação, algumas dessas etapas ocorrem de forma paralela e concomitante, de maneira dinâmica, especialmente em casos de influência cíclica.

Provar que a mídia seja capaz de mobilizar milhares de pessoas e convencê-las a participar de ação coletiva não é tarefa fácil sem entrevistar os participantes, mas o modelo da Estrutura de Mobilização Midiática (EMM) foi construído para servir de percurso metodológico para a pesquisa que se disponha a isso partindo da análise da cobertura de um ou mais veículos de comunicação a partir da observação cuidadosa de cada uma das etapas da EMM.

Além da análise dos pontos listados acima, é imperativo associar à análise da cobertura com evidências externas que possam dar suporte à hipótese de participação ativa da mídia enquanto estrutura de mobilização. A sugestão é cruzar os dados da cobertura com pesquisas de opinião realizadas com os participantes da ação coletiva que tenha foco no consumo de mídia e confiabilidade do sistema. Depois, cruzar os dados da EMM com os resultados de pesquisas de opinião que abordem a relação dos participantes com os grupos organizadores do ciclo de protestos em questão. A terceira sugestão reside em investigar a composição do grupo de participantes, lembrando que as pessoas que participam depois da ação da cobertura da mídia tem um perfil diferente (KIELBOWICZ e SCHERER, 1986).

A Estrutura de Mobilização Midiática (EMM) será aplicada, então, para testar a hipótese de que o sistema de mídia não apenas pode ter um papel ativo na mobilização do consenso como pode incentivar à ação e co-produzir mobilizações massivas.

4 Mobilizando o consenso do Ciclo do Impeachment

O modelo da análise da Estrutura de Mobilização Midiática (EMM) foi construído como uma forma de explicar de que maneira a mídia pode mobilizar o consenso e mobilizar a ação (KLANDERMANS, 1984; 1988; WALGRAVE e MANSSENS, 2000) em ciclos de protesto. E este capítulo se dedica à primeira fase. Por meio de uma análise de conteúdo (AC) (BARDIN, 2004), buscamos identificar se a mídia é capaz de mobilizar o consenso por meio da apropriação e construção de um máster frame (SNOW e BENFORD, 1992) e o decorrente alinhamento de enquadramentos (SNOW e BENFORD, 1986) que transforma um indivíduo em simpatizante. O nosso objetivo é complementar a visão dominante da literatura do Confronto Político, que reconhece a mídia como um ator importante em ciclos de protesto, mas não como agente principal das estruturas de mobilização da ação coletiva.

Partimos da hipótese de que, no Brasil, a mídia comercial hegemônica pode ter sido responsável pelo sucesso das mobilizações que pediam o “Fora Dilma”. A partir da análise de conteúdo, queremos saber se Veja, que é parte do sistema hegemônico, efetivamente se apropriou e construiu o *máster frame* da corrupção e promoveu o *alinhamento* por meio da *conexão* de enquadramentos com a ideia amplamente difundida de que a maioria dos políticos brasileiros é corrupta. Também buscamos identificar se Veja promoveu uma amplificação do enquadramento ao associá-lo ao antipetismo, ou seja, ao responsabilizar quase que exclusivamente o PT e seus principais líderes pelo problema. O objetivo é, portanto, identificar se Veja mobilizou o consenso dos protestos que pediam a saída de Dilma.

A integralidade da pesquisa está centrada na cobertura dos protestos das direitas durante *Ciclo do Impeachment* pela revista Veja, entre outubro de 2014, durante o pleito que reelegeu Dilma Rousseff, até abril de 2016, quando o processo de impeachment da petista foi aprovado pela Câmara dos Deputados. Esta primeira etapa dá visibilidade ao período de mobilização do consenso, que ocorre entre outubro de 2014 e fevereiro de 2015, utilizando o grande protesto de 15 de março de 2015 como marco para o início da ação.

Na seção **4.1 Metodologia do consenso**, explicamos as etapas da pesquisa detalhadamente a partir da técnica da Análise de Conteúdo. Neste capítulo, a AC foi conduzida por meio de uma abordagem quantitativa, mais especificamente uma

análise temática categorial. Partindo da ideia do máster frame da corrupção, consideramos também a *corrupção* como o tema central da análise – e, posteriormente, o frame alinhado do *antipetismo*. O estudo foi conduzido sobre uma amostra da revista *Veja* escolhida a partir do recorte temporal da mobilização do consenso, utilizando edições de anos anteriores como referenciais para a aferição da frequência de aparição e edições dos meses em que ocorreram os principais eventos de protesto para a medir a frequência de aparição do tema também durante a ação. A amostra foi escolhida a partir dos critérios de representatividade, homogeneidade e pertinência (BARDIN, 2004).

Mas antes de partirmos para os resultados, é fundamental compreender o veículo, por isso o subcapítulo **4.2 Revista Veja** é dedicado a compreender a história e posicionamento da publicação da Editora Abril, que domina o mercado editorial há décadas. A seção ainda explica as particularidades do jornalismo de revista, que tende a ser mais emocional e mais flexível no que tange às rotinas de produção jornalísticas (BENETTI, 2007).

No subcapítulo **4.3 Construindo o máster frame da corrupção**, apresentamos os resultados desta primeira etapa da análise. Na seção **4.3.1 Alinhamento de frames**, os resultados prévios são cruzados com os dados da análise que aferiu a frequência com que o frame do antipetismo foi alinhado à ideia da corrupção, ou seja, quantas vezes a revista atribuiu à Dilma, Lula ou ao PT, de forma direta ou indireta, a responsabilidade pela corrupção no Brasil. Os números são sustentados, ainda, por pesquisas de opinião que aferiram a confiança dos brasileiros em partidos políticos e a opinião sobre o envolvimento de determinadas siglas com corrupção. Por fim, na seção **4.3.2 Ressonância de frames**, avaliamos a potência do máster frame da corrupção ao cruzarmos os resultados obtidos com pesquisas de opinião pública do Instituto Datafolha que aferiram o “principal problema do país”.

4.1 Metodologia do consenso

Para avaliar a extensão do papel da mídia tradicional enquanto estrutura mobilizadora do ciclo de protestos que pedia o “Fora, Dilma” entre 2014 e 2016, utilizamos a técnica da análise de conteúdo (BARDIN, 2004), cujo princípio e

desenvolvimento está diretamente associado justamente ao estudo das comunicações por meio de material jornalístico. O objetivo da análise de conteúdo é a manipulação de mensagens – tanto o conteúdo quanto a expressão desse conteúdo – para evidenciar indicadores que possibilitem a inferência sobre uma outra realidade. A técnica se presta tanto a uma análise dos significados (análise temática) quanto a uma análise dos significantes (análise lexical e análise dos procedimentos) – de forma isolada ou concomitante.

À medida em que a análise de conteúdo (AC) é utilizada como um instrumento de diagnóstico, ou seja, a partir do momento em que é possível levar a cabo interpretações causais sobre determinado aspecto do comportamento do locutor, o procedimento pode ser tanto de natureza quantitativa quanto qualitativa. A abordagem quantitativa é construída a partir da frequência de aparição de determinados elementos da mensagem analisada e obtém dados descritivos por meio de um método estatístico, “é mais objetiva, mais fiel e mais exata, visto que a observação é bem mais controlada” (BARDIN, 2004, p.140). Já a abordagem qualitativa “recorre a indicadores não-frequenciais”, como a presença ou ausência de certos dados, e é mais maleável e mais adaptável a índices não previstos ou à evolução das hipóteses.

A análise qualitativa apresenta características bastante particulares porque levanta problemas ao nível da pertinência dos índices observados. Ela não está ligada a categorias que necessitem de frequências elevadas para que os cálculos se tornem possíveis. Isso faz com que possa ser utilizada sobre corpus reduzidos, sem a necessidade de tratar exaustivamente todo o conteúdo. Existe, porém, o risco de elementos importantes serem deixados de lado. Ou, pelo contrário, elementos não significativos assumirem um valor maior do que o real. Além disso, a possibilidade de erro aumenta porque se lida com elementos isolados, com o que Bardin (2004) chama de “frequências fracas”. Entra em jogo, então, a importância da compreensão exata (ou o mais próximo possível do que se pode considerar exato em interpretação de texto) do sentido da mensagem sob escrutínio, que só pode ser alcançada com o entendimento do contexto – o contexto da mensagem e exterior, ou seja, quem fala o quê, a quem e em que circunstâncias. Da mesma forma que é capital compreender o contexto político e social no qual ocorre um ciclo de protesto.

O que caracteriza a análise qualitativa é o fato de a inferência ser fundada na presença do índice, que pode ser o tema, por exemplo, e não sobre a frequência da

sua aparição. Mas a análise qualitativa não rejeita toda e qualquer forma de quantificação. Sem falar no fato de que podem ser aplicadas à mesma pesquisa. Isso significa que uma AC pode ser tanto de caráter quantitativo quanto qualitativo, sem que sejam mutuamente exclusivos em uma mesma investigação. E esse aspecto se reflete nesta pesquisa, que opta por uma combinação das duas abordagens. A primeira metade da nossa pesquisa, à qual é dedicada este capítulo, é destinada a identificar a mobilização de consenso, ou seja, a construção do máster frame e do alinhamento de frames pela imprensa e se apoia no aspecto quantitativo da AC. Já a segunda etapa do estudo, descrita no próximo capítulo, com foco na mobilização de ação, mescla as duas.

A análise de conteúdo é organizada em torno de três fases: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados. A pré-análise é a fase de organização da pesquisa propriamente dita, em que ocorre a escolha dos documentos, a formulação de hipóteses e objetivos, e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final. São etapas não necessariamente cronológicas, mas conectadas.

A escolha dos documentos pode depender dos objetivos e, assim, os indicadores serão construídos em função das hipóteses, ou, pelo contrário, as hipóteses serão criadas na presença de certos índices e o objetivo só é possível em função dos documentos disponíveis. No nosso caso, é a primeira opção. A nossa hipótese é de que a mídia tradicional, por meio de enquadramentos interpretativos (BENFORD e SNOW, 1988), assumiu parcialmente as funções normalmente desempenhadas por movimentos sociais e outras organizações políticas no que tange à mobilização do protesto. Nosso objetivo é complementar a visão dominante que outorga um papel menos importante à ação da mídia em processos de mobilização mostrando que a mídia hegemônica pode produzir tanto mobilização de consenso quanto de ação (KLANDERMANS, 1988). Por isso, faz sentido que a escolha reste em material jornalístico.

Demarcado o gênero de documentos sobre os quais se pode efetuar a análise, é necessário, neste caso, avançar na constituição de um *corpus*. Considerando que a mídia tradicional e comercial brasileira tem caráter hegemônico, entendemos que a Revista Veja é uma representação adequada do sistema midiático comercial para compor o *corpus* da análise. Bardin diz que a pesquisa pode ser produzida a partir de uma amostra reduzida, desde que o material a isso se

preste. E acreditamos que é o caso da produção jornalística. Selecionamos nossa amostra a partir das regras de *a) representatividade; b) homogeneidade; e c) pertinência* (BARDIN, 2004, p.123). A regra de *a) representatividade* garante uma amostragem rigorosa desde que seja parte representativa do universo inicial, assim, os resultados obtidos para a amostra podem ser generalizados. Essa amostragem pode ser feita por acaso ou de maneira deliberada, como fizemos e se verá a seguir; a regra da *b) homogeneidade* diz respeito ao fato de que os documentos precisam obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar muitas exceções fora dos critérios; já a regra da *c) pertinência* se refere ao fato de que os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objetivo que suscita a análise.

A pertinência é autoexplicativa uma vez que a revista *Veja*, por ser um dos veículos de imprensa mais importantes e lidos do país, atende ao objetivo da análise que se presta a um estudo da cobertura e influência da mídia tradicional. Mas a partir da representatividade e homogeneidade, selecionamos, para esta etapa quantitativa, as edições da revista *Veja* que compreendem o período de mobilização do consenso, entre outubro de 2014 e fevereiro de 2015, usando como marco a primeira grande mobilização do Ciclo do Impeachment, que ocorreu em 15 de março de 2015. Ainda foram escrutinadas, como referência para os resultados obtidos, as edições dos meses de março de 2011; março de 2012; março de 2013; março e abril de 2014; março e abril de 2015; agosto de 2015; e março e abril de 2016, conforme se pode observar no **Apêndice A**. As edições anteriores à mobilização do consenso servem como referência temporal para a frequência, enquanto as posteriores servem para aferir a frequência de aparição com relação ao período da mobilização da ação. Em cada uma das edições, foram examinadas a *1) Capa; 2) Editorial; 3) Entrevista; 4) Colunas de opinião; e 5) Reportagens*.

A *1) Capa* de *Veja* sempre apresenta elementos textuais e não-textuais. Nossa pesquisa analisa os elementos textuais, que variam bastante conforme a edição. Via de regra, a chamada principal é composta por título e linha de apoio, além de eventual legenda para a fotografia escolhida para ilustrar a edição. Além disso, pode trazer ainda até três destaques de outras três reportagens da edição. O *2) Editorial* é a seção que traz a opinião da revista e da editora, a opinião oficial. É um texto apócrifo, apresentado em uma página, e em *Veja* é chamado de Carta ao

Leitor. Há um por edição, com exceção da *Edição Extra do Impeachment*⁹⁰, que não apresenta editorial. Veja ainda traz uma 3) *Entrevista* principal em todas as edições – com a exceção da edição do Impeachment – que fica no que se conhece por Páginas Amarelas, uma das seções mais conhecidas do jornalismo no Brasil. Segundo Freitas (1989), é uma espécie de extensão do editorial a partir do momento em que o espaço é utilizado para defender determinadas ideias em torno das quais se busca construir consenso. É composta por três páginas de texto – e uma página de publicidade.

Já as 4) *Colunas de opinião*, sem número fixo, podem variar de duas a quatro por edição, da mesma forma que variam os autores – por edição e ao longo do tempo. Para a nossa pesquisa, focamos apenas nos colunistas que escreveram sobre a política nacional durante o período: J.R. Guzzo, Lya Luft, Maílson da Nóbrega e Roberto Pompeu de Toledo, que publicaram textos ao longo de todo o período analisado; e ainda Vilma Gryzinski, que passa a escrever a partir de 2015, e Gustavo Loschpe e Rodrigo Constantino, que deixaram a publicação em 2015. Já as 5) *Reportagens* analisadas fazem referência à política nacional, notadamente alocadas na editoria “Brasil”. O número também varia conforme a edição. A escolha dessas seções abrange, portanto, a produção de conteúdo opinativo e informativo, o que oferece maior credibilidade à amostra, além de incluir o editorial, que veicula, como dissemos, a opinião oficial da revista. Já a escolha pela entrevista ocorreu em função do destaque que a seção ocupa na publicação e pelo fato de ser utilizada como uma extensão da opinião formal da editora.

Para a exploração do material, digitalizamos uma parte da amostra e também utilizamos o aplicativo GoRead⁹¹, também um produto da Editora Abril, que permite reunir todas as edições desejadas, mesmo as mais antigas, a partir das versões digitalizadas e/ou digitais da revista impressa. Embora essa função varie conforme o ano da publicação, o conteúdo analisado é sempre o mesmo que o circulado na versão impressa, com a exceção de que algumas edições contêm áudios e/ou vídeos do conteúdo tratado. O GoRead foi lançado em 2016 e é considerado a maior plataforma de revistas digitais do país, que libera acesso ilimitado a mais de 200 publicações a partir de uma assinatura mensal.

A fase de exploração exige a codificação do material, que corresponde a uma

⁹⁰ Revista Veja, Editora Abril, edição especial, ano 49, (Veja 2474), abril 2016

⁹¹ <https://www.goread.com.br>

transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados em bruto do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão. “É o processo pelo qual os dados em bruto são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo” (BARDIN, 2004, p.129). Para examinar a inferência da revista *Veja* no processo de mobilização de consenso optamos pela técnica da análise de conteúdo categorial temática (BARDIN, 2004). A escolha pelo tema possibilita que se acesse, também, o sentido implícito do texto jornalístico, e não apenas o literal da palavra, por exemplo. Ou seja, é possível verificar o sentido da mensagem que a revista quer que chegue ao leitor por meio da análise das estruturas semânticas, os significantes, e das estruturas sociológicas, os significados.

Na análise categorial temática, o texto é desconstruído em fragmentos dos quais retiramos unidades de significação que tenham o tema em questão em comum. O que fazemos, portanto, é encontrar as unidades e reagrupá-las a partir de categorias que seguem um critério semântico. Nesta primeira etapa da pesquisa, trabalhamos a partir da hipótese de que a mídia se apropriou de uma ideia generalizada para construir um *master frame* que colocou a corrupção como o problema central na política e sociedade brasileiras e que, posteriormente, atribuiu a culpa da corrupção ao PT e seus principais e líderes. Por isso, as unidades foram agrupadas em duas categorias de análise homônimas ao tema, corrupção e antipetismo.

Na categoria **1) Corrupção** foram isoladas as unidades que mencionam, direta ou indiretamente, casos de corrupção no Brasil, tanto de forma genérica quanto de situações específicas; tanto suspeitas quanto casos concretos. Consideramos tanto as circunstâncias que envolvam cidadãos comuns e a iniciativa privada quanto políticos e/ou servidores do poder público brasileiro, seja na esfera municipal, estadual ou federal. Quando falamos de corrupção nos referimos ao ato de corromper alguém ou algo com o objetivo de obter vantagens políticas e/ou pessoais por meios considerados ilícitos ou ilegais. Também consideramos os textos que mencionaram eventuais investigações, efeitos ou consequências dos atos de corrupção (**Apêndice E**).

Já na categoria **2) Antipetismo** foram destacados os textos que relacionam os casos de corrupção ao Partido dos Trabalhadores, seja diretamente ou por meio

da relação com membros do partido, notadamente a então presidenta Dilma Rousseff e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. De maneira menos óbvia, mas ainda vinculando as práticas ilegais ou ilícitas ao PT, também isolamos as unidades que relacionaram os casos de corrupção ao governo federal, de maneira mais genérica, ou autarquias e empresas estatais que estavam, à época, explicitamente sob o comando de petistas ou pessoas indicadas pelo partido. Ainda consideramos expressões que destacam de maneira implícita – e pejorativa – as pessoas estavam no governo federal à época das publicações, como “quem está no comando do país”, “aqueles que estão no poder” (**Apêndice F**).

A partir dessas duas categorias, optamos por um cruzamento de dois tipos de enumeração: *presença* da unidade; e a *frequência*, que é a medida mais utilizada. Na nossa pesquisa, a *presença* da unidade de registro foi marcada como sim (=S) e a ausência foi marcada como não (=N). Neste caso, a presença funciona como um indicador para a *frequência*. Optar pela frequência como regra de enumeração implica no fato de que “a importância de uma unidade de registro aumenta com a frequência de aparição” (BARDIN, 2004, p.134) e, neste caso, todas as aparições possuem a mesma importância.

Aferimos a frequência isolando as seções escolhidas e medindo o agregado de aparição por mês em cada categoria. Isso significa que o nosso recorte da AC implica em quantificar as seções da revista previamente listadas que tratem do tema da corrupção – e, posteriormente do antipetismo – no agregado por mês para medir o aumento ou redução da frequência ao longo do tempo (**Apêndices C e D**). Para isso, seguimos o exemplo de Walgrave e Manssens (2000) e conduzimos a análise de conteúdo com base em um roteiro (**Apêndice B**) cujas respostas atendem às necessidades da pesquisa.

O tratamento dos resultados ocorre a partir da análise do aumento ou redução da frequência de aparição do *máster frame* e do frame alinhado, no sentido de que se realmente houve a construção de um *master frame* por parte da mídia espera-se um aumento na frequência de veiculação do tema, uma espécie de insistência. Ainda, se dá a partir do cruzamento da frequência do *máster frame* com o frame derivativo, também neste caso um aumento na frequência indicando a amplificação do frame para mobilizar o consenso.

Propomos, então, nesta etapa quantitativa da AC – embora toda a análise quantitativa necessite, em certa medida, de aspectos qualitativos – uma operação de

aferição de frequência por aparições de valores iguais para medir se houve um aumento da veiculação do máster frame da corrupção no período estudado e se o aspecto negativo inerente a esse frame foi vinculado, direta ou indiretamente, à então presidente Dilma Rousseff, ao ex-presidente Lula ou ao PT, indicando-os como responsáveis pela corrupção e induzindo à ideia de que sua saída resolveria o problema do país.

Sabemos, porém, que o aumento na veiculação de um tema não prova a mobilização do consenso por parte de um veículo de comunicação sem que haja uma correlação com a ressonância desse frame. Por isso, utilizamos, ainda, os dados referentes às pesquisas de opinião realizadas pelo Datafolha que questionam a população sobre o “principal problema do país”. Cruzamos, então, os resultados da nossa análise com o percentual de pessoas que respondeu que a “corrupção” era o maior problema do Brasil em março de 2011; janeiro de 2012; dezembro de 2012; junho de 2013; abril de 2014; junho de 2014, dezembro de 2014, fevereiro de 2015, abril de 2015; junho de 2015; novembro de 2015; março de 2016; julho de 2016; e dezembro de 2016. Além da aferição quantitativa, também medimos os aspectos de credibilidade e saliência do frame.

A análise de conteúdo é um bom instrumento de indução para investigarmos as causas a partir dos efeitos, ou seja, indicadores e referências no texto. E é exatamente o que buscamos aqui, identificar como ocorreu a mobilização para os protestos do Fora Dilma a partir da análise da cobertura da revista *Veja* entre 2014 e 2016, período do Ciclo do Impeachment.

4.2 Revista *Veja*

O texto jornalístico, como vimos no segundo capítulo, é uma construção social. Algo que coloca a neutralidade sob perspectiva diante do contexto político e social no qual jornalistas e veículos se encontram e coloca a objetividade como um guia para rotinas de produção, um guia que norteia a ética profissional e evita, entre outras coisas, que jornalistas inventem fatos e fontes. Mesmo assim, há uma espécie de contrato entre o jornalista e o leitor que, segundo Benetti (2007, p.38), vai além da “quimera da objetividade, alcançando os ideais de equilíbrio, pluralidade, abrangência temática e responsabilidade no trato da informação.” A autora explica que acreditar ou não no fato de que o jornalismo narra a realidade não é exatamente

uma escolha do leitor, ou uma escolha possível, porque abrir mão dessa crença seria o equivalente a dispensar e abrir mão de uma voz estruturada do real. Na linha das funções listadas por Gans (1979), seria o mesmo que abrir mão de uma voz pela qual é possível não apenas saber o que está acontecendo, mas saber o que importa. “O jornalismo escolhe o que “vale a pena” relatar, quem tem mais confiabilidade ou mais apelo para se constituir como fonte e então constrói os relatos, estabelecendo os critérios de relevância e os parâmetros de normalidade da sociedade (RODRIGUES, 1999 apud BENETTI, 2007, p.39). Como lembram Hall et al (1999), se o jornalismo se pauta nos acontecimentos que rompem a rotina, é porque há uma construção do que é rotina a ser rompida, se noticia acontecimentos incomuns e inesperados, é porque parte de um parâmetro socialmente construído sobre o que é comum, aceitável e previsível. Mesmo que consideremos o fenômeno das *Fake News – notícias falsas* –, que ganhou força a partir da eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos e que colocam a legitimidade do jornalismo em cheque, esse contrato social permanece, mesmo que enfraquecido. Além disso, é um fenômeno que, apesar de existir desde que existe o jornalismo, ganha força, no Brasil, em um período posterior ao do Ciclo do Impeachment.

A partir do que sabemos a respeito das funções do jornalismo estabelecidas por Gans (1979), é seguro assumir, portanto, que o jornalismo, ao se apresentar como neutro em função das rotinas de produção padronizadas, coloca-se como uma instituição autorizada a retratar a realidade e que o público leitor entende essa autoridade. Isso não significa que a linguagem do jornalismo seja ingênua (ORLANDI, 2005), porque não é. Pelo contrário, a linguagem é, como diz Benetti (2007), um poderoso eixo de legitimação de autoridade e consolidação do que vimos ser um sistema de poder. “Se o jornalismo compreende a si mesmo como uma voz capacitada para narrar o cotidiano e inscreve essa autoridade no contrato que assina com o leitor, temos um campo fértil à usurpação de poder, em uma relação que é assimétrica desde a raiz” (BENETTI, 2007, p.39). Uma relação assimétrica que propicia a ação de controle social (GANS, 1979).

Isso significa que a produção do texto jornalístico exige posicionamento. Posicionamento do veículo e do leitor. Posicionamento que se estabelece a partir do “contrato de leitura” (BENETTI, 2007) entre o jornalista, que estaria autorizado a retratar a realidade, e o leitor, que estaria capacitado a compreender o relato. A autora explica que essas identidades, e conseqüentemente essas relações, não são

naturais. São, também, construídas historicamente, são ideológicas. E é fundamental compreender que se tratam de movimentos de posicionamento, pois é assim que se geram as identificações entre um jornalista e um leitor; entre um veículo e um leitor; e um veículo e um grupo de leitores. É assim que são geradas as identificações entre a revista Veja e o seu público.

A revista Veja é uma das publicações da Editora Abril e é a revista semanal de informação com maior tiragem no país, com uma circulação líquida de 657.031 exemplares – destes, 306.147 são exemplares impressos e 350.884 são exemplares em versão digital. Estima-se que a revista atinja, por semana, mais de 6 milhões de leitores e seja o veículo impresso de maior influência no Brasil. Dos leitores, 51% do público é formado por pessoas do sexo masculino e 49% por pessoas do sexo feminino. A maioria do público tem mais de 50 anos, fatia que corresponde a 29,3% do total. Mas também tem boa penetração entre o público de 40 a 49 anos (20,1%); de 30 a 39 anos (19,9%); e 20 a 29 anos (18,7%). A revista afirma que metade do seu público pertence à Classe B, embora não explique o que isso significa; 36,6% à Classe C; e 14,1% à Classe A.

A editora apresenta Veja como sendo “a mais prestigiada revista brasileira” que, há 50 anos “vem em defesa de três princípios inabaláveis: a democracia, a livre iniciativa e a justiça social.” A publicação ainda se coloca como um veículo que oferece “jornalismo de qualidade, com informações exclusivas, furos de reportagem e análises densas”, além de fiscalizar o poder. A missão de Veja é ser a maior.

“Ser a maior e mais respeitada revista do Brasil. Ser a principal publicação brasileira em todos os sentidos. Não apenas em circulação, faturamento publicitário, assinantes, qualidade, competência jornalística, mas também em sua insistência na necessidade de consertar, reformular, repensar e reformar o Brasil. Essa é a missão da revista. Ela existe para que os leitores entendam melhor o mundo em que vivemos.” Roberto Civita⁹²

Mas o objetivo da revista vai além da “necessidade de consertar” o Brasil. No site da PubliAbril, em que a Editora Abril apresenta suas marcas, garante-se que a publicação tem “o compromisso de filtrar, avaliar e interpretar o noticiário”. Isso é muito importante, porque a revista não faz questão de se esconder por detrás das cortinas da neutralidade, pelo contrário. A Editora Abril faz questão de registrar que “os jornalistas de VEJA não se limitam ao conforto da imparcialidade e travam

⁹² Missão da revista Veja. Disponível em: < <http://publiabril.abril.com.br/marcas/veja/plataformas/revista-impressa>> Acesso em 31 de maio de 2019.

diariamente um debate intelectual com seus leitores, caracterizando uma marca sólida assentada em uma maneira de ver o mundo.”

Veja foi lançada em 1968 a partir do modelo técnico, mercadológico e conceitual das revistas de informação norte-americanas Time e Newsweek. Segundo Villalta (2002), a publicação “situou-se no contexto da organização capitalista da cultura”, ou seja, como um produto cultural em sintonia com o projeto de modernização do Brasil vendido pelos militares, por meio da implantação definitiva do capitalismo. Tudo isso – menos a parte dos militares – está na Carta do Editor (o editorial, equivalente a atual Carta ao Leitor) publicada na primeira edição da revista⁹³ e assinada por Victor Civita. Ele dizia que “[...] o Brasil não pode mais ser o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos: precisa ter informação rápida e objetiva a fim de escolher rumos novos.” A estabilidade só chegou no final da década de 1970, mas no começo dos anos 1980 já havia alcançado a marca de 400 mil exemplares por semana em circulação, com 340 mil assinantes (VILLALTA, 2002).

A representação da revista Veja está diretamente relacionada ao poder econômico e político da editora da qual faz parte, assim como Época está relacionada ao poder econômico e político da Globo, que também comanda o jornal O Globo, a TV Globo e inúmeros outros veículos de comunicação no país por meio de afiliadas como a RBS no Rio Grande do Sul que, por sua vez, controla o jornal Zero Hora, a RBS TV, a Rádio Gaúcha, o jornal Diário Gaúcho e assim por diante. Por esse motivo, Veja é mais do que qualificada a representar a mídia comercial hegemônica brasileira, porque está submetida à mesma lógica política e econômica dos grandes grupos de comunicação que controlam a mídia de massa no Brasil. “Essas editoras, que fazem parte de grandes grupos de comunicação, defendem o sistema capitalista, a livre iniciativa, a competitividade e o lucro. Evidentemente, esse posicionamento se manifestará na política editorial das revistas” (BENETTI e HAGEN, 2010). O poder político é declarado, segundo os autores, a partir da preocupação com o estabelecimento de uma agenda de temas relevantes, “sempre como empresas que se consideram aptas a apontar ao Estado os rumos da nação.” Como vimos, Veja está, de fato, interessada em “consertar, reformular, repensar e reformar o Brasil” com base em um jornalismo independente, mas essa

⁹³ Revista Veja, Editora Abril, nº1, 11 de setembro de 1968. As referências às demais edições de Veja citadas no trabalho estão listadas no Apêndice A.

independência não diz respeito a uma cobertura plural, diz respeito à liberdade para defender o sistema favorável aos interesses comerciais da publicação e, conseqüentemente, da editora.

Veja, atualmente, já faz parte do hábito de leitura da classe média brasileira (VILLALTA, 2002), mesmo com o hábito das redes sociais, que parecem dominar a cena do fluxo de informação no Brasil, e é a principal revista de informação do país. Por isso, Veja tem merecido a atenção de pesquisadores (BENETTI, 2007, p.42) que ficam intrigados com a capacidade de produção de sentidos da revista, inserida em um contexto de formação de opinião que demanda aprofundamento de estudos. “Veja não se enquadra nos gêneros tradicionais de texto jornalístico, notadamente na distinção entre jornalismo informativo e opinativo,” isso porque, embora carregue informação, o texto é fortemente permeado pela opinião, mesmo no caso das reportagens que, supostamente, são mais objetivas que os textos de editoriais, entrevistas e colunas. É um texto constantemente construído por meio de adjetivos, advérbios e figuras de linguagem que conectam o leitor em um nível emocional.

Como característica inerente às revistas, Veja ainda possui um universo grande e próprio de leitores e mantém com esse público um forte laço de lealdade. Segundo informações da publicação, o comportamento do leitor de Veja é singular, o que marca um ponto importante para a nossa pesquisa: 67% considera Veja mais confiável que outros meios; 57% entendem que a revista ajuda a formar uma opinião sobre um assunto; 81% compartilham a revista com outra pessoa; 77% comentam seus assuntos com amigos, colegas de trabalho ou nas redes sociais; 54% mostram as matérias para outras pessoas; e 40% dão a revista para outra pessoa depois de lerem⁹⁴.

Segundo Kucinski (1999, apud VILLALTA, 2002, p.11), “as funções de determinação da agenda e produção de consenso atuam como usinas de uma ideologia atribuída às classes médias, inclusive no reforço de seus preconceitos.”

4.3 Construindo o máster frame da corrupção

No Brasil, o combate à corrupção tem sido um dos principais frames dos ciclos de confronto do período democrático e foi utilizado como recurso de

⁹⁴ Fonte: Pesquisa de Relacionamento com a Marca 2014. Disponível em: <http://publiabril.abril.com.br/marcas/veja/plataformas/revista-impressa/pagina_customizada/sobre-os-leitores> Acesso em: 31 de maio de 2019.

mobilização tanto à esquerda quanto à direita (TATAGIBA, 2015) desde a década de 1980. De certa forma, a redemocratização trouxe consigo a narrativa de que "o Brasil vai mal por causa da corrupção". Essa mesma narrativa implica que o dinheiro desviado em corrupção poderia ser investido em saúde, educação e, conseqüentemente, poderia melhorar a qualidade de todos os serviços prestados pelo governo. Um argumento que vai na esteira da relação entre corrupção e o excessivo tamanho do Estado – argumento que inclusive é utilizado para justificar privatizações. Tanto é assim que os temas do combate à corrupção e a luta pela ética na política se tornariam os principais frames das mobilizações no Brasil (TATAGIBA, 1998; TATAGIBA, 2014) entre o final dos anos 1980 e o início dos anos 1990. No período do Fora Collor, o tema estava embutido na narrativa da ética na política, subjetiva o suficiente para mobilizar a esquerda e a direita. Mas se o tema do combate à corrupção não é inerente à agenda da direita, é possível que seja a sua associação ao antipetismo que permite que esse frame tenha sido mobilizado com êxito no Ciclo do Impeachment entre 2014 e 2016 (TATAGIBA, 2015).

Quem respondia pela função de organização dos protestos do Fora Dilma, como vimos, eram, principalmente, os movimentos Vem Pra Rua (VPR); Movimento Brasil Livre (MBL); e Revoltados Online (ROL), citados anteriormente. Essas organizações estiveram à frente dos protestos, convocando as manifestações, dialogando com a imprensa e fazendo a disputa nas redes sociais. Mas pela falta de estrutura de organizações sólidas como partidos políticos e movimentos com lastro social e tradição na ação coletiva, mesmo que sindicatos patronais como a Fiesp tenham oferecido aporte financeiro para a realização dos protestos a partir de 2015, argumentamos que dificilmente as mobilizações teriam a amplitude que alcançaram se não fosse pela estrutura de mobilização da mídia, que, acreditamos, pode ter assumido a função de mobilizar o consenso.

A hipótese ganha força a partir dos dados da pesquisa conduzida pelo Datafolha após a manifestação do dia 15 de março de 2015, que indicou que 91% dos manifestantes disse não participar de nenhum grupo organizador do protesto. Após o evento de 13 de março de 2016, o índice subiu para 94%. Sem contar que pesquisa⁹⁵ realizada pela USP e Unifesp indica que, para os participantes do protesto de março de 2015, dentre os veículos tradicionais, a revista *Veja* tem a *total*

⁹⁵ Pesquisa com os participantes da manifestação do dia 12 de abril de 2015 sobre confiança no sistema político e fontes de informação. Disponível em: <<https://gpopai.usp.br/pesquisa/120415/>> Acesso em: 27 de maro de 2019.

confiança de 51,8% das pessoas. A tendência se repetiu na pesquisa realizada após o protesto de 2016, que indicou que os manifestantes *pró-impeachment* destacaram a imprensa escrita como a mais importante e, novamente, a *Veja* foi a mais lembrada. Para se ter uma ideia, a capa de *Veja* publicada em 18 de março de 2015 foi utilizada como cartaz nas manifestações do dia 15 de março. As datas parecem incorretas porque o ciclo de produção de *Veja* se encerra na sexta-feira anterior à data impressa na revista, que cai sempre em uma quarta-feira. Portanto, a revista da quarta-feira dia 18 foi finalizada na sexta-feira, dia 13, e já estava disponível no sábado, dia 14.

Imagem 2 – Capa de *Veja* utilizada como cartaz em protesto do Ciclo do Impeachment



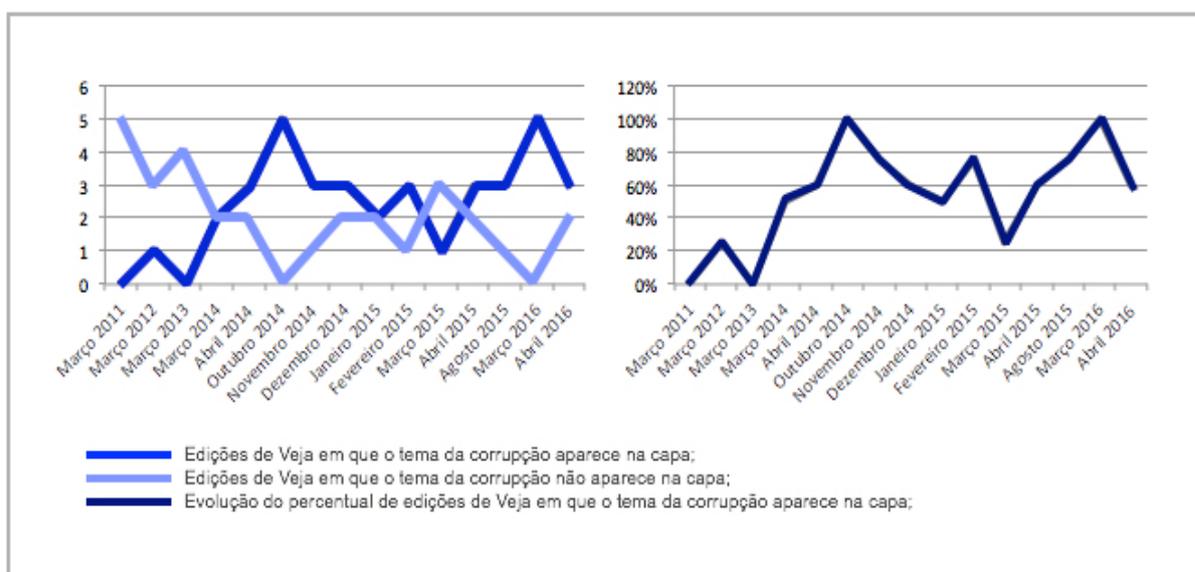
FOTO 1: Nacho Doce/Reuters - Avenida Paulista, São Paulo, 15 de março de 2015;
FOTO 2: Daniel Ramalho/VEJA.com - Rio de Janeiro, 15 de março de 2015;⁹⁶

A primeira seção escrutinada para a AC foi justamente a **1) Capa** da revista, que em março de 2011 não tratou do tema da corrupção em nenhuma edição, evoluindo para uma edição em março de 2012; duas em março de 2014; três edições em abril de 2014; até que atingiu pico de cinco edições em outubro de 2014, durante o período eleitoral. Ou seja, passou de uma frequência zero no período referencial para 100% no início da mobilização. Durante a mobilização do consenso, porém, a frequência de aparição é consistente e, entre outubro de 2014 e fevereiro de 2015, nunca baixou de 50%. Em número absolutos, significa que o tema

⁹⁶ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/imprensa-internacional-destaca-o-maior-protesto-da-democracia-brasileira/>
Acesso em: 06 de junho de 2019.

da corrupção foi abordado direta ou indiretamente em, no mínimo, duas edições por mês – considerando que alguns meses tem quatro edições e outros cinco, como evidencia a lista da amostragem no **Apêndice A**. A frequência atingiu um novo pico durante a mobilização da ação, em março de 2016, quando a corrupção foi tratada em todas as capas de Veja – e quando do protesto que reuniu 500 mil pessoas na Avenida Paulista.

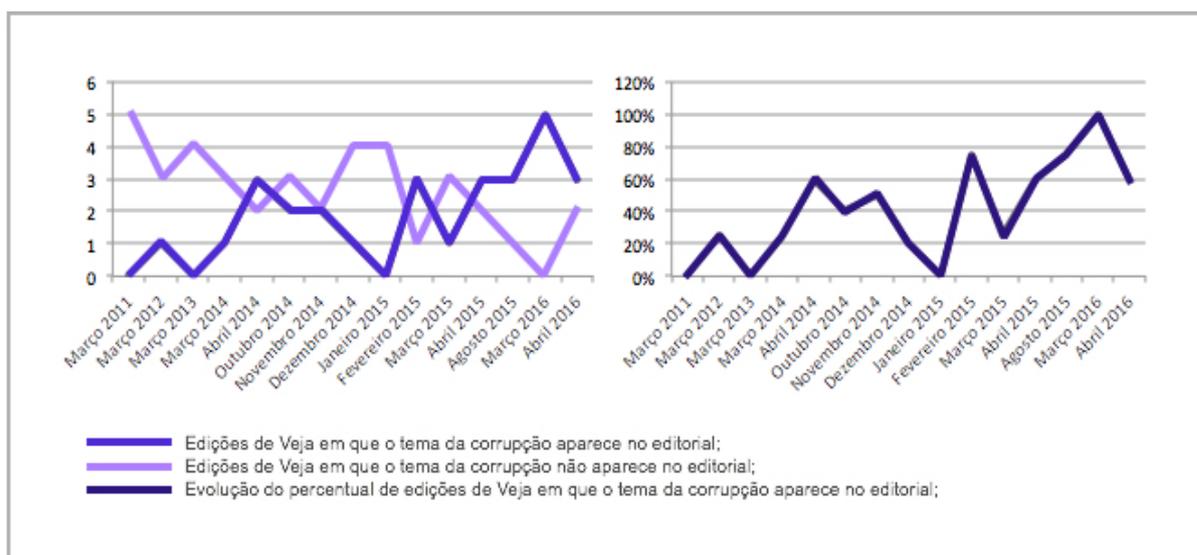
Gráfico 1 – Frequência do tema *corrupção* na capa de Veja



FONTE: Revista Veja / Elaboração própria

Na seção **2) Editorial**, chamada de Carta ao Leitor na revista Veja, também não há registro de presença em março de 2011. Há um registro em março de 2012 e um em março de 2014. A partir daí, a frequência se mantém estável, entre 40% e 60%, até dezembro de 2014, quando cai para 20%, e janeiro de 2015, em que não há o registro de presença de nenhum editorial que trate de corrupção. Em fevereiro, no entanto, o último mês do que consideramos ser o período de mobilização do consenso, há um salto. Das quatro edições publicadas pela revista Veja naquele mês, os editoriais publicados em três delas tratam de corrupção, uma frequência de 75%. O pico da amostragem, porém, ocorre já no período de mobilização da ação, em que todos os editoriais publicados no mês abordaram o tema da corrupção direta ou indiretamente, com uma frequência de 100%, como se pode ver abaixo.

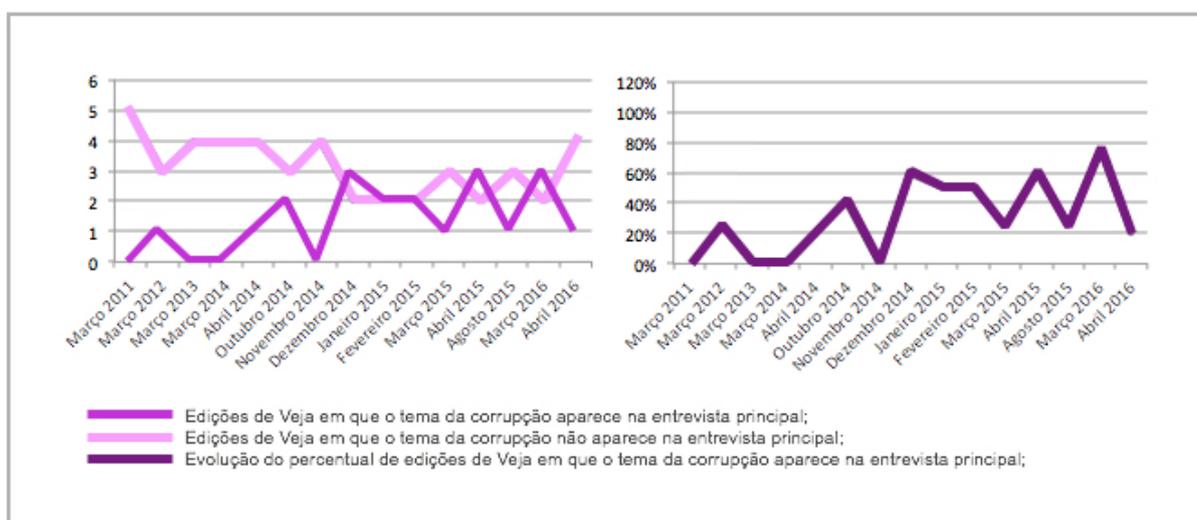
Gráfico 2 – Frequência do tema *corrupção* no editorial de Veja



FONTE: Revista Veja / Elaboração própria

Na seção da **3) Entrevista principal** da revista, conhecida por **Páginas Amarelas**, da mesma forma que nas seções anteriores, o tema não é tratado de forma alguma em março de 2011. Aparece uma vez em março de 2012, nenhuma em março de 2013, uma vez em março de 2014 e dá um salto em abril de 2014, quando aparece em três edições da revista. Durante a mobilização do consenso, a frequência de aparição do tema da corrupção é estável, oscilando entre 40% e 60%, atingindo o pico de 60% em dezembro de 2014. Depois disso, há pelo menos um registro por mês na amostragem, chegando a 75% em março de 2016, mês da que é considerada a maior manifestação da história do país.

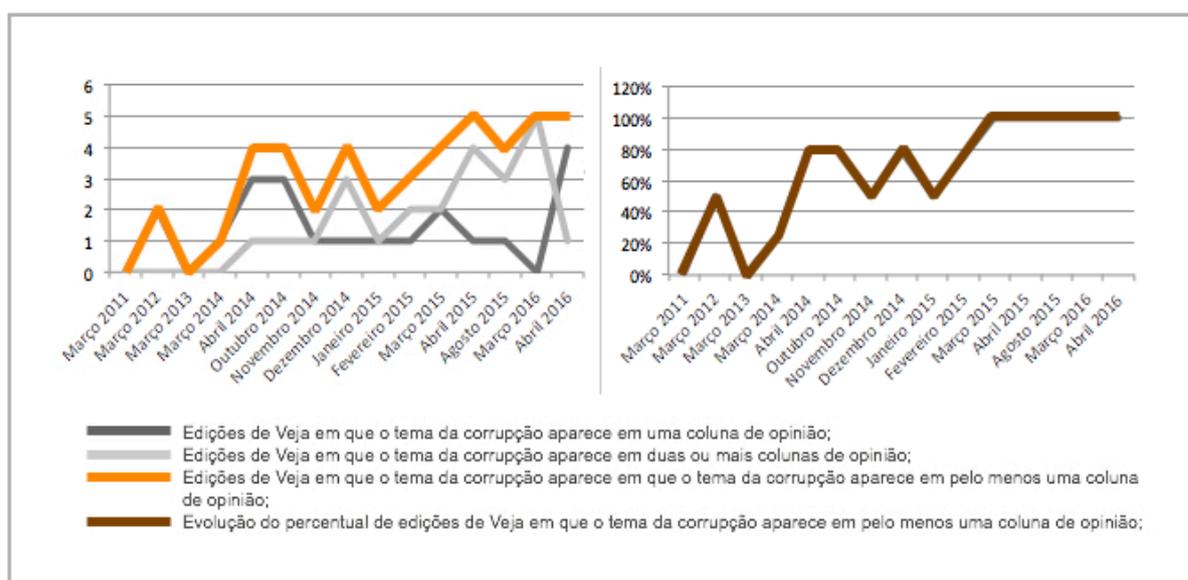
Gráfico 3 – Frequência do tema *corrupção* na entrevista principal de Veja



FONTE: Revista Veja / Elaboração própria

A frequência do tema da corrupção nas **4) Colunas** de opinião começa zerada no mês referencial de março de 2011, sobe em março de 2012 e volta a zero em março de 2013. A partir de março de 2014, porém, começa a ascender e em abril de 2014 atinge uma frequência de 80%. Neste caso, a frequência foi medida de duas maneiras: o número de edições em que o tema aparece em uma coluna e o número de edições em que o tema aparece em duas colunas ou mais, como se pode ver na **Figura 9** abaixo. Optamos por essa distinção porque entendemos que o *master frame* é reforçado quando tratado em mais de uma coluna na mesma edição, e essa é uma tendência que aumenta consideravelmente durante a mobilização do consenso para o Fora Dilma, quando, em dezembro de 2014, duas ou mais colunas de três das cinco edições tratam da questão da corrupção. De qualquer maneira, se considerarmos as edições em que o *master frame* é tratado em pelo menos uma coluna entre outubro de 2014 e fevereiro de 2015, a frequência nunca é mais baixa que 50%, atingindo 100% em março de 2015 – frequência que é mantida nos meses subsequentes da amostra.

Gráfico 4 – Frequência do tema *corrupção* nas colunas de opinião de Veja

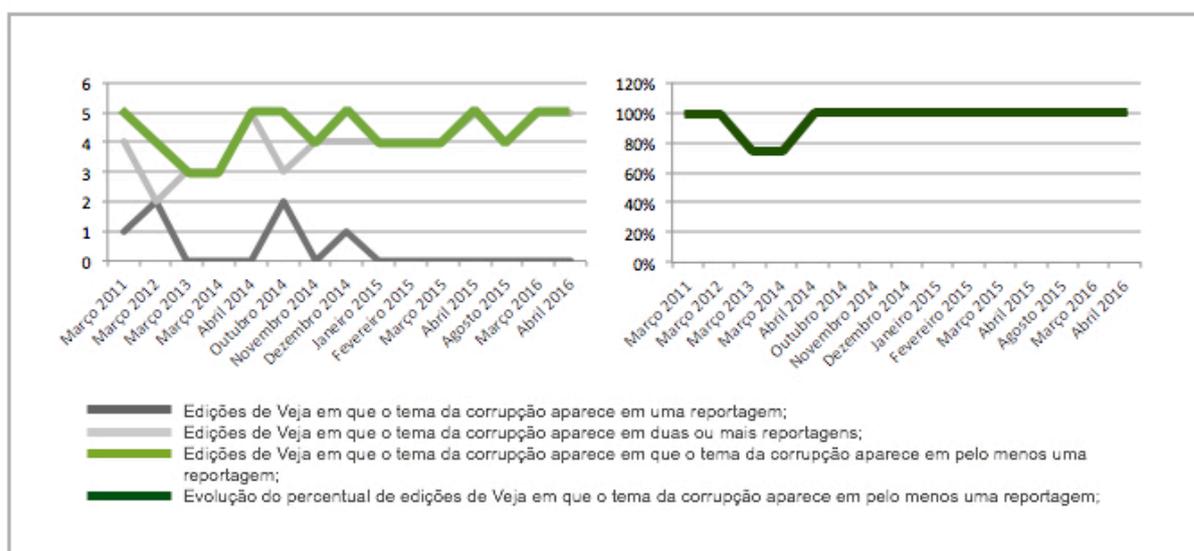


FONTE: Revista Veja / Elaboração própria

A última seção, **5) Reportagens**, é a mais constante e significativa da amostra. Todas as edições da revista Veja analisadas nesta pesquisa trouxeram o tema da corrupção em pelo menos uma das matérias. Da mesma forma que a seção

de Colunas, optamos por fazer a distinção entre as edições que trataram da corrupção em uma reportagem e as edições que abordaram o tema em duas reportagens ou mais. Apenas nos meses de março de 2013 e março de 2014 a frequência não é de 100%.

Gráfico 5 – Frequência do tema *corrupção* nas reportagens publicadas de Veja



FONTE: Revista Veja / Elaboração própria

Essa primeira parte da pesquisa, que se presta a responder os itens 1 a 9 do roteiro disponível no **Apêndice B**, mostra que houve, de fato, um aumento na frequência de aparição do tema da corrupção na revista Veja durante o período da mobilização do consenso do Fora Dilma. Mas, como dissemos anteriormente, mesmo com o que pode ser considerada uma cobertura excepcional, a questão da corrupção permeia a discussão política praticamente desde o período democrático. Acreditamos, portanto, que o êxito da mobilização do consenso para o Ciclo do Impeachment pode restar, também, num ciclo retroalimentado pela opinião pública de que a corrupção é um dos principais problemas do país e no antipetismo. Ou melhor, na convergência da narrativa do combate à corrupção com o sentimento de antipetismo. Com base nesse argumento, utilizamos a análise de conteúdo para verificar se a revista Veja promoveu um alinhamento de frames.

4.3.1 Alinhamento de frames

O alinhamento de frames (SNOW e BENFORD, 1988; 1992; 2000) é a maneira com que o organizador, neste caso a mídia, conecta a própria interpretação dos fatos com a interpretação do público – indivíduos ou grupos – que ele almeja ativar para a mobilização do consenso. Grosso modo, é um movimento que se configura pelo alinhamento dos enquadramentos interpretativos produzidos e difundidos pela mídia com as ideias socialmente construídas que sustentam o imaginário do público, consumidor ou não. Como vimos anteriormente, o alinhamento nutre frames especialmente emotivos e reforça a possibilidade de mobilizar o consenso, algo particularmente provável de acontecer em se tratando de uma revista que consegue estabelecer um vínculo emocional ainda mais forte com o leitor do que outros meios de comunicação. A ideia, portanto, é identificar se Veja foi capaz de promover o alinhamento de frames para mobilizar o consenso do Fora Dilma por meio dos dispositivos da conexão de frames (*bridging*) e da amplificação (*amplification*).

A conexão de frames ocorre quando há semelhança entre as interpretações da organização, no caso a mídia, e do público-alvo. Supomos que Veja conectou o *master frame* da corrupção à ideia amplamente difundida no Brasil de que os políticos são, em sua maioria, corruptos. Como explicamos anteriormente, essa noção permeia o período democrático e o argumento é amplamente sustentado por pesquisas de opinião ao longo dos anos. Segundo a série histórica de pesquisa opinião do Latinobarômetro sobre a confiança dos brasileiros em partidos políticos, entre 1995 e 2011, o índice de pessoas de tem pouca ou nenhuma confiança em partidos oscilou entre 73% e 84%.

Tabela 2 – Confiança dos brasileiros em partidos políticos

	1995	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2003
Pouca ou nenhuma	80%	83%	80%	79%	85%	77%	84%	84%
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Pouca ou nenhuma	77%	84%	75%	83%	77%	78%	73%	83%

FONTE: Latinobarômetro/Série histórica⁹⁷

Ou seja, no que se pode considerar “o melhor momento” da série histórica

⁹⁷ Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>> Acesso em: 06 de maio de 2019.

para essas instituições, 73% dos entrevistados tinham pouca ou nenhuma confiança em partidos políticos. O pico de desconfiança foi alcançado em 2016, quando 93% das pessoas tinham pouca ou nenhuma confiança nos partidos.

Outras pesquisas também suportam o argumento de uma eventual conexão de frames. Em 2013, pesquisa realizada pela ONG Transparência Internacional indicou que para 81% dos brasileiros, partidos são “corruptos ou muito corruptos”⁹⁸. Os resultados das pesquisas mostram que, nos últimos anos, a noção de que a classe política brasileira é corrupta já estava amplamente difundida entre a sociedade e que Veja pode, portanto, ter promovido uma conexão dessa noção com o *master frame* de que a corrupção é o maior problema do país. Mas, como dissemos anteriormente, esse também é o motivo pelo qual a insistência no *master frame* da corrupção e a consequente conexão não seriam suficientes para mobilizar grandes multidões. Por isso, é preciso verificar se a revista amplificou o *frame* na direção do antipetismo.

A amplificação, segundo Benford e Snow (2000), torna saliente determinada categorização socialmente disponível e que seja favorável ao *frame* e depende de aspectos quantitativos da cobertura, que deve reforçar e insistir na amplificação do *master frame*. Neste caso, entendemos que Veja pode ter promovido a amplificação de maneira bem sucedida por meio da associação do Partido dos Trabalhadores (PT) e suas principais lideranças com práticas de corrupção.

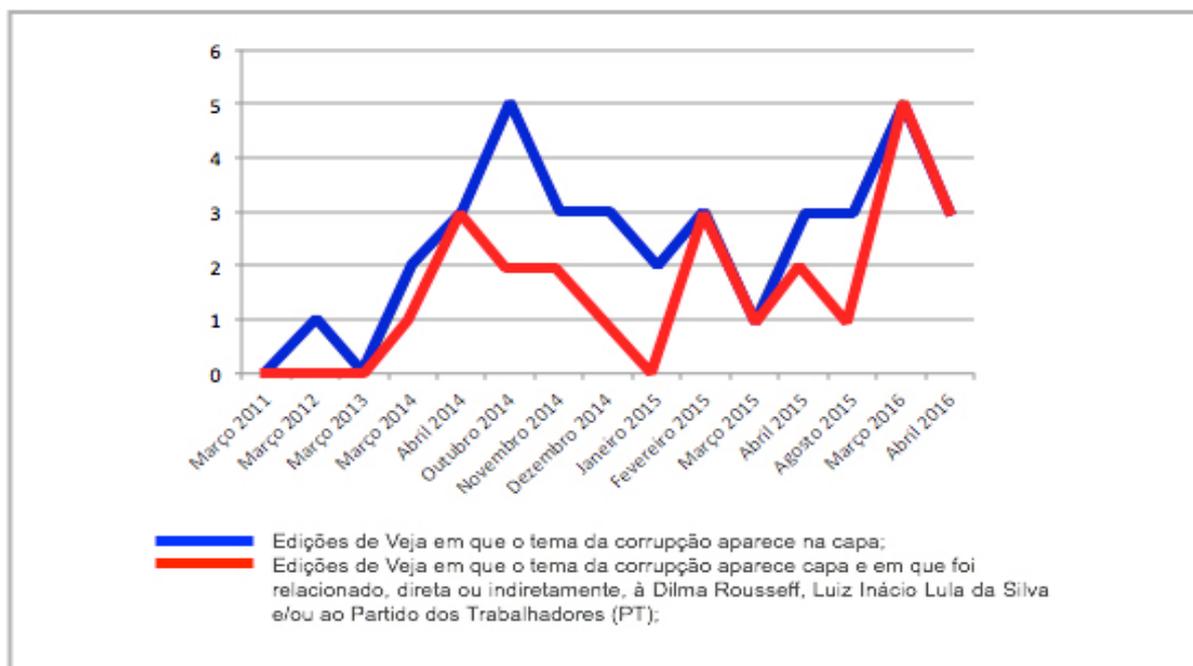
Pesquisa do Datafolha⁹⁹ realizada em 2005 a respeito da opinião das pessoas sobre o envolvimento de alguns partidos políticos em casos de corrupção indica que, naquele momento, havia uma certa equivalência entre as siglas – lembrando que a pesquisa ocorreu justamente no período do escândalo do mensalão. Em junho daquele ano, o percentual de pessoas que acreditavam que a maioria dos políticos do PT estava envolvida em corrupção era de 27%, mesmo número de pessoas que acreditavam que a maioria dos políticos do PSDB estava envolvida em corrupção e um por cento a menos que o PMDB. Ou seja, havia a noção generalizada de que políticos são corruptos, mas não necessariamente que o PT era mais corrupto que as outras siglas.

⁹⁸ O Globo, 09 de julho de 2013. **Para 81% dos brasileiros, partidos são ‘corruptos ou muito corruptos’**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/para-81-dos-brasileiros-partidos-sao-corruptos-ou-muito-corruptos-8968258>> Acesso em: 06 de maio de 2019.

⁹⁹ Datafolha. 16 e 17 de dezembro de 2015. **Corrupção, política, expectativa econômica**. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/12/22/corruptcao_politica_expectativa_economica_1.pdf> Acesso em: 06 de maio de 2019.

A associação da corrupção com a então presidente Dilma Rousseff, com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e/ou com o Partido dos Trabalhadores (PT) aparece na nossa amostra, pela primeira vez, em março de 2014, na capa de duas edições. Em outubro do mesmo ano, auge da campanha eleitoral, a corrupção é associada direta ou indiretamente ao PT em quatro das cinco capas de Veja. As linhas que mostram as edições em que o tema da corrupção é abordado na capa e as edições em que é associado ao antipetismo seguem um curso bastante similar, como se pode ver na Figura 11, abaixo, com destaque para fevereiro de 2015, último mês da mobilização do consenso, em que as linhas se sobrepõem.

Gráfico 6 – Frequência do alinhamento do máster frame ao *antipetismo* na capa de Veja



FONTE: Revista Veja / Elaboração própria

Já com relação ao editorial, a linha roxa, que indica as edições em que o tema da corrupção aparece na Carta ao Leitor, e a linha vermelha, que indica o frame do antipetismo, praticamente se sobrepõem, como se pode ver abaixo, já a partir de março de 2013. Apenas em abril e agosto de 2015 o editorial de Veja não associou a prática ilegal à então presidente Dilma, ao ex-presidente Lula e/ou ao PT em todas as edições.

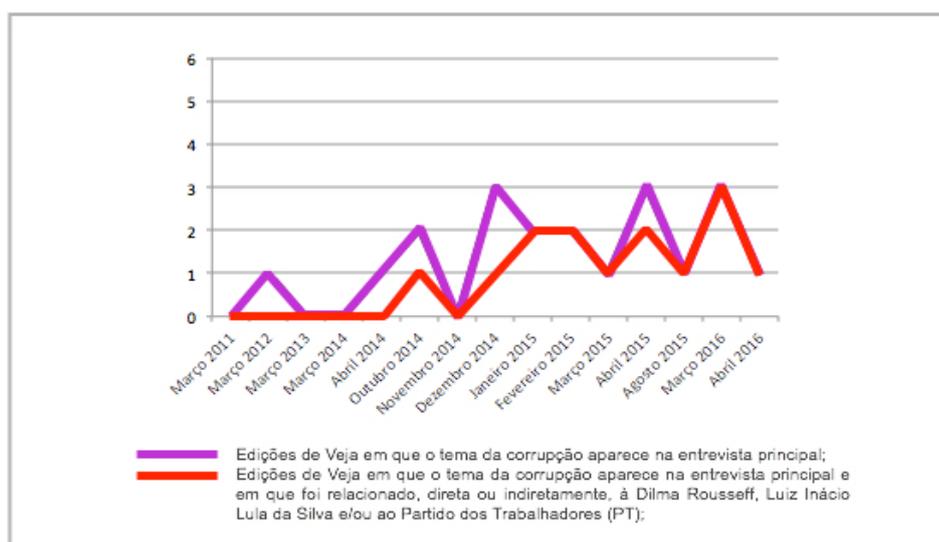
Gráfico 7 – Frequência do alinhamento do máster frame ao *antipetismo* no editorial de Veja



FONTE: Revista Veja / Elaboração própria

Com relação às entrevistas, a frequência de aparição do antipetismo é menos estável, mas ainda assim as linhas do gráfico abaixo seguem um curso similar. Segundo a amostra, o tema da corrupção passa a ser associado ao PT e suas lideranças a partir de outubro de 2014. A tendência se mantém no período subsequente, com a exceção apenas de abril de 2015, em que a corrupção é abordada na seção em três edições mas apenas duas amplificam o frame.

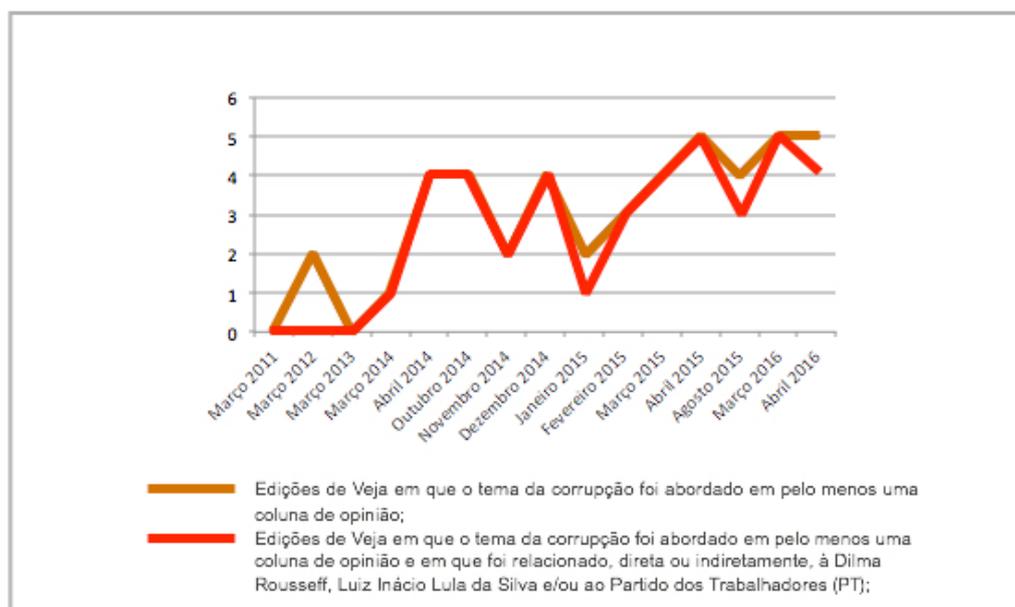
Gráfico 8 – Frequência do alinhamento do máster frame ao *antipetismo* na entrevista principal de Veja



FONTE: Revista Veja / Elaboração própria

Quando analisamos o frame do antipetismo a partir das colunas de opinião, o alinhamento fica mais evidente e aparece já a partir de março de 2014. Durante o período da mobilização do consenso, entre outubro de 2014 e fevereiro de 2015, o PT só não foi associado à prática de corrupção em pelo menos uma coluna em uma edição de janeiro de 2015.

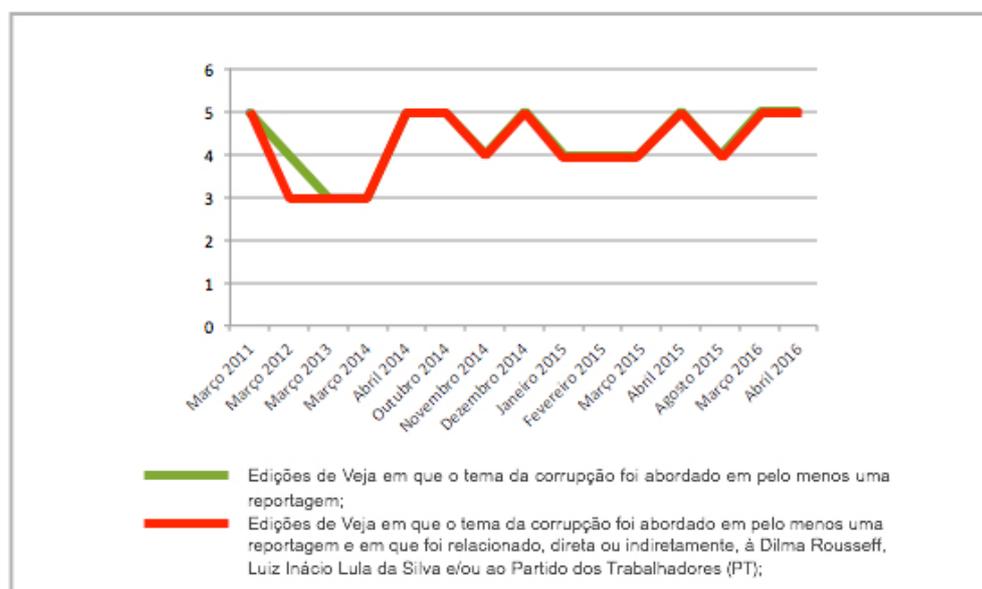
Gráfico 9 – Frequência do alinhamento do máster frame ao *antipetismo* nas colunas de opinião de Veja



FONTE: Revista Veja / Elaboração própria

Ao cruzarmos os dados obtidos a partir da análise de frequência do tema corrupção em pelo menos uma reportagem de cada edição, o alinhamento de frames fica ainda mais óbvio. Somente uma edição de março de 2012 não conectou Dilma, Lula e/ou o PT à prática da corrupção em pelo menos uma reportagem. No restante da amostra a frequência é 100% e as linhas se sobrepõem durante todo o período.

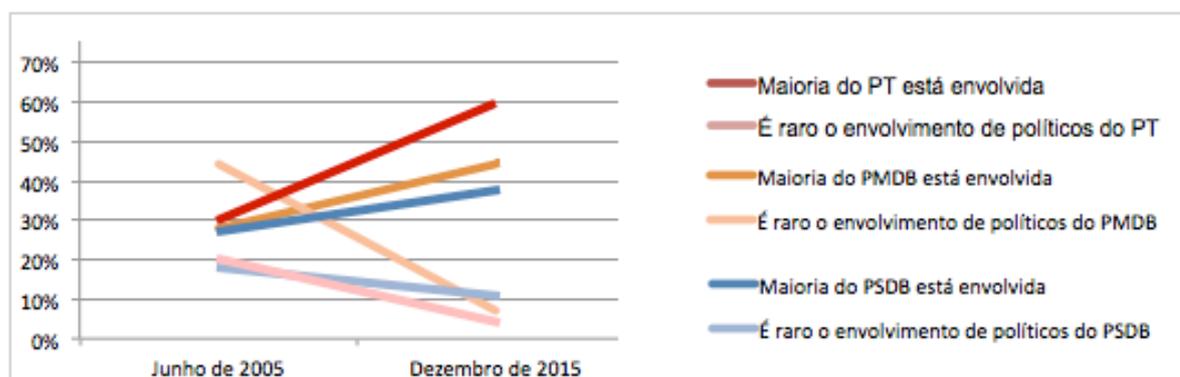
Gráfico 10 – Frequência do alinhamento do máster frame ao *antipetismo* nas reportagens de Veja



FONTE: Revista Veja / Elaboração própria

Voltando à pesquisa do Datafolha realizada a respeito da opinião das pessoas sobre o envolvimento de alguns partidos políticos em casos de corrupção, em junho de 2005, o percentual de pessoas que acreditavam que a maioria dos políticos do PT estava envolvida em corrupção era de 27%. Na mesma ocasião, 20% dos entrevistados acreditavam que o envolvimento dos políticos do PT em corrupção era raro, número superior ao alcançado pelo PSDB (18%) e pelo PMDB (16%). Os números, no entanto, são bem diferentes na pesquisa realizada em 2015, como se pode ver abaixo.

Gráfico 11 - Opinião sobre envolvimento de alguns partidos políticos em casos de corrupção



FONTE: Datafolha / Elaboração própria

O gráfico acima mostra que a percepção de que a maioria dos políticos do PT está envolvida em casos de corrupção passou de 27% em 2005 para 59% em 2015. Mesmo que PSDB e PMDB também tenham registrado aumento, nenhum foi tão significativo quanto o do Partido dos Trabalhadores. De maneira proporcional, diminuiu o número de pessoas que acreditavam que era raro o envolvimento de políticos do PT em esquemas de corrupção, que passou de 20% para 5%. O único partido que apresentou uma amplitude de queda maior foi o PMDB, embora o número ainda tenha ficado acima do percentual do PT.

4.3.2 Ressonância do máster frame

A ressonância, como vimos no capítulo anterior, é a potência do frame, é a capacidade de um frame de atingir o público para mobilizar o consenso. E essa capacidade será maior de acordo com o que Benford e Snow (2000) chamam de credibilidade e saliência. A credibilidade de qualquer processo de enquadramento envolve três fatores: consistência; credibilidade empírica; e credibilidade de quem articula o frame.

No que se refere à nossa pesquisa, a consistência diz respeito à coerência de Veja, ou seja, se o discurso geralmente associado à revista é compatível com o master frame difundido e com o alinhamento ao antipetismo. Se voltarmos à seção em que apresentamos o veículo e prestarmos atenção ao que foi definido pela Editora Abril como a missão da publicação, a coerência se distingue. Veja quer “consertar, reformular, repensar e reformar o Brasil”, e a bandeira do combate à corrupção se encaixa perfeitamente nessa ideia de salvar o país. Além disso, desde sua criação, a revista está associada à expansão de ideais neoliberais como a forte defesa do livre mercado e ideias como a meritocracia. Tanto é assim que, no editorial da edição de 15 de abril de 2015, intitulado “O chamado das ruas”, Veja diz que os que foram às ruas são brasileiros que “concordam com a ideia de que o mérito e o esforço individuais devem ser decisivos para o sucesso ou o fracasso de uma caminhada acadêmica ou profissional.” Essa visão de mundo colide profundamente com o projeto do Partido dos Trabalhadores, que, em seu estatuto, afirma ter o objetivo de “construir o socialismo democrático”. É verdade que, durante o seu governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva implementou um modelo de desenvolvimento que não rompeu com o capitalismo neoliberal (BOITO, 2012 apud

TATAGIBA e GALVÃO, 2019, p.65) e não confrontou o capital (SINGER, 2012). Por outro lado, ampliou do papel do Estado e adotou medidas de distribuição de renda e proteção social.

Portanto, o processo de construção e difusão do master frame e de alinhamento de enquadramentos durante o Ciclo do Impeachment é consistente com a linha editorial da revista que se opõe de maneira frontal à natureza das políticas públicas implantadas pelo governo petista. Já a credibilidade empírica se refere à correlação entre o frame e a realidade, ou seja, não interessa apenas que o frame seja válido, ele precisa ser compreendido como algo real, palpável e comprovado empiricamente. E o frame da corrupção foi, como mostram os resultados apresentados acima.

O último fator é a credibilidade de quem articula o frame, a credibilidade da Revista Veja. Essa é uma questão delicada para a publicação, que já sofreu inúmeros processos por difamação. Isso, por si, não é indicativo de que a revista não tenha credibilidade, a questão é que Veja já admitiu utilizar informações falsas. Por exemplo, em 27 de julho de 2015, a revista publicou uma reportagem afirmando que obteve, com o Ministério Público Federal (MPF), o extrato de uma conta no banco suíço BSI que, supostamente, pertencia ao senador Romário e continha cerca de R\$ 7,5 milhões. O senador negou que a conta fosse dele, e, inclusive, viajou à Suíça para averiguar o problema. Depois de publicada a matéria, o banco BSI informou que o extrato divulgado por Veja era falso e apresentou queixa ao Ministério Público da Suíça. A revista, por fim, pediu desculpas ao senador e admitiu o erro. Este é apenas um exemplo dos problemas que Veja já enfrentou. Por outro lado, isso não significa que sua credibilidade esteja necessariamente abalada junto ao seu público uma vez que é a revista com maior circulação no país e a quarta maior no mundo. Além disso, a editora apresenta o público de Veja como tendo “um perfil de leitores fidelizados.” Portanto, considerando os três fatores de credibilidade apontados por Benford e Snow (2000) é seguro dizer que o master frame da corrupção tem alta credibilidade sob os três aspectos.

Devemos analisar, ainda, a saliência dos alvos da mobilização, que tem três dimensões: centralidade; comprovação de experiência; e fidelidade narrativa. A centralidade tem a ver, basicamente, com o quão essenciais são as crenças, valores e ideias da revista para a vida dos indivíduos, o que é algo praticamente autoexplicativo a partir do momento em que há uma noção generalizada de que a

corrupção é a responsável por todos os outros problemas que os brasileiros enfrentam. Já o segundo fator tem a ver com a experiência do dia-a-dia. Teoricamente, falar sobre corrupção seria algo bastante abstrato e difícil de relacionar, mas uma pesquisa de opinião realizada pelo Datafolha mostra que a corrupção é considerada um problema tão grande quanto a saúde, o desemprego e a violência.

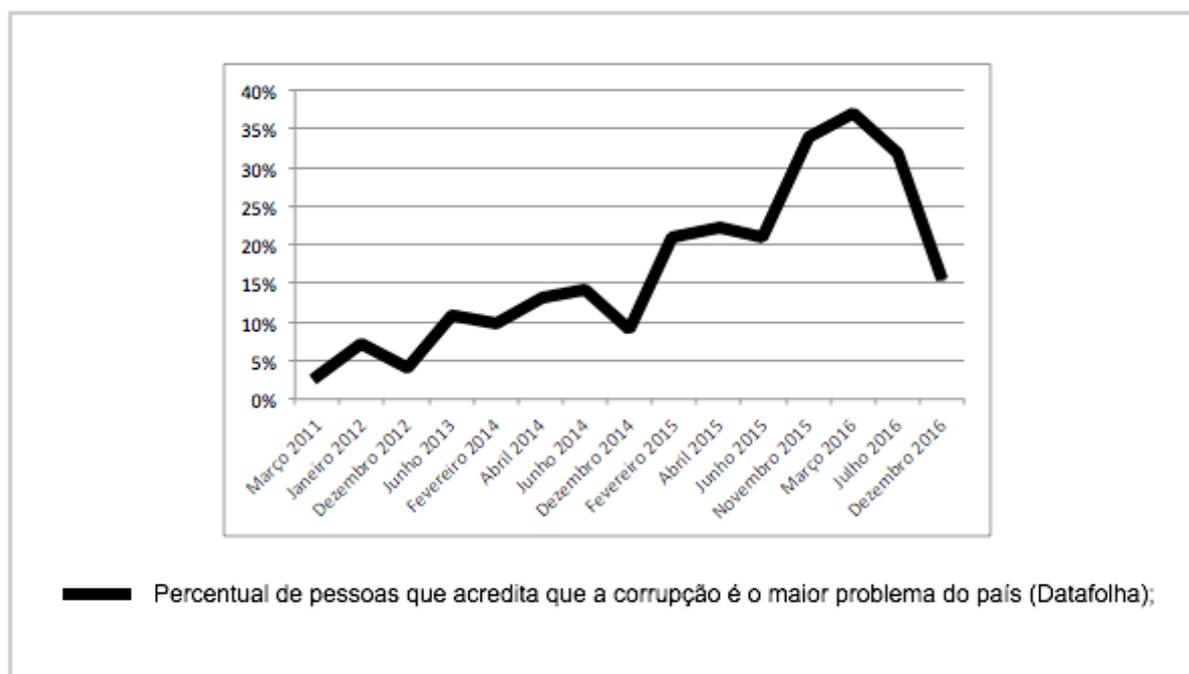
Desde 1996 o Instituto Datafolha realiza uma pesquisa de opinião em que questiona os brasileiros sobre o principal problema do país, entre outras coisas. Uma lista pequena de problemas chegou ao topo ao longo desse tempo. Por dez anos, entre 1996 e 2006, o desemprego teve a liderança isolada – atingindo o ápice em 1999, quando foi citado por 53% das pessoas. Em março de 2007, porém, coube à violência – e segurança pública – o primeiro lugar na lista, escolhida por 31% dos entrevistados, deixando o desemprego para trás com 22%. Em dezembro do mesmo ano, porém, houve empate triplo: 21% dos entrevistados elegeram a saúde como o principal problema; 21% das pessoas escolheram, novamente, a violência como área mais problemática do Brasil; e 21% citaram o desemprego como a questão a ser resolvida. Depois disso, até 2015, a saúde liderou a lista de preocupações dos brasileiros de forma isolada, com exceção de março de 2009, quando o desemprego apareceu no mesmo patamar.

Ao longo desses anos, os índices da corrupção eram praticamente insignificantes, mesmo com o escândalo do mensalão. Em março de 2011, somente 3% das pessoas citaram a corrupção como o principal problema do Brasil; o número subiu para 7% em janeiro de 2012; e caiu para 4% em dezembro de 2012. Em junho de 2013, na ocasião dos protestos, o índice subiu para 11% e se manteve praticamente estável por mais de um ano. Atingiu 10% em fevereiro de 2014; 13% em abril de 2014; 14% em junho de 2014; e 9% em dezembro de 2014. Surpreendentemente, o número de pessoas que entendem que a corrupção é o maior problema do Brasil deu um salto e chegou a 21% em fevereiro de 2015. A partir daí, só aumentou: alcançou 22% em abril de 2015; 21% em junho de 2015, e 34% em novembro de 2015. Foi a primeira vez em que a corrupção ocupou, de forma isolada, a liderança na lista dos principais problemas do país¹⁰⁰. E lá permaneceu em março de 2016, com 37% e em julho de 2016, com 32%, como se

¹⁰⁰ Datafolha. 30 de novembro de 2015. **Corrupção lidera pela primeira vez pauta de problemas do país**. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/11/1712972-corrupcao-lidera-pela-primeira-vez-pauta-de-problemas-do-pais.shtml>> Acesso em: 06 de maio de 2019.

pode ver abaixo.

Gráfico 12 – Evolução da percepção da corrupção como o principal problema do Brasil



FONTE: Instituto Datafolha¹⁰¹ / Elaboração própria

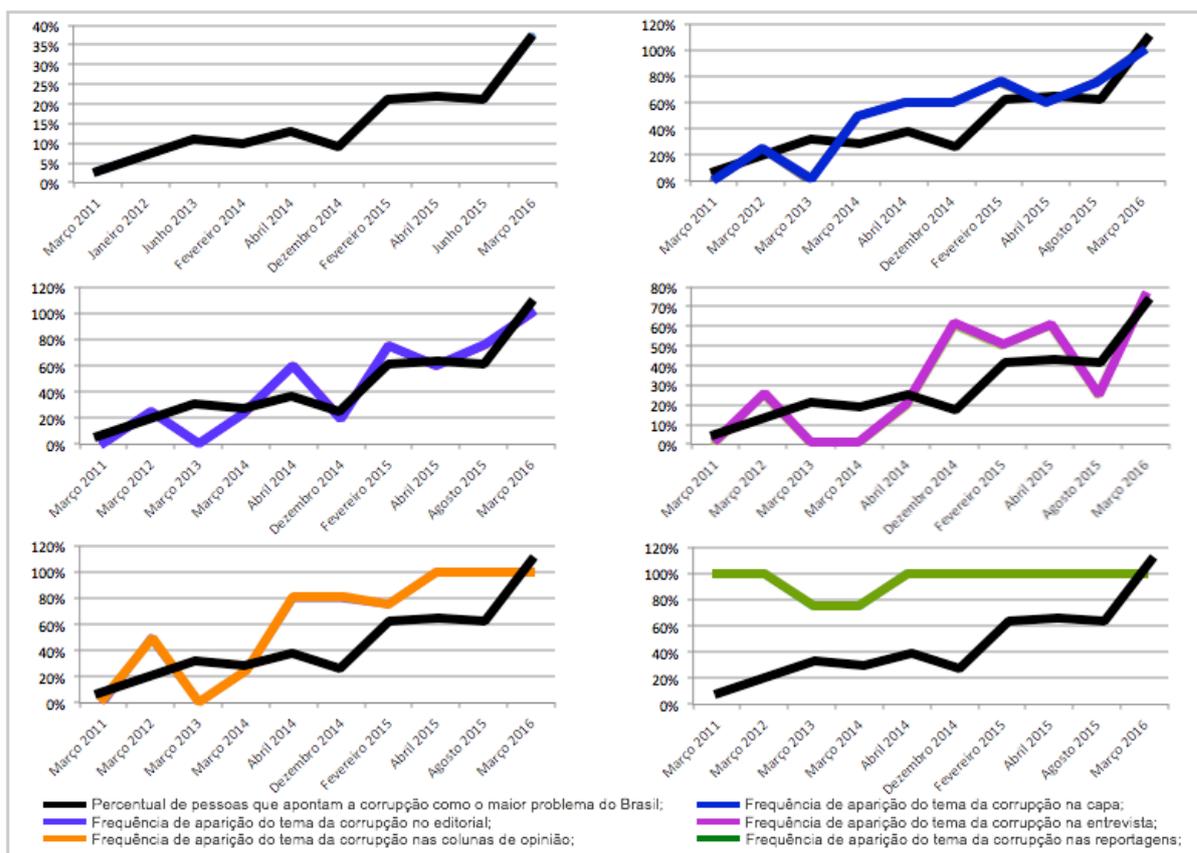
O terceiro fator da saliência é a fidelidade narrativa, que diz respeito ao tanto que determinado frame é culturalmente ressonante, algo que também já ficou claro a partir dos resultados apresentados acima. Mas a figura também mostra que, após o impeachment de Dilma Rousseff, o índice despencou para 16% em dezembro, como se a simples saída da petista tivesse resolvido, finalmente, o principal problema do país. É verdade que, nas pesquisas subsequentes, o índice nunca voltou aos 3% de 2011, mas também não ultrapassou mais os 22%. Muito menos voltou a atingir os 37% de 2015.

Ao cruzarmos os dados resultantes de análise de conteúdo da cobertura da revista *Veja* com as respostas da pesquisa de opinião do Datafolha ao longo dos anos é possível observar, então, uma tendência de mobilização do consenso. Uma tendência que mostra a mesma curva ascendente tanto com relação à opinião

¹⁰¹ Datafolha. 07 e 08 de dezembro de 2016. **Avaliação do Presidente Michel Temer**. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/12/12/9ffc4ad9818828f87f2908fcf52e9ce08aee7daa.pdf>> Acesso em: 06 de maio de 2019.

pública sobre corrupção quanto da frequência de aparição do tema na revista, como podemos ver abaixo.

Gráfico 13 – Opinião sobre corrupção x frequência do frame



FONTE: Revista Veja / Instituto Datafolha / Elaboração própria

A ascendência do tema da corrupção como o maior problema no país na pesquisa de opinião pública está na mesma curva que a frequência de aparição do tema na capa, colunas e, especialmente, no editorial da revista Veja no mesmo período. A curva da frequência de reportagens que tratam do tema corrupção na revista Veja não segue a tendência da opinião pública, mas está acima da curva. Isso sugere que a insistência no tema pode ter contribuído para a formação dessa mesma opinião pública e, portanto, da mobilização do consenso no período do Fora Dilma. É preciso lembrar, porém, que a Operação Lava-Jato, como dissemos anteriormente, estava a todo vapor no período da amostra, o que contribuiu para a percepção da corrupção como o principal problema do país. O contra-argumento, neste caso, é o fato de que sem a cobertura da mídia, a investigação por si não teria impacto sobre o público, que mesmo tendo outras maneiras de ficar sabendo sobre a operação, não seria exposto com tanta intensidade.

Os resultados dessa primeira etapa da pesquisa mostram que Veja se empenhou em se apropriar do já muito usado frame da corrupção para construir e sustentar um máster frame que, como se espera, segundo Snow e Benford (1992), pontua a corrupção como uma condição injusta, inaceitável, inadmissível. Notou-se um aumento consistente na frequência de aparição do tema “corrupção” em todas as seções analisadas na amostra. Na capa de Veja, a frequência passou de zero em 2011 para 100% em outubro de 2014. Ao longo da mobilização do consenso, nunca baixou de 50%, atingindo picos em novembro de 2014 e fevereiro de 2015, às vésperas do primeiro grande protesto, com frequência de aparição de 75%. O mesmo acontece com o editorial, cuja frequência do tema atinge o pico em fevereiro 2015, também com 75%; e com a entrevista, em que a frequência atinge o máximo em dezembro de 2014, com 60%. A frequência do tema corrupção nas colunas de opinião também registrou um aumento expressivo no período de mobilização do consenso, especialmente em outubro e dezembro de 2014, em que chega a 80%. Já no que tange às reportagens, o tema aparece em todas as edições da amostra em pelo menos uma matéria entre outubro de 2014 e fevereiro de 2015, com frequência de aparição imutável de 100%.

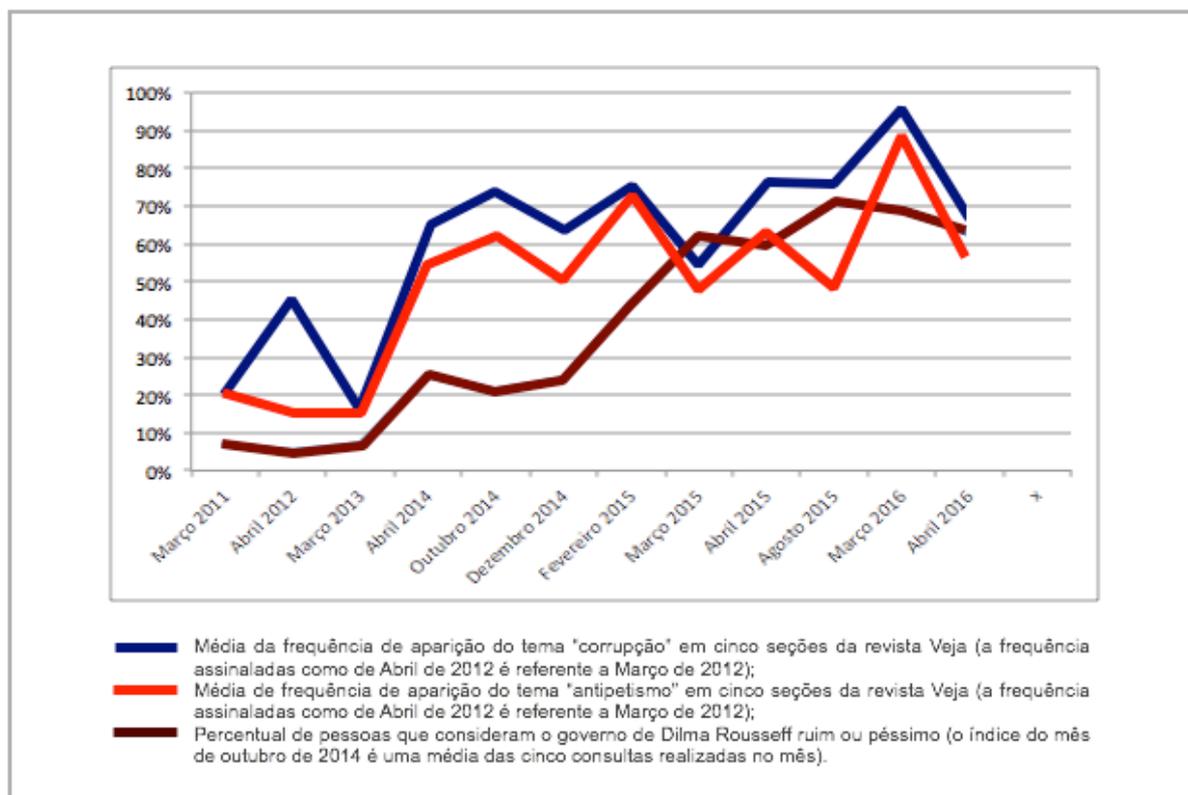
A publicação conectou a mensagem à noção largamente disseminada de que os políticos são, na maioria, corruptos. O processo de enquadramento e alinhamento de frames que transcorre durante o Ciclo do Impeachment por parte da revista ainda executa uma atribuição diagnóstica que imputa a culpa da corrupção no país ao PT, o que configura uma amplificação do frame da corrupção que converge com o antipetismo. Durante a mobilização do consenso, Veja constantemente amplificou o master frame ao associar a corrupção à então presidente Dilma, ao ex-presidente Lula e/ou ao PT. Em outubro de 2014, durante o segundo turno das eleições presidenciais e início da mobilização, 80% das capas associaram a corrupção ao Partido dos Trabalhadores. Em fevereiro de 2015, no mês que antecede o primeiro grande evento, a frequência de aparição da amplificação do frame na capa é de 75%. Além disso, durante todo o período da mobilização do consenso, todos os editoriais que trataram de corrupção vincularam as práticas ilegais, direta ou indiretamente, ao PT. O mesmo acontece com as colunas, em que todas as edições que tratam da corrupção fazem essa associação, com exceção de uma edição em janeiro de 2015. E isso se repete com as reportagens. Em todas as edições analisadas durante a mobilização do consenso, pelo menos uma matéria vincula o

PT à corrupção, com exceção de uma edição em dezembro. Também é possível notar uma tendência ao compararmos a curva da frequência de aparição do tema da corrupção nas páginas de Veja com o aumento na opinião de que a corrupção é o maior problema do país. Há seções em que as linhas, de fato, se sobrepõem, mostrando uma espécie de fluxo de influência.

Esse movimento que Veja faz entre 2011 e 2016 acompanha a lógica das alterações na conjuntura brasileira que resultam de um processo histórico de mudanças políticas, econômicas e culturais. É um período em que se percebe a deterioração do ambiente político e dos indicadores econômicos. Tatagiba e Galvão (2019, p.74) explicam, inclusive, que mesmo antes de a crise agravar, já se observava “um sentimento difuso de insatisfação que precipita uma profunda alteração no contexto político e econômico.” Os protestos de Junho de 2013 representaram o ápice desse processo e antecederam justamente o aumento da reprovação do governo.

Segundo pesquisa realizada pelo Datafolha, em março de 2011, 47% das pessoas classificavam o governo Dilma como “Ótimo/bom”, enquanto 7% consideravam “Ruim/péssimo”. Mas após as Jornadas de Junho a balança foi equilibrada e em abril de 2014 o percentual de pessoas que consideravam o governo “Ótimo/bom” caiu para 36% e o índice negativo subiu para 25%. Mesmo assim, Dilma foi reeleita, com uma avaliação consistente e estável em outubro de 2014. No mês das eleições o Datafolha realizou cinco consultas e a média de aprovação subiu e foi para 40,4%, enquanto a de reprovação baixou e ficou na casa de 21%. Em março de 2015, no entanto, apenas 13% consideravam o governo “Ótimo/bom” e incríveis 62% classificavam a administração de Dilma como ruim ou péssima. O auge foi alcançado em agosto de 2015, quando 71% dos entrevistados consideravam o governo ruim ou péssimo.

Gráfico 14 – Reprovação do Governo Dilma em comparação com a frequência de aparição dos temas *corrupção* e *antipetismo* nas páginas de *Veja*



Ao cruzarmos o percentual de reprovação de Dilma com a frequência de aparição dos temas da corrupção e do antipetismo, é possível perceber uma tendência que se retroalimenta, como se pode ver abaixo. Ou seja, o governo atinge sua pior marca no contexto do Ciclo do Impeachment, no final da mobilização do consenso e início do período da mobilização de ação.

O máster frame também carrega, portanto, uma atribuição prognóstica que sugere que, para a corrupção ser interrompida, é preciso que Dilma – e por tabela seu partido e líderes – seja removida do palácio do Planalto. Uma sugestão que leva ao que consideramos ser o início da etapa de mobilização de ação (KLANDERMANS, 1984).

5 Mobilizando a ação do Ciclo do Impeachment

Se o capítulo anterior estava centrado na mobilização de consenso, esta etapa da pesquisa se concentra na mobilização de ação, ou seja, o período em que os cidadãos são efetivamente motivados e persuadidos a participar. Afinal, mobilizar o consenso, fazer com que alguém simpatize com a causa, não é suficiente para que a ação coletiva aconteça. E é justamente esta a etapa mais intrigante da Estrutura de Mobilização Midiática (EMM). Alguns autores entendem que a mídia tem um papel importante em mobilizar o consenso (GAMSON, 1996; KLANDERMANS, 1986; 1988), mas são poucos os que atribuem à mídia a capacidade de mobilizar a ação, como Walgrave e Manssens (2000).

Na seção **5.1 Metodologia da ação**, optamos por uma combinação das análises quantitativa e qualitativa. O recorte temporal foi reduzido para o período em que ocorreu a mobilização de ação, entre março de 2015 e abril de 2016. A amostra concentra as edições publicadas nos meses em que ocorreram os principais eventos do Ciclo do Impeachment: março de 2015; abril de 2015; agosto de 2015; março de 2016; e abril de 2016. Replicamos o modelo de análise temática categorial do capítulo anterior, desta vez, no lugar da *corrupção* e do *antipetismo*, analisamos os temas do *protesto* e do *impeachment*, frutos do que supomos ser a extensão do máster frame – ou seja, trabalhamos com a hipótese de o enquadramento ter sido estendido para a ideia da necessidade do impeachment para solucionar o problema da corrupção e que o protesto era necessário para pressionar o governo federal. O subcapítulo **5.2 Mobilizando a ação** mostra os resultados da análise de conteúdo que mede a frequência de aparição dos dois temas ao longo do período analisado.

Mas a insistência no tema, por si, não é capaz de motivar os indivíduos. Por isso, na seção **5.2.1 Motivação para a ação** combinamos a análise quantitativa com uma abordagem qualitativa em que analisamos se Veja utilizou vocabulários de motivo (BENFORD, 1993; 2000) ao longo da cobertura. Os vocabulários de motivo são dispositivos linguísticos utilizados em estratégias de enquadramento para motivar os indivíduos por meio do reforço da *gravidade* do problema, da *urgência* do problema, da *eficácia da ação* e da *propriedade em agir*. Além disso, em **5.2.2 Persuasão para a ação**, procuramos apontar se a publicação se empenhou em reduzir a percepção de riscos e aumentar a percepção de benefícios para ativar participantes.

5.1 Metodologia da ação

Diferentemente do capítulo anterior, em que a análise de conteúdo foi primariamente quantitativa, nesta fase optamos por mesclar as abordagens quantitativa e qualitativa, lembrando que a segunda “recorre a indicadores “não-frequenciais” e é mais maleável e adaptável a índices não previstos ou à evolução das hipóteses. Com relação à parte quantitativa, vamos replicar a análise temática categorial do quarto capítulo. A partir da representatividade e homogeneidade, selecionamos edições da revista *Veja* dentro da janela temporal da mobilização de ação (KLANDERMANS, 1988), como se pode ver no **Apêndice A**. Considerando os eventos de maior proporção do Ciclo do Impeachment (15 de março de 2015; 12 de abril de 2015; 16 de agosto de 2015; 13 de março de 2016; e 17 de abril de 2016), vamos analisar as edições de março de 2015, abril de 2015, agosto de 2015, março de 2016 e abril de 2016. Além disso, vamos utilizar, novamente, as edições de março de 2011, março de 2012, março de 2013 e março e abril de 2014 como referência. As mesmas cinco seções de cada exemplar do semanário foram escrutinadas e codificadas: 1) Capa; 2) Editorial; 3) Entrevista; 4) Colunas de opinião e 5) Reportagens. Nesta fase, o tema coincide com o que supomos ser a extensão do *master frame* que mobiliza a ação (KLANDERMANS, 1988; WALGRAVE e MANSSSENS, 2000). A extensão ainda é parte do processo de alinhamento, que não se encerra, necessariamente, na fase de mobilização do consenso.

A extensão (extension) de enquadramentos ocorre quando os frames do público precisam ser expandidos a ponto de incluir a ideia da ação coletiva. No caso do Ciclo do Impeachment, acreditamos que a mídia produziu alinhamento por meio da extensão do *master frame* da corrupção sugerindo que a saída do PT solucionaria o problema da corrupção e fortalecendo a ideia do protesto para pressionar o governo federal. A análise quantitativa foi realizada, portanto, a partir dos temas do “impeachment” e “protesto”. Da mesma forma que na análise anterior, optamos por um cruzamento de dois tipos de enumeração: a) *presença* e a b) *frequência*. A presença da unidade foi marcada como sim (=S) enquanto a ausência foi marcada como não (=N). Cada vez que os temas “impeachment” e “protesto” apareceram, separadamente, em pelo menos um parágrafo das seções analisadas, marcamos como sim (=S). A presença funciona como um indicador para a frequência de aparição, cujo aumento faz crescer a importância de uma unidade

(BARDIN, 2004, p.134). Medimos a frequência isolando as seções escolhidas e aferindo o agregado de aparição por mês, como se pode ver no **Apêndices H e I**.

Seguindo o modelo do capítulo anterior, na esteira de Walgrave e Manssens (2000), escolhemos conduzir a pesquisa a partir de um roteiro base para cada tema, cada um com sete itens (**Apêndice G**), e as unidades que registram a frequência de aparição dos temas “impeachment” e “protesto” foram reagrupadas em duas categorias de análise homônimas aos temas.

Na categoria **1) Impeachment** foram isoladas as unidades que se referem ao processo de impeachment sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, independente do período, direta ou indiretamente (**Apêndice J**). Ou seja, são considerados todos os textos que mencionam mesmo a possibilidade remota do processo, antes de ele ser instalado oficialmente. Também consideramos as unidades que tratam da saída de Dilma do governo de maneira mais genérica. Seja por via de renúncia ou até a cassação da chapa que concorreu a eleição de 2014, que incluía ela e o então vice-presidente Michel Temer. Ainda estão incluídos nesta categoria os trechos que se referem à saída do PT do poder, que, em última análise, é o mesmo que a saída de Dilma. Assim como os que mencionam a necessidade de um novo governo.

Na categoria **2) Protesto** foram isoladas as unidades que tratam, direta ou indiretamente, do Confronto Político, ou seja, de eventos em que convergem o confronto, a ação coletiva e a política (**Apêndice L**). Consideramos somente eventos de protesto que tenham ocorrido no Brasil, independente da natureza. Estão incluídas manifestações de qualquer ordem, marchas, caminhadas, passeatas etc. Quando falamos de protesto, estamos nos referindo ao processo reivindicatório do CP, que ocorre quando militantes fazem reivindicações às autoridades; utilizam performances públicas para fazê-lo e se engajam em formas de ação coletiva herdadas ou novas (TARROW, 2011).

As regras são outras, porém, quando passamos à análise qualitativa, cujo campo de ação é distinto da abordagem quantitativa, embora a amostra seja a mesma e, conseqüentemente, o recorte temporal da mobilização de ação (KLANDERMANS, 1988) também. A análise qualitativa tem caráter mais intuitivo e menos rígido, portanto, mais adaptável do que os métodos quantitativos. A vantagem desse tipo de análise é que permite sugerir possíveis relações entre “um índice da mensagem e uma ou diversas variáveis do locutor (ou da situação de comunicação)” (BARDIN, 2004, p.141). A abordagem é qualitativa é válida, portanto,

sobretudo na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa.

Pode funcionar sobre corpus reduzidos e estabelecer categorias mais discriminantes, visto não estar ligada, enquanto a análise quantitativa, a categorias que deem lugar a frequências suficientemente elevadas para que os cálculos se tornem possíveis. Levanta problemas ao nível da pertinência dos índices retidos, visto que seleciona estes índices sem tratar exaustivamente todo o conteúdo. (BARDIN, 2004, P.141)

É exatamente o caso da nossa pesquisa, que pretende tratar da pertinência de determinados índices dentro do recorte pré-determinado e do contexto correspondente – que ganha importância em análises qualitativas. No nosso caso, os índices operam com a mesma função de categorias, determinadas a partir da distinção de vocabulários de motivos de Benford (1993; 2002).

Da mesma forma que o autor, entendemos que para mobilizar a ação, é necessário que o organizador que se apropria da ideia e constroi o máster frame utilize de certos recursos discursivos que concretizem a ativação e motivação do público-alvo. A efetividade das campanhas de mobilização, ações coletivas e narrativas de um organizador, ou da mídia, depende diretamente da maneira com que esse grupo opera e pode aumentar à medida em o grupo atua de forma coordenada. Por isso, o controle social dos adeptos é onipresente e necessário em todos os movimentos. Nesse nível individual, as narrativas funcionam para controlar os frames dos participantes (BENFORD, 2002, p.62). Considerando a mídia como uma estrutura de mobilização que assume as funções geralmente desempenhadas por movimentos sociais, é seguro assumir que as narrativas da mídia funcionam para controlar também o que o autor chama de vocabulários de motivos.

Os vocabulários de motivos são dispositivos linguísticos que funcionam como estímulos para a ação (SNOW e BENFORD, 1988, p.202). Eles fornecem razões convincentes para os simpatizantes participarem das atividades. Dentre essas razões, Benford (1993) identificou quatro categorias como necessárias para afetar a mobilização de ação. São os vocabulários de motivos relativos à 1) *Gravidade do problema*; 2) *Urgência do problema*; 3) *Eficácia em agir*; e a 4) *Propriedade em agir*. Cada um desses vocabulários pode ser conceituado como uma forma de narrativa dos participantes que é fundamentada e reforçada por narrativas do movimento – e/ou da mídia.

Para a nossa análise qualitativa, portanto, cada um dos vocabulários de motivos apontados por Benford (1993; 2002) servirá como uma categoria de análise para as mesmas edições utilizadas para análise quantitativa: março de 2015; abril de 2015; agosto de 2015; março de 2016 e abril de 2016. As seções, porém, são distintas. Analisamos a 1) Capa; o 2) Editorial; 3) Duas colunas; e a 4) Reportagem principal. Com exceção da Edição Extra do Impeachment, em 20 de abril, que foi analisada na íntegra – a edição não tinha editorial e publicou apenas uma coluna. Feito o recorte, a análise qualitativa partiu também de uma análise de frequência de aparição dos vocabulários de motivo, ou seja, quanto mais utilizados tenham sido por Veja ao longo da cobertura prévia e posterior aos eventos e protesto, mais forte a motivação e mais provável a eficácia da mobilização de ação. Mas, principalmente, aferimos a pertinência e a forma como esses vocabulários de motivos são utilizados para ativar participantes para a ação coletiva.

5.2. Mobilizando a ação

A amplificação do master frame da corrupção não se restringe à mobilização de consenso e pode ocorrer durante a mobilização de ação e de forma concomitante à ressonância. Como qualquer relação dinâmica que está sujeita ao contexto sociopolítico no qual está inserida, o movimento de amplificação de frames não é linear e estável, especialmente no que concerne à extensão de interpretações.

A extensão de frames, neste caso, implica a descrição de interesses da mídia – ou da revista Veja – que se estendem para além de seus interesses primários para incluir questões e preocupações que se presume serem importantes para simpatizantes que possam se tornar participantes (BENFORD e SNOW, 2000). Quando pensamos no ciclo de protestos do Fora Dilma, o master frame da corrupção foi conectado à noção de que os políticos brasileiros são, na sua maioria, corruptos, e amplificado para o antipetismo, implicando na ideia de que o PT é o principal responsável pela corrupção – que, por sua vez, é o principal problema do Brasil. Entendemos, porém, que o movimento de amplificação não foi interrompido na fase de mobilização de consenso e o master frame foi estendido para incluir as ideias de protesto e impeachment. Afinal, se o PT é o principal responsável pela corrupção, o PT precisa sair do governo. Mas a partir do momento em que Dilma

Rousseff vence as eleições em 2014, as alternativas começam a encolher: restam a cassação da chapa; uma renúncia; ou um impeachment. De qualquer maneira, independente do caminho a seguir, a exemplo do que ocorreu em 2013, a pressão das ruas era necessária.

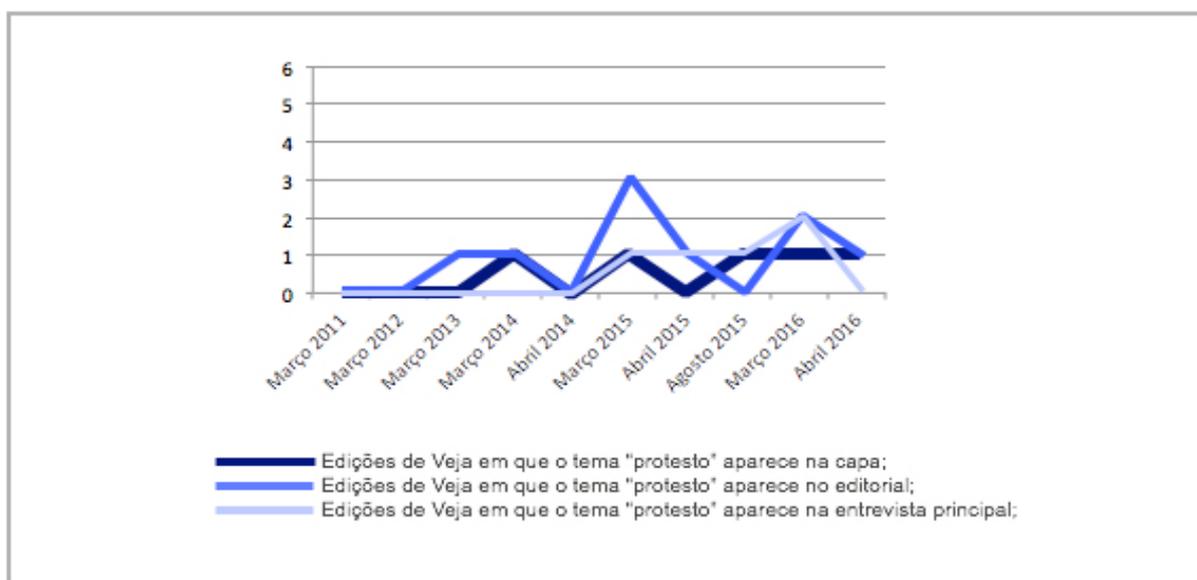
Veja compreendeu isso cedo, e esse movimento fica bastante evidente por meio da análise de frequência, especialmente, das colunas de opinião da revista. Se analisarmos a capa da publicação, o tema protesto é pouco destacado e só aparece em situações bastante específicas, geralmente como resposta a um evento e não convocação. Dentro do escopo da nossa análise, o tema é destaque na capa no período referencial de março de 2014, em que é tratado de maneira pejorativa como uma “ameaça” à Copa do Mundo, destacando a ação de BlackBlocs e “tumultos”. Dentro do período da mobilização de ação, aparece em quatro capas: na edição de 25 de março de 2015, em que há uma chamada de capa para a entrevista com o líder do movimento Vem Pra Rua (VPR), Rogério Chequer; em 12 de agosto de 2015, a capa é dedicada aos painéis da semana anterior e traz o título “O Brasil pede socorro”; em 23 de março de 2016, a capa traz a manchete de que “Lula comandava o esquema” acompanhada de uma imagem do ex-presidente batendo no braço em “sinal” de afronta para uma lista de coisas, entre elas, “a voz das ruas”; já em abril de 2016, o tema é destaque justamente na edição extra do impeachment, em que uma menina de 13 anos que participou dos protestos pelo Fora Dilma ilustra a capa. O mesmo acontece quando analisamos a seção entrevista, em que não se nota um padrão de extensão de frame, já que o tema só aparece em quatro edições em três meses diferentes. A situação é diferente, no entanto, ao analisarmos a seção Editorial, que traz, de fato, a opinião de Veja.

Durante o período de referência, o tema protesto aparece no editorial da publicação em uma edição em março de 2013 e em uma edição em março de 2014. O período de março de 2015, porém, mostra um ponto fora da curva e apresenta um aumento substancial na frequência de aparição do frame na seção, já que é destaque no editorial de três das quatro edições do mês, indicando uma frequência de 75%. A atenção, porém, não se mantém e cai para um editorial em abril de 2015, o que corresponde a uma frequência de 20%, e para zero em agosto do mesmo ano. Em março de 2016, porém, um novo pico. O tema aparece em dois editoriais, atingindo uma frequência de 40%, voltando a um em abril do mesmo ano.

Com relação às entrevistas, nenhuma menciona o tema durante o período

referencial. Já durante a mobilização, fala-se de protesto em uma edição em cada um dos meses de março e abril de 2015 e agosto de 2015, mantendo uma frequência que oscila entre 20% e 25%. Em março de 2016, duas entrevistas tratam do tema, chegando a uma frequência de aparição de 40%.

Gráfico 15 – Frequência do tema *protesto* na capa, editorial e entrevista de Veja



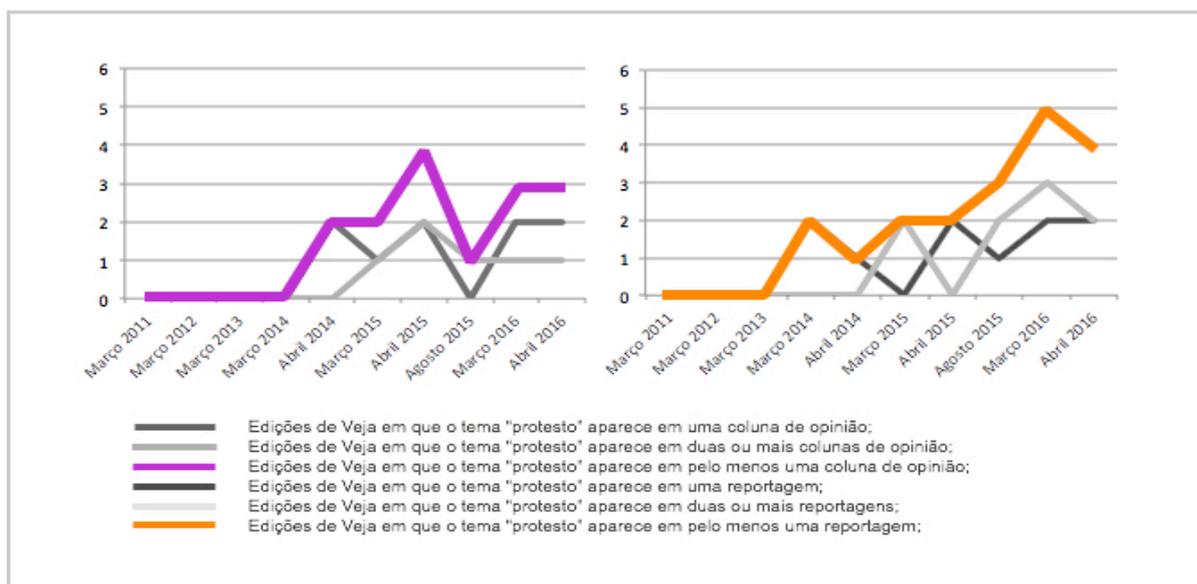
Fonte: Revista Veja /Elaboração própria

Os números mostram que o aumento na frequência do tema nas capas, editoriais e entrevistas nos meses de março de 2015 e 2016 configuram uma exceção, e não uma disposição em extensão de frame. Por outro lado, uma análise da frequência de aparição do tema protesto nas colunas de opinião da revista Veja indica, de fato, uma tendência em sugerir a ação. Nenhum colunista menciona o tema protesto até abril de 2014, em que aparece em duas edições. A partir de março de 2015, porém, considerando os meses da amostra, períodos em que as principais manifestações do Ciclo do Impeachment ocorreram, o tema é recorrente entre os colunistas da revista e apareceu, pelo menos uma vez, em duas edições em março de 2015, em quatro edições em abril de 2015, em uma edição de agosto de 2015 e em três edições em março e abril de 2016, correspondendo a frequências de 50%, 80%, 25%, 60% e 60%, respectivamente.

Da mesma forma, nota-se uma tendência de ascendência no número de

reportagens sobre o tema protesto durante o período analisado. O primeiro pico ocorre em março de 2014, em que duas edições de Veja apresentam ao menos uma matéria sobre o tema, correspondendo a uma frequência de 50%. Nos meses de mobilização do consenso, a frequência é de 50% em março de 2015, em que o tema aparece em duas edições; 40% em abril de 2015; e 75% em agosto de 2015, já que é tratado em três edições. O tema ainda aparece em cinco edições de março de 2016, alcançando uma frequência de aparição de 100%, quando todos os exemplares de Veja tratam do tema em, pelo menos, uma reportagem. Em abril de 2016, o último mês considerado para a amostra, a frequência de aparição do tema protesto nas reportagens da revista é de 80%, ele aparece em quatro das cinco revistas analisadas.

Gráfico 16 – Frequência do tema *protesto* nas colunas e reportagens de Veja



Fonte: Revista Veja /Elaboração própria

Com relação ao impeachment, há, porém, um tratamento distinto por parte da revista. O tema aparece pela primeira vez na capa de Veja somente em março de 2016 e em apenas uma edição, o que corresponde a uma frequência de 20%. Já no mês seguinte, o tema aparece na capa de três das cinco edições publicadas no mês, inclusive – obviamente – na edição extra do Impeachment, chegando a uma frequência de aparição de 60%. Essa curva faz sentido quando analisamos os números, mesmo que em uma abordagem que seja quantitativa, dentro do contexto político e social do Brasil ao longo do tempo. Afinal, o primeiro mandato de Dilma começou a enfrentar problemas concretos relacionados ao capital político somente a

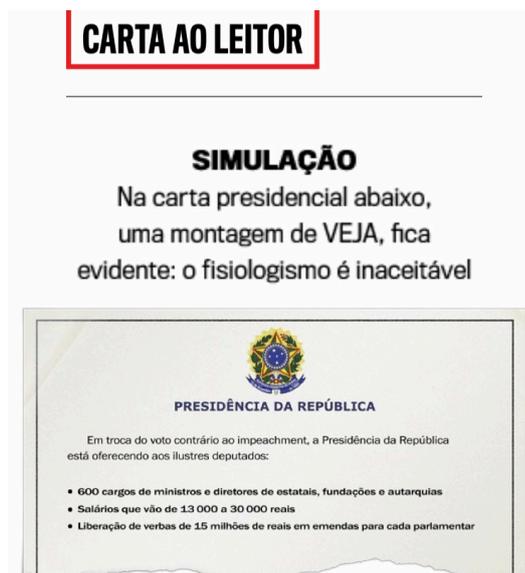
partir dos protestos de junho de 2013. Naquele momento, a possibilidade de impeachment não fazia sentido porque a eleição estava próxima, ou seja, haveria uma oportunidade para tirá-la do poder no ano seguinte. Dilma Rousseff, porém, venceu a eleição de 2014. Mesmo assim, falar de impeachment poderia parecer precipitado em março de 2015, apenas três meses do início do segundo mandato.

Tanto é assim que o editorial de Veja, ou seja, o espaço em que aparece a opinião da revista, trata do tema em apenas uma edição em março de 2015, uma frequência de 25%. E o impeachment não só não é exaltado como é tratado como um risco à estabilidade democrática. Na edição de 18 de março de 2015, diz-se que “os brasileiros tem motivos de sobra para protestar, mas é irreal concluir que o próximo passo seja o impeachment de Dilma.”

Muito embora seja importante destacar que na mesma edição, ao mesmo tempo em que o editorial prega cautela, a reportagem principal de Veja destacava que a quantidade de mensagens no Twitter que associavam Dilma à palavra impeachment havia aumentado dez vezes em fevereiro de 2015. A consultoria Bites tinha contabilizado, em média, 4 mil tuítes por dia mencionando o afastamento da petista, segundo a publicação.

O tema volta a aparecer em 15 de abril de 2015, em que o editorial trata, entre outras coisas, do paradoxo que sempre surge quando a velha ordem perde a capacidade de governar e a nova ainda não consegue se articular e se legitimar. Em agosto do mesmo ano não há registro de menção ao impeachment no editorial. O tema só retorna à pauta em duas edições de março de 2016 e, às vésperas da votação, em três edições de abril de 2016, com uma frequência de 60%. É importante ressaltar que, nas publicações de 2016, o tom, porém, era bastante diferente do ano anterior. Na edição de 06 de abril de 2016, a Carta ao Leitor, cujo título é “A praga dos cargos”, traz uma montagem de um documento da Presidência da República para ilustrar uma suposta oferta de cargos em troca de votos contrários ao impeachment, como se pode ver abaixo.

Imagem 3 – Reprodução de montagem em editorial da revista Veja



Fonte: Revista Veja, 06 de abril de 2016. Carta ao Leitor - A praga dos cargos.

O texto da fotomontagem diz que a Presidência da República está oferecendo aos “ilustres deputados”: 600 cargos de ministros e diretores estatais, fundações e autarquias; salários de vão de R\$13mil a \$30mil; e a liberação de verbas de R\$15 milhões em emendas para cada parlamentar. A ideia da carta é uma espécie de sátira, mas não é tratada como tal, pelo contrário. O texto é claro com relação ao que a revista chama de “conteúdo verdadeiro”.

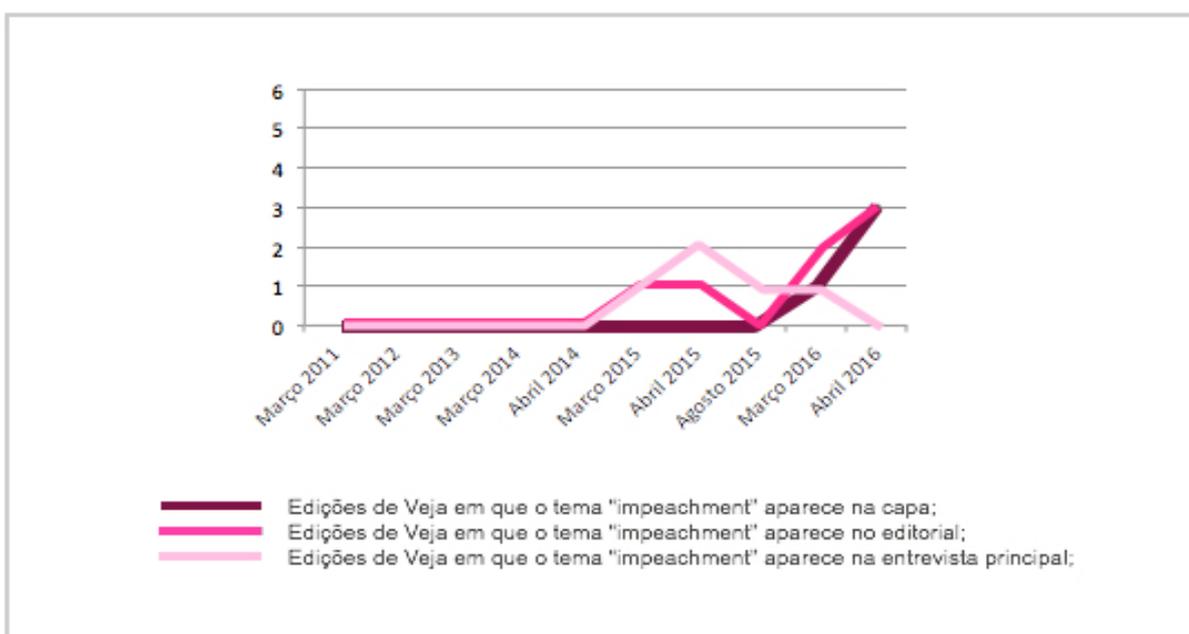
“O documento que ilustra esta página é uma criação de Veja. Sua forma é uma simulação, mas seu conteúdo é verdadeiro. Para barrar a aprovação do impeachment da presidente Dilma Rousseff, o governo montou o velho balcão de negócios, oferecendo 600 cargos e alguns milhões de reais em verbas públicas a quem se dispuser a votar segundo a orientação oficial.” (p.10)

No editorial de 13 de abril de 2016, a revista afirma que “[...] o impeachment de Dilma está-se revelando mais penoso e truncado do que deveria ser” p.12) Na edição de 20 de abril, às vésperas da votação do impeachment, uma mensagem de boa sorte ao vice Michel Temer que viria a assumir o cargo de presidente em breve. “Temer [...] poderá terminar como um Itamar, cujo governo se encerrou com sucesso, legando ao país a mais transformadora das conquistas da democracia brasileira, o plano real” (p.10).

A frequência de aparição do tema na entrevista principal da publicação é, por

outro lado, menor. Embora mais constante. Aparece em uma edição em março de 2015, em duas edições de abril de 2015 e em uma em cada um dos meses de março de 2016 e abril de 2016, com frequência de 25%, 40%, 25% e 20% respectivamente.

Gráfico 17 – Frequência do tema *impeachment* na capa, editorial e entrevista de Veja



FONTE: Revista Veja / Elaboração própria

Mas se o tema do impeachment não foi frequente na capa, editorial e entrevistas da revista Veja – pelo menos não antes de 2016 –, o mesmo não se pode dizer de outras seções da revista. O tema foi tratado em pelo menos uma coluna de ao menos uma edição em todos os meses a partir de março de 2015. A frequência chegou a 50% em março de 2015; 80% em abril de 2015, quando aparece em quatro edições; e 25% em agosto de 2015. Em março de 2016, o tema aparece em três edições, chegando a uma frequência de 60%. Já em abril de 2016, todas os cinco exemplares trazem pelo menos uma reportagem que aborde o impeachment, chegando à frequência de aparição de 100%.

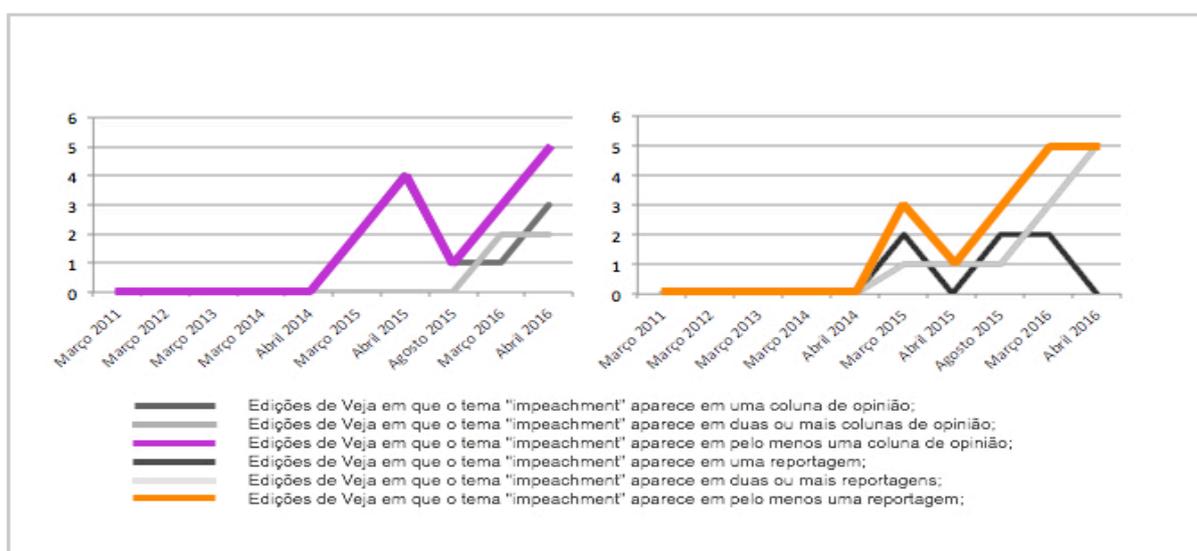
Como explicamos anteriormente, não fazia sentido ventilar a ideia do impeachment entre 2011 e 2014, e houve colunistas que seguiram a posição oficial da revista, que foi cautelosa *a priori*. Roberto Pompeu de Toledo disse, em 18 de março de 2015, que “impeachment, como disse o presidente Fernando Henrique, “é como uma bomba atômica; é para dissuadir, não para usar.”” (p.98). Maílson da

Nóbrega, em 08 de abril de 2015, afirmava: “Não há condições para o impeachment, há falta de prova do envolvimento dela no petrolão e porque a medida exige apoio de mais de dois terços das duas Casas do Congresso, o que dificilmente existiria” (p.30). O mesmo colunista afirmou, ainda, em 26 de agosto de 2015, que “a medida excepcional, sem justificativa no momento, seria, entretanto, ruim para a democracia.” Mas a postura muda conforme a possibilidade se concretiza. Tanto que o título da sua coluna em 13 de abril de 2016 é “Impeachment não é golpe” (p.30).

Outros mostravam entusiasmo com a ideia desde cedo. Em 25 de março de 2015, o colunista Gustavo Loschpe entendia que Dilma deveria renunciar. “Ou, se a população continuar a ter espírito público, oxalá o Congresso encontre maneiras de, na estrita legalidade, impedir esse governo de continuar afundando o país” (p.90). J.R. Guzzo lembrava que “mais de 60% dos brasileiros se declaram a favor do impeachment da presidente da República, por considerá-la cúmplice da corrupção na Petrobrás, ou omissa” (p.114). Lya Luft era menos explícita no sentido de que não fazia uso da expressão “impeachment”, mas já em 04 de março de 2015 afirmava que era “hora de urgentemente mudar” e comparava o governo a um “navrágio lento e grave que precisa ser detido” (p.22).

A ascendência é ainda mais clara quando tratamos das reportagens. A partir de 2015, o tema é abordado em matérias de todas as edições da revista *Veja*, direta ou indiretamente, mantendo uma frequência de 100% em março e abril de 2016.

Gráfico 18 – Frequência do tema *impeachment* nas colunas e reportagens de *Veja*



FONTE: Revista *Veja* / Elaboração própria

É possível notar, portanto, que a revista investiu na extensão do master frame da corrupção a partir da ideia de “protesto” e “impeachment”. A extensão ocorreu de forma inversa, porém, ao que prevíamos anteriormente. A nossa hipótese se baseava no argumento de que a revista teria sugerido a ideia do impeachment e, posteriormente, a do protesto, como uma forma de ação para concretização do impeachment. Mas o que pudemos notar a partir da análise quantitativa do período da mobilização de ação é que a revista sugere o protesto como uma forma de pressionar o governo federal. Inclusive pressionar a presidenta Dilma Rousseff a renunciar. O impeachment é sugerido como a melhor alternativa para solução da crise somente depois de Dilma se mostrar resistente à pressão gerada, entre outras coisas, pelas grandes manifestações, e o processo de impedimento em si parecer possível.

Mesmo assim, sabemos que, dentro do que entendemos ser a Estrutura de Mobilização Midiática (EMM), o simpatizante precisa ser motivado a participar da ação propriamente dita. E a menção à possibilidade de protesto e à ideia do impeachment não é suficiente para mobilizar a ação. Por isso, além da análise quantitativa do período, também analisamos os vocabulários de motivos utilizados pela revista *Veja* durante o Ciclo do Impeachment que possam ter colaborado para ativar os participantes.

5.2.1 Motivação para a ação

Benford (1993, p.199) entende que os frames de ação coletiva vão além de redefinir uma situação como injusta ou inaceitável para funcionar, também, como uma forma de atribuição de culpa ou articulação, como vimos anteriormente. Essas características distintas dos frames de ação coletiva englobam as já discutidas funções nucleares de diagnóstico, prognóstico e motivação (SNOW e BENFORD, 1988; 1992). As funções de diagnóstico e prognóstico são destinadas à atingir, como vimos, a mobilização de consenso (KLANDERMANS, 1984). Já a função motivacional foca na mobilização de ação e opera como uma espécie de “chamada às armas” que fornece um ímpeto motivacional para a participação.

In order to emphasize the interactive, emergent qualities of the process of developing and disseminating collective action frames, Snow and Benford

(1988) use the verb "fram-ing." This refers to the micromobilization processes by which SMOs and their agents "frame or assign meaning to and interpret relevant events and conditions in ways that are intended to mobilize potential adherents and constituents, to garner bystander support and to demobilize antagonists" (1988, p. 198). These framing activities, including the development of collective action frames, are the central means by which vocabularies of motive are constructed within social movements¹⁰². (BENFORD, 1993, p.200)

Juntas, a atividade de framing e a construção de vocabulários de motivos conformam o processo primário de micromobilização pelo qual os atores atribuem significado à sua participação. Os vocabulários de motivos são, então, grupos temáticos que funcionam como dispositivos linguísticos que oferecem "boas razões" para os simpatizantes participarem da ação. Que oferecem boas razões para que as pessoas se identifiquem com os objetivos e valores de um movimento e para agir em defesa desses objetivos e valores. Entendemos que a revista Veja, da mesma forma que um movimento organizador o faria, durante o processo de framing, produziu vocabulários de motivo que encorajaram a ação coletiva como forma de solucionar o problema da corrupção e forçar a saída da presidenta Dilma e do PT.

As with frames, movement actors bring a repertoire of vocabularies of motive to the movement scene as well as collectively fashioning new ones in the course of interaction. These vocabularies of motive can be past-oriented "accounts" seeking to excuse or justify untoward behavior (Scott and Lyman 1968). Or they can be future-oriented as in the case of disclaimers (Hewitt and Stokes 1975) and rationales (cf. Schutz 1967), linguistic devices intended to ward off negative reactions to what one is about to say or do. As movement actors impute and avow motives, their vocabularies of motive become part of the everyday discourse of movement actors and thus an aspect of the movement's culture¹⁰³. (BENFORD, 1993, p.201)

Benford (1993) identifica quatro vocabulários de motivos principais que dão motivo à ação: os frames relacionados à 1) Gravidade do problema; 2) Urgência do problema - e a necessidade de correção imediata; 3) Eficácia da ação; e frames que dizem respeito à 4) Propriedade da ação, no sentido de atribuir a responsabilidade

¹⁰² "A fim de enfatizar as qualidades emergentes e interativas do processo de desenvolvimento e disseminação de frames de ação coletiva, Snow e Benford (1988) usam o verbo "enquadramento". Isso se refere aos processos de micromobilização pelos quais os organizadores e seus agentes "estruturam ou atribuem significados e interpretam eventos e condições relevantes de formas que visam mobilizar potenciais aderentes e constituintes, para angariar apoio de espectadores e desmobilizar antagonistas" (1988, p. 198). Essas atividades de enquadramento, incluindo o desenvolvimento de quadros de ação coletiva, são o meio central pelo qual vocabulários de motivos são construídos dentro de movimentos sociais" (tradução nossa).

¹⁰³ Tal como acontece com frames, os atores do movimento trazem um repertório de vocabulários de motivos para a cena do movimento, bem como coletivamente moldando novos no curso da interação. Esses vocabulários de motivos podem ser "relatos" orientados para o passado, buscando desculpar ou justificar o comportamento desfavorável (Scott e Lyman, 1968). Ou podem ser orientados para o futuro no caso de renúncias (Hewitt e Stokes, 1975) e lógicas (cf. Schutz, 1967), dispositivos linguísticos destinados a afastar reações negativas ao que se está prestes a dizer ou a fazer. Como os atores do movimento imputam e declaram os motivos, seus vocabulários de motivação tornam-se parte do discurso cotidiano dos atores do movimento e, portanto, um aspecto da cultura do movimento.

do participante em solucionar o problema.

Os frames motivacionais que enfatizam a 1) Gravidade do problema estão bastante relacionados à mobilização do consenso e à fase de identificação. Mas, apesar da semelhança, há diferenças empíricas e analíticas entre simplesmente identificar o problema e convencer as pessoas de que o problema é tão grave que é preciso agir coletivamente para solucioná-lo (BENFORD, 1993, p.201). Como vimos anteriormente, o fato de uma pessoa concordar que determinado problema exista não garante que ela vá participar de um protesto na tentativa de melhorar a situação. Por isso, é preciso que o problema seja amplificado de tal forma que as audiências sejam persuadidas, segundo Benford, de que qualquer resposta que não a ação coletiva seja irracional. “Yet, obstacles other than a lack of understanding and public apathy stand between successful consensus mobilization and action¹⁰⁴” (BENFORD, 1993, p.201). Esses obstáculos, segundo o autor, estão relacionados ao fato de que há sempre uma série de problemas graves que competem pela atenção das audiências. Por isso, cada movimento deve persuadir um grupo de participantes em potencial que essa causa em particular é mais grave que as outras. Por esse motivo, espera-se que os movimentos que utilizam a gravidade como frame motivacional utilizem frases alarmistas e expressões como “o mais grave da história”; “nunca antes”; “o maior problema entre todos”; “o pior momento”. São construções verbais ou textuais que colocam o problema em questão como o mais grave dentre todos os problemas.

Já os frames que enfatizam o senso de 2) Urgência apelam para o fato de que se determinado problema não for resolvido logo, será tarde demais. E ele é importante para que as pessoas ajam quando é de interesse do movimento, segundo o autor. “For even if persons conclude that a problem such as the threat of nuclear war is the most troublesome, unless the expected undesirable consequences are believed to be immediately forthcoming, rationales for postponing action can easily be reconciled¹⁰⁵” (BENFORD, 1993, p.203). Assim, para reforçar a urgência de determinada questão, são utilizadas expressões como “é hora”; “agora é o momento”; “nossa tarefa mais urgente”; “é questão de tempo”, e assim por diante.

Além da gravidade e da urgência, os movimentos ainda podem utilizar frames

¹⁰⁴ “No entanto, outros obstáculos além da falta de compreensão e apatia pública entre a mobilização de consenso de sucesso e ação” (tradução nossa)

¹⁰⁵ “Mesmo que as pessoas concluam que um problema como a ameaça da guerra nuclear é o mais problemático, a menos que se acredite que as conseqüências indesejáveis esperadas sejam imediatas, as razões para adiar a ação podem ser facilmente reconciliadas” (tradução nossa)

motivacionais que reforcem a ideia de 3) Eficácia da ação. Klandermans (1984) argumenta que a participação é contingente à crença de que a ação será eficaz e solucionará o problema. De que, talvez, a participação dependa da crença compartilhada de que o protesto vai produzir as mudanças necessárias. Nestes casos, o chamado é no sentido de mostrar o resultado em potencial com expressões como “junto, podemos reverter a situação”; “a pressão das ruas”; “o chamado das ruas”. É diferente do que o autor identifica com a 4) Propriedade em agir, que atenta para o fato de que cada um é, também, responsável em solucionar o problema. “A number of studies reinforce the proposition that action mobilization can be contingent upon the existence of a sense of moral duty among adherents and sympathizers”¹⁰⁶ (BENFORD, 1993, p.206). Esses frames motivacionais apelam para o dever moral de cada cidadão, utilizando expressões como “ser parte da solução”, e não do problema.

Para identificarmos os vocabulários de motivos, escrutinamos quatro seções da revista: capa, editorial, colunas (duas por edição) e reportagem (a principal). A exceção foi a edição extra do impeachment, que foi escrutinada na totalidade. As 22 edições analisadas foram publicadas em março de 2015; abril de 2015; agosto de 2015; março de 2016; e abril de 2016. A última edição do mês de abril, porém, não foi analisada, já que foi impressa depois da votação do impeachment, que era o propósito da pesquisa – embora o processo só tenha sido finalizado em agosto do mesmo ano. Após o escrutínio, as unidades de registro foram reagrupadas em quatro categorias, seguindo a lógica dos vocabulários de motivo: 1) Gravidade, 2) Urgência, 3) Eficácia e 4) Responsabilidade (**Apêndice M**).

Na categoria **1) Gravidade**, isolamos as unidades que reforçam a gravidade da situação política na qual o Brasil estava inserido, com destaque para o master frame. Consideramos, então, trechos em que os jornalistas ou colunistas se empenharam em enquadrar a questão da corrupção como o problema mais grave do Brasil. Também selecionamos os trechos em que a crise política, de maneira geral, era colocada como a mais grave da história, o que inclui unidades que apontam o governo do PT como o que provocou mais danos aos país. Reagrupamos em torno desta categoria frases alarmistas e expressões como “o maior esquema de

¹⁰⁶ “Vários estudos reforçam a proposição de que a mobilização de ações pode depender da existência de um senso de dever moral entre aderentes e simpatizantes” (tradução nossa)

corrupção da história” e assemelhados. Ou seja, construções verbais que colocam o problema em questão (no caso a corrupção e a responsabilidade do PT) como o mais grave dentre todos os problemas.

Já em torno da categoria **2) Urgência** foram reagrupadas as unidades de registro que apelam para a necessidade de se resolver o problema com rapidez, celeridade. Considerando que o problema a que se referem seja a corrupção ou o PT e suas lideranças, ou seja, o fato de o Partido dos Trabalhadores estar no comando do país. Portanto isolamos trechos do texto em que os jornalistas e colunistas apelavam para o fato de que se as pessoas não agissem, seria tarde demais.

A categoria **3) Eficácia** reúne as unidades que apelam, por outro lado, a uma questão mais racional. Aqui, isolamos as unidades de registro que tratam do êxito de uma eventual ação coletiva. Escolhemos trechos em que a revista atesta, direta ou indiretamente, que o protesto produzirá as mudanças necessárias ou, pelo menos, surtirá algum efeito sobre os alvos. Em resumo, selecionamos textos que mostram o resultado (positivo) em potencial da futura manifestação.

Por último, na categoria **4) Responsabilidade** isolamos as unidades de registro que apelam para o senso de responsabilidade das pessoas. Consideramos trechos que apresentam a ação coletiva como um dever cívico, como uma forma de “salvar o país”. Nessas unidades, o ato de protestar é enquadrado como uma obrigação de quem se preocupa com o futuro do país.

Durante o período de mobilização de ação, a revista Veja utilizou todos os vocabulários de motivos em algum momento. Os frames motivacionais que reforçavam a gravidade do problema foram os mais utilizados e apareceram em 21 das 22 edições analisadas. Os frames relacionados à eficácia apareceram em 14 edições; que apelavam ao senso de urgência em 13 edições; e os que chamavam pela responsabilidade em agir foram utilizados em oito edições.

Os frames motivacionais que enfatizavam a gravidade do problema só não aparecem na edição de 09 de março de 2016 – em que não há o uso de nenhum outro vocabulário de motivo –, portanto, aparece desde o dia 04 de março de 2015, quando a colunista Lyra Luft afirma, na coluna intitulada “Não fui eu, professora”, que o governo é uma espécie de “naufrágio lento e grave que precisa ser detido” (p.22). Na mesma edição, a reportagem “Onde há fumaça...” trouxe as expressões “desastroso”; “catastrófico”; “com efeitos nefastos”; e “dimensões calamitosas” (p.40)

para fazer referência ao governo de Dilma Rousseff. Em 11 de março, o frame já aparece no editorial intitulado “A tempestade perfeita” (p.12), em que Veja pergunta (e responde) se o país tem condições de contornar a crise: “O Brasil está de posse agora dos recursos que lhe permitiram contornar crises semelhantes no passado? Talvez não.” Na mesma edição, o colunista J.R. Guzzo chama a situação política de “calamidade” (p.102).

Na edição de 18 de março de 2015, o editorial afirma que é “exasperante a ideia de que a presidente do Brasil desconheça as causas da crise que afeta os brasileiros” (p.12). A colunista Lya Luft reforça a gravidade do problema por meio do apelo emocional e o faz já no título, “Que Deus nos ajude”. “[...] nem a mais irreal divagação nem a mais doce retórica podem ocultar os riscos que corre a nossa democracia roída pela corrupção. [...] e mais uma vez, eu digo, que Deus nos ajude”, disse ela (p.25). A reportagem principal de Veja naquela data, “E o governo mal começou...” não é menos alarmista. “Com pouco mais de dois meses do segundo mandato, Dilma já tem a pior aprovação de um presidente desde o impeachment de Collor, as contas públicas em frangalhos, uma economia à beira de uma crise e o povo nas ruas contra ela e seu partido” (p.48-52). O tema do colapso do novo governo segue no editorial da edição de 25 de março, que afirma que “os sinais de fadiga [...] são tão evidentes que se poderia dizer que ela [Dilma] está em fim de segundo mandato. Dilma não pode aparecer em público sem que desperte um coro de vaias” (p.12). O colunista Gustavo Loschpe vai direto ao ponto e, no texto “Há multidões em mim”, afirma que “a planície deverá continuar rugindo enquanto a combinação de corrupção, inflação e recessão estiver na capa dos jornais” (p.90).

O frame motivacional que foca na gravidade do problema da corrupção é utilizado também em abril de 2015. Na primeira edição do mês, no dia primeiro, a colunista Lya Luft recicla o frame e a analogia ao afirmar que “o Brasil naufraga” (p.22). Uma semana depois, na edição de 08 de abril de 2015, J.R. Guzzo diz que “o Brasil de hoje, dizem, é um grande lugar para você desperdiçar a sua vida.” Completando que “quem não é descrito como pobre é automaticamente culpado” e “aqui o homem mau dorme bem” (p.106)

Em 15 de abril de 2015, Lya Luft, de novo, teme que o mundo “no qual vivíamos relativamente confortáveis e seguros, com coisas boas e ruins, está se desmantelando” (p.22). Gustavo Loschpe lamenta que “[...] uma parte considerável da elite brasileira perdeu a esperança no país. Não a elite do bolso, mas a elite do

cérebro: as pessoas mais instruídas, mais empreendedoras e ambiciosas” (p.73). Ele afirma, sem provas, que as “lideranças populares” estão, há tempos, no bolso do governo e “a massa da população não tem tempo nem conhecimento suficiente para se engajar nas discussões mais complexas para criar um novo país. Estamos à deriva.” A analogia náutica retorna.

Retorna e parece ser a favorita de Lya Luft. Em 29 de abril, a escritora diz que a “grande nau chamada Brasil andou à deriva, girou em redemoinhos, perdeu-se por falta de um timoneiro experiente e firme [...]” Segundo ela, a grande nau “sofreu com divergências na tripulação, e os pobres passageiros chamados “o povo”, [estão] cada vez mais aturdidos” (p.22).

As edições de *Veja* publicadas no mês de agosto de 2015 também trazem o foco na gravidade do problema da corrupção. Em 05 de agosto, Lya Luft – de novo ela – diz não estar otimista. Ela desiste da analogia do naufrágio e agora utiliza a associação a contos de fadas e florestas assombradas.. “Assustam-me discursos com que neste momento dramático alguns negam ou diminuem a gravidade da situação [...]. A pátria mãe desvia o rosto; nós, os filhos, largados na floresta como num conto de fadas sinistro”¹⁰⁷. Na matéria de capa, *Veja* traz a informação de que os “indicadores da economia brasileira apontam para uma recessão prolongada” (p.48-56).

Na edição do dia 12 de agosto de 2015, a gravidade está na capa: “O Brasil pede socorro – a mensagem do painel; o real derrete; o futuro das delações; o fim do ciclo populista e corrupto.” O colunista J.R. Guzzo acompanha o tom alarmista e fala da “[...] chacina que a corrupção criou dentro e em torno da Petrobrás” (p.114). Na reportagem, seguindo a capa, uma lista dos problemas: “Crise econômica, crise política, traições, impeachment, Lava-Jato, impopularidade. O governo petista está desorientado, pede socorro, mas finge que não ouve o barulho das ruas” (p.48-51). Para *Veja*, tratava-se de um “[...] ciclo de populismo e corrupção que devastou o Brasil.”

Na edição de 19 de agosto de 2015, o editorial diz que o “Brasil tem problemas grandes e reais” (p.12). E Lya Luft, a colunista que mais utiliza os frames motivacionais relacionados à gravidade afirma que “os noticiários de televisão têm sido um desfile de atrocidades e crimes” (p.22). Roberto Pompeu de Toledo, por sua

¹⁰⁷ As edições de 2011, 2012, 2013, 2014 e de agosto de 2015 foram analisadas por meio do aplicativo Goread, que disponibiliza a versão digital da revista e não apresenta paginação.

vez, fala das “inéditas alturas” às quais chegou a corrupção nos governo do PT (p.99). Em 26 de agosto, a reportagem “A justiça e os mãos-sujadas” cita o ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), para reforçar a gravidade da situação. Declaração que, segundo a revista, foi a condenação moral definitiva do escândalo do Petrolão.

“Este processo parece revelar um dado absolutamente impressionante e profundamente preocupante: a corrupção impregnou-se no tecido e na intimidade de alguns partidos e instituições estatais, transformando-se em um método de ação governamental e de conduta administrativa, degradando, em consequência de atos tão ignóbeis, a própria dignidade da política, fazendo-a descer ao plano subalterno da delinquência institucional.”

Em 2016 os frames ficam mais definitivos. Na edição de 02 de março, Lya Luft fala em “catástrofe”; “fundo do poço”. E, é claro, retoma o tema náutico ao dizer que a “grande nau foi desviada de qualquer rota sensata e enterrou a quilha na lama do leito de águas muito turvas” (p.22). Mas a grande nau, segundo ela, ainda não havia chegado ao fim da “derrocada” e ela se perguntava como reagir sem violência quando “a fome das crianças cortar nosso coração”, com “os velhos morrendo na escada do posto de saúde”, ou com “os jovens sendo chacinados nas esquinas.”

A colunista continua fazendo apelos emocionais na edição de 16 de março de 2016, cujo título da coluna é “Seremos todos trouxas?”. Ela afirma, no texto, que ao longo dos anos, sempre escolheu cuidadosamente as palavras nas “já centenas” de artigos publicados para não ser “diretamente ofensiva” e “jamais incorrer em alguma injustiça”(p.18). Apesar disso, diz que “aos poucos as palavras começam a fugir dos arreios que a prudência lhes tem imposto, e reclamam, e se agitam, e se queixam, exigindo que as deixe brotar naturalmente.” O preâmbulo preparava um texto todo apoiado na extrema gravidade do tema da corrupção. “[...] pobre país, objeto de tanta exploração e destruição, por corruptos, gananciosos, dementes, inqualificáveis ou desqualificados seres humanos em posições de poder.” A reportagem principal da edição, cujo título é a “A serpente acuada” (p.38-45) – em referência à Lula¹⁰⁸ – mantém o tom e afirma que a crise resulta em prejuízo para o conjunto dos brasileiros, ricos ou pobres. “É desse veneno ofídico que o Brasil precisa escapar”, trazia a matéria.

¹⁰⁸ Lula reagiu à condução coercitiva a que foi submetido pela Polícia Federal para prestar depoimento com a seguinte frase: “Se tentaram matar a jararaca, não bateram na cabeça, bateram no rabo. A jararaca tá viva, como sempre esteve.”

Em 23 de março de 2016, o colunista J.R. Guzzo diz que é óbvio que “alguma coisa deu espetacularmente errado” nos governo do PT, que ao invés de promoverem o que se conhece por “destruição criativa” investiram, segundo ele, na “destruição destrutiva” (p.114) O jornalista ainda se apoia em expressões como “inérita situação de anarquia”; “desastre”; “calamidade”; “crise alarmante”; e “mentira em estado puro”. Na semana seguinte à nomeação de Lula à Casa Civil, a reportagem principal da mesma edição de Veja informava que nem o impeachment de Fernando Collor, em 1992, “produziu a eletricidade que está percorrendo o Brasil” (p.48-49). Afirmando que a nomeação de Lula resultaria, na prática, no seu terceiro mandato presidencial, a revista indicava que o ato de Dilma era um “sinal de gravidade da crise moral e política” que “explodiu e seus estilhaços estão por toda parte.”

Em 30 de março de 2016, o editorial “Je suis Brasil” tentava aplacar os ânimos. “Somos todos brasileiros – É bom não esquecer que entre os que apoiam e os que rejeitam o impeachment de Dilma existe um país.” Mesmo assim, não deixou de mencionar que o “PT é o maior culpado pelo clima hostil” (p.10). Da mesma maneira agiu Lya Luft, que apesar de um tom inicial conciliador, se preocupava com o momento em “que o país está derretendo, a sensatez se esvaindo, a decência afundando, a inquietação invadindo tudo e todos com a sensação de que, se nada mudar, estaremos condenados a sabe-se lá que estruturas autoritárias infames e exploradoras” (p.26). A reportagem da mesma edição, que tratava de um suposto plano de Lula para não ser preso (pedir asilo na Itália), na mesma linha, falava da crise que “já revelou tramas e enredos antes inimagináveis” (p.40-47).

No mês derradeiro da análise – e da votação do impeachment na Câmara dos Deputados –, já na primeira edição de 06 de abril de 2016, J.R. Guzzo resumiu o frame e a disposição da revista da qual ele já foi editor-chefe, na década de 1980: “Nunca antes na história desse país houve tantas oportunidades claras de dizer “nunca antes na história desse país” (p.99). Segundo ele, “nunca houve uma campanha tão frenética a favor da corrupção como a que se faz agora sob o comando de Lula.” Na esteira das acusações – baseadas em opinião, diga-se – a principal matéria, intitulada “Um cadáver na Lava-Jato”, sugeria que o homicídio de Celso Daniel estaria conectado à “roubalheira” na Petrobrás (p.48). “As conexões são um pouco intrincadas, mas, seguindo-se o calendário das investigações, tudo fica mais claro.”

Em 13 de abril, Lya Luft (p.18) fala em “apocalipse” enquanto o colunista Guzzo fala que o Brasil estava vivendo “uma de suas fábulas mais fabulosas, ou, para quem prefere uma linguagem com menos cerimonial, a maior mentira de todas as que já foram contadas por aqui nos últimos 500 anos.” Ele fala em “farsa”; “mentira velha”; e completa que “o Brasil de hoje vai horrivelmente mal” (p.114). A reportagem de capa (p.48-57) não fica para trás que lembra que, quando candidata à reeleição, “Dilma Rousseff disse que poderia “fazer o diabo” para vencer a sucessão presidencial. Disse e fez, arruinando as finanças do país. Agora, com o mandato ameaçado, ela recorre outra vez ao tihoso – o tihoso do fisiologismo[...]”.

Na edição de 20 de abril de 2016, o editorial “Um desafio e tanto” trata da “magnitude do desastre que a petista produziu no país” (p.10). Enquanto a reportagem afirma que “poucas vezes a sensatez foi tão necessária” e que se trata do “momento mais agudo da crise política” (p.50). Essa edição, a revista mesmo explicou, foi fechada com antecedência “para chegar mais cedo às bancas”. Geralmente a edição é fechada na sexta-feira que antecede a data da edição. Então, a data de fechamento da edição do dia 20 seria no dia 15, sexta-feira. Mas esta edição foi fechada na quinta-feira, dia 14 de abril, para que pudesse chegar às mãos dos leitores antes da votação do impeachment, que ocorreria no domingo 17.

Aprovado o impeachment, Veja ainda publicou uma Edição Extra do Impeachment, que, nas reportagens, não se furtou em fazer referência à “gigantesca estrutura de corrupção” (p.22). J.R. Guzzo, autor da única coluna da edição, falou do “[...] monumento histórico à corrupção, à incompetência e à insensatez que foram os seus cinco anos e tanto de governo.”

Como vimos, os frames motivacionais com foco na gravidade do problema da corrupção foram utilizados à exaustão por Veja ao longo do período da mobilização de ação. Mas nenhuma expressão foi tão utilizada quando “o maior esquema de corrupção da história do país” e suas derivações. Em 11 de março de 2015, J.R. Guzzo diz que Dilma, “amarrada” a Lula e ao PT, jogou-se no que, segundo ele, foi a “maior campanha pró-corrupção já vista na história do Brasil.” A reportagem de capa da mesma edição, “Os nomes sob suspeita”, afirma que “o escândalo da Petrobrás já é, de longe, o maior de todos os tempos.” Em 15 de abril, a reportagem “De olhos bem abertos” afirma que o Petrolão é “o maior esquema de corrupção da história do país.” A frase é replicada em 22 de abril na matéria principal, “O homem dos presidentes”, que ainda diz que a corrupção no Brasil é um câncer em metástase.

A expressão retorna em 12 de agosto, em que a reportagem “O Brasil perde a calma” afirma que “a atual é diferente de todas as crises graves pelas quais o Brasil passou em sua história contemporânea.” O texto afirmava que a Lava-Jato prometia surpreendentes revelações sobre “o maior esquema de corrupção da história.” A exata frase foi utilizada em 19 de agosto de 2015, também na reportagem de capa, “No país do pixuleco...”. Em 26 de agosto, J.R Guzzo dizia que “nunca se roubou tanto da brava gente brasileira.”

Em 23 de março de 2016, o editorial fala do PLJ [Partido da Lava-Jato], o maior partido do Brasil, em referência aos manifestantes do dia 13 de março que apoiavam a operação (p.8). No texto, “o maior esquema de corrupção já investigado no Brasil.” Na reportagem de capa da mesma edição, “A explosão da crise (p.48-49), o Petrolão é tratado como o “mais audacioso caso de corrupção da história”. Em 30 de março de 2016, Roberto Pompeu de Toledo fala do “maior esquema de roubalheira já descoberto no país” (p.96). Em uma das reportagens de 20 de abril, “Folga de 25 votos”, Veja afirma que é o “maior esquema de corrupção já investigado no Brasil.”

Fica claro, portanto, que a revista Veja se apoiou amplamente em frames motivacionais que destacavam a gravidade do problema da corrupção. A publicação o fez constantemente por meio de editoriais, colunas e reportagens que classificavam o Petrolão como o maior esquema de corrupção da história do país, e comandado pelo PT. Nunca antes na história desse país era uma das frases favoritas de Lula. E nunca antes na história deste país foi tão utilizada.

Mas a gravidade não era destacada em isolamento. Os textos da revista Veja também apelavam para o senso de urgência. Em 04 de março de 2015, na coluna “Não fui eu, professora”, Lya Luft convocava a mudança (p.22). “É hora de urgentemente mudar, de nos unirmos em nome do direito, da justiça, da honra.” Na edição do dia 11 de março, o apelo estava no editorial, “A tempestade perfeita”, que afirmava que “enquanto há tempo” os políticos responsáveis deveriam tirar os olhos da lista do procurador Rodrigo Janot e “pôr todo o foco na lista de prioridades do que precisa ser feito com urgência para que o Brasil não afunde na tempestade perfeita que, tudo indica, vem por aí.” No editorial de 18 de março (p.12), “A faixa providencial”, perplexidade com “a velocidade com que o Brasil está afundando”. Em 25 de março, também no editorial, intitulado “Fora das instituições não há salvação” (p.12), Veja foca no fato de que se tratava de um “momento único”, que tanto

poderia degenerar em uma briga de personalidade quanto poderia ser um momento de reequilíbrio. Para completar, Gustavo Loschpe, que havia participado do protesto em 15 de março de 2015, escreveu a coluna “Há multidões em mim” (p.90). O colunista chamava atenção justamente para o “timing” do protesto. “Como se diz no mercado financeiro, seu dinheiro pode acabar antes de ficar provado que você estava certo.” Mais urgente que isso, impossível.

Em primeiro de abril do mesmo ano, Lya Luft (p.22) teme que não haja tempo para solucionar o problema. Seguindo o tema náutico de costume, na coluna “No fundo do mar” ela diz que a situação brasileira muda tão depressa que, “quando se pensa num artigo pra esta coluna, já as coisas degradingolaram ou se confundiram um pouco mais.” Em 05 de agosto de 2015, a reportagem “A tempestade perfeita” alerta que o tempo está acabando e que “o tombo será ainda mais profundo caso o governo não recupere rapidamente a confiança dos investidores nem consiga evitar o rebaixamento da nota de crédito do país.” Em 26 de agosto, o colunista J.R. Guzzo, em um tom mais otimista, se é que se pode dizer assim, vê a crise como uma “oportunidade inédita ao Brasil do futuro”, desde que se aja logo no sentido de resolver o problema.

Em 2016, da mesma forma como foi com a gravidade, a urgência é utilizada de forma mais explícita. Na coluna “O alçapão” (p.22), em 02 de março, sem fugir da analogia dos navios, Lya Luft afirma que é preciso, “urgente, banir a tirania da obsessão pelo poder, do descaso e da incompetência – ou naufragaremos.” Na coluna do dia 16 de março, “Seremos todos trouxas”, ela é ainda mais enfática. “É hora, urgente, de refazer, limpar, desinfetar, arejar, para podermos começar a pensar em arrumar de novo esta casa, esta pátria, este Brasil” (p.18).

Para reforçar a urgência, na mesma edição, a reportagem “A serpente acuada” (p.38-45) utiliza as palavras do então Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Aparecida, Dom Darci José Nicioli. “É hora de voltar à casa do Pai. Pisar a cabeça da serpente. De todas as serpentes. Anular a força do mal e vencer o mal pelo bem. Coragem, declarou Nicioli, abençoando o trabalho de combate à corrupção.” Em 23 de março, na sequência das alarmantes palavras “desastre”, “calamidade”, “mentira em estado puro”, J.R. Guzzo afirma, na coluna “Tudo desigual”, que “nunca os fatos deixaram isso [o desastre, a calamidade, a mentira] tão claro” (p.114).

Em 13 de abril de 2016, Roberto Pompeu de Toledo questiona “se alguma saída ainda nos resta” (p.99). Em 20 de abril, J.R. Guzzo afirma que sim (p.96), que

“chegou a hora, enfim”, referindo-se à votação do impeachment, referindo-se aos protestos, referindo-se à voz das ruas.

Além da gravidade e urgência, a revista *Veja* fez uso dos vocabulários de eficácia em agir, que indicam que a ação coletiva pode trazer resultados positivos e chances reais de mudança, e de propriedade em agir, que apela para o dever cívico e senso de responsabilidade do cidadão – embora o segundo apareça em menor grau.

A utilização dos frames motivacionais que focam na eficácia da ação coletiva aparecem já em 04 de março de 2015, em que a reportagem de capa, “Onde há fumaça” (p.40), indica que o governo está empenhado em “reduzir o impacto das passeatas antigoverno previstas para o próximo dia 15 de março e assim procurar impedir o nocaute antecipado do projeto do partido.” Ou seja, as passeatas ainda não aconteceram e o governo já está empenhado em amenizar os estragos, o que leva a crer que a pressão dos protestos exercerá um impacto importante no alvo – no caso, o governo federal. A revista prevê que o efeito das manifestações será equivalente a um nocaute no PT. O mesmo ocorre no editorial de 18 de março, “A faixa providencial”, em que a publicação é taxativa.

“Espera-se, portanto, que neste domingo quem leve o susto seja a presidente. As manifestações podem ter o efeito de romper a carapaça com que os áulicos defendem os presidentes para poupá-los das más notícias, o que, provavelmente, é uma das causas da alienação de Dilma.” (p.12)

A reportagem principal da mesma edição, “E o governo mal começou...” (p.40-45), segue a lógica da Carta ao Leitor e da publicação anterior e atribui eficácia às ações coletivas contra o governo a partir do momento em que afirma que “a própria Dilma passou recibo da gravidade da situação” depois de ver parte da população reagir com um pânico ao seu pronunciamento na TV de ser vaiada por trabalhadores na montagem de uma exposição em São Paulo. A reportagem ainda dá destaque ao potencial da mobilização ao afirmar que os equívocos de Dilma ajudam a “impulsionar a manifestação contra o governo prevista para ocorrer em mais de 200 cidades neste domingo.” Além disso, ressalta o crescimento do movimento justamente como efeito positivo das mobilizações anteriores. “Há duas semanas, não passavam de 30 as convocações para as marchas no Facebook. Esse número dobrou desde o pânico.” O texto da revista destaca que a presidenta estava encurralada por uma crise política e econômica e que “as manifestações vão

jogar mais lenha na fogueira.”

“Os acontecimentos do dia 15 terão importância decisiva para os rumos políticos do Brasil. A partir do recado das ruas, governo e oposição acertarão suas posições e escolherão as armas com que vão lutar. [...] Mas a depender do recado das ruas, manter os olhos fechados para a realidade não será mais uma opção para ela.” (p.43)

Em 25 de março de 2015, a capa, cuja manchete principal é “A súbita força de Eduardo Cunha”, traz a chamada para a entrevista com Rogério Chequer, do Vem Pra Rua, e já atesta a eficácia. “O líder do movimento diz que os protestos despertaram a consciência dos jovens brasileiros.” Na mesma edição, no editorial “Fora das Instituições não há salvação” (p.12), a revista é bastante clara ao dizer que as “entrevistas coletivas ou pronunciamentos [de Dilma] à nação pela televisão são a senha para que as pessoas abafem suas palavras com painéis” e que o governo ficou “perplexo e sem ação” com a magnitude dos protestos. Completando que “o grito das ruas não pode ser desmembrado das crises na economia e na política com as quais a presidente já estava tendo de lidar.” Ou seja, estava funcionando. O colunista J.R. Guzzo, no texto intitulado “Problemas da vista”, não se furta de afirmar que o protesto de 15 de março de 2015 vai entrar para a história do país como uma das “maiores manifestações de rua já ocorridas no Brasil contra um governo” (p.114).

Mas a coluna mais significativa da edição foi a de Gustavo Loschpe, “Há multidões em mim” (p.90). O colunista participou do protesto e deu um testemunho sobre a experiência que ele dividiu com os filhos pequenos. Ele baseou o texto no argumento de que o PT criou uma divisão na sociedade, o famoso “nós contra eles”, que deixara de existir com o protesto. Segundo ele, o maior movimento de união nacional desde as Diretas Já. E que esse mesmo protesto tinha sido bem-sucedido nos recados que tinha se proposto a dar ao governo que, para Loschpe, já era uma página virada já após os “fantásticos painéis”.

“Estávamos lá dizendo, a um governo que há mais de doze anos insiste na divisão, no sectarismo, na criação do “nós contra eles”, na separação de minorias, na cisão da sociedade, que, enfim, ele perdeu, seu esforço foi em vão: queremos mesmo é estar juntos. [...] suspeito que as próximas passeatas terão mais gente do que esta última. Porque quem foi nesta há de certamente querer voltar, e trazer mais amigos e familiares.” (p.90)

Em oito de abril de 2015, o colunista Maílson da Nóbrega, no texto “Longe do

colapso” (p.30), arriscava-se em dizer que “nenhum governo é insensível a tal movimento”, fazendo referência aos “quase 2 milhões que saíram às ruas no dia 15 de março para se dizerem insatisfeitos com a situação do país.” Em 15 de abril, o editorial “O chamado das ruas” (p.12) era ainda mais incisivo ao afirmar que “as pessoas que fizeram do domingo 15 de março de 2015 uma data histórica em nosso calendário político mandaram a Brasília uma mensagem muito clara. Elas mostraram que o Brasil real é melhor do que o Brasil oficial.” Mais do que isso, o texto ressalta que o governo não poderá ignorar por muito o tempo o “chamamento cívico das ruas”.

Na edição de 22 de abril de 2015, na coluna “Nós” somos só isso” (p.130), J.R. Guzzo ressalta a eficácia da ação coletiva para o público-alvo quando diz que “Lula, o PT e o seu sistema de propaganda”, “forçados pela presença da população nas ruas”, foram obrigados a perceber que a oposição era mais numerosa. O jornalista usou a mesma narrativa de loschpe, acusando o PT de promover divisão e o “nós contra eles”. Guzzo afirmou que o partido e seus líderes foram forçados a ver que “eles”, como dizem, são muito mais numerosos do que “nós”, numa espécie de inversão de papéis e clara alusão à eficácia das manifestações. “Lula e o seu universo estão com um problema e tanto. O que a população está exigindo nas ruas é mais complicado que o “Fora Dilma” – quer um país que funcione.” Em 29 de abril de 2015, o mesmo colunista, no texto “Maioria sem medo” (p.68), indica novamente que o partido do governo é minoritário nas ruas – incluindo os “movimentos sociais”, que ele faz questão de colocar entre aspas para indicar que, na sua opinião, não são o que dizem ser – e que a “escalada conservadora” que o PT denuncia nada mais é que o reflexo dos “anseios da maioria, certa ou errada.” “Não conseguirão, nem hoje nem amanhã, colocar em praça pública nada remotamente comparável às multidões de março e abril”, completa.

Em 12 de agosto de 2015, a reportagem “Panelaço – o Brasil perde a calma”, é bastante focada nos frames motivacionais da eficácia, ressaltando que o “recado das panelas” foi dado e que “vem mais por aí.” “Petistas, peemedebistas e tucanos concordam que, se houver grande adesão popular, ganhará corpo a articulação de bastidor destinada à abertura de um processo de impeachment.” A matéria torna clara a conexão: se a pressão for grande o suficiente, se um grande número de pessoas participar do protesto, o impeachment passa a ser uma possibilidade concreta de tirar o Dilma e o PT do poder. Tanto é assim que em 26 de agosto, na

coluna de J.R. Guzzo, “Restos a pagar”, o colunista diz que o “segundo governo da presidente Dilma Rousseff deu para imaginar o fim do mundo a cada vez que a população vai para a rua; deve ter suas razões.” O jornalista lembra que centenas de milhares de pessoas mostraram, pela terceira vez em cinco meses, “o quanto desprezam seu governo, seu partido e seus aliados.” Ele ainda diz que é impossível acreditar que “o governo esteja ganhando alguma coisa”.

Em 2016, não foi diferente, e a estratégia continuou sendo aplicada. Em 16 de março, a reportagem “A serpente acuada” (p.38-45), adverte que “o governo pode acabar antes do fim”. “No Congresso, forma-se um consenso de que o impeachment só será aprovado se chancelado pelas ruas.” Na mesma linha, o editorial de 23 de março, “PLJ [Partido da Lava-Jato], o maior partido do Brasil” (p.8), diz que “o protesto dos milhões” configurava o direito e a esperança de passar o país a limpo. A reportagem de capa da mesma edição, “A explosão da crise” (p.48-49), fala de um “governo emparedado por suas próprias traficâncias” e pelo “povo indignado tomando as ruas espontaneamente.” O texto ainda usa expressões como “o grau mais elevado de tensão política desde a redemocratização”; “governo em estado terminal”, além de citar o cerco ao Palácio do Planalto por manifestantes. Na edição de 30 de março de 2016, na coluna “Saber para mudar”, a colunista Lya Luft agradece pela mobilização.

“Graças aos deuses e aos seres pensantes no país, temos a Lava-Jato, temos as ruas protestando indignadas querendo limpeza, ordem, paz e, sempre, progresso em lugar de andarmos para trás, com milhões de desempregados, e ainda muita bandidagem por ser descoberta e presa...”
(p.26)

No mês da votação do impeachment pela Câmara, em 13 de abril de 2016, o editorial “O aliado errado [Eduardo Cunha]” (p.12) não faz rodeios ao afirmar que se por “algum infortúnio” o impeachment de Dilma não for aprovado, “os políticos que aceitaram a aliança com Cunha talvez tenham algo a dizer aos milhões de cidadãos que estarão lamentando a derrota.” Na mesma edição, J.R. Guzzo ressalta, na coluna “A lenda e a obra”, que as manifestações são eficazes e, ao mesmo tempo, pacíficas, em que “não se registra um único episódio de desordem.”

Na edição extra de 20 de abril, a reportagem “Folga de 25 votos”, a revista Veja celebra o fato de que Dilma Rousseff, os correligionários do PT e, por

extensão, o ex-presidente Lula “estão prestes a ser expulsos dele [do aparelho estatal] no embalo das maiores manifestações populares da história da democracia brasileira.”

Os frames motivacionais que focam na responsabilidade em agir são menos utilizados, mas isso não significa que sejam menos eficientes. São dispositivos que apelam mais para o lado emocional do que os frames que focam na eficácia. Na coluna “Não fui eu, professora”, de 04 de março de 2015, por exemplo, a escritora Lya Luft responsabiliza a si e à sociedade, em geral, pela situação do país. “Tarde começamos a enxergar, como adultos capazes de questionamentos sérios, e cobranças mais do que justas.” Em 11 de março, na coluna “Vinagre com espinho”, J.R. Guzzo vai mais longe. “Quem protege o mal é cúmplice do mal”, diz ele, ao se referir à corrupção e sem dirigir as palavras especialmente a alguém, mas de maneira genérica.

Em 25 de março de 2015, Gustavo Loschpe utiliza muito o frame motivacional da responsabilidade na coluna “Há multidões em mim”. O colunista diz que o protesto de 15 de março foi “um movimento em que milhares de pessoas saíram da vida privada para a construção de algo maior, conjuntamente.” Ele foi além ao dizer que reconquistaram um pedaço importante de sua humanidade, “aquele que diz respeito a ver e ser visto pelo outro, a fazer algo pelos demais, a deixar no planeta um rastro de sua passagem por aqui ao fazer algo maior que para si mesmos.” De todo o material analisado, é o texto em que a propriedade em agir é mais ativada, a partir de uma narrativa que propõe construir um país melhor. Segundo ele, assumindo as responsabilidades como cidadão.

“Não foi por acaso que levei meus filhos, apesar de talvez serem pequenos demais para guardar a lembrança: gostaria que eles vissem, primeiro, a beleza e a grandiosidade que surgem quando as pessoas fazem algo pela coletividade. E, segundo, que soubessem que democracia, como tudo na vida, requer esforço. Votar é bom, mas não é suficiente: precisamos falar, caminhar, cantar, agitar. Ninguém fará isso por nós. [...] Sempre que houver gente nas ruas pela causa de um Brasil maior, eu estarei lá.” (p.90)

Em primeiro de abril de 2015, Lya Luft chama “às armas”, ou melhor, “às armadas”, já que se refere novamente à “grande nau” que, segundo ela, ficará atolada se medidas não forem tomadas. “O que nós, o povo, repito, podemos fazer?” [...] pouco podemos fazer, a não ser falar, ler, nos informar, e – isto sim – sair às ruas.”

“[...] se sair a manifestação de 12 de abril, lá estarei, de bengalinho e tudo, orgulhosa de poder fazer algo mais concreto ainda do que um artigo, pelo bem deste país do qual minha família fez a sua pátria há 200 anos, labutando para que ele se torne maior e melhor.” (p.22)

Em 02 de março de 2016, a escritora ainda diz, na coluna “O alçapão”, que com ela “estão milhares de brasileiros pensantes, centenas de jornalistas bem informados e honrados.” “Temos de impedir que o país caia nesse alçapão.” Ela continua apelando ao senso de responsabilidade e dever cívico da população na coluna de 16 de março, “Seremos todos trouxas?”.

“Não é possível que nós, o povo brasileiro – que, repito, não é constituído só dos operários, sindicalistas, despossuídos, explorados, mas de cada um dos que, como eu, trabalham para pagar suas contas e seus impostos, labutam, se desgastam, correm, criam sua família, cuidam de seus amigos, e à noite perdem o sono pensando no que será de nós –, aceitamos o que está ocorrendo. [...] cada um de nós é uma peça do povo brasileiro, e todos (a não ser os idiotizados pela neurose de uma crença ou ideologia cega) veem, sentem, sofrem o que nos acontece – e podem, devem, clamar e reclamar: “Assim não dá mais, assim não quero.” (p.22)

Na mesma edição, a reportagem “A serpente acuada” afirma que Lula e o PT perderam apoio da Igreja e começavam a perder apoio dos artistas que, “como Juliana Paes, têm gravado vídeos contra o atual estado de coisas.” A edição digital da revista reproduz um vídeo em que diversos artistas, todos vinculados à Globo, chamam para o protesto de 13 de março.

[[vídeo] Suzana Vieira – De quem é o Brasil.
 Marcelo Serrado – O Brasil é de quem?
 Daniele Suzuki – É meu.
 Juliano Cazarré – É meu.
 Juliana Paes – É meu.
 Malvino Salvador – É meu.
 Suzana Vieira – E você, vai deixar o Brasil ir pro buraco?
 Marcelo Serrado – Eu não.
 Malvino Salvador – Eu não.
 Juliana Paes – Chega de corrupção.
 Evandro Mesquita – Chega de Impunidade.
 Márcio Garcia – Dia 13 de março, vem pra rua.] (p.57)

A revista falha em mencionar, porém, que a maioria dos artistas de renome milita contra o impeachment, entre eles Chico Buarque, Caetano Veloso e Gilberto Gil. Mas o frame da responsabilidade é delineado para chamar para os protestos a favor do impeachment e a isso se presta. Tanto que em 30 de março de 2016, Lya

Luft (p.26), novamente, conclama as “pessoas de bem”, afirmando que o povo brasileiro “começa a reagir, começa a protestar, percebe que o país está afundando perigosamente e que a maioria dos nossos males emana da inacreditável desordem que reina no alto.” A colunista sempre faz questão de destacar que o povo não é formado apenas pelos mais pobres, em uma clara tentativa de justificar a característica elitizada dos protestos.

Em 13 de abril de 2016, o editorial “O aliado errado [Eduardo Cunha]” diz que os “70% de brasileiros fartos de irresponsabilidade, desfaçatez, mentiras e roubalheiras merecem mais do que isso”, se referindo aos 70% dos brasileiros que se declaravam a favor do impeachment. A colunista Lya Luft, incansável, aproveita para convocar os resistentes. “Onde estão os decentes, confiáveis, serenos, competentes, para romper essa voragem?”, em um exemplo perfeito de como o apelo emocional funciona.

A revista *Veja*, portanto, usou intensamente os vocabulários de motivos que reforçavam a gravidade e a urgência do problema da corrupção – e do PT – e também os frames que mostravam a eficácia da ação coletiva em solucionar a crise e responsabilidade de cada cidadão em fazer parte da ação. Mas estar motivado não garante a participação em si, por isso, também é de se esperar que a mídia seja responsável pela persuasão, ou seja, em apresentar uma boa relação de custo-benefício ao público. Como vimos anteriormente, participar de uma manifestação envolve dinheiro, tempo, incerteza sobre os rumos de uma demonstração – além de eventuais riscos. Assim, é importante minimizar os custos (a escolha de uma data que facilite a participação); o tipo de ação (protesto pacífico); e o local.

5.2.2 Persuasão para a ação

No terceiro capítulo, vimos que Klandermas e Oegema (1987) conduziram um estudo que mostrou que mesmo as pessoas que pretendem participar de um protesto podem não aparecer no dia do evento. A questão que resta é, portanto, identificar até que ponto a mídia conseguiu conectar o *master frame* não somente à motivação, mas à participação. Em termos de interferir na decisão para participar, ligar o master frame e suas respectivas conexões, amplificações e extensões envolveria diminuir a percepção dos custos e riscos e aumentar a dos possíveis benefícios. E isso envolve também o valor do possível resultado e as chances de

sucesso. Tudo isso entra no cálculo.

No subcapítulo passado, por meio da utilização de frames motivacionais que reforçam a eficácia da ação coletiva, a mídia já começou a ação de persuasão. Isso porque o foco na eficácia dos protestos entra justamente no cálculo sobre o resultado esperado e a possibilidade de a ação ser bem-sucedida, então essa etapa já está contemplada. Mas para completar a conexão, a mídia precisa oferecer uma análise favorável dos custos e benefícios e ter um papel ativo na mobilização de ação de fato. No caso de Veja, a análise quantitativa indica uma ampla atenção aos principais eventos de protesto do período e aos organizadores. Ainda em março de 2015, o líder do movimento Vem Pra Rua foi o protagonista da principal entrevista da publicação sob o título “O governo vai ter de ouvir.

Rogério Chequer usa o espaço para explicar que o movimento luta contra a corrupção e ofereceu um espaço para que as pessoas canalizassem suas frustrações, diferente do hábito do brasileiro que, segundo ele, é acomodado e “difícilmente se engaja”, sobretudo politicamente. Ele ainda justifica a legitimidade da elite em protestar e questiona os dados do Datafolha – embora diga que são do governo – que indicam que o público era de maioria branca e classe média alta.

“O governo tenta, de forma enviesada e injusta, uniformizar as pessoas. Quanto mais o movimento cresce, mais ele aumenta nas classes C, D e E. No começo, era mesmo bem mais elitizado. Mas isso nunca me incomodou. [Por que?] Porque as coisas tem de começar de algum jeito, e não tem um jeito certo ou errado para isso. Por que a elite vale menos, ou tem menos voz, ou deveria ser menos considerada? Se o movimento começou com a elite, que bom que alguém começou. Dizer o contrário é uma forma de preconceito. Somos iguais ou não? Isso é inacreditável vindo de um partido que hasteava a bandeira da igualdade e agora prega o conflito de classes, entre ricos e pobres, empresários e trabalhadores. O interessante é que ricos e pobre, empresários e trabalhadores, todos, tem uma coisa em comum: eles pagam impostos. E, nesse caso, quem está do outro lado é o governo, que recebe o dinheiro.” (p.17-21)

Sobre a organização, Chequer afirma não haver uma “uma estratégia azeitada” e garante as pessoas são mobilizadas por meio de redes sociais – embora as pesquisas do Datafolha indiquem o contrário. Ele ainda se empenhou em dizer que os membros do VPR não são pagos e que os custos de uma manifestação são pagos, basicamente, com o dinheiro de venda de camisetas.

A entrevista ainda foca na redução de riscos à participação por meio da difusão de uma narrativa que leva a crer que a polícia só age de forma repressiva

“com quem merece”. A revista traz à tona o fato de os manifestantes do protesto de 15 de março de 2015 cultivarem uma relação amigável com a polícia e Chequer afirma que a ideia de que a Polícia Militar “é parcial” e “do mal” é uma falsa premissa que joga a PM contra o povo.

Mas o que se viu no domingo? Nenhuma vitrine quebrada, tudo acontecendo dentro em plena ordem, e tudo isso, em grande parte, graças à PM, inclusive em estados de administração petista. Diante dessa constatação, muita gente começa a pensar: então é possível fazer uma manifestação e a polícia estar na rua para garantir nossa segurança? Isso é algo que deveria ser óbvio, mas não é. Crescemos com paradigmas errados, e aí, quando a gente passa para a normalidade, estranha. (p.17-21)

Essa narrativa, de que a polícia protege os manifestantes que prezam pela “ordem”, claramente leva na direção de reduzir os riscos da participação e está diretamente associada a um movimento de descolar os protestos do Fora Dilma das manifestações “usuais” da cena brasileira. Ou seja, uma maneira de reduzir os riscos é mostrar que se tratam de protestos diferentes, com repertório distinto da esquerda.

Além disso, é importante para Veja mostrar que são mobilizações espontâneas e que não tem o envolvimento de movimentos sociais – altamente criminalizados pela direita e pela mídia hegemônica brasileira –, partidos políticos ou sindicatos. Toda essa construção está diretamente conectada ao máster frame da corrupção e ao alinhamento ao frame do antipetismo, já que existe uma narrativa bastante sólida na elite brasileira de que os movimentos sociais da esquerda, como o Movimento dos Sem Terra (MST), são sustentados com dinheiro público dispensado por governos petistas e que as pessoas que se manifestam em favor de Dilma, Lula, ou do PT são pagas para fazê-lo.

Isso fica bastante claro ao longo das edições analisadas durante a mobilização de ação. Em 04 de março de 2015, na reportagem “Onde há fumaça”, há uma seção intitulada “Segue o líder”, em que se aponta integrantes da CUT como responsáveis por chutar um “manifestante anti-governo” na porta de um auditório em que, segundo a revista, “Lula convocava a tropa para a luta.” A matéria ainda diz que “Lula chama para a briga”; é “animador de plateia”; e “incitador de multidões.” Na coluna “Há multidões em mim”, em 25 de março, Gustavo de loschpe ironiza os movimentos da esquerda que, segundo ele, são “mais profissionais, se vocês me

entendem...” Sugerindo que a profissionalização, ou mesmo a organização estratégica, deslegitima a ação coletiva. Ele ainda compara as performances de protestos opostos, sugerindo que há um repertório “correto” e outro “inadequado”. “Os manifestantes da sexta-feira, naquele esquizofrênico “protesto a favor”, vestiam vermelho e bradavam palavras de ordem. No domingo, a massa vestia verde e amarelo, empunhava o pavilhão da pátria e a música mais repetida era o hino nacional.”(p.90) Ele ainda reforça a legitimidade afirmando se tratar de um protesto da sociedade e não de partidos. De novo, ignorando que os grandes movimentos da história foram mobilizados, também, por partidos. Ingenuamente, ressaltava o caráter espontâneo. “Era um protesto da sociedade, não de partidos políticos. Esse movimento não vai se deixar instrumentalizar por quem quer que seja, porque é espontâneo.”

Em 22 de abril de 2015, J.R. Guzzo dedica o artigo ““Nós” não somos só isso” a desqualificar os protestos de esquerda, aparentemente algo fundamental para legitimar o movimento pelo Fora Dilma.

“Na hora de colocarem gente na rua, constataram que as massas populares que imaginam comandar não existem no mundo dos fatos. Contam apenas com os subordinados a quem podem dar ordens, tirados como sempre do quadro de servidores da CUT, MST, UNE e outros grupos que só vão para a praça pública se os chefes mandarem. Vão em ônibus fretados e pagos com dinheiro público, não trabalham, precisam receber lanche e mesada em dinheiro, jogam pedra na polícia, metem o pé no vidro de carros, derrubam latas de lixo; não sabem fazer outra coisa.” (p.130)

Em oposição, destacava que os manifestantes que protestavam a favor do impeachment “vão para a rua por livre decisão e por sua própria conta”, ao contrário, segundo ele, dos “invasores de imóveis”; “bandos de mascarados que destroem mudas de eucalipto”; e “outros grupos marginais”. Para o colunista, quem pedia o Fora Dilma fazia parte da “maioria verdadeira”.

Na edição de 26 de agosto de 2015, outros organizadores, além de Chequer, ganharam destaque nas páginas de Veja em uma reportagem intitulada “Os próximos passos”, e o movimento apartidário já não parecia tão apartidário assim. Kim Kataguirí, líder do MBL (hoje deputado federal pelo DEM), dizia haver fundamento legal para pedir o impeachment com base no TCU. “Continuaremos dando legitimidade à oposição para que ela leve o processo adiante.” Marcello Reis, líder do Revoltados Online queria “fortalecer as lideranças da oposição e buscar o

impeachment via TCU.” Rogério Chequer, do VPR, que em 25 de março não considerava o impeachment uma possibilidade, agora dizia que “as justificativas do impeachment [estavam] no relatório do Ministério Público entre ao TCU. Queremos apoio do PMDB e da oposição.” Danilo Amaral, do Acorda Brasil, exigia “que se apresentem logo as denúncias contra governistas envolvidos na Lava-Jato e acompanharemos o trabalho do TCU.” Ricardo Salles, líder do Endireita Brasil (hoje ministro do Meio Ambiente do governo de Jair Bolsonaro), entendia que era preciso “pressionar o TCU e aumentar o diálogo com políticos da oposição.

Cerca de um ano depois, em 13 de abril de 2016, Lya Luft retomou a narrativa de condenação dos movimentos de esquerda na coluna “Um país leiloado”. A escritora se disse impressionada com “uma manifestante trazida em um entre as centenas de ônibus para Brasília no dia 31.” Segundo ela, a mulher acenava com um folheto e gritava, em prantos, que se Dilma saísse, ela ficaria sem nada, acabariam com o Bolsa Família, com o Minha Casa Minha Vida. “Quem a fez acreditar nisso? Que poder tem, sobre pessoas honradas mas desinformadas, tal tipo de mentira e chantagem?” A colunista não disse, porém, em que circunstância viu a manifestante. De toda forma, perdura a ideia de que a ação coletiva da esquerda não representa o povo, não representa a maioria.

Essa ideia perpassa toda a narrativa do Fora Dilma, cujos eventos foram marcados para um domingo, afinal, era construído como um protesto de “pessoas que trabalhavam” e, por isso, não teriam tempo para protestar durante a semana. Tudo isso contribui para uma relação de custo-benefício favorável, reduzindo os riscos e deslegitimando quem se posiciona contra o movimento. Mas além da narrativa, Veja ainda reforçava a persuasão mencionando insistentemente as datas de todos os protestos em todas as seções e em diversas edições. Desde a reportagem em 04 de março de 2015, que citava “as passeatas antigoverno previstas para o próximo dia 15 de março”, até o editorial de 18 de março, que dizia que “os brasileiros que vão às ruas neste domingo, dia 15, para protestar contra a presidente Dilma Rousseff também estão perplexos.” Em primeiro de abril, Lya Luft afirma que “se sair a manifestação de 12 de abril”, lá estaria ela, de bengala e tudo. E se uma senhora idosa, que usa bengala, vê mais benefícios do que riscos em participar da mobilização, era uma ideia possível para qualquer simpatizante motivado.

Mas também não se pode ignorar a questão comercial da revista e a posição institucional da publicação, que fica escancarada, digamos assim, na edição extra do impeachment, publicada em 20 de abril de 2016. Na publicação, todas as páginas destinadas aos anúncios foram pagas pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) ou veicularam chamadas de Veja. As páginas patrocinadas pela Fiesp traziam as seguintes mensagens: “O Brasil venceu” [Foto manifestações dia 17 de abril]; e “Chega de pagar o pato” [Foto pato amarelo de borracha]. Já as páginas dedicadas à publicidade de Veja trazem o seguinte: “Veja só vê um lado. O lado do Brasil!”; “Veja persegue. Persegue a verdade”; “Veja é comprometida. Comprometida com a democracia”.

A narrativa de Veja, por fim, revelou uma atitude positiva com relação à mobilização e apelos constantes e insistentes para participar (WALGRAVE & MANSSENS, 2000). Isso ficou claro a partir na análise de frequência, por meio do uso de vocabulários de motivos que mobilizaram a ação e ainda no amplo esforço de reduzir a percepção dos custos e riscos e aumentar a dos benefícios. Pode-se questionar se Veja não estava apenas sendo reativa. Ou seja, conforme aumentam os escândalos de corrupção e os eventos de protesto subsequentes, aumenta a presença e frequência de aparição do tema e dos vocabulários de motivos na revista. Mas ao analisar os textos de maneira qualitativa é possível perceber que, com relação à corrupção, os textos tratam do tema de forma mais genérica, sem especificar Lava-Jato ou Petrolão. Principalmente os de caráter opinativo, que abordavam o tema como se não houvesse outros partidos envolvidos além do PT. Com relação à convocação para os protestos, por outro lado, os textos eram bem específicos e continham todos os detalhes que o leitor precisava saber para participar. Veja fez, sim, o que Benford e Snow (2000) consideram um “chamado às armas”.

6 Desafiando paradigmas

A pesquisa empírica detalhada nos capítulos anteriores, que combinou as abordagens quantitativa e qualitativa da análise de conteúdo, mostrou que, de fato, a revista *Veja* se apropriou de uma ideia consolidada na sociedade brasileira e construiu o máster frame da corrupção durante o período do Ciclo do Impeachment, induzindo a uma ideia de que a corrupção é o maior problema do país. A publicação conectou o frame a outras ideias já difundidas na sociedade, como a noção de que a maioria dos políticos brasileiros é corrupta, e amplificou o frame ao alinhar a corrupção ao sentimento de antipetismo, que gerou o consenso de que o PT é o maior responsável pela corrupção que ocorria no país. Além disso, por meio da extensão, reforçou o entendimento da necessidade da ação coletiva para pressionar o governo de Dilma Rousseff e, eventualmente, sugerir o impeachment.

Neste capítulo, na seção **6.1 Estrutura de Mobilização Midiática de *Veja***, mostramos, a partir de uma combinação entre o contexto político do período entre 2014 e 2016 e os resultados da pesquisa, que a revista *Veja* não apenas se engajou em uma ação mobilizadora mas que, durante os protestos pelo “Fora, Dilma”, agiu de forma a configurar uma estrutura de mobilização, provando empiricamente que a nossa proposta de modelo de análise é válida.

Mas a aferição da eficácia do modelo da EMM para averiguar as funções mobilizadoras da mídia não é apenas um novo modelo de análise. Na seção **6.2 Desafiando o paradigma do protesto**, os resultados indicam que é possível ampliar o debate sobre a ideia amplamente difundida de que a mídia sempre age de forma a deslegitimar eventos de ação coletiva. Não que isso não aconteça, a questão é que a nossa pesquisa mostrou que o tom negativo a que se atribui à mídia com relação à ação coletiva está diretamente ligado à orientação política do movimento, ao repertório e às reivindicações.

6.1 Estrutura de Mobilização Midiática de *Veja*

O modelo da Estrutura de Mobilização Midiática (EMM), como vimos no terceiro capítulo, é constituído por 12 etapas: 1) *Abertura de oportunidade*; 2) *Sinalização*; 3) *Ação de madrugadores*; 4) *Difusão*; 5) *Enquadramento da oportunidade*; 6) *Geração do master frame*; 7) *Alinhamento*; 8) *Exposição ao master*

frame; 9) *Ressonância*; 10) *Motivação para ação*; 11) *Persuasão para ação*; 12) *Ação Coletiva*. O esquema indica uma provável ordem no fluxo da informação que, acreditamos, constrói a mobilização do consenso e a mobilização de ação (KLANDERMANS, 1984; 1988). Apesar disso, algumas dessas etapas ocorrem de forma paralela e concomitante, ou seja, se sobrepõem de maneira dinâmica, especialmente em casos de influência cíclica, como foi com a revista *Veja* durante os protestos do Ciclo do Impeachment no Brasil.

A mobilização é o processo mais básico do Confronto Político (TARROW, 2011), mas precisa de estímulo para acontecer, ou seja, precisa haver uma alteração na conjuntura. Por isso o início da mobilização se rastreia a partir da relação entre o contexto e a ação, relação que propicia a **1) Abertura de oportunidade**. No caso da mobilização pelo “Fora, Dilma”, foi um processo que aconteceu de forma gradual no Brasil, ao longo de, pelo menos, um ano.

Em 2012, Dilma Rousseff alcançou o posto de presidenta com o maior nível de aprovação após um ano de mandato desde o retorno das eleições diretas. Segundo pesquisa do Datafolha¹⁰⁹, o governo Dilma era considerado bom ou ótimo por 59% dos brasileiros. Lula, no mesmo período do primeiro mandato, tinha atingido 50% de aprovação, para se ter uma ideia. Claro que o sucesso de Dilma era fruto, também, da aprovação de Lula no último ano de seu mandato, quando ele atingiu o auge de sua popularidade. Após sete anos e onze meses de governo, 83% dos entrevistados avaliaram a gestão do petista como ótima ou boa, também segundo Datafolha¹¹⁰. Mas outros fatores também explicam a popularidade de Dilma no início de mandato, como o rótulo da “faxina ética” que ela colou no governo, uma narrativa aprovada pela população, além da implementação de determinadas políticas públicas e bons resultados econômicos. Mas a lua de mel acabou em 2013, mais especificamente no mês de junho quando, como sabemos, eclodiram as manifestações contra o reajuste na tarifa do transporte público em algumas capitais e culminaram em um ciclo de protesto que tinha como alvo, também, o governo federal e a má qualidade dos serviços públicos. Na edição extra do impeachment que *Veja* publicou em 20 de abril de 2016, a reportagem “Dilma cai no limbo” mostra

¹⁰⁹ Datafolha, 2012. **Primeiro ano de Dilma tem a maior aprovação desde redemocratização**. Disponível em <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2012/01/1211074-primeiro-ano-de-dilma-tem-a-maior-aprovacao-desde-redemocratizacao.shtml>> Acesso em: 20 de maio de 2019.

¹¹⁰ Datafolha, 2010. **Acima das expectativas, Lula encerra mandato com melhor avaliação da história**. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2010/12/1211078-acima-das-expectativas-lula-encerra-mandato-com-melhor-avaliacao-da-historia.shtml>> Acesso em: 29 de maio de 2019.

como os protestos de junho de 2013, associados à Lava-Jato, abriram uma oportunidade importante a quem se opunha ao governo – além de deixar clara a posição da revista.

“O sentimento difuso de insatisfação manifestado nas ruas derrubou a popularidade de quase todos os governantes, mas foi Dilma a mais atingida: sua aprovação despencou 27 pontos em apenas três semanas. Antes que ela conseguisse se recuperar, surgiu em cena um fenômeno que, saberíamos brasileiros mais tarde, seria para sempre indissociável de seu governo: a Operação Lava-Jato. Deflagrada em março de 2014, com base em Curitiba, ela revelou toda a extensão do saque à Petrobrás cometido pelo PT e por seus aliados durante os anos em que Dilma foi presidente do conselho administrativo da estatal, ministra de Minas e Energia e titular da Casa Civil.”

Partindo das cinco características básicas (MEYER, 2015; TARROW, 2011; MCADAM, 1996) que oferecem um roteiro para identificar a emergência de uma oportunidade, houve, claramente, o *a) o desenvolvimento de um agravo* com o início da Operação Lava-Jato e a descoberta do chamado esquema do Petrolão. Estava claro para a população que *b) a política institucional parecia insuficiente* no sentido que não dava sinais de que o problema da corrupção seria resolvido. E foi em meio a esse cenário, agravado pela crise econômica, que se iniciou a campanha eleitoral. Mas foi a vitória apertada de Dilma o fato que consagrou a abertura de uma oportunidade real à ação coletiva porque, com a reeleição da petista, configurava-se uma espécie de *bloqueio das vias tradicionais*, afinal, a eleição era uma oportunidade de alternância de poder que não se converteu em uma mudança.

Dilma Rousseff venceu com 51,64% dos votos válidos. Essa margem deixou evidente uma cisão entre os eleitores mas também deixou claro um *c) realinhamento político e a disponibilidade de aliados influentes* para a oposição. Para se ter uma ideia, no segundo turno, todos os outros candidatos à presidência apoiaram Aécio Neves, a exceção dos candidatos do PSOL e PSTU, que optaram pela neutralidade. Mesmo aliados históricos como Marina Silva (à época no PSB, hoje na Rede), que foi ministra do Meio Ambiente de Lula. Toda essa conjuntura propiciou a *d) emergência de novos atores*, que dispunham de um sistema *e) aberto o suficiente para se manifestarem*.

Mas as oportunidades precisam ser percebidas, e a mídia hegemônica brasileira, Veja especificamente, empenhou-se na **2) Sinalização**, o mecanismo conhecido por *signaling*, pelo qual se aponta a vulnerabilidade do sistema. Nossa

análise mostrou, no capítulo 4, que o tema da corrupção começou a ganhar destaque justamente em 2014. O tema apareceu em duas capas nas edições março da revista e em três capas em abril, antes do que consideramos ser o início da mobilização. Mas o interessante é que na capa em que a corrupção não foi destaque, o que a revista chamou de “ameaça” da reeleição de Dilma já era assunto.

Imagem 4 – Capa da revista Veja de 30 de abril de 2014



FONTE: Revista Veja / montagem própria

A corrupção ainda foi tema de todas as cinco capas do mês de outubro de 2014 e em todas foi associada à Dilma ou ao PT. Mais do que isso, nas três capas do segundo turno, Aécio é claramente colocado como a melhor opção à cadeira da presidência. Fechando o mês com o que se pode dizer que foi a cereja do bolo: às vésperas do dia da eleição, as fotografias de Dilma e Lula ilustram o título “Eles sabiam de tudo”.

Imagem 5 – Capas de Veja em outubro de 2014



FONTE: Revista Veja, 15 de outubro de 2015; 22 de outubro de 2015; e 29 de outubro de 2015, respectivamente / montagem própria

A corrupção também apareceu em um editorial em março de 2014 e em três editoriais de abril de 2014 – além de também dois editoriais em outubro. Além disso, aparece em pelo menos uma coluna de Veja em uma edição de março de 2014, em quatro edições de abril e em quatro edições de outubro. Já no que se refere às reportagens, somente uma edição em março e uma em abril de 2014 não trataram do tema. A publicação foi, portanto, eficiente em sinalizar a oportunidade aos **3) Madrugadores**, que são os primeiros movimentos a agir, a usar a ação coletiva como resposta à abertura. Na edição extra do impeachment, em abril de 2016, a revista deixa a sequência de fatos evidente na reportagem “Dilma cai no limbo.”

Quando, depois da apertada vitória, o temporal finalmente desabou sobre a cabeça dos brasileiros, milhões foram às ruas tomar satisfações. Em março de 2015, os protestos superaram os registrados nas Diretas Já (1984) e, como numa onda montante, foram crescendo até culminar nas manifestações de março de 2016, as maiores já vistas no Brasil.

A ação dos madrugadores é fundamental para EMM porque partimos do pressuposto que a mídia não tem poder para iniciar o movimento, embora possa mobilizar consenso e ação. Os madrugadores são necessários, então, porque produzem estímulos para que novos movimentos possam ser criados e, no caso, a mídia possa agir com papel ativo. No Ciclo do Impeachment, os movimentos destacados no primeiro capítulo são considerados os madrugadores: Vem Pra Rua, Movimento Brasil Livre e Revoltados Online, que iniciaram os protestos no final de

2014. Com base nas experiências de 2013, a ação coletiva executada por esses movimentos teve o poder de mostrar a outras organizações e à mídia a possibilidade da construção de um ciclo de protesto que pressionasse o governo federal e, quem sabe, fosse capaz de tirar o PT do poder. Sem dúvida essa segunda intenção foi reforçada pela ação do PSBD, que em dezembro do mesmo ano pediu a cassação do registro de candidatura de Dilma Rousseff e Michel Temer sob a justificativa de que a campanha tinha sido financiada com dinheiro de corrupção.

Essa conjuntura levou ao que conhecemos por **4) Difusão**, que ocorre quando grupos obtêm ganhos que convidam outras pessoas ou grupos a buscarem resultados semelhantes (SOULE, 2004). Neste caso, o ganho foi a possibilidade real de mostrar força por meio da ação coletiva, especialmente considerando os protestos que ocorreram em outubro e dezembro de 2014, que reuniram milhares de pessoas em São Paulo. A ação dos madrugadores, de grupos como VPR e MBL ativou um processo de difusão do confronto político que encorajou a mídia a aproveitar a oportunidade política.

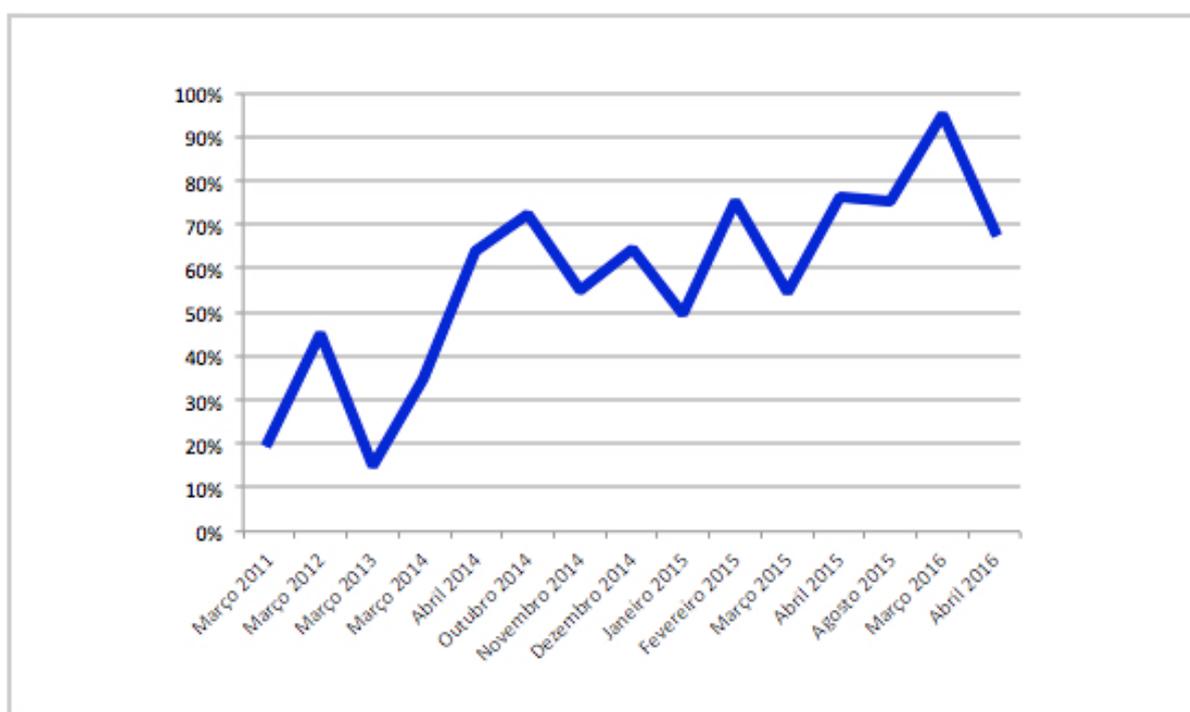
Para a revista *Veja*, aproveitar a oportunidade é **5) Enquadrar a oportunidade** (BENFORD e SNOW, 2000, p.631). Significa que a publicação aproveitou a abertura do sistema quando alinhou a sua mensagem ao argumento dos movimentos madrugadores de que a corrupção estava fora de controle e a responsabilidade era de Dilma, Lula e do PT. É possível perceber que a mídia está aproveitando a oportunidade política quando, por exemplo, abertamente elogia os organizadores do movimento ou a campanha em si e, de forma paralela, desacredita os alvos desse mesmo movimento (KLANDERMANS, 2015). O que ficou bastante claro ao longo da análise de conteúdo que apresentamos nos capítulos anteriores, tanto da abordagem quantitativa quanto da qualitativa. E essa dinâmica ocorre, justamente, a partir da **6) Geração de um *master frame***, a ponte para dar início à fase da Mobilização do Consenso.

Segundo Benford e Snow (1992; 2000), o *master frame*, assim como qualquer enquadramento de ação coletiva, tem funções implícitas: *a) pontuação*; *b) atribuição*, em que o *master frame* assume a tarefa de fazer atribuições diagnósticas, prognósticas e motivacionais; e *c) articulação*. Nessa linha, a Estrutura de Mobilização Midiática depende da identificação de que o veículo em questão, no caso a *Veja*, tenha sido capaz de 1) destacar uma condição social específica como inaceitável; 2) atribuir responsabilidade pelo problema e sugerir uma solução para o

problema pontuado; e 3) articular uma linha de ação.

A nossa amostra, que contemplou cinco seções da revista (capa, editorial, entrevista principal, colunas e reportagens) mostrou que houve um aumento importante na frequência de aparição do tema da corrupção nas página de Veja. A média¹¹¹ do percentual de aparição, considerando as cinco seções, passou de 20% em março de 2011 para 68% em abril de 2016. O pico foi atingido em março de 2016, um mês antes da votação do impeachment pela Câmara dos Deputados, com uma frequência de aparição de 95%.

Gráfico 19 – Média da frequência de aparição do tema *corrupção* na revista *Veja* ao longo do tempo



FONTE: Revista Veja / Elaboração própria

Durante todo o período de mobilização do consenso, entre outubro de 2014 e fevereiro de 2015, *Veja* se empenhou na construção do máster frame que destaca a corrupção como uma condição social inaceitável. Todas as edições do período analisado trataram do tema na Capa, Editorial, Entrevista, Colunas ou Reportagens. Foram três capas em novembro de 2014 (75%); três capas em dezembro de 2014 (60%), duas capas em janeiro de 2015 (50%), e três capas em fevereiro de 2015 (75%). *Veja* insistiu no tema, como se pode ver abaixo.

¹¹¹ O cálculo foi feito a partir do percentual de aparição do tema em cada uma das cinco seções que faziam parte da amostra, agregando o resultado por mês.

Imagem 6 – O máster frame da *corrupção* nas capas de *Veja*



FONTE: Revista *Veja*, 05 de novembro de 2015; 17 de dezembro de 2015; 14 de janeiro de 2015; e 04 de fevereiro de 2015, respectivamente / Elaboração própria

No mesmo período, foram inúmeros textos dedicados ao problema da corrupção, construído como a origem de todas as ineficiências do serviço público. Em novembro de 2014, *Veja* tratou do tema em dois editoriais e, em duas edições, pelo menos uma coluna problematizou a questão. Em dezembro do mesmo ano, a corrupção foi citada em um editorial, três entrevistas e apareceu em colunas em quatro das cinco edições. Em janeiro de 2015, não foi tema de editoriais, mas foi destaque em duas entrevistas e pelo menos duas edições publicaram colunas sobre o assunto. Já em fevereiro, às vésperas do primeiro grande protesto do Ciclo do Impeachment, *Veja* publicou três editoriais, duas entrevistas e colunas em três edições. E em todos os meses a corrupção foi assunto em duas ou mais reportagens.

Em novembro de 2014, por exemplo, na primeira edição após o resultado das eleições que consagraram a reeleição de Dilma, o juiz da Lava-Jato, Sérgio Moro, estampava a capa que traçava um paralelo com a operação italiana conhecida por Mãos Limpas. Nas reportagens, *Veja* mostrava um juiz supostamente perseguido pelos “acusados do maior caso de corrupção da história brasileira”; trazia um “manual de sobrevivência” para o segundo mandato da petista que, segundo a publicação, era um risco; comparava Lula e Dilma à Hitler e Mussolini por sugerir plebiscito para a reforma política, algo que, segundo a matéria, seria uma “ideia bolivariana” que só serve para desviar a atenção do Petrolão e perpetuar o partido no poder; insistia na imagem de Aécio Neves, que, naquele momento, se preparava

para ser líder da oposição; e, apesar do cenário eleitoral repartido, afirmava que o país não estava dividido e que o eleitorado estava cada vez mais distante do PT.

Imagem 7 – Veja mobilizando o consenso



FONTE: Revista Veja, 05 de novembro de 2014 / Elaboração própria

Dando conta das funções de atribuição diagnóstica e prognóstica, a revista identificou que a responsabilidade pelo problema, pela corrupção, era do Partido dos Trabalhadores e seus principais líderes, especialmente o ex-presidente Lula. E, lentamente, começou a trabalhar em uma linha de ação que sugeria a necessidade de pressão popular e a articular uma alternativa para a saída de Dilma Rousseff.

Esse processo todo é construído por meio do mecanismo complexo do **7) Alinhamento** de frames (SNOW e BENFORD, 1988; 1992; 2000), que consiste na forma pela qual Veja conectou a sua interpretação dos fatos com a de outros grupos e indivíduos que consistiam no público-alvo para a ativação do consenso – e posteriormente da ação. Na ocasião do Ciclo do Impeachment, a revista utilizou da conexão e amplificação de frames para mobilizar o consenso e da extensão para mobilizar a ação.

O máster frame da corrupção é conectado à noção geral que permeia o

imaginário da população brasileira de que a maioria dos políticos é corrupta. Muito antes da existência da Operação Lava-Jato, a ideia de que políticos não são confiáveis já era difundida. Como vimos anteriormente, perpassa todo o período democrático do Brasil, o que ficou claro a partir da pesquisa divulgada pelo Latinobarômetro que mostra que, entre 1995 e 2011, o número de pessoas que tem pouca ou nenhuma confiança em partidos políticos nunca foi menor que 73%. Já a amplificação do frame da corrupção foi apoiada na ideia do antipetismo. Como pudemos observar nos capítulos 4 e 5, por meio da amplificação, Veja constantemente relacionou os casos de corrupção, direta ou indiretamente, ao Partido dos Trabalhadores. Essa dinâmica pôde ser observada em pelo menos uma seção de todas as edições analisadas ao longo da pesquisa a partir do período de mobilização – excluindo a amostra de referência. Em todos os meses entre novembro de 2014 e março de 2015, capas relacionaram especificamente o PT ou seus líderes aos escândalos de corrupção.

Imagem 8 – O alinhamento de frames nas capas de Veja



FONTE: Revista Veja, 26 de novembro de 2014; 10 de dezembro de 2014; 28 de janeiro de 2015; e 11 de fevereiro de 2015, respectivamente / Elaboração própria

Essa estratégia de conexão com o antipetismo e amplificação do frame da corrupção para atribuição de responsabilidade do PT é uma característica que perdura na revista nas edições dos meses subsequentes que são parte da amostra da pesquisa. A associação entre petistas e práticas ilícitas é reforçada nos meses em que os principais eventos de protesto aconteceram, como mostra o exemplo abaixo, que exibe duas capas de março e abril de 2015. O interessante é que essas mesmas edições deixam claro, por meio dos editoriais, que houve tentativas

anteriores de associar petistas à corrupção.

A capa de 18 de março de 2015, em que Dilma aparece vendada com a faixa presidencial, é, na realidade, uma cópia da edição de 26 de setembro de 2006, quando uma caricatura de Lula apareceu na capa nas mesmas condições que sua sucessora. A capa da revista, segundo Veja, “refletia a perplexidade geral com o fato de o presidente e seu partido continuarem indiferentes às revelações do mensalão, escândalo que já viera a público e em que os envolvidos já estavam denunciados pelo procurador-geral da República.” Na edição de 22 de abril de 2015, a capa pergunta se o partido é uma “esPécie em exTinção”, brincando com as letras da sigla e destacando o fato de que abrigava “dois tesoureiros presos, um ex-presidente acuado, uma presidente que terceirizou o poder, bancadas parlamentares envergonhadas e um escândalo atrás do outro.”

Mas o editorial foi mais longe e mostrou, da mesma forma que havia feito em março, que associar o PT a frames negativos era um padrão de Veja. Na seção Carta ao Leitor intitulada “De volta às origens” – que se referia às origens do partido mas poderia se referir à publicação – aparecem três capas da revista publicadas em anos anteriores acompanhadas da legenda: “Capas de Veja sobre a tragédia do PT, um partido que hoje luta para sobreviver.” Três capas antigas são retratadas na seção. A edição de 18 de agosto de 2004 traz no título “A tentação autoritária – as investidas do governo do PT para vigiar e controlar a imprensa, a televisão e a cultura.” Em 20 de janeiro de 2005, Veja perguntava se o PT deixou o Brasil mais burro. “O obscurantismo oficial condena o inglês, quer tirar a liberdade das universidades e mandar na cultura”, na mesma linha da edição citada previamente. Já a capa de 14 de julho de 2010 alertava para “O Monstro do radicalismo”. Segundo a publicação, o monstro do radicalismo seria uma fera petista, domada anteriormente por Lula mas que à época desafiava a então candidata Dilma.

Imagem 9 – O antipetismo nas capas de Veja



FONTE: Revista Veja, 18 de março de 2015; e 24 de abril de 2015 / Elaboração própria

Veja ainda fez uso da extensão durante a mobilização de ação para alinhar o máster frame da corrupção com a necessidade de pressão popular por meio da ação coletiva e, por fim, apresentar a saída de Dilma como a única alternativa para interromper o suposto ciclo de escândalos e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida do brasileiro. Houve um aumento considerável na frequência dos temas “protesto” e “impeachment” entre março de 2015 e abril de 2016. Reportagem publicada em 26 de agosto de 2015 curiosamente resume, em uma frase, a forma como a revista se posicionou no período. Para Veja, os protestos “serviram para afinar o discurso dos organizadores e amadurecer novos planos de ação. Ao mesmo tempo em que sabem que não podem sumir das ruas, [...] os esforços são no sentido de pavimentar lá o caminho para um pedido de impeachment.”

Imagem 10 – Protesto e impeachment nas capas de Veja



FONTE: Revista Veja, 12 de agosto 2015; 20 de abril de 2016; e 20 de abril de 2016, respectivamente / Elaboração própria

A revista *Veja* utilizou, então, a *conexão, amplificação e extensão* para vincular o *master frame* da corrupção a enquadramentos generalizados e amplamente difundidos entre a população, como a noção de que a maioria dos políticos é corrupta, e ao antipetismo, para fortalecer a ideia de ação coletiva como forma de pressionar a presidente da República e, posteriormente, sugerir o impeachment. Foi a partir dessa construção que ocorreu a **8) Exposição ao *master frame***. Os milhões de indivíduos expostos diretamente à revista *Veja* e os milhões atingidos pelo *master frame* de forma indireta foram expostos à conjuntura política do país a partir da construção social da publicação. A exposição ao *master frame* é, neste caso, a exposição à realidade construída pela revista e que o consumidor, via de regra, assume como sua verdade.

Mas, como vimos anteriormente, um indivíduo não se torna automaticamente um simpatizante apenas por ser consumidor do veículo que age como estrutura mobilizadora ou por ser membro de um ou mais grupos que organizam a ação coletiva. Por isso, a **9) Ressonância do *frame*** é tão importante, porque o *master frame* precisa ter capacidade de atingir o público e mobilizar o consenso. E essa capacidade é uma combinação das características do conteúdo produzido pela revista, das particularidades inerentes ao meio e das propriedades da marca da publicação, conformadas no que Benford e Snow (2000) chamam de credibilidade (consistência; credibilidade empírica; e credibilidade de quem articula o *frame*) e saliência (centralidade; comprovação de experiência; e fidelidade narrativa).

Os resultados da nossa análise indicam que *Veja* alcança altos níveis em

todas as dimensões. Com relação à credibilidade geral, é consistente ao desenvolver um máster frame que associa a corrupção ao PT; a Operação Lava-Jato e as constantes denúncias consolidaram a credibilidade empírica do tema; e a credibilidade da publicação é tida em alta conta para quem consome a revista e comunga das mesmas visões, tanto que se mantém no mercado há 51 anos como um dos veículos mais lidos e lembrados do país. Já no que tange à saliência do frame, trata-se, de fato, de um tema central a partir do momento em que há uma noção generalizada de que a corrupção é a responsável por todos os outros problemas que os brasileiros enfrentam. E é um frame que tem apoio na experiência do dia-a-dia, como mostrou a pesquisa de opinião do Datafolha, que coloca a corrupção como um problema tão grave quanto as condições da saúde, desemprego ou crise da segurança pública – quando não maior, o que acaba mostrando que se trata de um enquadramento altamente ressonante.

Ainda assim, a potência não garante a mobilização de ação, afinal, a mobilização do consenso se encerra no momento em que o indivíduo se torna simpatizante. Para mobilizar a ação, esse indivíduo ainda precisa ser motivado e, posteriormente, persuadido a participar da ação coletiva. E essa é, provavelmente, a parte mais intrigante da EMM, a possibilidade de a mídia ser capaz de produzir a mobilização para ação. Geralmente, um indicativo dessa possibilidade é a inexistência de vínculo entre os participantes com os organizadores. No caso do Ciclo do Impeachment, isso ficou muito claro. Segundo o Datafolha, no protesto de 13 de março de 2016, 94% dos participantes garantiam não estar vinculados aos grupos que organizaram a manifestação. Mas a mobilização de ação é um processo que evolui em vários passos, como se o consenso “transbordasse” para a ação. Esse transbordamento seria a transformação de simpatizantes em participantes, um processo que começa com a ativação do público-alvo, o que a literatura de movimentos sociais se refere como potencial de mobilização (KLANDERMANS, 2013). E no caso da EMM, cabe à mídia promover a **10) Motivação** desse público-alvo.

É neste momento em que se ativa a atribuição motivacional do máster frame, o que Benford e Snow (2000, p.617) consideram como uma espécie de “chamado às armas”, um estímulo para ser parte da ação coletiva. A partir dos resultados colhidos ao longo da nossa análise, entendemos que a revista Veja foi capaz de promover essa motivação por meio da utilização clara e insistente de vocabulários de motivos

(BENFORD, 1993; BENFORD, 2002; BENFORD & SNOW 2000), que são frames que ressaltam a gravidade e a urgência do problema, a eficácia da ação e a responsabilidade em agir.

Imagem 11 – Motivação para a ação em Veja



FONTE: Revista Veja, 25 de março de 2015; 13 de abril de 2016 / Elaboração própria

A motivação, porém, não garante a participação. Por isso, a mídia deve ainda ser responsável pela **11) Persuasão** para a ação e apresentar uma boa relação de custo-benefício ao público, algo que Veja fez durante todo o período de mobilização de ação – e ainda antes. Participar de uma manifestação envolve dinheiro, tempo, incerteza sobre os rumos de uma demonstração e riscos. Os protestos do Fora Dilma foram mostrados, o tempo todo, como uma mobilização diferente e, ironicamente, espontânea. Veja construiu uma imagem que legitimou o repertório de ação da direita e deslegitimou o da esquerda. A redução de riscos ocorreu, portanto, na medida em que os protestos que pediam o impeachment se distanciavam, em forma e conteúdo, das mobilizações usuais de movimentos sociais brasileiros.

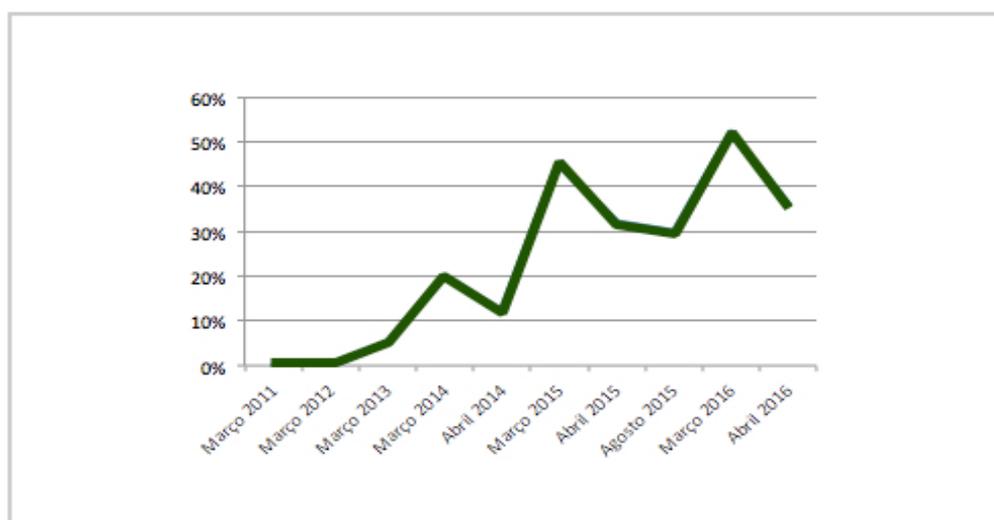
A narrativa que se construiu é de que eram protestos pintados de verde e amarelo, e não vermelho; onde se cantava o hino nacional e não “palavras de ordem” – em um “universo” em que palavras de ordem são apenas as proferidas pela esquerda; de que a polícia é “do bem” e só reprime quem faz “baderna” ou promove a “desordem”, tanto que manifestantes em protestos prévios tiraram fotos com PM’s; que eram organizados no domingo para não atrapalhar a vida de ninguém, ao contrário de quem bloqueia vias durante a semana; a data também facilitava a participação dos “verdadeiros trabalhadores”, diferente dos sindicalistas

“pagos com dinheiro público” que podem se dar ao luxo de protestar durante a semana porque recebem almoço para isso. Ou seja, Veja reduziu os riscos de participação dos protestos ao descolar a imagem da ação coletiva da direita das tradicionais mobilizações de esquerda. Era diferente. Era como se fosse uma versão boa de protesto. Na linha do tão falado “cidadão de bem”, Veja mobilizou a ação por meio da construção do “protesto de bem”.

Essa estratégia também foi posta em prática por meio do distanciamento de organizações que pudessem trazer um caráter “profissional” às manifestações, como partidos e sindicatos, porque isso dificultaria caracterizar o movimento como vindo “do povo”. Assim, Veja foi capaz agir como mobilizadora da **12) Ação Coletiva** durante o período do Ciclo do Impeachment. Quando a ação coletiva foi apresentada como a única maneira de pressionar o governo e, eventualmente, provocar o impeachment.

A frequência de aparição dos temas *protesto* e *impeachment*, portanto, sofreram um aumento importante durante o período de mobilização de ação do Ciclo do Impeachment. A média do percentual da frequência do tema *protesto* na revista Veja passa de zero em 2011 para 36% em abril de 2016. A **Figura 24**, abaixo, mostra uma ascendência do tema a partir de 2013. Essa curva é esperada em função das Jornadas de Junho, mas o pico ocorre em março de 2015, quando do primeiro grande protesto do ciclo, em que a frequência chegou a 52%.

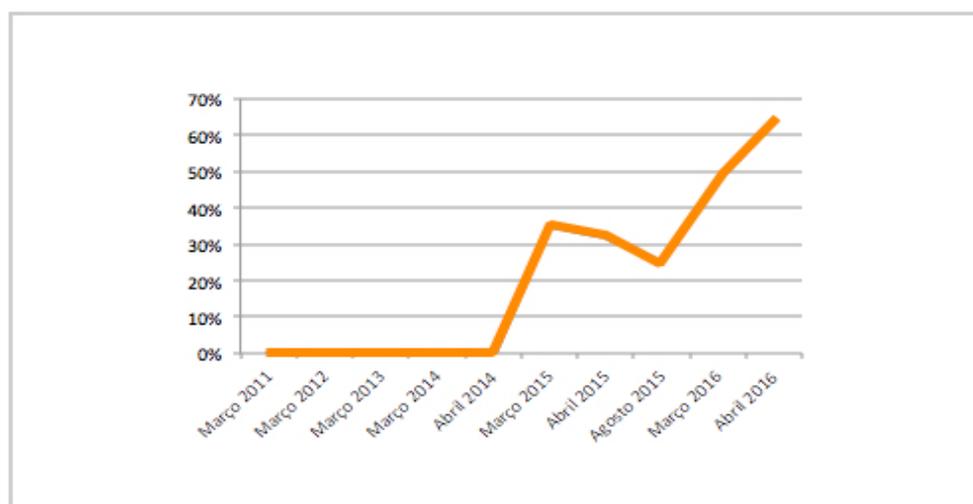
Gráfico 20 – Média da frequência de aparição do tema *protesto* em Veja ao longo do tempo



FONTE: Revista Veja / Elaboração própria

Já o impeachment foi colocado como a última alternativa para tirar o PT do poder e, conseqüentemente, a última e única alternativa para acabar com a corrupção no Brasil. A média de frequência de aparição do tema na revista passa de zero em 2011 para 64% em abril de 2016, período em que atingiu o máximo. Os números sugerem, da mesma forma que os temas anteriores, uma insistência da revista em solucionar o problema por esse meio, embora o impeachment tenha aparecido de maneira relativamente tardia.

Gráfico 21 – Média da frequência de aparição do tema *impeachment* em *Veja* ao longo do tempo



FONTE: Revista Veja / Elaboração própria

A pesquisa empírica confirma, portanto, a possibilidade de a mídia agir como mobilizadora e, conseqüente, prova a eficácia do modelo de análise da Estrutura de Mobilização Midiática (EMM). Mas a análise dá ainda mais um passo no que tange à teoria do Confronto Político e a ação da mídia em ciclos de confronto: ela amplia o debate em torno do padrão de cobertura de protestos.

6.1 Desafiando o paradigma do protesto

Pesquisas anteriores mostraram que a cobertura de protestos da mídia, ou de ciclos de protesto, de maneira geral, tende a enquadrar a ação coletiva de forma negativa sob vários aspectos. Com base na pesquisa cumulativa sobre a cobertura da mídia comercial – especialmente a norte-americana –, pesquisadores criaram o conceito do *paradigma do protesto* (BRASTED, 2005; MCLEOD e HERTOOG, 1998),

que é o conjunto das estratégias de framing utilizadas pela mídia em coberturas de manifestações de ação coletiva.

O paradigma do protesto é construído a partir da ideia de que a mídia tende a defender o *status quo* e tratar os grupos que desafiam esse *status quo* como politicamente imorais ou radicais (MCLEOD e DETENBER, 1999; SHOEMAKER, 1984 apud XU, 2013). A cobertura de notícias, como vimos, de fato tende a um viés que favoreça o sistema devido, entre outras coisas, às regras jornalísticas de objetividade e às relações da mídia com a elite sociopolítica (GANS, 1979; TUCHMAN, 1978). Esse tipo de cobertura pode ter efeitos negativos nas percepções das pessoas sobre grupos de protesto, e essa percepção inclui a imagem dos manifestantes como pessoas “baderneiras”, para usar uma expressão bem brasileira, que não tem respeito pela ordem, e ainda perceber as manifestações em si não apenas como inúteis mas como uma ameaça a essa ordem social (MCLEOD, 1995; MCLEOD e DETENBER, 1999). E o paradigma do protesto se concentra nessa premissa e consiste em um conjunto de estratégias e dispositivos comuns de framing para cobrir eventos de protesto.

Xu (2013), com base nessa linha de investigação, realizou um estudo a partir de uma tipologia de seis dispositivos de framing para a cobertura do Occupy Wall Street (OWS), em Nova York, em 2011. Por meio de uma combinação de análise de conteúdo e análise de regressão logística, chegou aos dispositivos de *ilegalidade*, *fontes oficiais*, *“performances”*, *objetivos ineficazes*, *desaprovação pública* e *impacto negativo*. Os quatro primeiros foram os dispositivos de marginalização mais amplamente utilizados durante o OWS, já os dois últimos estão mais associados ao tom geral da cobertura dos grupos de protesto.

Primeiro, a cobertura midiática dos protestos tende a selecionar e destacar a *ilegalidade* da ação coletiva, um dispositivo que está relacionado ao potencial de violência, mesmo quando pouca ou nenhuma violência ocorra. Além disso, é um dispositivo utilizado para focar no comportamento violento de alguns (mesmo que poucos) manifestantes, especialmente quando há confronto direto com a polícia. Esse enquadramento de ilegalidade é produzido ao mesmo tempo em que eram ignoradas as ações pacíficas da maioria dos participantes dos protestos e dos eventos em si (BOYKOFF, 2006; DARDIS, 2006; HUSTING, 1999; MCLEOD e HERTOOG, 1998). As reportagens que utilizaram esse dispositivo de framing tratam os manifestantes como encenqueiros e anarquistas que ameaçam a ordem social,

enquanto a polícia é descrita como preventiva e, quando necessário, reativa. Ou seja, a eventual violência policial, incluindo ações como balas de borracha, gás de pimenta e até prisões, é geralmente tratada como reação necessária à desordem dos participantes do protesto, reação necessária para restaurar a ordem. Isso faz com que o verdadeiro confronto, entre os manifestantes e o alvo – geralmente o governo, fique em segundo plano. Ao mesmo tempo, o movimento é deslegitimado. “In this way, protesters who challenged the political status quo were presented as a group of deviants challenging the police and the law, and the political protests were described as disruptive activities¹¹²” (XU, 2013, p.2415).

Segundo, além de a mídia enquadrar a ação como ilegal, as reportagens tendem a descrever as *performances*, ou melhor, as “atividades performáticas” do protesto e as representações dos participantes de forma pejorativa. Segundo Xu (2013), destacando a (geralmente) pouca idade, roupas diferentes de alguma forma e até a aparência imatura. Nesses casos, destacam-se os elementos teatrais do protesto (TILLY, 2006), que McLeod e Hertog (1998, p.312) chamam de “show de horrores”. Tudo isso em vez de focar nos motivos e objetivos da manifestação (GITLIN, 1980) – quando isso acontece, as questões são banalizadas e simplificadas. Assim, o protesto é apresentado ao público como uma demonstração bizarra, “reforçando os aspectos risíveis” e, ao mesmo tempo, enfraquecendo os problemas sérios.

Em terceiro lugar, a cobertura tende a enfatizar a discórdia interna no que tange aos objetivos dos manifestantes e algumas das ideias mais radicais ou que possam ser motivo de piada. Essas ideias são geralmente apresentadas entre aspas, como algo incomum, algo que diminuiu a seriedade da causa e a legitimidade do protesto, além de colocar a ação coletiva como algo que pode ameaçar os valores e normas de uma sociedade (GITLIN, 1980). Ashley e Olson (1998 apud XU, 2013, p.2415), por exemplo, descobriram que o uso de aspas não diretas para deslegitimar manifestantes feministas foi utilizado 181 vezes em sua amostra.

A mídia ainda sujeita o protesto à *desaprovação pública* ao subestimar o número de participantes de uma manifestação, o que leva a construção de uma imagem de que a ação coletiva não representa população como um todo que, por sua vez, não apoia o protesto (GITLIN, 1980). As reportagens que utilizam esse

¹¹² “Desta forma, os manifestantes que desafiaram o status quo político foram apresentados como um grupo de desviantes desafiando a polícia e a lei, e os protestos políticos foram descritos como atividades disruptivas.” (tradução nossa)

dispositivo geralmente se baseiam em pesquisas de opinião que mostram que a maioria dos entrevistados não apoia os manifestantes – mas, segundo Xu (2013, p.2415), raramente são divulgados os procedimentos e questionários específicos dessas pesquisas. “The media also used negative comments made by bystanders to indicate public disapproval of the protest and protesters¹¹³ (BRASTED, 2005; MCLEOD, 1995; MCLEOD E HERTOG, 1992).” A desaprovação pública foi usada para minimizar a representatividade do protesto e serviu como um mecanismo de controle social.

Uma quinta característica é a citação de *fontes oficiais* e “autoritárias” – que são, comumente, o alvo – e o uso de suas palavras para explicar os protestos e redefinir os objetivos da ação coletiva. “Research has shown that news reports often solicited the opinions of official sources like police, government officials, and business leaders rather than nonelite sources¹¹⁴ (BRASTED, 2005; DARDIS, 2006; JHA, 2007; MCFARLANE e HAY, 2003; MCLEOD e HERTOG, 1998) (XU, 2013, p.2417)”. A mídia frequentemente se apoia em fontes oficiais para acrescentar prestígio às histórias, para aumentar a eficiência da produção midiática, para manter as normas do status quo, manter objetividade e, também, exercer controle.

Finalmente, a mídia ainda enfatiza o *impacto negativo* dos protestos. Ou seja, foca nas eventuais inconveniências causadas por bloqueio de vias, trancamentos que impeçam de locomoção ou incômodos a residentes e trabalhadores da região em que o protesto acontece. Essa imagem aumenta os custos do público em participar e, como resultado, amplia o patrulhamento da polícia, atrapalha negócios e se configura em uma “ameaça” às famílias e aos valores das comunidades. Ao ressaltar os aspectos negativos do protesto, a mídia enquadra a manifestação como um aspecto disruptivo da ordem social.

Prior research has provided consistent empirical evidence about the protest paradigm and the above-mentioned framing strategies or devices. However, very little research has examined the prevalence of these framing devices and the relationship between the overall tone of news story and the devices¹¹⁵. (DARDIS, 2006 apud XU, 2013, p.2417)

¹¹³ “A mídia também usou comentários negativos feitos por espectadores para indicar a desaprovação pública do protesto e dos manifestantes.” (tradução nossa)

¹¹⁴ A pesquisa mostrou que as notícias muitas vezes solicitavam as opiniões de fontes oficiais, como policiais, autoridades do governo e líderes empresariais, em vez de fontes não-elites.

¹¹⁵ “Pesquisas anteriores forneceram evidência empírica consistente sobre o paradigma de protesto e as estratégias ou dispositivos de enquadramento mencionados acima. No entanto, muito pouca pesquisa examinou a prevalência desses dispositivos de enquadramento e a relação entre o tom geral da notícia e os dispositivos.” (tradução nossa)

E foi o que Xu (2013) fez, sistematizou os seis dispositivos de frame do paradigma do protesto para examinar a prevalência desses enquadramentos e a sua relação com o tom geral da cobertura. “The overall tone refers to the general attitude toward protesters or the protest group and was conceptualized to represent the predominant feeling of the story’s tone after one had read the entire article¹¹⁶” (DARDIS, 2006 apud XU, 2013, p.2418). A ideia do paradigma, porém, se concentra em atividades de protesto, e não nas questões sociopolíticas por trás do protesto, o que, por si, já deixa uma lacuna, especialmente no sentido de que deixa de fornecer ao público as informações necessárias para entender as causas das manifestações (BRASTED, 2005; MCLEOD e HERTOOG, 1998). Mas a questão é que no caso da cobertura de *Veja* com relação aos eventos pelo Fora Dilma, nenhum dos dispositivos listados por Xu (2013) é utilizado para enquadrar o protesto – algo esperado no caso de mídia agir como estrutura mobilizadora, diga-se.

Quando se fala em *ilegalidade* sob a perspectiva do paradigma do protesto, espera-se que a cobertura enfatize as atividades violentas de uma manifestação, por menor que elas sejam. Em grandes mobilizações em que apenas grupos pequenos se envolvem em conflitos diretos, mesmo nesses casos, são esses pequenos grupos que ganham destaque na cobertura midiática. A revista *Veja*, porém, fez o oposto e apenas destacou o caráter pacífico das manifestações da direita durante o Ciclo do Impeachment. É interessante observar, no entanto, que a publicação se esforçava em exaltar a legalidade da ação coletiva que pedia a saída de Dilma Rousseff justamente contrapondo o protesto às manifestações usuais de esquerda. Ou seja, o paradigma do protesto se aplica à cobertura de *Veja* sobre os protestos de movimentos sociais de esquerda, mas não de organizações de direita. A publicação da Editora Abril mostrava os eventos do “Fora Dilma” como algo diferente. Não era um ciclo de protesto de “baderneiros”, “invasores de imóveis”, “bandos de mascarados que destroem mudas de eucalipto”, “grupos marginais”, que “jogam pedra na polícia”, “metem o pé no vidro de carros”, e “derrubam latas de lixo”, como disse J.R. Guzzo na coluna “”Nós” não somos só isso”, em 22 de abril de 2015, se referindo a manifestantes de esquerda. Era um protesto pacífico, que prezava pela ordem.

¹¹⁶ “O tom geral refere-se à atitude geral em relação aos manifestantes ou ao grupo de protesto e foi conceituado para representar o sentimento predominante do tom da história depois que alguém leu o artigo inteiro.” (tradução nossa)

Um dos símbolos dos protestos em verde e amarelo do Ciclo do Impeachment foi, ao contrário dos conflitos entre manifestantes e a PM, o clima amistoso entre os participantes e os policiais militares. As selfies com os policiais, já no protesto de 15 de março de 2015, viralizaram na internet e foram destaque em Veja. Na entrevista das Páginas Amarelas com o líder do VPR, Rogério Chequer, a revista afirmou que uma “característica que chamou atenção em protestos como o de São Paulo foi a relação amigável que se viu entre as pessoas que foram às ruas e os policiais militares.”

Segundo Chequer, sem trocadilho intencional, crescemos com “paradigmas errados” e uma das falsas premissas às quais somos submetidos é que a Polícia Militar “é do mal” ou “contra o povo”. Mas, segundo ele, a polícia está na rua para garantir a segurança, apenas, e só reagirá se houver necessidade. Como não houve “nenhuma vitrine quebrada” e “tudo acontecendo em plena ordem”, não houve violência. “Diante dessa constatação, muita gente começa a pensar: então é possível fazer uma manifestação e a polícia estar na rua para garantir nossa segurança? Isso é algo que deveria ser óbvio, mas não é.”

Imagem 12 – Legalidade do protesto em Veja



FONTE: Revista Veja, 25 de março de 2015 / Manifestantes tiram foto com policial durante ato contra o governo Dilma na avenida Paulista em São Paulo - 15/03/2015 (Ricardo Matsukawa/VEJA.com)

Na edição de 13 de abril de 2016, logo após o protesto de 13 de março, que reuniu 500 mil pessoas na Avenida Paulista, segundo o Datafolha, o jornalista J.R. Guzzo“, na coluna “A lenda e a obra”, desafia. “Que violência é essa, quando 3,5

milhões de pessoas, ou mais, vão às ruas de todo o país para pedir a saída de Dilma e não se registra um único episódio de desordem?”

Foi somente no final do Ciclo do Impeachment que a revista ponderou “excessos” durante as manifestações, divergências que degeneraram para a agressão física entre manifestantes e que, em alguns casos, exigiu intervenção policial. Ainda assim fez questão de dizer que eram cometidos “pelos dois lados”, ou seja, tanto os participantes dos protestos que pediam o “Fora, Dilma” quanto os participantes de protestos que defendiam o governo e eram contra o golpe eram culpados pelas agressões – embora as manifestações em favor de Dilma mal tenham aparecido nas páginas da revista. Para Veja, no entanto, havia um responsável máximo pelo ambiente de intolerância que se registrava no país: o próprio PT e sua liderança máxima, o ex-presidente Lula. Primeiro, porque, segundo Veja, “os escândalos de corrupção vieram demonstrar de modo acachapante o grau de cinismo do partido quando pregava a “ética na política” como bandeira essencial.” Segundo, “porque sua liderança máxima, Lula, insistiu em fracionar país ao promover a ideia do “nós contra eles””. Por esses motivos, o Partido dos Trabalhadores era o maior culpado pelo clima hostil, embora não fosse o único.

Imagem 13 – Editorial de Veja em 30 de março de 2016



Fonte: Revista Veja / Diagramação própria

Mas a revista Veja desafia o paradigma do protesto em outras frentes também. Especialmente na questão da *Desaprovação Pública*, em que geralmente a mídia utiliza dados de pesquisas de opinião para mostrar que as manifestações não tem apoio popular. O traço mais importante do dispositivo é subestimar o número de

participantes para enfraquecer a legitimidade da ação coletiva. No Brasil, esse é um traço que a mídia comunga com a Polícia. Há uma tendência histórica de discordância entre os números de participantes fornecidos pelos organizadores e pelas autoridades, que tendem a encolher a participação. Mas na ocasião do Ciclo do Impeachment, não foi o que aconteceu. Em todos os eventos, a Polícia Militar de São Paulo e os organizadores das mobilizações divulgaram o mesmo número. Número esse que era sempre muito maior que o contabilizado pelo instituto de pesquisa Datafolha – que explicou, inclusive, o método de contagem. Veja frequentemente optou pelos “números oficiais”, como no editorial de 25 de março de 2015, por exemplo.

Ao se referir aos protestos do dia 15, que segundo o Datafolha reuniram 200 mil pessoas, a revista afirmou que o governo ficou “perplexo e sem ação com a inesperada magnitude dos protestos, em especial em São Paulo, onde mais de 1 milhão de pessoas formaram um mar verde-amarelo na Avenida Paulista.” Na mesma edição, J.R. Guzzo, na coluna “Problemas na vista”, vai além e, ao contrário do que se espera no paradigma do protesto, diminui a importância de contabilizar a participação. Segundo ele, o protesto pelo Fora Dilma comprovou a “desimportância de um certo tipo de conta.” O jornalista cita os dois números, da PM e do Datafolha, mas atribui um tamanho subjetivo ao protesto. “A manifestação da Avenida Paulista teve um tamanho só – aquele que todos puderam enxergar com os próprios olhos, sem a necessidade de helicópteros e planilhas de computador para lhes dizer o que estavam vendo. [...] Foi o maior ato público que alguém já viu? Foi.”

Imagem 14 – Número de participantes eram superestimados em Veja



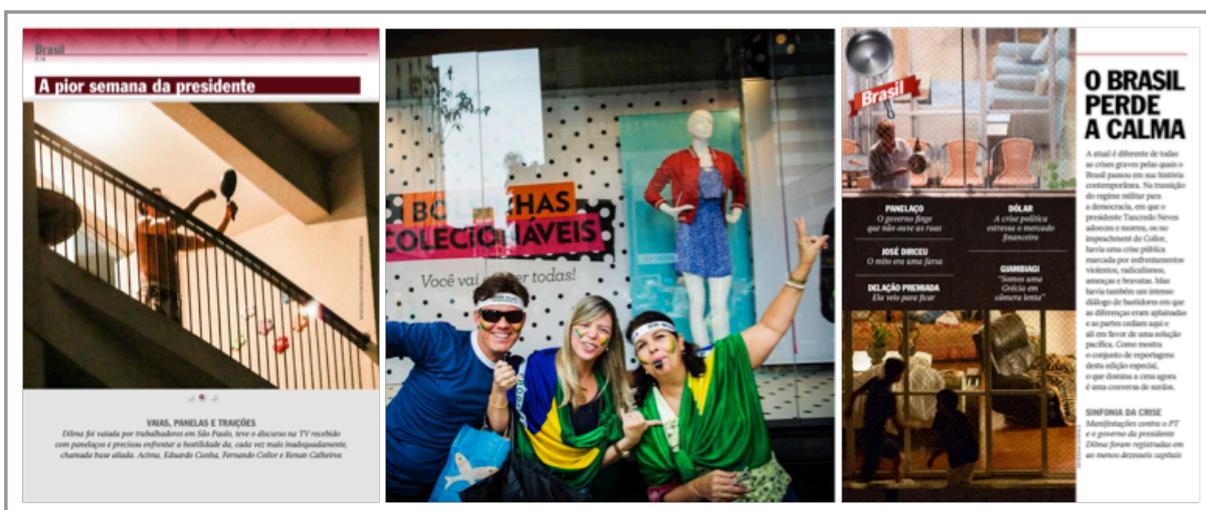
FONTE: Revista Veja, 25 de agosto de 2015; 23 de março de 2016 / Diagramação própria

Houve situações em que os números discrepantes foram ambos divulgados, como na edição extra do impeachment de 17 de abril de 2016, na reportagem, “Brava gente brasileira”. Mas de maneira geral, a revista se empenhou em vender a ideia de que se tratava dos maiores protestos da história do país, que eram manifestações espontâneas, sem vinculação política. Um movimento que, de maneira legítima, emanava do povo. Paralelamente, da mesma forma que com o dispositivo da ilegalidade, porém, outra maneira de superestimar os números dos protestos da direita durante o Ciclo do Impeachment era deslegitimando a participação em protestos da esquerda. Veja ajudou a construir a imagem de que as pessoas só se manifestavam a favor do governo e do PT se o transporte fosse fornecido e o lanche garantido. Na edição de 25 de agosto de 2015, a reportagem “Os próximos passos” trazia o seguinte:

“Na última quinta-feira, convocadas pelo PT – e estimuladas por ampla distribuição de sanduíches de mortadela, além do transporte gratuito em ônibus fretados –, 162 000 pessoas participaram de atos de apoio ao governo em 32 cidades. Na comparação com o grupo anti-Dilma, deu 5 a 1.”

A cereja no bolo é o depoimento da colunista Lya Luft, que afirmava que participaria do protesto de 12 de abril de 2015 mesmo usando bengala. Toda essa narrativa em favor dos protestos que pediam o Fora Dilma também vai na linha de contradizer o paradigma na questão do *impacto negativo* da ação coletiva. Para se ter uma ideia, a revista afirmava que um milhão de pessoas se reuniram em 15 de março de 2015, mas não menciona, na amostra, o bloqueio completo da Avenida Paulista, uma das principais da cidade de São Paulo, ou outras vias adjacentes bloqueadas, trânsito congestionado ou estações de metrô lotadas. Ao contrário, exaltava a realização do protesto no domingo, quando trabalhadores “de verdade” poderiam comparecer. Em todos os eventos, os vizinhos não eram mostrados como incomodados, mas como entusiastas do momento, e nenhum “negócio” foi prejudicado pela ação dos manifestantes.

Imagem 15 – Apoio ao protestos em Veja



FONTE: Revista Veja, 18 de março de 2015; foto durante protesto de 15 de março de 2015; 12 de agosto de 2015 / Diagramação própria

No caso do dispositivo do paradigma do protesto que indica que a mídia utiliza amplamente de *fontes oficiais* para deslegitimar o protesto, Veja também mostra um outro caminho. A revista até utilizou de fontes oficiais, mas o fez de forma estratégica. As fontes do governo federal, o alvo, por exemplo, eram constantemente desacreditadas. Por outro lado, as fontes oficiais da oposição, como deputados e senadores, eram ouvidos e levados em alta conta. Mas a principal distinção com o estudo de Xu (2013) sobre o Occupy Wall Street é que, neste caso, no caso do Ciclo do Impeachment, a mídia deu voz aos manifestantes e os líderes das organizações tinham espaço para aspas oficiais.

Além da entrevista com o líder do VPR em março, na edição de 19 de agosto de 2015, por exemplo, a revista traçou um paralelo entre o movimento pela ética na política que pedia o “Fora, Collor” e as mobilizações que então pediam o “Fora, Dilma”. Na reportagem “De volta às ruas”, dezenas de pessoas que participaram dos eventos de 1992 e agora faziam coro para tirar o PT do poder foram entrevistadas. E uma semana depois, na edição de 25 de agosto de 2015, a reportagem “Os próximos passos” traz não apenas as declarações dos líderes dos principais movimentos envolvidos mas também suas estratégias de ação.

Imagem 16 – Os manifestantes nas páginas de Veja



Fonte: Revista Veja, 19 de agosto de 2015; 25 de agosto de 2015 / Diagramação própria

As *atividades performáticas*, como indica o paradigma do protesto, eram, de fato, amplamente cobertas. Porém, eram aplaudidas, louvadas e em nenhum momento tratadas como bizarras ou ridículas. Gustavo Ioschpe traçou um comparativo em sua coluna, “Há multidões em mim”, na edição de 25 de março de 2015. “Os manifestantes da sexta-feira, naquele esquizofrênico “protesto a favor”, vestiam vermelho e bradavam palavras de ordem. No domingo, a massa vestia verde e amarelo, empunhava o pavilhão da pátria e a música mais repetida era o hino nacional.” Não havia nada de ridículo, nada de bizarro, nada de absurdo. E havia muito com que trabalhar. Danças coreografadas, paródias, socialites vestidas com lantejoulas e camisetas customizadas, cachorros de madame com bandanas nas cores do Brasil e assim por diante. Mas tudo foi tratado como um traço típico da irreverência do brasileiro brincalhão, nunca de forma pejorativa. Mesmo outras características que Xu (2013) afirma serem utilizadas com o propósito de desmerecer a ação coletiva eram associadas à manifestação pacífica, e nunca a algo que não se pudesse levar a sério.

A média de idade alta indicada pela pesquisa do Datafolha também colaborava para uma narrativa de que não eram jovens inconsequentes ou “rebeldes sem causa”. Mas mesmo quando focavam nos mais jovens, era com o mesmo senso de responsabilidade dos caras-pintadas de 1992, nunca com a intenção de expô-los ao ridículo como seria esperado de uma cobertura de um veículo que faz parte da mídia hegemônica. Até o Batman apareceu e nem isso desviou a cobertura do objetivo do protesto, que era pressionar o governo federal e, eventualmente, pedir o impeachment de Dilma. Nem por isso as questões reivindicadas foram banalizadas, pelo contrário, era exaltada a maneira “diferente” de fazer protesto, diferente da esquerda.

Imagem 17 – Atividades performáticas durante os protestos



FONTE: Veja.com

A análise dos vocabulários de motivo mostrou, por fim, que Veja desafiou um sexto dispositivo do paradigma do protesto que enfatizaria os *objetivos ineficazes*, afinal, utilizou do enquadramento da eficácia para mobilizar a ação. Em nenhum momento a revista utilizou de uma eventual discordância entre os integrantes dos movimentos para deslegitimar os objetivos. Tanto que propostas que podem ser consideradas esdrúxulas passaram ao largo da cobertura da publicação, como os grupos (nem tão pequenos assim) que pediam a volta da Ditadura ou uma Intervenção Militar, ou os grupos que clamavam pela volta da monarquia.

Notou-se, então, que quando existe uma Estrutura de Mobilização Midiática (EMM) em ação, o tom geral da cobertura da mídia hegemônica comercial será favorável. Diferente do que espera o paradigma do protesto, a mídia agirá, nesses casos, no sentido de favorecer e promover a ação coletiva, tanto do ponto de vista da mobilização do consenso quanto da mobilização da ação (KLANDERMANS,

1984). Deixando, então, de ser um ator periférico para ter papel de organizador na mobilização do protesto e, por meio de dispositivos de framing, amplificar a participação. A análise indica que a mídia não adota um tom negativo com relação à ação coletiva a priori, mas de acordo com fatores como o posicionamento ideológico, atores, demandas, repertórios e alvos de um determinado evento. Ou seja, se a ação coletiva for construída no sentido de sustentar o status quo – ou o sistema de poder no qual a mídia está inserida –, a tendência é que a cobertura seja favorável. Da mesma forma que será negativa com relação a movimentos que ameacem esse estado de coisas.

Conclusão

De forma a ampliar a literatura do Confronto Político (TILLY e TARROW, 2008), o Ciclo do Impeachment mostrou que a mídia pode agir como uma estrutura de mobilização que perpassa o consenso e alcance a ação propriamente dita. A nossa pesquisa comprova a possibilidade de existência de uma Estrutura de Mobilização Midiática (EMM) que atribui à mídia papel de organizador na mobilização de grandes manifestações públicas, ao lado de outros organizadores oficiais. Realizada a partir de uma análise de conteúdo que mesclou as abordagens quantitativa e qualitativa sobre amostras da revista *Veja* durante os protestos do “*Fora, Dilma*”, o trabalho mostra que a mídia é capaz de assumir um papel geralmente desempenhado por movimentos sociais na mobilização por meio de um processo contínuo e ativo de construção e sustentação de um master frame e alinhamento de frames. A partir disso, é capaz de mobilizar o consenso e, por meio de vocabulários de motivos, persuadir para a ação.

No caso especificamente do Brasil, descobrimos que a revista *Veja* aproveitou a oportunidade aberta pelos protestos de Junho de 2013 e, posteriormente, pela Operação Lava-Jato, para mobilizar a população contra o governo federal. A oportunidade política foi consolidada quando, em outubro de 2014, a então presidente Dilma Rousseff (PT) foi reeleita por uma margem apertada de 51,64% dos votos válidos. Além disso, a própria Operação Lava-Jato desvendou um esquema de corrupção na Petrobrás, apelidado de Petrolão, que associava as práticas ilícitas ao governo petista. Para completar a conjuntura política instável, o PSDB entrou com pedido de cassação da chapa de Dilma e Temer ainda em dezembro de 2015. Foi em meio a esse contexto sócio-político conturbado que a publicação aproveitou a oportunidade para enquadrar a corrupção como o maior problema do país, construindo, assim, o máster frame (SNOW e BENFORD, 1992).

Por meio do alinhamento, o máster frame da corrupção foi conectado à noção amplamente divulgada no Brasil de que a maioria dos políticos é corrupta e, conseqüentemente, não confiável. Assim, foi amplificado para convergir com o antipetismo. Ou seja, a amplificação do máster frame se deu a partir do momento em que a revista *Veja* associou a prática da corrupção quase que exclusivamente ao Partido dos Trabalhadores (PT) e/ou às pessoas vinculadas à sigla, especialmente o

ex-presidente Lula e a então presidente Dilma.

Por fim, por meio da extensão de frames, Veja dilatou o enquadramento para a obrigação de protestar para pressionar o governo federal e, posteriormente, estendeu o argumento para a necessidade de retirar o PT do poder, se não por meio da renúncia ou cassação de chapa via Justiça Eleitoral, deveria haver um processo de *impeachment*.

Ao pensarmos nas funções essenciais de um máster frame (SNOW e BENFORD, 1992; BENFORD e SNOW, 2000), Veja, então, identificou o problema, a corrupção; imputou uma função diagnóstica atribuindo culpa ao PT e aos seus principais líderes; atribuiu uma função prognóstica ao sugerir uma linha de ação que pressionasse o governo federal e, eventualmente sugeriu o impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Em tese, esse movimento bastaria, apenas, para mobilizar o consenso, para transformar o indivíduo em simpatizante. Por isso, para mobilizar a ação, a revista utilizou dispositivos de enquadramento que motivassem o indivíduo e, posteriormente, persuadissem os simpatizantes a participarem da ação coletiva. A análise qualitativa da amostra da pesquisa mostrou que Veja o fez por meio do uso de vocabulários de motivos (BENFORD, 1993; 2002), que são dispositivos linguísticos que motivam e estimulam a participação em protestos. Ao longo da mobilização de ação, Veja lançou mão de vocabulários que estimularam a *gravidade do problema, a urgência da questão, a eficácia da ação e a propriedade em agir*.

Nossa pesquisa empírica mostra, portanto, que Veja agiu como estrutura mobilizadora dos protestos da direita brasileira durante o Ciclo do Impeachment tanto no período de mobilização do consenso quanto da mobilização de ação. Isso prova a existência de uma Estrutura de Mobilização Midiática (EMM) que pode ser ativada quando for do interesse do sistema de poder que compõe a mídia hegemônica comercial. Além disso, o roteiro ou protótipo de pesquisa sugerido pelo modelo mostrou-se eficaz para analisar o papel da mídia em processos de mobilização.

Essa comprovação faz com que se amplie o debate em torno do que conhecemos por paradigma do protesto, que parte do princípio que a cobertura midiática da ação coletiva será, via de regra, negativa. O paradigma do protesto se baseia na noção de que a mídia protegerá o *status quo*, independente do que isso signifique. Mas o modelo não dá conta de questões ideológicas e comerciais que

estão naturalmente envolvidas no processo. No caso do Brasil, e mais especificamente da revista *Veja*, o paradigma se sustenta diante de uma análise superficial das mobilizações da esquerda brasileira, como pudemos observar em editoriais, reportagens e colunas de opinião que sistematicamente criminalizam os movimentos sociais e associam os protestos de entidades como o MST à infame “baderna” e ao apoio “comprado” com sanduíches de mortadela. Mas o paradigma é desafiado quando a análise é feita sobre os protestos da direita que mobilizaram, inclusive, as elites.

Isso leva a crer que a cobertura da mídia hegemônica comercial continua associada à manutenção do *status quo*, porém, está principalmente empenhada na conservação de um sistema político e econômico que privilegie e sustente sua existência enquanto um sistema de poder que pode agir de forma a ter controle social. Isso significa que o tom negativo ou positivo de uma cobertura está diretamente vinculado ao posicionamento ideológico de base da ação coletiva. O compromisso é com uma agenda político-ideológica associada ao capitalismo e às ideias neoliberais do livre mercado e meritocracia que fortaleçam o aspecto lucrativo do veículo.

Outro ponto importante diz respeito às performances e repertórios de ação coletiva. A mídia está comprometida com o que chama de “ordem social” e qualquer movimento que ameace essa estrutura será deslegitimado. Isso significa que performances consideradas disruptivas, ou qualquer performance que não esteja associada a uma forma pacífica de protestar, será rechaçada e, a partir da narrativa da mídia, justificará a ação repressiva do aparato policial. Ou seja, a cobertura midiática será negativa na mesma proporção em que as ações coletivas ameaçarem romper com um sistema de privilégios e utilizarem de performances disruptivas pra isso.

As conclusões tiradas a partir da nossa análise empírica sobre a cobertura da revista *Veja* nos protestos da direita brasileira ainda complementam outra parte importante dos estudos sobre a ação mobilizadora da mídia, como a pesquisa de Walgrave e Manssens (2000) sobre a Marcha Branca. Os autores compartilham da premissa de que a mídia é capaz de mobilizar a ação, mas entendem que isso só pode acontecer sob determinadas condições. Com base no caso da Marcha Branca, os autores belgas listam oito características específicas ao especular sobre os contextos favoráveis à mobilização midiática. Segundo eles, 1) a mídia somente

assumirá papel ativo quanto houver desacordo entre o povo e as elites; 2) o papel ativo da mídia está restrito às questões altamente emocionais e simbólicas que criem uma atmosfera de consenso e união; 3) na falta de um movimento ou de uma organização social comprometida, é vantajoso para a mídia assumir um papel ativo porque permite que ela se apresente como um “cão de guarda”, ao mesmo tempo sensível e apartidária com relação às questões de consenso; 4) a mídia só assume papel ativo quando o assunto é relativamente simples; 5) a mídia só vai se engajar totalmente no auge da mobilização quando a controvérsia for politicamente imparcial; 6) somente quando o ambiente midiático for comercial e caracterizado pela despolitização e desideologização a mídia pode mobilizar grandes manifestações; 7) é mais provável que a mídia assuma um papel ativo em tempos instáveis política e socialmente; por fim, 8) o impacto de mobilização da mídia depende da confiança da população da mídia. A lista é derivada da análise de um caso – da mesma forma que a nossa pesquisa – e, os autores reconhecem, não é exaustiva. O nosso estudo mostra, porém, que a mídia pode agir como estrutura mobilizadora em condições outras que não as indicadas por Walgrave e Manssens (2000).

Das oito pré-condições listadas, apenas as duas últimas foram identificadas no nosso estudo. De fato, as manifestações da direita brasileira ocorreram durante um período politicamente instável. Com os protestos de junho de 2013 somados à Operação Lava-Jato e a vitória apertada de Dilma, a conjuntura política estava profundamente abalada no final de 2014, quando começou o confronto de fato. Além disso, a mobilização de Veja para o Ciclo do Impeachment só foi possível porque a população depositava sua confiança na revista, que permanece um dos veículos de comunicação mais importantes do país e, à época, era levado mais em conta que outros meios e as redes sociais, como vimos anteriormente. Portanto, concordamos que as condições 7 e 8 sejam fundamentais para que a mobilização midiática aconteça, afinal, a mídia não pode convencer ninguém a se engajar em ação coletiva se não tiver credibilidade e se não houver motivo para isso. De resto, a mobilização midiática no Brasil ocorreu em condições exatamente opostas às listadas por Walgrave e Manssens (2000).

O estudo da Marcha Branca indica que a mídia só pode assumir um papel ativo quando houver um “claro e manifesto” desacordo entre o “povo” e as elites. “This allows the media to present themselves as advocates for the public and to

easily cash in on the widespread discontent”¹¹⁷ (WALGRAVE e MANSSENS, 2000, p.235). Porém, o exato oposto ocorreu na mobilização pelo Fora Dilma, afinal, as elites se engajaram de forma ativa no processo e convocaram “as pessoas comuns” que, eventualmente, se juntaram. E estamos falando da elite política da direita brasileira e da elite econômica. Por mais que Veja e alguns líderes dos movimentos que organizaram os protestos tenham se empenhado em afirmar que não se tratava de uma mobilização da elite, as pesquisas do Datafolha mostraram o contrário. Além disso, em pelo menos duas edições da revista fica claro o envolvimento das elites. Em 25 de março de 2015, na entrevista das Páginas Amarelas, o líder do movimento Vem pra Rua, Rogério Chequer, refutou o rótulo de “elite branca” mas admitiu que foi a elite quem começou o movimento e que havia união entre as “classes”.

“Em primeiro lugar, quem fala isso não esteve nas manifestações para ver o que aconteceu. Porque, se tivesse ido, teria visto brancos, pardos, negros, gente mais velha, gente mais nova. Uma hora, de cima do caminhão, comecei a chamar: “Quem são as pessoas da periferia de São Paulo?”. E grupos enormes levantavam a mão. “E da Zona Leste? Guarulhos? Osasco?” Mais grupos levantavam a mão. O governo tenta, de forma enviesada e injusta, uniformizar as pessoas. Quanto mais o movimento cresce, mais ele aumenta nas classes C, D e E. No começo, era mesmo bem elitizado. Mas isso nunca me incomodou. Por que? Porque as coisas têm de começar de algum jeito, e não tem um jeito certo ou errado para isso. Por que a elite vale menos, ou tem menos voz, ou deveria ser menos considerada? Se o movimento começou com a elite, que bom que alguém começou.”

Na edição de 25 de agosto de 2015, a reportagem “Os próximos passos” discute as estratégias e o futuro das mobilizações e garante que a rua não seria abandonada. “O objetivo agora é engordar as manifestações com os representantes da chamada classe C, os mais atingidos pela crise econômica.” O texto segue dizendo que os líderes das manifestações acreditavam que o segmento poderia se engajar mais nos protestos.

Outra pré-condição listada pelos autores belgas é a afirmação de que a mídia só se envolveria em uma mobilização em uma situação altamente emocional e simbólica e que criasse uma atmosfera de consenso e união. Ao construir e sustentar o máster frame da corrupção, é correto dizer que Veja transformou a questão em algo emocional, algo que justificava todos os outros problemas. Mas o

¹¹⁷ “Isso permite que a mídia se apresente como defensora do público e lucre com facilidade com o descontentamento generalizado” (tradução nossa)

Brasil estava tão dividido quanto possível. No início do ciclo, em novembro de 2014, o resultado das eleições já dava indícios da divisão que permaneceria na cena social brasileira. No editorial de 30 de março de 2016, “*Je Suis Brasil*”, a revista mesmo indica essa divisão apontando uma crescente animosidade entre os manifestantes que pediam a saída de Dilma e os cidadãos que eram contra o golpe. Poderia se argumentar que a maioria dos brasileiros era a favor do impeachment de Dilma quando o processo foi votado pela Câmara, mas ainda assim as ruas deixavam claro que o país estava longe de algo parecido com união. Na primeira linha do editorial, estava claro: “Um país dividido não precisa ser um país hostil”. Um país dividido, portanto.

A terceira pré-condição também era distinta da circunstância na qual Veja mobilizou o consenso e a ação durante o Ciclo do Impeachment. Segundo Walgrave e Manssens, é vantajoso para a mídia assumir um papel central na mobilização na ausência de um movimento comprometido com a causa, “because allows them present themselves as sensitive and unpartisan watch dogs around a consensus issue”¹¹⁸ (WALGRAVE e MANSSENS, 2000, p.235).

Até podemos dizer que a mídia se apresentou como “sensível” ao problema em questão, mas há dois fatores que não convergem com a realidade brasileira. Primeiro que havia movimentos e organizações comprometidas com a causa. Os que ganharam mais destaque foram o Vem Pra Rua (VPR), Movimento Brasil Livre (MBL) e Revoltados Online (ROL) (TATAGIBA, 2015). A questão é que eram movimentos sem lastro social e que, provavelmente, não teriam conseguido mobilizar milhões sem o envolvimento da mídia de massa. Segundo que Veja não fazia questão de se apresentar como imparcial nessa questão, pelo contrário. As análises de conteúdo quantitativa e qualitativa evidenciam, em editoriais, colunas e reportagens, que a publicação se posicionava contra o Partido dos Trabalhadores (PT) e tudo o que ele representava, o que fica evidente no processo de alinhamento de frames, em que o máster frame da corrupção é amplificado para o antipetismo. Ou seja, Veja associava a corrupção quase que exclusivamente ao PT e seus líderes.

A quarta questão na lista dos autores é a afirmação de que a mídia só se envolveria em uma mobilização que se organizasse em torno de um assunto

¹¹⁸ “Porque permite que eles se apresentem como cães de guarda sensíveis e apatidários em torno de uma questão de consenso” (tradução nossa)

relativamente simples. “Gamson (1992) and Klandermans and Goslinga (1996) have shown that the media can do their part in consensus mobilization, but that their capacity decreases as an issue’s complexity increases”¹¹⁹ (WALGRAVE e MANSSENS, 2000, p.236). Pode-se disputar o significado de “simples”, mas dificilmente a mobilização que se organiza em torno do máster frame da corrupção e culmina pedindo o impeachment de uma presidenta seja algo simples. É verdade que a cobertura simplificou a questão por meio do alinhamento de frames, mas quando os autores falam em simplicidade, eles se referem à facilidade de reportar determinado assunto em detalhes. No caso da corrupção, Veja fez isso somente com relação à corrupção do PT, reportando os problemas como sendo de responsabilidade exclusiva do PT. Ou seja, se podemos considerar que era um assunto simples, ou “straightforward”, no sentido de que as pessoas só precisavam entender que a corrupção era o maior mal do Brasil e que a culpa de tudo é do PT e que a presidente do PT precisava sair, é porque o enquadramento da revista o fez simples.

Essa problemática vai na linha de outra característica, de que a mídia só vai se engajar totalmente em um processo de mobilização quando a questão for politicamente imparcial. “This allows them to act more autonomously and frees them from the obligation of remaining politically objective” (WALGRAVE e MANSSENS, 2000, p.236). O que, obviamente, não foi o caso de Veja durante o Fora Dilma. As manifestações foram mobilizadas não somente contra o governo federal ou contra a presidenta, mas contra um partido. Em todos os eventos registrados no período eram óbvios o antipetismo e o entusiasmo da revista. Novamente, uma pré-condição que é desafiada pelo alinhamento de frames que associa a corrupção ao PT. Por fim, os autores entendem que a mídia só poderia mobilizar dentro de um ambiente que fosse caracterizado pela despolitização e desideologização, o que não faz sentido no caso do nosso estudo pelos motivos já esclarecido anteriormente.

Essas duas questões estão diretamente associadas ao papel de Veja em reduzir os riscos sociais do protesto para mobilizar a elite. Para McAdam (1986), é importante a distinção entre ativismo de baixo e alto custo ou risco. A palavra custo se refere aos gastos de tempo, dinheiro e energia que implicados na participação de qualquer forma particular de protesto. Sob uma perspectiva analítica, o significado

¹¹⁹ “Gamson (1992) e Klandermans e Goslinga (1996) mostraram que a mídia pode fazer sua parte na mobilização de consenso, mas que sua capacidade diminui à medida que a complexidade de um problema aumenta” (tradução nossa)

de risco é bastante distinto e se refere aos perigos antecipados em participar de uma atividade em específico, sejam riscos legais, sociais, físicos ou financeiros (MCADAM, 1986, p.67). De todo modo, tanto os custos quanto os riscos da atividade de protesto não são iguais para todos. E é essa a dimensão a ser destacada na forma como Veja mobilizou a elite.

Primeiro, é notável que Veja se empenhou em reduzir mais os riscos do que os custos propriamente ditos, batendo na tecla do protesto espontâneo (portanto não parte de um movimento que organiza protestos de alto risco), realizado ao domingo (não atrapalhando, então, a rotina de trabalho, seja pela participação em si ou pelo transtorno do bloqueio de vias) e com performances pacíficas que, por consequência, não provocariam a repressão policial. Veja inclusive, por meio principalmente das colunas de opinião, mostrou a polícia como aliada, reduzindo consideravelmente os riscos de repressão.

Esse movimento de redução dos riscos e legitimação de um tipo de protesto em específico é fundamental para mobilizar a elite em um país acostumado à repressão da ação coletiva a que foi submetido ao longo de 20 anos de ditadura militar. Os jornalistas podem controlar os cidadãos na medida em que os veículos transmitem as mensagens dos controladores oficiais e na medida em que as notícias legitimam suas mensagens. E ao reduzir os custos sociais para a participação da elite, Veja legitimou a ação coletiva da direita brasileira.

O nosso estudo complementa, portanto, a literatura do Confronto Político mostrando que a mídia pode agir, sim, como organizadora em processos de mobilização por meio de uma Estrutura de Mobilização Midiática (EMM), que utiliza o processo de framing para mobilizar o consenso e a ação, esta última por meio do uso de vocabulários de motivos. Mais do que isso, desafia a noção do paradigma do protesto mostrando que a mídia, enquanto sistema de poder (GANS, 1977), adota um tom positivo quando a ação coletiva defende um sistema de privilégios que se baseia numa lógica capitalista meritocrática e de livre mercado. Ou seja, a atitude da mídia não é negativa com relação a protestos, é negativa com relação a protestos que desafiem a autoridade e legitimidade de uma agenda político-ideológica que dá sustentação à elite econômica do país. E claro, a atitude é negativa com relação a protestos que “atrapalhem” essa autoridade.

A nossa pesquisa ainda indica que a mobilização midiática não é limitada a determinada conjuntura política, ela pode acontecer sob condições diversas desde

que a mídia tenha credibilidade e, seguindo a lógica da Estrutura de Oportunidade Política (TARROW, 2011), haja instabilidade no contexto político e social e realinhamento das elites políticas.

Os protestos do Fora, Dilma mexeram profundamente com as estruturas das cena política e social do Brasil. Além de os brasileiros saírem às ruas pela segunda vez em cerca de 20 anos para pedir o impeachment de um presidente, foi a primeira vez que a direita e a elite brasileira utilizaram a ação coletiva para fazer reivindicações no período democrático. E o fizeram de forma bem-sucedida. E o fizeram com o apoio da mídia comercial. Não se está dizendo que sem a cobertura de Veja o Ciclo do Impeachment não teria acontecido. Também não cabe quantificar qual o peso exercido pela mobilização da mídia, ou seja, quantos se tornaram participantes em função da persuasão para a ação da revista. O que se está dizendo é que a mídia pode fazer parte do processo de mobilização da ação coletiva e que o fez durante o Fora, Dilma.

Esse processo todo está vinculado a um movimento maior de recuperação ou reivindicação da identidade da direita brasileira, que se fortaleceu a partir do Ciclo do Impeachment por meio da apropriação dos símbolos patrióticos e de uma agenda moral encampada pela luta contra a corrupção.

Segundo Quadros e Madeira (2018, p.488), a associação do termo *direita* ao regime militar sempre foi um elemento fundamental para explicar o fenômeno da “direita envergonhada”. Mas esse fenômeno foi enfraquecido ao longo dos últimos anos no Brasil e se distanciou dessa associação. Power (2008) indicou que esse enfraquecimento poderia ser fruto da mudança geracional, o que faz sentido. Mas segundo os autores, nem mesmo a agenda econômica dos anos 1990, com uma abordagem liberalizante, permitiu que a direita brasileira recriasse sua identidade (POWER E ZUCCO JR., 2009). O que nos leva ao atual momento da política brasileira, que pode estar sendo palco do processo de crescimento dessa nova direita que, durante o Ciclo do Impeachment, mostrou ter, inclusive, penetração social.

Os protestos do Fora, Dilma deram novos contornos à direita, que ganhou destaque inclusive no Congresso. Segundo Quadros e Madeira (2018, p. 517), a Bancada Evangélica (formada por deputados que pertencem a uma série de igrejas evangélicas neopentecostais) e a Bancada da Bala (formada por parlamentares que defendem, entre outras coisas, a flexibilização da posse e porte de armas e o

endurecimento de penas) são a “ponta de lança dessa direita não envergonhada”.

Porém, a expressão mais significativa da recuperação da identidade da direita brasileira talvez seja a eleição de Jair Bolsonaro (PSL). Por 20 anos deputado do “baixo clero” do Congresso, o capitão reformado do Exército Brasileiro foi eleito presidente da República na eleição de 2018. Mas a figura de Bolsonaro foi alçada à posição de “mito” justamente durante o Ciclo do Impeachment. Ainda em novembro de 2014, o jornal Folha de São Paulo trouxe a seguinte manchete: “Ato contra Dilma leva 150 a Copacabana; Jair Bolsonaro é tietado¹²⁰.” “Entre os militantes, muitas camisas da seleção brasileira de futebol, bandeiras e lenços inspirados na bandeira nacional”, dizia a reportagem, reproduzindo as performances do ciclo.

Dois anos depois, no protesto de 13 de março de 2016, o maior do Ciclo do Impeachment, Jair Bolsonaro foi a estrela do trio elétrico montado pelos pastores evangélicos Silas Malafaia e Marco Feliciano, deputado federal. Na ocasião, o hoje presidente da república xingou Dilma Rousseff de “anta”. “Com a camiseta com a frase “Direita Já!”, o parlamentar foi cercado e comemorado por parte dos manifestantes.”¹²¹ Bolsonaro, em apenas uma fala durante o protesto, legitimou a ação coletiva da direita, deslegitimou a da esquerda e ainda defendeu a agenda moral, especialmente a da bancada da bala. “Para a segurança, defendo a posse da arma de fogo para todo cidadão de bem”, disse. “Aos amigos da área rural, no que depender de mim, vocês tem de ter como cartão de visitas para os marginais do MST um fuzil 762”, disse.

Segundo Levitsky e Ziblatt (2018), líderes eleitos se tornaram as maiores ameaças às democracias. Com base no trabalho do espanhol Juan Linz, que propôs um teste decisivo para a identificação de comportamento antidemocrático, os autores desenvolveram uma versão simplificada do questionário para identificar possíveis ameaças. De acordo com eles, é preciso prestar atenção se o político questiona as regras democráticas do jogo e sugere a necessidade de medidas antidemocráticas; se encoraja ou elogia atos de violência política; se o político nega a legitimidade de seus oponentes e os descreve como inimigos, traidores ou subversivos; e se mostra disposição de restringir as liberdades civis dos rivais. Caso

¹²⁰ FOLHA DE SÃO PAULO. **Ato contra Dilma leva 150 a Copacabana; Jair Bolsonaro é tietado**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1548860-ato-contradilma-em-copacabana-reune-150-pessoas-e-tem-tietagem-a-bolsonaro.shtml>> Acesso em: 12 de maio de 2019.

¹²¹ HUFFPOST. **Em protesto, Bolsonaro xinga Dilma de 'anta' e faz insinuação homofóbica**. Manifestantes respondem com grito de 'mito' (VÍDEO). Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2016/03/13/em-protesto-bolsonaro-xinga-dilma-de-anta-e-faz-insinuacao-ho_a_21687461/> Acesso em: 12 de maio de 2019.

um político exiba um ou mais desses traços de comportamento, os cidadãos devem se preocupar.

Antes do resultado final das eleições de 2018, Levitsy aplicou o teste aos candidatos à presidência no Brasil e publicou suas impressões no jornal Folha de São Paulo. Segundo ele, apenas um emergiu como distintamente autoritário: justamente o eleito, Jair Bolsonaro.

1. Ele questiona as regras democráticas do jogo. Bolsonaro frequentemente elogia a última ditadura brasileira e questiona a legitimidade da democracia do país. Em 1993, ele declarou que “sou a favor de uma ditadura”, pediu o fechamento do Congresso e apoiou o golpe de Fujimori no Peru. Mais recentemente, ele declarou que nomearia novos juízes para o Supremo (ao modo de Chávez), definiu o sistema eleitoral brasileiro como “viciado”, prometeu “governar com as Forças Armadas” e selecionou como companheiro de chapa o general Hamilton Mourão, que ameaçou um golpe de Estado.
2. Ele encorajou a violência. Em 1998, Bolsonaro declarou que os militares deveriam ter matado 30 mil pessoas, entre as quais Fernando Henrique Cardoso. Encorajou execuções extrajudiciais pela polícia, apoiou os esquadrões da morte do Rio de Janeiro e justificou o massacre de 19 trabalhadores rurais do Pará em 1996.
3. Ele nega a legitimidade de seus oponentes. Bolsonaro chamou FHC de “corrupto” e disse que ele deveria ter sido morto durante a ditadura, chamou Lula de criminoso, exigiu que fosse aprisionado (o que é função dos juízes, não dos políticos) e disse que seu governo trataria o MST como “terrorista”.
4. Ele se mostra disposto a restringir as liberdades civis de seus oponentes. Bolsonaro aprova a tortura e execuções extrajudiciais, especialmente contra políticos e ativistas de esquerda.¹²²

Segundo Levitsky, Bolsonaro é “inequivocamente autoritário.” Em última análise, é provável que a eleição do homem que personifica as pautas da direita brasileira e que foram encampadas durante o Ciclo do Impeachment ofereça um futuro tortuoso às instituições democráticas do Brasil. Ainda é cedo para afirmar, mas as mobilizações do Fora, Dilma podem ter ido longe demais no processo de desavergonhar a direita e podem ter alcançado a antiga relação com o regime – com a ajuda da mídia.

¹²² FOLHA DE SÃO PAULO. **Bolsonaro ameaça a democracia brasileira.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/steven-levitsky/2018/08/bolsonaro-ameaca-a-democracia-brasileira.shtml>> Acesso em: 29 de junho de 2019.

REFERÊNCIAS

ALONSO, A. e MISCHÉ, A. Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests. *Bulletin of Latin American Research*, 2016.

ALONSO, A. e MISCHÉ, A. June demonstrations in Brazil: repertoires of contention and government's response to protest. From Contention to Social Change: Rethinking the Consequences of Social Movements and Cycles of Protests- ESA Research Network on Social Movements – Midterm Conference 19-20 February 2015 – Universidad Complutense de Madrid, Spain.

ALONSO, A. ; MISCHÉ, A. Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests. *Bulletin of Latin American Research*, v. 36, n. 2, abr. 2017, pp. 139-280.

ALONSO, A. A política das ruas. *Novos Estudos. CEBRAP*, v. Especial, p. 49-58, 2017.

ALONSO, A. Anatomia dos protestos. 2013. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/3316536/anatomia-dos-protestos> Acesso em: 26 de setembro de 2017.

ALONSO, A. *As teorias dos movimentos sociais: um balanço no debate*. São Paulo: Lua Nova, 2009.

ALTHEIDE, D. *Creating reality: How TV news distorts events*. Sage, Beverly Hills, CA, 1976.

ANDREWS, G. and CHAPMAN, H. eds., *The Social Construction of Democracy, 1870–1990*. New York, New York University Press, 1995.

ANTUNES, R. As rebeliões de junho de 2013. *Observatorio Social de América Latina*, XIV (34): 37-49, 2013.

ARQUIDIOCESE de SÃO PAULO org., 1985.

ASHLEY, L.; OLSON, B. Constructing reality: Print media's framing of the women's movement. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 75, 263–277, 1998.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Lisboa, Edições 70, 2004.

BARKER-PLUMMER, Bernadette. *News as a Political Resource? A Case Study of the Media Strategies and Media Representation of the National Organization for Women, 1966-1980*. Ph.D. dissertation, University of Pennsylvania, 1997.

BAUMAN, Z. *Liquid Modernity*. Blackwell, Cambridge, 2000.

BENETTI, M. e HAGEN, S. *Jornalismo e imagem de si: O discurso institucional das*

revistas semanais. Estudos em Jornalismo e Mídia • Ano VII Nº 1, 2010, p.123-135.

BENETTI, Marcia. "A ironia como estratégia discursiva da revista Veja". In: XVI Compós, 2007, Curitiba. Anais do XVI Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Compós: Curitiba, 2007. v. 1. p. 1-10.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. Galáxia, n. 15. São Paulo: PUC-SP, 2008.

BENFORD, D. R.; SNOW, A. *Framing processes and social movements: An overview an assessment. Anual. Rev. Sociol.*, 2000.

BENFORD, R. "You Could Be the Hundredth Monkey": Collective Action Frames and Vocabularies of Motive within the Nuclear Disarmament Movement. *The Sociological Quarterly*, Vol. 34, No. 2 (May, 1993), pp. 195-216

BENFORD, R. Controlling narratives and narratives as control within social movements. Pp. 53-75 in *Stories of Change: Narrative and Social Movements*, ed. J.E. Davis. Albany: State University of New York Press, 2002.

BENFORD, R.; SNOW, D.A. Framing processes and social movements: An overview and assessment. *Annual Review of Sociology*, 26: 611-39, 2000.

BENNETT, W. L. News: The Politics of Illusion. Nova Iorque, Longman, 1988.

BERNSTEIN, B. A Socio-Linguistic Approach to Socialization. In *Directions in Sociolinguistics*, ed. J. Gumperz and D. Hymes, Nova York, Holt, Rinehart, and Winston, 1970.

BERNSTEIN, B. Class, Codes and Control. Londres, Routledge and Kegan Paul, 1971.

BERTONCELO, E. "Eu quero votar para presidente": uma análise sobre a Campanha das Diretas. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p.169-196, 2009.

BLUMENTHAL, Howard J. e GOODENOUGH, Oliver R. This Business of Television. Nova York, Billboard Books, 1991.

BOEKKOOI, M. Mobilizing protest: The important influence of organizers on who participates and why. Paper. VU University, Amsterdam, 2010.

BOEKKOOI, M.; KLANDERMANS, B. Micro-meso mobilization in David A. Snow, Donatella della Porta, Bert Klandermans, and Doug McAdam (eds). *Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social and Political Movements*. Oxford, Wiley- Blackwell, 2013.

BOITO, Armando Jr. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. In: Fórum Econômico Da Escola De Economia De São Paulo Da Fundação Getulio Vargas, 9.,2012, São Paulo. Papers..., São Paulo: FGV, 2012. Disponível em: <bit.ly/1ZK6WTg>. Acesso em: 12 de junho de 2019.

BOYKOFF, J. (2006). Framing dissent: Mass media coverage of the global justice movement. *New Political Science*, 28, 201–228, 2006. doi:10.1080/07393140600679967

BRAGA, R. As jornadas de junho no Brasil: Crônica de um mês inesquecível. *Observatorio Social de América Latina*, XIV (34): 51-61, 2013.

BRASTED, M. Framing protest: *The Chicago Tribune* and *The New York Times* during the 1968 Democratic Convention. *Atlantic Journal of Communication*, 13, 1 25, 2005.

BRINGEL, B. Crisis Política Y Polarización En Brasil: De Las Protestas De 2013 Al Golpe De 2016 In Protesta E Indignación Global: Los Movimientos Sociales En El Nuevo Orden Mundial. Río De Janeiro: Faperj, 2017. Livro Digital, PDF.

BRINGEL, B. e DOMINGUES, J.M. Brasil Cambio De Era: Crisis, Protestas Y Ciclos Políticos. 2018.

CALGARO, F. Grupo de maçons protesta na Câmara contra corrupção e o governo do PT, *Globo.com*, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/02/grupo-de-macons-protesta-na-camara-contra-corrupcao-e-o-pt.html>> Acesso em: 12 de abril de 2019.

CALHOUN, C. Neither Gods Nor Emperors: Students and the Struggle for Democracy in China. Berkeley and Los Angeles: University of California Press. *Social Theory and the Politics of Identity*. Oxford, UK, 1994.

CAROTHERS, T. The End of the Transition Paradigm. 2002. http://carnegieendowment.org/files/carothers_jod_2002.pdf

CASTELLS, Manuel. A sociedade em Rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura – Volume 1. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

CHADWICK, A. *The Hybrid Media System: Politics and Power*. New York: Oxford University Press, 2013.

CHADWICK, A.; HOWARD, P. N. *Routledge Handbook of Internet Politics*. Milton Park: Routledge, 2009.

CLEMENS, E.S.; MINKOFF, D.C. Beyond the iron law: Rethinking the place of organizations in social movement research. In: Snow, D.A., Soule, S.A., and Kriesi, H. (eds), *The Blackwell Companion to Social Movements*. Blackwell, Malden, MA, 2004.

COLLIER, D. and LEVITSKY, S. Democracy with Adjectives: Conceptual Innovation in Comparative Research. *World Politics* 49: 430–451, 1997.

COMPARATO, F. A Geração Controlada da Opinião Pública, in *Folha de S. Paulo*, 9 de setembro de 1997, pp. 1-3.

Constituição da República Federativa do Brasil.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

COOK, T. E. *Governing With The News, The News Media as a Political Institution.* Chicago e Londres, The University of Chicago Press, 1998.

DAHL, R. *Polyarchy: participation and opposition.* New Haven/Londres, Yale University Press, 1971.

DARDIS, F. E. Marginalization devices in U.S. press coverage of Iraq war protest: A content analysis. *Mass Communication & Society*, 9, 117–135, 2006

DETENBER, B.; GOTLIEB, M.; MCLEOD, D.; MALINKINA, O. *Frame intensity Effects of television news stories about a high-visibility protest issue.* , <http://dx.doi.org/10.1080/15205430701580631>. [S.I.]: Routledge. , 2010

EISINGER, P. The conditions of protest behavior in American cities. *Am. Polit. Sci. Rev.* 81:11–28, 1973

ESHERICK, J. and WASSERSTROM, J. Acting Out Democracy. *Journal of Asian Studies* 49:835–865. 1990.

FEARON, J. AND LAITIN, D. Ethnicity, Insurgency, and Civil War. *American Political Science Review* 97:75–90, 2003.

FEREE, M.; GAMSON, .W.A.; GERHARDS, J.; RUCHT, D. *Shaping Abortion Discourse: Democracy and the Public Sphere in Germany and the United States.* Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional.* Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1999.

FILGUEIRA, C. H; NOHLEN, Dieter (eds.). *Prensa y Transición Democrática; Experiencias Recientes en Europa y América Latina.* Frankfurt/Madri, Vervuert/Iberoamericana, 1994.

FONTCUBERTA, Mar de. *La notícia. Pistas para percibir El mundo.* Barcelona: Paidós, 1993.

GAMSON, W. Bystanders, Public Opinion, and the Media. Chap. 11 in *The Blackwell Companion to Social Movements*, edited by D. A. Snow, S. A. Soule, and H. Kriesi. Malden MA and Oxford: Blackwell, 2004.

GAMSON, W.,. Goffman's Legacy to Political Sociology. *Theory and Society*, 14(5), pp.605-622, 1985. DOI:10.1007/bf00160018.

GAMSON, W.; MODIGLIANI, A. Media Discourse and Public Opinion on Nuclear Power: a constructionist approach. *American Journal of Sociology*, 95 (1):1-37, 1989. <https://doi.org/10.1086/229213>

GAMSON, W.A. *et al.* Media Images and the Social Construction of Reality. *Annual Review of Sociology*, 18, pp.373-393, 1992. DOI: 10.1146/annurev.soc.18.1.373.

GAMSON, W.A. *Talking Politics*. New York: Cambridge University Press, 1992.

GAMSON, W.A.; MEYER, D.S.; The framing of political opportunity. In: McAdam, D., McCarthy, J.D., and Zald, M.N. (eds), *Comparative Perspectives on Social Movements Opportunities, Mobilizing Structures, and Framing*. Cambridge University Press, Cambridge, pp. 175–290, 1996.

GAMSON, W.A.; WOLFSFELD, G. Movements and Media as Interacting Systems. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*. 528: 114–125, 1993.

GANS, H. *Deciding What's News: A Study of the CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. New York, Pantheon, 1979.

GANS, H. J. *Democracy and the news*. Oxford, Oxford University Press, 2003.

GARNER, R.; ZALD, M. The Political Economy of Social Movement Sectors. pp. 119–145 in *The Challenge of Social Control: Citizenship and Institution Building in Modern Society*. Essays in Honor of Morris Janowitz, edited by G. Suttlers and M. N. Zald. Norwood, NJ, Ablex, 1985.

GITLIN, T. *The Whole World is watching*. Berkeley, University of California Press, 352 p, 1980.

GOBBI, D. *Identidade em ambiente virtual: uma análise da rede Estudantes pela Liberdade*, Dissertação de mestrado em ciência política, Universidade de Brasília, 2016.

GOFFMAN, E. *Frame analysis: An essay on the organization of experience*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1974.

GOHN, M-G. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. *Revista Mediações*, Londrina, v.5, nº1, pp.11-40, jan/jun, 2000.

GUNTHER, R. and MUGHAN, A. eds. *Democracy and the Media: A Comparative*. HABERMAS, J. Political communication in media society: does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research, in *Communication Theory*, Vol. 16, 2006.

HALL, S. *et al.* A produção social das notícias: o mugir nos media. In: Traquina, Nelson (org). *Jornalismo _ questões, teorias e estórias*. 2. ed. Lisboa, Veja, 1999.

HELD, D. *Models of Democracy*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1996, 2nd ed. HERMAN, E.; CHOMSKY, N. *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media* *New York, Pantheon Books, 2002*.

HOHLFELDT, A.; MARTINO, L.C.; FRANÇA, V.V. *Teorias da comunicação*.

Petrópolis, Vozes, 2001.

HUNTINGTON, S. Democracy's Third Wave. *Journal of Democracy*. Volume 2, Number 2, pp 12-34, 1991.

HUSTING, G. When a war is not a war: Abortion, desert storm, and representations of protest in American TV news. *The Sociological Quarterly*, 40, 159–178, 1999

HUTTER, S. Protest Event Analysis. In: DELLAPORTA, Donatella (Ed.) *Methodological Practices in Social Movement Research*. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 335-367.

INKELES, A. ed. *On Measuring Democracy: Its Consequences and Concomitants*. New Brunswick, NJ, Transaction, 1991.

JHA, S. Exploring Internet influence on the coverage of social protest: Content analysis comparing coverage in 1967 and 1999. *Journalism and Mass Communication Quarterly*, 84, 40–57, 2007;

JOHNSTON, H.; NOAKES, J.A. *Frames of Protest*. Rowman & Littlefield, Lanham, MD, pp. 237–255, 2005.

JUDENSNAIDER, E. et al. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo, Veneta, 2013

KARAPIN, R. Opportunity/Threat Spirals in Social Movements: A Neglected Process in their Expansion. *Mobilization 16: forthcoming*. Kertzer, David. 1988. *Ritual, Politics and Power*. New Haven, CT, Yale University Press, 2011.

KERN, M.C.; BRETT, J.M.; WEINGART, L.R. Getting the floor: Motive-consistent strategy and individual outcomes in multi-party negotiations. *Group Decision and Negotiation*, 14:21–41, 2005.

KIELBOWICZ, R. B.; SCHERER, C. The Role of the Press in the Dynamics of Social Movements." Pp. 71-96 in *Research in Social Movements, Conflicts and Change*. L. Kriesberg, ed. Greenwich CT: JAI, 1986.

KITSCHOLT, H. Political Opportunity Structures and Political Protest: Anti-Nuclear Movements in Four Democracies. *British Journal of Political Science* 16:57– 85, 1986.

KLANDERMANS, B. Mobilization and participation in a social movement: Social psychological expansions of resource mobilization theory. *American Sociological Review* 49, 583–600, 1984.

KLANDERMANS, B. The Formation and Mobilization of Consensus. pp. 173–196 in *From Structure to Action: Comparing Social Movement Research Across Cultures*, edited by B. Klandermans, H. Kriesi, and S. Tarrow. Greenwich, CT, JAI Press, 1988.

KLANDERMANS, B. The virtue of comparison: On times, places, issues, and activities. *Mobilization*, 20, 1–16, 2015.

KLANDERMANS, B.; OEGEMA, D. Potentials, networks, motivations and barriers: Steps toward participation in social movements. *American Sociological Review* 5, 519–531, 1987.

KLANDERMANS, B.; VAN DER TOORN, J.; VAN STEKELENBURG, J. Embeddedness and identity: How immigrants turn grievances action. *American Sociological Review* 73: 992–1012, 2008.

KOOPMANS, R. The Dynamic of Protest Waves. In: H. Kriesi, R. Koopmans, J.W. Duyvendak and M.G. Giugni (eds). London, UCL Press, 1995.

KOOPMANS, R.; RUCHT, D. Protest Event Analysis. In: B. KLANDERMANS; S. STAGGENBORG (eds.), *Methods of Social Movements Research*. Minneapolis, University of Minnesota Press, p. 231-259, 2002.

KOTSCHO, R. Explode um novo Brasil. *Diário da Campanha das Diretas*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

LE BON, G. *The Crowd: A Study of the Popular Mind*. New York, Penguin, 1977.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro, Zahar, 2018.

LEWIN, K. Frontiers in group dynamics II: Channels of group life; social planning and action research. *Human Relations*, 1, 143-153, 1947.

LICHTERMAN, P. *The Search for Political Community*. Cambridge University Press, New York, 1996.

MADEIRA, R. M.; TAROUCO, G. Esquerda e Direita no Brasil: uma análise conceitual. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 8, p. 171-185, 2011. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/591>> Acesso em: 05 de dezembro de 2018.

MARENCO, A. As duas caudas de Gauss: minorias, protestos e representação política in A. D. Cattani ed., *#protestos: análises das ciências sociais*, Porto Alegre, Tomo, 31-40, 2014.

MARENCO, A.. Devagar se vai ao longe? A transição para a democracia no Brasil em perspectiva comparada. In: MELO, Carlos Ranulfo e SÁEZ, Manuel Alcântara (orgs.) *A democracia brasileira: Balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: UFMG, 2007, pp. 73-105

MCADAM, D; MCCARTHY, J.; ZALD, M.N. *Comparative Perspectives on Social Movements. Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framing*. Cambridge University Press, Cambridge, 996.

MCADAM, D. *Freedom Summer*. Oxford University Press, Oxford, 1988.

MCADAM, D. Political Process Model and the Development of Black Insurgency, 1930–1970. University of Chicago Press, Chicago, 1982.

MCADAM, D. Recruitment to high-risk Activism: The case of Freedom Summer. *American Journal of Sociology* 92, 64–90, 1996.

MCADAM, D. Tactical innovation and the pace of insurgency. *American Sociological Review* 48, 735–754, 1983.

MCADAM, D.; RUCHT, D. The cross national diffusion of movement ideas. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science* 528, 36–59, 1993.

MCADAM, D.; TARROW, T. *Dynamics of Contention*. Cambridge University Press, New York, 2001.

MCCARTHY, J. ; ZALD, M. Resource mobilization and social movements. *Am. J. Sociol.* 82: 1212-4 1, 1977.

MCCARTHY, J. ; ZALD, M. *The Trend of Social Movements*. Morristown, NJ: General Learning. 30 pp, 1973.

MCCARTHY, J. AND MCPHAIL, C. The Institutionalization of Protest in the United States. pp. 83–110 in *The Social Movement Society: Contentious Politics for a New Century*, edited by D. S. Meyer and S. Tarrow. Lanham, MD, Rowman and Littlefield, 1998.

MCCOMBS and SHAW. The Agenda Setting Function of Mass Media, in *Opinion Quarterly*, v. 36, no 2, 1972.

MCFARLANE, T.; HAY, I. The battle for Seattle: Protest and popular geopolitics in *The Australian newspaper*. *Political Geography*, 22, 211–232. 2003.

MCLEOD, D. M.; HERTOOG, J. K. Social control and the mass media's role in the regulation of protest groups: The communicative acts perspective. In D. Demers & K. Viswanath (Eds.), *Mass media, social control and social change* (pp. 305–330). Ames: Iowa State University Press, 1998.

MCLEOD, D.M; DETENBER, B.H. Framing effects of television news coverage of social protest. *Journal of Communication*, 49, 3–23, 1999.

MCLEOD, D.M.; HERTOOG, J. K. The manufacture of public opinion by reporters: Informal cues for public perceptions of protest groups. *Discourse and Society*, 3, 259–275, 1992

MCNAIR, B. *An introduction to political communication*. London, Routledge, 2000.

MEYER, D. and STAGGENBORG, S., *Movements, Countermovements, and the Structure of Political Opportunity*. *American Journal of Sociology* , 1996.

MEYER, D. S. *The politics of protest – Social Movements in America*. New York,

Oxford University Press, 2015.

MEYER, D.S. Protest and Political Opportunities." *Annual Review of Sociology* 30: 125-145, 2004.

MILLS, C.W. Situated Actions and the Vocabularies of Motive. *American Sociological Review* 5: 904-913, 1940

MORAES, W. dos S. A convergência analítica dos herdeiros de Kautsky e Nozick: crítica às interpretações da direita e da esquerda estatista sobre o Levante de 2013 no Brasil. *Em Debate* , 11: 90-113, 2014.

MUIR, E. *Ritual in Early Modern Europe*. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 1997

O'DONNELL, G. *Counterpoints: Selected Essays on Authoritarianism and Democratization*. Notre Dame, IN, University of Notre Dame Press, 1999.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso*. São Paulo: Pontes, 2005.

ORSI, G.O. *Ativismo midiático: a atuação da mídia corporativa na produção dos Cacerolaos argentinos - o caso do 8N*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 269f, 2017.

ORTEGA ORTIZ, R. Y. ed. *Caminos a la Democracia*. Mexico City, El Colegio de Mexico, 2001.

ORTELLADO, P. Reflections on the Free Fare Movement and other 'new social movement. *Mediações*, 18 (2): 110-117, 2013.

PINARD, M; HAMILTON, R; Motivational Dimension in the Quebec Independence Movement: A Test of a New Model, *Research in Social Movements, Conflicts and Change*, Vol. 9, 225–89, 1986.

PORTO, Mauro. Agendamento da política. In: RUBIM, Antonio A. Canelas (Org.). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: Edufba, p. 73-104, 2004.

POWER, T. Centering democracy? Ideological cleavages and convergence in the Brazilian political class. In: KINGSTONE, P.; POWER, T. (orgs.). *Democratic Brazil revisited*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2008.

POWER, T.; ZUCCO JR., C. "Estimating ideology of Brazilian legislative parties, 1990-2005: a research communication". *Latin American Research Review*, vol. 44, n° 1, 2009.

QUADROS, M.P.R.; MADEIRA, R.M. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 24, no 3, set.-dez., p. 486-522, 2018.

ROCHON, T. *Culture Moves: Ideas, Activism, and Changing Values*. Princeton, NJ, Princeton University Press, 1998.

RODRIGUES, A. T. *Diretas Já: o grito preso na garganta*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

RODRIGUES, A.D. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e estórias*, 2ed, Lisboa, Veja, 1999.

ROHLINGER, D. *Abortion Politics, Mass Media, and Social Movements in America*. Cambridge University Press: Cambridge, 182 pp, 2015;

ROHLINGER, D. Framing the abortion debate: organizational resources, media strategies, and movement-counter movement dynamics. *Sociol. Q.* 43:479–507, 2002.

ROHLINGER, D.; EARL, J. The Past, Present, and Future of Media and Social Movements Studies: Introduction to the Special Issue on Media and Social Movements", Earl, J. and Rohlinger, D. (Ed.) *Social Movements and Media (Studies in Media and Communications, Vol. 14)*, Emerald Publishing Limited, pp. 1-20, 2017.

ROJECKI, A. *Silencing the Opposition: Antinuclear Movements and the Media in the Cold War*. Chicago, University of Illinois Press, 1999.

ROSE, R. & SHIN, D. C. Democratization and backwards: the problem of third Wave democracies. *British Journal of Political Science*, Volume 31, Number 2, pp 331-375, 2001.

RUBIN, R. *Press, Party, and Presidency*. Nova York e Londres, W.W. Norton, 1981.

RYAN, C. *Prime Time Activism: Media Strategies for Grassroots Organizing*. Boston, South End, 1991.

SAMPEDRO, V. The media politics of social protest. *Mobilization*, (2)2: 185-205, 1997.

SARTORI, G. *Elementos de Teoría Política*. Madri, Alianza, 1992.

SCHMITT-BECK, R. Über die Bedeutung der Massenmedien für soziale Bewegungen. *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie* (4)42: 642-662, 1990.

SCHMITTER, P., KARL, T.. What Democracy Is . . . and Is Not. *Journal of Democracy* 2: 77–88, 1991.

SHOEMAKER, R. J. Media treatment of deviant political groups. *Journalism Quarterly*, 61, 66–75, 1984:

SILVA, Juremir Machado da. 1964. *Golpe midiático-civil- militar*. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.

SILVA, M. K. #vempruarua: o ciclo de protestos de 2013 como expressão de um novo padrão de mobilização contestatória?. In: Cattani, A. D. (Org.) #protestos : analyses das ciências sociais. PortoAlegre, Tomo, 2014.

SILVA, M. K. A apropriação conservadora do ciclo de protestos de 2013: rumo aos protestos anti-Dilma? Lusotopie, 17, 88-111, 2018.

SILVA, M.K.; COTANDA, F.C.; PEREIRA, M.M. Interpretação e ação coletiva: o “enquadramento interpretativo” no estudo de movimentos sociais. *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2017, vol.25, n.61, pp.143-164.

SINGER, A. Mídia e democracia. Revista USP, São Paulo, n.48, p. 58-67, dezembro/fevereiro 2000-2001.

SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*, São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos estud. - CEBRAP* no.85 São Paulo, 2009.

SMITH, C. *Disrupting Religion: The Force of Faith in Social Movement Activism*. New York, Routledge, 1996.

SNOW, D. AND BENFORD, R. Master frames and cycles of protest. In: MORRIS, A. and MUELLER, M. (eds.) *Frontiers in social movement theory*. New Haven, Yale University Press, 1992.

SNOW, D.A. et al. Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation. In *American Sociological Review*, nº51, pp. 464-481, 1986.

SNOW, D.A.; BENFORD, R.D. Ideology, Frame Resonance, and Participant Mobilization. *International Social Movement Research* 1, pp.197-217, 1988.

SNOW, D.A.; BENFORD, R.D. Master frames and cycles of protest. See Morris & Mueller, p. 133-155, 1992.

SOULE, S. Diffusion Processes within and across Movements. Pp. 294-310 in David A. Snow, Sarah A. Soule, and Hanspeter Kriesi (eds): *The Blackwell Companion to Social Movements*. Oxford: Blackwell, 2004.

TARROW, S. *Power in movement: social movements and contentious policies*. Cambridge University Press, 2011.

TARROW, S. The Very Excess of Democracy: State Building and Contentious Politics in America. Chap. 2 in *Social Movements and American Political Institutions*, edited by A. Costain and A. McFarland. Boulder, CO, Rowman and Littlefield, 1998.

TATAGIBA, L. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. *Política & Sociedade*, v. 13, n. 28, 2014, p. 35-62.

TATAGIBA, L. Entre as ruas e as instituições. Os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff". Lusotopie, vol. 17, nº 1, p. 112-135, 2018.

TATAGIBA, L. et al. Protesto à direita no Brasil (2007-2015). In: CRUZ, S. V, KAYSEL, A, CODAS, G (ORG.) Direita Volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. Ed. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2015a.

TATAGIBA, L. F. *Dos significados da "ética na política": articulação e discurso no contexto pró-impeachment*. 1998. [Dissertação (Mestrado)]. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 1998.

TATAGIBA, L. Os protestos e a Crise Brasileira: um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). Sinais Sociais, v. 11, n. 33, p. 71-98, 2017.

TATAGIBA, L. TRINDADE, T. TEIXEIRA, A.C.T. "CorruPTos" Um ensaio sobre protestos à direita no Brasil (2007-2015). Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva (Nepac- Unicamp), 2015b.

TATAGIBA, L.; GALVÃO, A. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). Opin. Publica vol.25 no.1 Campinas Jan./Apr. 2019 Epub May 16, 2019.

TAYLOR, V. AND VAN DYKE, N. 'Get Up, Stand Up': Tactical Repertoires of Social Movements. Chap. 12 in *The Blackwell Companion to Social Movements*, edited by D. A. Snow, S. A. Soule, and H. Kriesi. Malden and Oxford, Blackwell, 2004

TILLY, C. and Tarrow, S. *Contentious Politics*. Boulder, Paradigm, 2007.

TILLY, C. *Democracia*. Petrópolis, Vozes, 2013.

TILLY, C. et.al. *The Rebellious Century*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1975.

TILLY, C. *European Revolutions, 1492-1992*. Oxford: Blackwell, 1993.

TILLY, C. *From Mobilization to Revolution*. Reading, Mass.: Addison-Wesley, 1978.

TILLY, C. *From mobilization to revolution*. Reading, Addison-Wesley Pub. Co. 349 p, 1978.

TILLY, C. *Regimes and Repertoires*. Chicago, University of Chicago Press, 2006.

TRAUGOTT, M. Barricades as repertoire: Continuities and discontinuities in the history of French contention. In: Traugott, M. (ed.), *Repertoires and Cycles of Collective Action*. Duke University Press, Durham, NC, pp. 43-56, 1995.

TUCHMAN, G. *Making News: A Study in the Construction of Reality*. New York: Free, 1978.

TUCHMAN, G. *Representation and the News Narrative: The Web of Facticity*. p, 331-

344 in *American Media and Mass Culture: Left Perspectives*. Edited by David Lazere. Los Angeles, University of California Press, 1987

VIEGAS, N. Maçons querem impeachment, *Globo.com*. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/expresso/noticia/2015/09/macons-querem-impeachment.html>> Acesso em: 12 de abril de 2019.

VILLALTA, D. O surgimento da revista Veja no contexto da modernização brasileira. Anais do XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Salvador, 2002.

WALGRAVE, S.; MANSSENS, J. The making of the white march: The mass media as a mobilizing alternative to movement organizations. *Mobilization: An international Journal*, v. 5, n. 2, p. 217–239, 2000.

WILLIAMSON, V; SKOCPOL, T.; COGGIN, J. The Tea Party and the Remaking of Republican Conservatism. *Perspectives on Politics*. March 2011 | Vol. 9/No. 1. 2011.

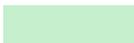
XU, K. Framing Occupy Wall Street: A Content Analysis of The New York Times and USA Today. *International Journal of Communication*, p. 2412–2432, 2013.

APÊNDICE A – Lista das edições de Veja

CÓDIGO	REFERÊNCIAS
M11.1	Revista Veja. Editora Abril, edição 2206, ano 44, nº 9, 2 de março de 2011
M11.2	Revista Veja. Editora Abril, edição 2207, ano 44, nº10, 9 de março de 2011
M11.3	Revista Veja. Editora Abril, edição 2208, ano 44, nº11, 16 de março de 2011
M11.4	Revista Veja. Editora Abril, edição 2209, ano 44, nº12, 23 de março de 2011
M11.5	Revista Veja, Editora Abril, edição 2210, ano 44, nº13, 30 de março de 2011
M12.1	Revista Veja, Editora Abril, edição 2259, ano 45, nº10, 7 de março de 2012
M12.2	Revista Veja, Editora Abril, edição 2260, ano 45, nº 11, 14 de março de 2012
M12.3	Revista Veja, Editora Abril, edição 2261, ano 45, nº12, 21 de março de 2012
M12.4	Revista Veja, Editora Abril, edição 2261, ano 45, nº13, 28 de março de 2012
M13.1	Revista Veja, Editora Abril, edição 2311, ano 46, nº10, 6 de março de 2013
M13.2	Revista Veja, Editora Abril, edição 2312, ano 46, nº11, 13 de março de 2013
M13.3	Revista Veja, Editora Abril, edição 2313, ano 46, nº12, 20 de março de 2013
M13.4	Revista Veja, Editora Abril, edição 2314, ano 46, nº13, 27 de março de 2013
M14.1	Revista Veja, Editora Abril, edição 2363, ano 47, nº10, 5 de março de 2014
M14.2	Revista Veja, Editora Abril, edição 2364, ano 46, nº11, 12 de março de 2014
M14.3	Revista Veja, Editora Abril, edição 2365, ano 47, nº12, 19 de março de 2014
M14.4	Revista Veja, Editora Abril, edição 2365, ano 47, nº13, 26 de março de 2014
A14.1	Revista Veja, Editora Abril, edição 2367, ano 47, nº14, 2 de abril de 2014
A14.2	Revista Veja, Editora Abril, edição 2368, ano 47, nº15, 9 de abril de 2014
A14.3	Revista Veja, Editora Abril, edição 2369, ano 47, nº16, 16 de abril de 2014
A14.4	Revista Veja, Editora Abril, edição 2370, ano 47, nº17, 23 de abril de 2014
A14.5	Revista Veja, Editora Abril, edição 2371, ano 47, nº18, 30 de abril de 2014
O14.1	Revista Veja, Editora Abril, edição 2393, ano 47, nº40, 1º de outubro de 2014
O14.2	Revista Veja, Editora Abril, edição 2394, ano 47, nº41, 8 de outubro de 2014
O14.3	Revista Veja, Editora Abril, edição 2394, ano 47, nº42, 15 de outubro de 2014
O14.4	Revista Veja, Editora Abril, edição 2396, ano 47, nº43, 22 de outubro de 2014
O14.5	Revista Veja, Editora Abril, edição 2397, ano 47, nº44, 29 de outubro de 2014
N14.1	Revista Veja, Editora Abril, edição 2398, ano 47, nº45, 5 novembro de 2014
N14.2	Revista Veja, Editora Abril, edição 2399, ano 47, nº46, 12 novembro de 2014
N14.3	Revista Veja, Editora Abril, edição 2400, ano 47, nº47, 19 novembro de 2014
N14.4	Revista Veja, Editora Abril, edição 2401, ano47, nº48, 26 novembro de 2014
D14.1	Revista Veja, Editora Abril, edição 2402, ano 47, nº49, 3 dezembro de 2014
D14.2	Revista Veja, Editora Abril, edição 2403, ano 47, nº50, 10 dezembro de 2014
D14.3	Revista Veja, Editora Abril, edição 2404, ano 47, nº51, 17 dezembro de 2014
D14.4	Revista Veja, Editora Abril, edição 2405, ano 47, nº52, 23 dezembro de 2014
D14.5	Revista Veja, Editora Abril, edição 2406, ano 47, nº53, 31 dezembro de 2014
J15.1	Revista Veja, Editora Abril, edição 2407, ano 48, nº1, 7 de janeiro de 2015

J15.2	Revista Veja, Editora Abril, edição 2408, ano 48, nº2, 14 de janeiro de 2015
J15.3	Revista Veja, Editora Abril, edição 2409, ano 48, nº3, 21 de janeiro de 2015
J15.4	Revista Veja, Editora Abril, edição 2410, ano48, nº4, 28 de janeiro de 2015
F15.1	Revista Veja, Editora Abril, edição 2411, ano 48, nº5, 4 de fevereiro de 2015
F15.2	Revista Veja, Editora Abril, edição 2412, ano 48, nº6, 11 de fevereiro de 2015
F15.3	Revista Veja, Editora Abril, edição 2413, ano 48, nº7, 18 de fevereiro de 2015
F15.4	Revista Veja, Editora Abril, edição 2414, ano 48, nº8, 25 de fevereiro de 2015
M15.1	Revista Veja, Editora Abril, edição 2415, ano 48, nº9, 4 de março de 2015
M15.2	Revista Veja, Editora Abril, edição 2416, ano 48, nº10, 11 de março de 2015
M15.3	Revista Veja, Editora Abril, edição 2417, ano48, nº11, 18 de março de 2015
M15.4	Revista Veja, Editora Abril, edição 2418, ano 48, nº12, 25 de março de 2015
A15.1	Revista Veja, Editora Abril, edição 2419, ano 48, nº13, 1º de abril de 2015
A15.2	Revista Veja, Editora Abril, edição 2420, ano 48, nº14, 8 de abril de 2015
A15.3	Revista Veja, Editora Abril, edição 2421, ano 48, nº15, 15 de abril de 2015
A15.4	Revista Veja, Editora Abril, edição 2422, ano 48, nº16, 22 de abril de 2015
A15.5	Revista Veja, Editora Abril, edição 2423, ano 49, nº17, 29 de abril de 2015
Ag15.1	Revista Veja, Editora Abril, edição 2437, ano 48, nº31, 5 de agosto de 2015
Ag15.2	Revista Veja, Editora Abril, edição 2438, ano 48, nº32, 12 de agosto de 2015
Ag15.3	Revista Veja, Editora Abril, edição 2439, ano 48, nº33, 19 de agosto de 2015
Ag15.4	Revista Veja, Editora Abril, edição 2440, ano48, nº34, 26 de agosto de 2015
M16.1	Revista Veja, Editora Abril, edição 2467, ano 49, nº9, 2 de março de 2016
M16.2	Revista Veja, Editora Abril, edição 2468, ano 49, nº10, 9 de março de 2016
M16.3	Revista Veja, Editora Abril, edição 2469, ano 49, nº11, 16 de março de 2016
M16.4	Revista Veja, Editora Abril, edição 2470, ano 49, nº12, 23 de março de 2016
M16.5	Revista Veja, Editora Abril, edição 2471, ano 49, nº13, 30 de março de 2016
A16.1	Revista Veja, Editora Abril, edição 2472, ano 49, nº14, 6 de abril de 2016
A16.2	Revista Veja, Editora Abril, edição 2473, ano 49, nº15, 13 de abril de 2016
A16.3	Revista Veja, Editora Abril, edição 2474, ano 49, nº 16, 20 de abril de 2016
A16.E	Revista Veja, Editora Abril, edição especial, ano 49, (Veja 2474), abril 2016
A16.4	Revista Veja, Editora Abril, edição 2475, ano 49, nº17, 27 de abril de 2016

 Códigos das edições de Veja

 Período de Referência  Mobilização do Consenso  Mobilização de Ação

M11= Março de 2011; M12= Março de 2012; M13= Março de 2013; M14= Março de 2014; A14= Abril de 2014; O14= Outubro de 2014; N14= Novembro de 2014; D14= Dezembro de 2014; J15= Janeiro de 2015; F15= Fevereiro de 2015; M15= Março de 2015; A15= Abril de 2015; Ag15= Agosto de 2015; M16=Março de 2016; A16= Abril de 2016;

APÊNDICE B – Roteiro de pesquisa – Categorias *corrupção e antipetismo*

1. Número de edições de Veja em que o tema da corrupção aparece na capa, direta ou indiretamente;
2. Número de edições de Veja em que o tema da corrupção aparece no editorial (Carta ao Leitor), direta ou indiretamente;
3. Número de edições de Veja em que o tema da corrupção aparece na entrevista principal (Páginas Amarelas), direta ou indiretamente;
4. Número de edições de Veja em que o tema da corrupção aparece em uma coluna de opinião, direta ou indiretamente;
5. Número de edições de Veja em que o tema da corrupção aparece em duas colunas de opinião ou mais, direta ou indiretamente;
6. Número de edições de Veja em que o tema da corrupção aparece em uma reportagem, direta ou indiretamente;
7. Número de edições de Veja em que o tema da corrupção aparece em duas ou mais reportagens, direta ou indiretamente;
8. Número de edições de Veja em que o tema da corrupção foi relacionado à então presidente Dilma Rousseff, ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ou ao Partido dos Trabalhadores na capa, direta ou indiretamente;
9. Número de edições de Veja em que o tema da corrupção foi relacionado à então presidente Dilma Rousseff, ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ou ao Partido dos Trabalhadores no editorial, direta ou indiretamente;
10. Número de edições de Veja em que o tema da corrupção foi relacionado à então presidente Dilma Rousseff, ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ou ao Partido dos Trabalhadores na entrevista, direta ou indiretamente;
11. Número de edições de Veja em que o tema da corrupção foi relacionado à então presidente Dilma Rousseff, ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ou ao Partido dos Trabalhadores em uma coluna, direta ou indiretamente;
12. Número de edições de Veja em que o tema da corrupção foi relacionado à então presidente Dilma Rousseff, ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ou ao Partido dos Trabalhadores em duas ou mais colunas, direta ou indiretamente;
13. Número de edições de Veja em que o tema da corrupção foi relacionado à então presidente Dilma Rousseff, ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ou ao Partido dos Trabalhadores em uma reportagem, direta ou indiretamente;
14. Número de edições de Veja em que o tema da corrupção foi relacionado à então presidente Dilma Rousseff, ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ou ao Partido dos

Trabalhadores em duas ou mais reportagens, direta ou indiretamente;

APÊNDICE C – Frequência de aparição – Categoria *corrupção*

Capa, Editorial e Entrevista

CAP	S	N	T	F	EDI	S	N	T	F	ENT	S	N	T	F
M11	0	5	5	0%	M11	0	5	5	0%	M11	0	5	5	0%
M12	1	3	4	25%	M12	1	3	4	25%	M12	1	3	4	25%
M13	0	4	4	0%	M13	0	4	4	0%	M13	0	4	4	0%
M14	2	2	4	50%	M14	1	3	4	25%	M14	0	4	4	0%
A15	3	2	5	60%	A15	3	2	5	60%	A15	1	4	5	20%
O14	5	0	5	100%	O14	2	3	5	40%	O14	2	3	5	40%
N14	3	1	4	75%	N14	2	2	4	50%	N14	0	4	4	0%
D14	3	2	5	60%	D14	1	4	5	20%	D14	3	2	5	60%
J15	2	2	4	50%	J15	0	4	4	0%	J15	2	2	4	50%
F15	3	1	4	75%	F15	3	1	4	75%	F15	2	2	4	50%
M15	1	3	4	25%	M15	1	3	4	25%	M15	1	3	4	25%
AB15	3	2	5	60%	AB15	3	2	5	60%	AB15	3	2	5	60%
AG15	3	1	4	75%	AG15	3	1	4	75%	AG15	1	3	4	25%
M16	5	0	5	100%	M16	5	0	5	100%	M16	3	2	5	75%
A16	3	2	5	60%	A16	3	2	5	60%	A16	1	4	5	20%

Edições de Veja, agregado por mês e isolado por seção; CAP= Capa; EDI= Editorial; ENT= Entrevista principal;

Aparição: S= Sim; N= Não; T= Total de edições, agregado por mês; F= Frequência de aparição;

Colunas e Reportagens

COL	U	D	S	N	T	F	REP	U	D	S	N	T	F
M11	0	0	0	5	5	0%	M11	1	4	5	0	5	100%
M12	2	0	2	2	4	50%	M12	2	2	4	0	4	100%
M13	0	0	0	4	4	0%	M13	0	3	3	1	4	75%
M14	1	0	1	3	4	25%	M14	0	3	3	1	4	75%
A15	3	1	4	1	5	80%	A15	0	5	5	0	5	100%
O14	3	1	4	1	5	80%	O14	2	3	5	0	5	100%
N14	1	1	2	2	4	50%	N14	0	4	4	0	4	100%
D14	1	3	4	1	5	80%	D14	1	4	5	0	5	100%
J15	1	1	2	2	4	50%	J15	0	4	4	0	4	100%
F15	1	2	3	1	4	75%	F15	0	4	4	0	4	100%
M15	2	2	4	0	4	100%	M15	0	4	4	0	4	100%
AB15	1	4	5	0	5	100%	AB15	0	5	5	0	5	100%
AG15	1	3	4	0	4	100%	AG15	0	4	4	0	4	100%
M16	0	5	5	0	5	100%	M16	0	5	5	0	5	100%
A16	4	1	5	0	5	100%	A16	0	5	5	0	5	100%

Edições de Veja, agregado por mês e isolado por seção; COL= Colunas de opinião; REP= Reportagens;

Aparição: U= em UMA coluna; D= em duas ou mais colunas; S= Sim; N= Não; T= Total de edições, agregado por mês; F= Frequência de aparição;

Média de todas as seções

EDIÇÕES	CAP	EDI	ENT	COL	REP	MED
M11	0%	0%	0%	0%	100%	20%
M12	25%	25%	25%	50%	100%	45%
M13	0%	0%	0%	0%	75%	15%
M14	50%	25%	0%	25%	75%	35%
A15	60%	60%	20%	80%	100%	64%
O14	100%	40%	40%	80%	100%	72%
N14	75%	50%	0%	50%	100%	55%
D14	60%	20%	60%	80%	100%	64%
J15	50%	0%	50%	50%	100%	50%
F15	75%	75%	50%	75%	100%	75%
M15	25%	25%	25%	100%	100%	55%
AB15	60%	60%	60%	100%	100%	76%
AG15	75%	75%	25%	100%	100%	75%
M16	100%	100%	75%	100%	100%	95%
A16	60%	60%	20%	100%	100%	68%

Edições de Veja, agregado por mês e isolado por seção; CAP= Capa; EDI= Editorial; ENT= Entrevista principal; COL= Colunas; REP= Reportagens;

Aparição: U= em UMA coluna; D= em duas ou mais colunas; S= Sim; N= Não; T= Total de edições, agregado por mês; F= Frequência de aparição;

APÊNDICE D – Frequência de Aparição – Categoria *antipetismo*

Capa, Editorial e Entrevista

CAP	S	N	T	F	EDI	S	N	T	F	ENT	S	N	T	F
M11	0	5	5	0%	M11	0	5	5	0%	M11	0	5	5	0%
M12	0	4	4	0%	M12	0	5	5	0%	M12	0	4	4	0%
M13	0	4	4	0%	M13	0	5	5	0%	M13	0	4	4	0%
M14	2	2	4	50%	M14	1	3	4	25%	M14	0	4	4	0%
A15	2	3	5	40%	A15	3	2	5	60%	A15	0	5	5	0%
O14	4	1	5	80%	O14	2	3	5	40%	O14	1	4	5	20%
N14	2	2	4	50%	N14	2	2	4	50%	N14	0	4	4	0%
D14	2	3	5	40%	D14	1	4	5	20%	D14	1	4	5	20%
J15	2	2	4	50%	J15	0	4	4	0%	J15	2	2	4	50%
F15	3	1	4	75%	F15	3	1	4	75%	F15	2	2	4	50%
M15	0	4	4	0%	M15	1	3	4	25%	M15	1	3	4	25%
AB15	2	3	5	40%	AB15	2	3	5	40%	AB15	2	3	5	40%
AG15	1	3	4	25%	AG15	1	3	4	25%	AG15	1	3	4	25%
M16	5	0	5	100%	M16	5	0	5	100%	M16	3	2	5	60%
A16	2	3	5	40%	A16	3	2	5	60%	A16	1	4	5	20%

Edições de Veja, agregado por mês e isolado por seção; CAP= Capa; EDI= Editorial; ENT= Entrevista principal; Aparição: S= Sim; N= Não; T= Total de edições, agregado por mês; F= Frequência de aparição;

Colunas e Reportagens

COL	U	D	S	N	T	F	REP	U	D	S	N	T	F
M11	0	0	0	5	5	0%	M11	4	1	5	0	5	100%
M12	0	0	0	4	4	0%	M12	1	2	3	1	4	75%
M13	0	0	0	4	4	0%	M13	3	0	3	1	4	75%
M14	1	0	1	3	4	25%	M14	1	2	3	1	4	75%
A15	3	1	4	1	5	80%	A15	1	4	5	0	5	100%
O14	3	1	4	1	5	80%	O14	3	2	5	0	5	100%
N14	1	1	2	2	4	50%	N14	0	4	4	0	4	100%
D14	2	2	4	1	5	80%	D14	1	4	5	0	5	100%
J15	0	1	1	3	4	25%	J15	0	4	4	0	4	100%
F15	2	1	3	1	4	75%	F15	0	4	4	0	4	100%
M15	2	2	4	0	4	100%	M15	0	4	4	0	4	100%
AB15	1	4	5	0	5	100%	AB15	0	5	5	0	5	100%
AG15	0	3	3	1	4	75%	AG15	0	4	4	0	4	100%
M16	0	5	5	0	5	100%	M16	0	5	5	0	5	100%
A16	3	1	4	1	5	80%	A16	0	5	5	0	5	100%

Edições de Veja, agregado por mês e isolado por seção; COL= Colunas de opinião; REP= Reportagens; Aparição: U= em UMA coluna; D= em duas ou mais colunas; S= Sim; N= Não; T= Total de edições, agregado por mês; F= Frequência de aparição;

Média das seções

EDIÇÕES	CAP	EDI	ENT	COL	REP	MED
M11	0%	0%	0%	0%	100%	20%
M12	0%	0%	0%	0%	75%	15%
M13	0%	0%	0%	0%	75%	15%
M14	50%	25%	0%	25%	75%	35%
A15	40%	60%	0%	80%	100%	56%
O14	80%	40%	20%	80%	100%	64%
N14	50%	50%	0%	50%	100%	50%
D14	40%	20%	20%	80%	100%	52%
J15	50%	0%	50%	25%	100%	45%
F15	75%	75%	50%	75%	100%	75%
M15	0%	25%	25%	100%	100%	50%
AB15	40%	40%	40%	100%	100%	64%
AG15	25%	25%	25%	75%	100%	50%
M16	100%	100%	60%	100%	100%	92%
A16	40%	60%	20%	80%	100%	60%

Edições de Veja, agregado por mês e isolado por seção; CAP= Capa; EDI= Editorial; ENT= Entrevista principal; COL= Colunas; REP= Reportagens;

Aparição: U= em UMA coluna; D= em duas ou mais colunas; S= Sim; N= Não; T= Total de edições, agregado por mês; F= Frequência de aparição;

APÊNDICE E – Unitarização – Categoria *corrupção*

EDIÇÕES	UNITARIZAÇÃO [CAPA]	COD
M11.1	SR	N
M11.2	SR	N
M11.3	SR	N
M11.4	SR	N
M11.5	SR	N
M12.1	SR	N
M12.2	SR	N
M12.3	SR	N
M12.4	Exclusivo - Dilma Fala a Veja - "Não vou transigir com corrupção"	S
M13.1	SR	N
M13.2	SR	N
M13.3	SR	N
M13.4	SR	N
M14.1	"Quanto riso, Oh! Quanta alegria..." O STF decidiu que eles [José Genoíno, José Dirceu e Delúbio Soares] não formaram quadrilha e estarão soltos logo. Para os brasileiros, isso é melancólico	S
M14.2	SR	N
M14.3	Exclusivo - José Dirceu, a vida na cadeia	S
M14.4	SR	N
A14.1	[Destaque] Nova Zelândia - As lições para o Brasil do país menos corrupto do mundo	S
A14.2	Especial - Como o PT está afundando a Petrobrás / [Destaque] Os diálogos da corrupção - As conversas do deputado André Vargas [PT] e do doleiro Alberto Youssef flagradas pela Polícia Federal	S
A14.3	Petrobrás - O que já vazou é explosivo ... Mas os corruptos se apavoram com o que este homem ainda pode revelar [Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobrás, preso pela Polícia Federal]	S
A14.4	SR	N
A14.5	SR	N
O14.1	[Destaque] Exclusivo - O núcleo atômico da delação - Paulo Roberto Costa diz à Polícia Federal que em 2010 a campanha de Dilma Rousseff pediu dinheiro ao esquema de corrupção da Petrobrás	S
O14.2	[Destaque] Petrolão - Doleiro promete entregar material que vai chocar o país	S
O14.3	[Destaque] Petrolão - O ex-diretor da Petrobrás fala, o doleiro confirma e o PT sen enrola ainda mais	S
O14.4	Escândalo da Petrobrás - O doleiro fala - A campanha presidencial de 2010 do PT levou dinheiro do petrolão; 28 deputados federais recebiam propinas mensais para apoiar o PT	S
O14.5	Petrolão - Eles sabiam de tudo - O doleiro Alberto Yousseff, caixa do esquema de corrupção na Petrobrás, revelou à PF e ao MP na terça-feira passada que Lula e Dilma Rousseff tinham conhecimento das tenebrosas transações na estatal	S

N14.1	Petrolão - Operação Mãos-Sujas - Os acusados do maior caso de corrupção da história brasileira manobram para tirar de cena o juiz responsável pelo processo	S
N14.2	SR	N
N14.3	A prisão dos bilionários - Na nova fase da Operação Lava Jato, o escândalo do petrolão leva à cadeia 18 altos executivos de empreiteiras e o homem forte do PT na Petrobrás	S
N14.4	Exclusivo - De: Paulo Roberto, Para: Dilma Rousseff - Uma mensagem eletrônica de Paulo Roberto Costa para Dilma Rousseff em 2009 indica que ela e Lula ignoraram alertas sobre irregularidades em obras da Petrobrás usadas pelos corruptos do caso Lava-Jato	S
D14.1	SR	N
D14.2	A Operação Lava-Jato e o PT - O partido do governo tem muito que explicar sobre o escândalo depois das acusações de receber propina nas campanhas eleitorais	S
D14.3	Exclusivo - O Disque-propina, Saiba a quem este homem entregava em domicílio o dinheirão desviado da Petrobrás. Tem ex-presidente, ministro, tesoureiro de partido, deputado....	S
D14.4	SR	N
D14.5	[Retrospectiva] 2014 - O ano em que pagamos mico - 7x1; Petrolão; Crise da água; PIB Zero; Mentiras na campanha eleitoral...	S
J15.1	SR	N
J15.2	[Destaque] Exclusivo: Recados do cárcere - Em seis folhas de caderno manuscritas, o empreiteiro Ricardo Pessoa, da UTC, liga caixa de campanha de Dilma ao Petrolão	S
J15.3	SR	N
J15.4	[Destaque] Petrolão - Empresário com passe livre no Planalto de Lula é o mais novo investigado	S
F15.1	Reação em cadeia - Executivos presos revoltados com os políticos soltos. Empreiteiros ameaçando Lula e Dilma. São todos contra todos na fase decisiva da Operação Lava-Jato	S
F15.2	[U\$ 200 milhões] PT 35 anos - A ventania de denúncias que apagou o brilho da festa de aniversário do partido de Lula e Dilma	S
F15.3	SR	N
F15.4	Os segredos do empreiteiro - Desde 2003 ele dá dinheiro de propina ao PT e outros partidos	S
M15.1	SR	N
M15.2	Saiu! A lista de Janot - Começa o processo de investigação de políticos implicados na Operação Lava-Jato	S
M15.3	SR	N
M15.4	SR	N
AB15.1	SR	N
AB15.2	[Destaque] Petrolão - Soltar Pessoa, da UTC, é a tática para esvaziar o escândalo	S
AB15.3	SR	N
AB15.4	EsPécie em ExTinção? Dois tesoueiros presos, um ex-presidente acuado, uma presidente que terceirizou o poder, bancadas parlamentares envergonhadas e um escândalo atrás do outro. Nem o PT resiste	S
AB15.5	Exclusivo - Operação Lava-Jato - Empreiteiro arrasta Lula para o meio do escândalo	S
AG15.1	SR	N

AG15.2	O Brasil pede socorro - Especial - A mensagem do pannelço; o real derrete; o futuro das delações, o fim do ciclo populista e corrupto	S
AG15.3	A República do Pixuleco - A Lava-jato chega à esplanada dos ministérios / Exclusivo - Empresa do ex-presidente Lula faturou 27 milhões de reais - 10 deles de construtoras investigadas no Petrolão	S
AG15.4	Iguais perante a lei - [Collor e Cunha] No Brasil de hoje, ninguém é melhor diante da justiça. Essa é uma etapa civilizatória comum a todas as grandes nações que já conquistaram a riqueza e a paz social	S
M16.1	Operação Acarajé - Saiu muito mais caro - O mais hábil profissional da mentira e da manipulação fez campanhas de Dilma e Lula e recebeu dinheiro sujo no Brasil e em contas secretas na Suíça. Ela pode perde o mandato. Ele, a pouca credibilidade que lhe resta.	S
M16.2	Especial - Lula e a lei - A delação premiada de Delcídio do Amaral é uma bomba arrasa-quarteirão contra Dilma e Lula	S
M16.3	O desespero da Jararaca - Com o governo Dilma derretendo sob a ameaça do impeachment, Lula sai atrás de apoio em Brasília, recorre ao Supremo Tribunal e termina acuado por um pedido de prisão preventiva	S
M16.4	Exclusivo - "Lula comandava o esquema" - O senador Delcídio do Amaral antecipa à Veja a segunda parte de sua delação e detalha como o governo vazava operações da Lava-Jato usando as senhas "ventos frios" e "questão indígena"	S
M16.5	Exclusivo - O plano secreto de Lula para evitar a prisão: pedir asilo à Itália e deixar o Brasil	S
A16.1	O cadáver da Lava-Jato - Com as duas prisões da Operação Carbono 14, os investigadores chegam perto de esclarecer o mistério que mais assombra o PT: afinal, quem matou Celso Daniel, o prefeito de Santo André?	S
A16.2	Dilma em liquidação - Superqueima de cargos. Corra! Últimos ministérios!	S
A16.3	SR	N
A16.E	SR	N
A16.4	#Fera, odiado e do mal - Eduardo Cunha volta a transformar a câmara em palco de manobras para salvar seu mandato e já é o político mais rejeitado do país: oito em cada dez brasileiros querem sua cassação	S

EDIÇÕES	UNITARIZAÇÃO [EDITORIAL]	COD
M11.1	SR	N
M11.2	SR	N
M11.3	SR	N
M11.4	SR	N
M11.5	SR	N
M12.1	SR	N
M12.2	Chore por nós, presidente - "Quanta diferença faria ter ao lado da sociedade um governo disposto a reduzir o gigantismo do estado ou a fazer a reforma política, apoiando a implantação do voto distrital nas capitais e, assim, diminuindo as oportunidades que hoje se escancaram aos corruptos."	S
M12.3	SR	N
M12.4	SR	N
M13.1	SR	N
M13.2	SR	N
M13.3	SR	N
M13.4	SR	N

M14.1	A Guerra contra a corrupção - [Destaque] Capas da Veja sobre o mensalão: a alternância de euforia e decepção reflete a convicção de que os corruptos devem pagar por seus crimes	S
M14.2	SR	N
M14.3	SR	N
M14.4	SR	N
A14.1	Uma nova carta ao povo brasileiro - "Com a divulgação de uma pesquisa dando conta de uma queda de 7 pontos porcentual na aprovação do governo e as tratativas adiantadas visando à instalação de uma CPI para apurar os descabros do aparelhamento político da Petrobrás, as bolsas subiram e o dólar caiu.	S
A14.2	O que o senhor tem a esconder? - O exemplo mais recente e completo desse fato é o deputado federal André Vargas, do PT do Paraná, que vinha sendo a vanguarda do atraso na obsessão de submeter a imprensa brasileira à censura oficial sob o eufemismo de "controle social da mídia." Pois não é que o deputado Vargas tem um prontuário de malfetorias?	S
A14.3	SR	N
A14.4	Tênuos sinais de vida ética - "Há sinais de vida ética e inteligente vindos do inóspito mundo oficial brasileiro. Eles são tênuos e quase somem em meio ao alarido de escândalos sucessivos que se abatem sobre a opinião pública."	S
A14.5	SR	N
O14.1	SR	N
O14.2	SR	N
O14.3	Democracia madura - "A quarta, mais recente, decorreu da condenação e do encarceramento na penitenciária da Papuda da cúpula do PT, o partido no poder, pelo escândalo do mensalão."	S
O14.4	SR	N
O14.5	Choque de realidade - Em sua edição de 10 de setembro, Veja escreveu na Carta ao Leitor: "O governo de Dilma Rousseff pode estar na iminência de enfrentar um escândalo de proporções semelhantes às do mensalão."	S
N14.1	A busca da verdade - Veja não procurou criar efeitos eleitorais contra ou a favor de nenhum candidato ao publicar a capa da semana passada com a revelação de que o doleiro Alberto Youssef disse aos policiais e procuradores federais que Lula e Dilma sabiam do funcionamento do esquema de corrupção na Petrobrás."	S
N14.2	SR	N
N14.3	SR	N
N14.4	O papel das instituições - Uma reportagem desta edição de Veja, escrito pelo editor especial André Petry, detém-se sobre o documento de 51 páginas em que o juiz Sérgio Moro justifica a concessão dos pedidos de prisão de corruptos e corruptores da Lava-Jato.	S
D14.1	SR	N
D14.2	O golpe da doação legal - Na reportagem de capa de 22 de outubro passado, que trouxe com exclusividade os pontos mais fortes do depoimento do doleiro Alberto Youssef às autoridades da Operação Lava-Jato, Veja enfatizou a gravidade da revelação de que parte do dinheiro desviado do esquema de corrupção na Petrobrás teria sido entregue a João Vaccari Neto, tesoureiro do PT.	S
D14.3	SR	N
D14.4	SR	N
D14.5	SR	N
J15.1	SR	N
J15.2	SR	N
J15.3	SR	N

J15.4	SR	N
F15.1	Últimos capítulos - [Destaque] Com Lula e Dilma junto com elas no petrolão, as empreiteiras têm chance de escapar de arcar sozinhas com as penas do escândalo	S
F15.2	Sob o símbolo de "Moch" - [Destaque] Vaccari, tesoureiro do PT, em duas capas de Veja: sempre do lado torto das questões que envolvem dinheiro público.	S
F15.3	SR	N
F15.4	Ecos do grande erro - [Destaque] A capa premonitória de Veja, publicada há quase dez anos: tratar o governo como propriedade do partido é pecado original do ciclo petista de poder	S
M15.1	SR	N
M15.2	SR	N
M15.3	A faixa providencial – [...] A capa da revista refletia a perplexidade geral com o fato de o presidente e seu partido continuarem indiferentes às revelações do mensalão, escândalo que já viera a público e em que os envolvidos já estavam denunciados pelo procurador-geral da República.	S
M15.4	SR	N
AB15.1	SR	N
AB15.2	SR	N
AB15.3	O chamado das ruas - As pessoas que fizeram do domingo 15 de março de 2015 uma data histórica em nosso calendário político mandaram a Brasília uma mensagem muito clara [...] Tem consciência de que incorrem em graves punições caso cometam atos de corrupção e que é impossível mentir a todos durante todo o tempo."	S
AB15.4	A volta às origens - Uma reportagem desta edição analisa documentos internos do PT fruto das discussões recentes entre as cinco maiores tendências do partido. Fica claro que os grupos de militantes petistas, que raramente concordam sobre qualquer ponto, estão desta vez, de acordo em que a salvação para o partido é tentar, a todo custo, afastar-se da corrupção que permeou seus doze anos de poder federal.	S
AB15.5	Longe do nocaute - "A divulgação do balanço da Petrobras, com o reconhecimento dos prejuízos bilionários impostos pela corrupção pela ingerência governamental, permite encerrar um capítulo sombrio da empresa."	S
AG15.1	O real problema de Lula - Os advogados informaram a PGR das principais revelações que Pinheiro se dispunha a fazer. As mais relevantes, a respeito de sua relação especial com o ex-presidente Lula, haviam sido adiantadas por Veja em sua reportagem de capa de 29 de abril.	S
AG15.2	SR	N
AG15.3	Nem explode, nem salva - "Renan procura angariar a boa vontade do Palácio do Planalto, o que, acredita ele, aumentaria suas chances de escapar da denúncia a ser oferecida contra ele por Rodrigo Janot, procurador-geral da República, também por revelações da mesma operação.	S
AG15.4	A "vanguarda iluminista" - Uma reportagem desta edição de Veja dedica-se a tentar entender o alcance histórico desse protagonismo da Justiça cuja face mais visível é a atuação do juiz Sérgio Moro à frente da operação Lava-Jato.	S
M16.1	O significado da prisão de Santana - [Destaque] Monica Moura e João Santana, presos pela Polícia Federal sob suspeita de terem recebido dinheiro de propina do esquema do PT na Petrobrás	S
M16.2	Troca de guarda em Veja - "[O novo diretor de redação, André Petry] comandava a sucursal de Brasília quando Veja publicou a reportagem que deflagrou o escândalo do mensalão do PT, em 2005, e coordenou a cobertura do caso durante dois anos e meio."	S

M16.3	Investigações sérias - "A condenação de Marcelo Odebrecht por corrupção ativa, lavagem de dinheiro e associação criminosa, divulgada na semana passada, é uma crônica de superlativos."	S
M16.4	PLJ, o maior partido do Brasil - A sigla do título acima significa Partido da Lava-Jato. Na histórica manifestação do domingo 13 de março, em que mais de 3 milhões de brasileiros foram às ruas de norte a sul do país, houve apenas duas unanimidades: a própria Lava-Jato, que vem desvendando o maior esquema de corrupção já investigado no Brasil, e o juiz Sérgio Moro, titular da 13ª Vara da Justiça Federal, em Curitiba.	S
M16.5	Je suis Brasil - [...] Em boa medida, o ambiente de intolerância que se registra no país é responsabilidade do próprio PT. Primeiro, porque os escândalos de corrupção vieram demonstrar de modo acachapante o grau de cinismo do partido quando pregava a "ética na política" como bandeira essencial.	S
A16.1	A praga dos cargos - Para barrar a aprovação do impeachment da presidente Dilma Rousseff, o governo montou o velho balcão de negócios oferecendo 600 cargos e alguns milhões de reais em verbas públicas a quem se dispuser a votar segundo a orientação oficial. A montagem da carta presidencial, com sua mensagem fisiológica despididamente clara, ressalta quanto essa prática é inaceitável	S
A16.2	O aliado errado - "Os quase 70% de brasileiros fartos de irresponsabilidade, desfaçatez, mentiras e roubalheiras merecem mais do que isso."	S
A16.3	Um desafio e tanto. Motivadas pela presença um tanto ostensiva de colegas do seu PMDB atingidos pela lama da corrupção, as desconfianças [de que sua ascensão pode tirar o fôlego da Lava-Jato] não passam de especulações infundadas.	S
A16.E	NT	N
A16.4	SR	N

EDIÇÕES	UNITARIZAÇÃO [ENTREVISTA]	COD
M11.1	SR	N
M11.2	SR	N
M11.3	SR	N
M11.4	SR	N
M11.5	SR	N
M12.1	SR	N
M12.2	SR	N
M12.3	Romário - "Pode escrever, vai chover obra emergencial sem licitação e a corrupção vai correr solta. Como deputado, pretendo acompanhar o processo de perto e escancarar a bandalha."	S
M12.4	SR	N
M13.1	SR	N
M13.2	SR	N
M13.3	SR	N
M13.4	SR	N
M14.1	SR	N
M14.2	SR	N
M14.3	SR	N
M14.4	SR	N
A14.1	SR	N

A14.2	SR	N
A14.3	Mauro Paulino - "As denúncias de corrupção na Petrobrás têm potencial de desgastar eleitoralmente o governo? Sem dúvida. Mais da metade da população tomou conhecimento do caso Petrobrás. Esse é o escândalo do momento, embora haja um acúmulo de notícias de corrupção que não envolvem só o governo, mas também a oposição.	S
A14.4	SR	N
A14.5	SR	N
O14.1	João Pereira Coutinho - O cientista político diz que nenhum partido brasileiro se opõe a aumentar o tamanho e o poder do Estado e que a aversão aos corruptos é, nesse contexto, um grande contrassenso."	S
O14.2	SR	N
O14.3	Marcus André Melo - "As denúncias afetaram mais o rótulo partidário, o PT, do que a própria Dilma Rousseff. Além disso, é preciso lembrar que nem Aécio nem Marina foram assim tão incisivos nos questionamentos a Dilma sobre a corrupção em seu governo."	S
O14.4	SR	N
O14.5	SR	N
N14.1	SR	N
N14.2	SR	N
N14.3	SR	N
N14.4	SR	N
D14.1	SR	N
D14.2	Aroldo Cedraz - O senhor assume a presidência do TCU no meio de mais um escândalo na Petrobrás. A corrupção é incontrolável? Há, de fato, uma percepção generalizada de que a corrupção no Brasil é incontrolável.	S
D14.3	Michael Ross - Cerca de 88% dos contratos assinados pela Petrobras entre 2003 e 2014[governo do PT] tiveram dispensa de licitação... Sim, esse é o exemplo perfeito das condições que criam corrupção, de acordo com o estudo da OCDE. É alarmante, especialmente porque esse dinheiro pertence à população brasileira	S
D14.4	Bernardinho - "Relatório divulgado pela CGU revelou o desvio de pelo menos 30 milhões de reais do dinheiro de patrocínio durante a gestão do presidente da Confederação Brasileira de Volei."	S
D14.5	SR	N
J15.1	SR	N
J15.2	Pedro Simon - Fundador do MDB e um dos líderes da campanha pela volta das eleições diretas, em 1984, ele apoiou a candidatura de Lula à presidência e, no primeiro mandato de Dilma Rousseff, chegou a montar um bloco de parlamentares que daria suporte às medidas saneadoras da presidente no campo ético. Hoje, afirma que o petista foi a "a maior decepção" de sua carreira e que Dilma se vergou ao toma lá dá cá e ficou "igual aos outros". "Lula foi a maior decepção da minha carreira. Porque ele tinha uma bandeira, tinha uma história, e agora está morrendo abraçado ao José Dirceu e aos mensaleiros e aos ladrões da Petrobrás.	S
J15.3	SR	N
J15.4	Robert Luskin - Um dos maiores criminalistas dos Estados Unidos afirma que as investigações do petróleo em seu país serão profundas e podem levar a uma severa punição de empresas brasileiras	S
F15.1	SR	N

F15.2	Eduardo Cunha - "No caso do petrolão, criou-se a expectativa de que todos os envolvidos sejam processados. Isso só acontecerá e for estritamente cumprido o regimento da Casa. Sou um escravo do regimento. Até por isso não tenho como influir no andamento dos processos."	S
F15.3	Luiz Fernando Pezão - Um dos grandes defensores da candidatura própria do PMDB em 2018, o governador do Rio demarca as diferenças com o PT, admite falhas e diz que nunca viu um centavo do petrolão	S
F15.4	SR	N
M15.1	SR	N
M15.2	SR	N
M15.3	SR	N
M15.4	Rogério Chequer - "As pessoas que foram às ruas queriam mostrar a sua indignação diante da corrupção, da ineficiência dos serviços públicos e da falta de honestidade do discurso de quem está no poder."	S
AB15.1	Eduardo Paes - "Como virou regra entre os aliados do governo, Eduardo Paes critica o sectarismo do PT e quer punições severas para os implicados no escândalo do petrolão."	S
AB15.2	SR	N
AB15.3	Paulo Rabello de Castro - "O que encontramos na coluna da desesperança e do pessimismo? A pobreza de ideias e a postura ética prevalente inadequada. A corrupção continua muito resistente. Também não temos sido capazes de ir do pensamento crítico para o propositivo, e sem planejamento não passa a uma agenda para o crescimento. Não será fácil reverter a centralização, outro erro da abordagem petista."	S
AB15.4	SR	N
AB15.5	Marta Suplicy - O PT Traiu os brasileiros - Trinta e cinco anos, de muitas vitórias e algumas derrotas, um mensalão e um petrolão depois, que descreve como "uma avalanche de corrupção", ela decidiu deixar a legenda a que dedicou metade de sua vida.	S
AG15.1	SR	N
AG15.2	Aécio Neves - O presidente nacional do PSDB diz que não há dúvida de que Dilma e seu antecessor se beneficiaram do maior esquema de corrupção já montado dentro do estado brasileiro.	S
AG15.3	SR	N
AG15.4	SR	N
M16.1	Modesto Carvalhosa - Fórmula anticorrupção	S
M16.2	SR	N
M16.3	SR	N
M16.4	José Padilha - O diretor de Tropa de Elite diz que não há nada de propriamente político na corrupção: é crime, ponto. [...] As manifestações mostraram que só os intelectuais estão divididos. O Brasil quer o PT e o PMDB fora do poder e que a Lava-jato continue até pegar os corruptos de todos os partidos.	S
M16.5	Donatella Della Porta - Estudiosa da operação que devassou a corrupção na Itália, a socióloga Donatella Della Porta diz como a Lava-Jato pode evitar as falhas de sua antecessora.	S
A16.1	Bruno Speck - Mais doadores, menos corrupção - A decisão do STF é uma resposta a escândalos como o do mensalão e o do petrolão	S
A16.2	SR	N
A16.3	SR	N

A16.E	NT	N
A16.4	SR	N

EDIÇÕES	UNITARIZAÇÃO [COLUNA 1]	C	UNITARIZAÇÃO [COLUNA 2]	C
M11.1	SR	N	SR	N
M11.2	SR	N	SR	N
M11.3	SR	N	SR	N
M11.4	SR	N	SR	N
M11.5	SR	N	SR	N
M12.1	SR	N	SR	N
M12.2	SR	N	SR	N
M12.3	TOLEDO, Roberto Pompeu. Aprenda, estrangeiro. "Trocando em miúdos: o PR quer o Ministério dos Transportes. Quer de volta o que lhe tomaram meses atrás sob acusações de corrupção."	S	SR	N
M12.4	LUFT, Lya. Voz no deserto. "As recentíssimas denúncias sobre propina em entidades públicas ligadas a hospitais e licitações são de estarrecer."	S	SR	N
M13.1	SR	N	SR	N
M13.2	SR	N	SR	N
M13.3	SR	N	SR	N
M13.4	SR	N	SR	N
M14.1	SR	N	SR	N
M14.2	GUZZO, J.R. De dose em dose. "Dirceu & Cia foram absolvidos do crime de quadrilha? Sim, foram, mas e daí? Continuam condenador por corrupção ativa: não é certificado de boa conduta"	S	SR	N
M14.3	SR	N	SR	N
M14.4	SR	N	SR	N
A14.1	CONSTANTINO, Rodrigo. A destruição da Petrobrás - "O prejuízo bilionário na suspeita compra de uma refinaria no Texas pela Petrobrás é apenas a ponta do Iceberg. O caso deve ser investigado a fundo."	S	SR	N
A14.2	SR	N	SR	N
A14.3	CONSTANTINO, Rodrigo. Vamos tapear o eleitor? "A presidente seria intransigente com os "malfeitos". A cada nova denúncia, descoberta e trazida à tona pela imprensa independente, um ministro ou subalterno pedia demissão. Era a "tolerância zero". Só que não foi bem assim.	S	TOLEDO, Roberto Pompeu. "Vou atuar". "Que quer dizer "vou atuar"? O diálogo em questão sugere que seja em favor de gestão junto ao Ministério da Saúde para a conclusão de falcatrua envolvendo um laboratório de propriedade do doleiro.	S

A14.4	GUZZO, J.R. A casa não pode cair. "Vão-se embora as Pasadena, os mensalões, a compra de certas empresas de videogames por empreiteiras de obras, na base dos 10 milhões de reais."	S	SR	N
A14.5	NÓBREGA, Mailson da Nóbrega. Não desanime. "A Petrobrás tem sido humilhada por denúncias de tráfico de influência e corrupção, pela malsucedida compra da refinaria de Pasadena, pelos enormes custos de sua utilização como instrumento de política econômica e industrial, e pela prisão de um ex-diretor."	S	SR	N
O14.1	SR	N	SR	N
O14.2	LUFT, Lya. O Brasil que podemos ter. "Quero um país onde [...] "corrupção" seja uma palavra estranha, não esse pão nosso de cada dia que é agora, que só nos faz perder a confiança naquilo que deveria ser nosso estímulo."	S	SR	N
O14.3	GUZZO, J.R. A hora da liberdade - É exatamente o procedimento adotado por Dilma e sua tropa de apoio diante dos crimes de corrupção cometidos na Petrobrás durante os últimos anos."	S	SR	N
O14.4	GUZZO, J.R. Beto [Alberto Youssef] & Paulinho [Apelido de Lula a Paulo Roberto Costa] - Diante das versões francamente incompreensíveis que o governo vem apresentando a respeito dos atos de corrupção praticados na Petrobras ao longo dos últimos anos, talvez seja útil para o leitor ter na ponta da língua os fatos registrados a seguir."	S	LUFT, Lya. Somos a soma de nossas escolhas. "Elas [espantosas denúncias] não fazem parte de outras, ainda mais sérias, que trouxeram para os denunciante a delação premiada (que só ocorre quando tais fatos já vêm com comprovação), que correm em sigilo e mal ousamos imaginar."	S
O14.5	NÓBREGA, Mailson. Ilusionismo eleitoral. "Nenhum partido consegue, como o PT, usar propaganda desonesta, manipulação de fatos e exploração de inverdades para influenciar as eleições."	S	SR	N
N14.1	GUZZO, J.R. As provas de corrupção na Petrobras, já registradas pela máquina judiciária, não podem ser apagadas."	S	SR	N
N14.2	GUZZO, J.R. Dilma em estado puro. "Como comprar 51 milhões de pessoas, ou mais ainda? Não dá. Por mais ministérios, estatais, e empregos gordos que criem, por mais ONGs que sustentem e por mais contratos de "prestação de serviços" que assinem, nem Dilma nem Lula conseguiriam [...]."	S	TOLEDO, Roberto Pompeu de. As urnas pelo avesso. "Vai ser engraçado ver Dilma vender tais ideias aos amigos do PMDB e do PP. Para enfrentar o petrolão, vestir o avental da faxineira não vai ter mais graça. Sabe-se que a vassoura e o espanador eram falsos."	S
N14.3	SR	N	SR	N
N14.4	SR	N	SR	N

D14.1	GUZZO, J.R. Sem alegria. "É verdade que com um petrolão inteiro pela proa não dá para ninguém ficar animado [...] entrarão para a memória pública como os mais corruptos de toda a história do Brasil."	S	SR	N
D14.2	SR	N	SR	N
D14.3	LUFT, Lya. Nós, os que estamos perplexos. Estamos todos boquiabertos com muita coisa que acontece: delações, provas, prisões, investigações e declarações de culpa ou de inocência.	S	GUZZO, J.R. Em viés de baixa. "Quase 70% dos brasileiros, na primeira pesquisa após as eleições, acham que a presidente está envolvida [...] nos episódios de corrupção na Petrobrás."	S
D14.4	NÓBREGA, Maílson da. Instituições por trás da Operação lava-Jato. A Operação lava-jato, que tem desvendado o maior escândalo de corrupção do Brasil [...]."	S	TOLEDO, Roberto Pompeu de. Perspectivas 2015. "O escândalo da Petrobras terá o elenco engordado por cada vez mais gente comprometida, e roubalheiras calculadas em cifras cada vez mais vultuosas.	S
D14.5	GUZZO, J.R. O fim da História. "[O PT] Morreu por suicídio involuntário ou, então, por ter inoculado em si mesmo uma doença prolongada, progressiva e incurável chamada corrupção [...]."	S	IOSCHPE, Gustavo. "Por último, aprendi neste ano que é possível ser reeleito presidente da República mesmo sem carisma, no meio de um gigantesco esquema de corrupção [...]."	S
J15.1	NÓBREGA, Maílson. Da Noruega para a África e outros desastres da Petrobras. "São cinco pelo menos os desastres. Primeiro, o uso da Petrobrás para financiar campanhas eleitorais, mediante criminoso e sofisticada rede de captação de fundos via superfaturamento de bens e serviços à empresa."	S	SR	N
J15.2	NÓBREGA, Maílson da. O mito do jeito petista de governar. "José Dirceu dizia que "o PT não rouba nem deixa roubar". Hoje se sabe que não era assim."	S	GUZZO, J.R. Esperem o barítono. "O primeiro governo de Dilma foi um espetáculo praticamente sem intervalos de corrupção [...]."	S
J15.3	SR	N	SR	N
J15.4	SR	N	SR	N
F15.1	SR	N	SR	N
F15.2	NÓBREGA, Maílson da. "[...] uma forma de coibir a repetição do escândalo do petrolão é guiar-se pelo exemplo de países ricos, incorporando suas regras de escolha dos dirigentes e de gestão das estatais.	S	GUZZO, J.R. A palavra "I". Para ficar numa lista resumida, continua em perfeita forma a tempestade de areia levantada no ano passado pelo assalto sem precedentes, e sem limites, aos cofres da Petrobras [...].	S
F15.3	GUZZO, J.R. Na rua, o Pró-Furto. "[...], para proteger o PT e seu "projeto" da surra cada vez mais alarmante que ambos vem levando por causa da roubalheira incontrolável do petrolão.	S	LUFT, Lya. A nação estarecida. "[...] denúncias logo comprovadas de corrupção em órgãos estatais e partidos políticos, deixam -nos alertas: o que fizemos?	S

F15.4	NÓBREGA, Maílson. Sobre o impeachment. "Sobressaem o escândalo na Petrobrás, o risco de racionamento de energia e os maus resultados na economia.	S	SR	N
M15.1	LUFT, Lya. Não fui eu, professora. "Temos, entre nós, alguém como o juiz Sérgio Moro, que, apoiado por homens sérios do MPF, representa homens e mulheres, velhos e jovens de bem atingidos na sua honra pela atitude de governantes, grandes empresários, políticos e até membros do judiciário que há anos acobertam males que solaparam não só a economia mas a confiança e a honra do país - sombria e real constatação."	S	SR	N
M15.2	GUZZO, J.R. Vinagre com espinho. "Mas o pior, provavelmente, é a escolha fatal que fez – amarrada ao ex-presidente Lula e ao PT, jogou-se na maior campanha pró-corrupção já vista na história do Brasil."	S	SR	N
M15.3	LUFT, Lya. Que Deus nos ajude. "A chamada lista de Janot revelou dados espantosos sobre o desvio de bilhões[...]."	S		S
M15.4	GUZZO, J.R. Problemas na vista . "Mas que diabo o governo estava esperando para combater a ladroagem? Será que só agora começaram a roubar o erário?"	S		S
AB15.1	LUFT, Lya. No fundo do mar. "Que os desperdícios em gastos do governo sejam zerados, que as assombrosas revelações, cada dia comprovadas, sobre roubos gigantescos na Petrobras e outras estatais não desabem sobre a população como um maremoto [...]"	S	SR	N
AB15.2	NÓBREGA, Maílson. Longe do colapso. "Somos agora uma sociedade de classe média, que é intolerante com a alta inflação e a corrupção [...]."	S	GUZZO, J.R. A vida é frágil. "Quase tudo que o governo diz é mentira. Tudo o que tem é roubado	S
AB15.3	LUFT, Lya Luft. O jeito do Brasil. "Alguns dos grandes empresários admitem com inesperada franqueza que, se não entrassem no esquema de corrupção, se não pagassem as irreais propinas, ficariam de fora da roda dos mafiosos: simplesmente sairiam perdendo."	S	IOSCHPE, Gustavo Ioschpe .O último a sair que apague a luz (se houver) - "E, ainda que a vitória de uma presidente à frente de um governo tão incompetente e maculado por denúncias de corrupção tenha sido um contribuinte para o desânimo, não creio que ele seja sua principal razão.	S
AB15.4	NÓBREGA, Maílson. Por uma revolução nas empresas estatais - "A corrupção sistêmica do Petrolão não existiria se os diretores da Petrobrás tivessem sido nomeados desse modo [de forma competitiva.	S	GUZZO, J.R. "Nós" somos só isso. "[...] o tesoureiro nacional do PT, João Vaccari Neto, que vinha ocupando seu cargo com o apoio total de Lula e do sacro colégio do partido - e o homem, santo Deus, acaba de ir para a cadeia."	S

AB15.5	LUFT, Lya. Temos sombrios. "Os inimagináveis desastres do governo nos últimos anos trouxeram até aqui [...] Não há praticamente partidos, portanto não há orientação, negociam-se cargos como num mercado persa."	S	GUZZO, J.R. Maioria sem medo - "O PT, incluindo Lula, e a nebulosa que se chama "esquerda", incluindo os "movimentos sociais", são obviamente minoritários nas ruas.	S
AG15.1	LUFT, Lya. O sentido das coisas. "Assustam-se os discursos com que neste momento dramático alguns negam ou diminuem a gravidade da situação, revelando-se o desvio de inacreditáveis fortunas [...]."	S	SR	N
AG15.2	NÓBREGA, Maílson da Nóbrega. Como o PT travou o crescimento do Brasil. "O uso político da Petrobrás e sua consequência, a grossa corrupção, acarretaram queda de 30% em suas inversões em 2015[...]."	S	GUZZO, J.R. Velório em câmera lenta. "[...] Dilma Rousseff já não governa - deixou o poder por abandono de cargo, já há bom tempo, por capitular diante da corrupção descontrolada que destruiu seu governo."	S
AG15.3	LUFT, Lya. Uma luz possível. "O país foi submetido a uma surpreendente e saudável faxina com a Lava-Jato, que autoridades delirantes tentam responsabilizar pelo declínio geral."	S	TOLEDO, Roberto Pompeu de. Vida que segue. "[...] os motores que permitiram aos governos do PT levar a corrupção a inéditas alturas continuam em funcionamento."	S
AG15.4	GUZZO, J.R. Restos a pagar. "[...] seu verdadeiro problema [...] está em Curitiba, no juiz Sérgio Moro e na 13ª Vara Criminal Federal."	S	GUZZO, J.R. "Um Brasil que nunca existiu até agora - [...] Nunca se roubou tanto da brava gente brasileira."	S
M16.1	LUFT, Lya Luft. O alçapão. "Na realidade, chegamos ao fundo do poço, ou quase. Ao peso de uma corrupção nunca vista [...] a grande nau foi desviada de qualquer rota sensata e enterrou a quilha na lama."	S	GUZZO, J.R. Agonia moral. "O ex-presidente Lula perdeu a batalha mais importante de sua vida. Tem pela frente, ainda, um demorado tiroteio nas altas, médias e baixas cortes da Justiça Penal brasileira."	S
M16.2	Maílson da Nóbrega - Sem espaço para guinada - No desespero diante das investigações da Operação Lava-jato, o PT imagina permanecer no poder caso a economia se recupere, o emprego cresça e a confiança volte.	S	GUZZO, J.R. A porta estreita. "[...] para complicar o teorema, o propagandista-chefe não está disponível para ajudar em nada, já que atualmente faz parte da população carcerária de Curitiba. "	S
M16.3	LUFT, Lya. Seremos todos trouxas? - "[...] pobre país, objeto de tanta exploração e destruição, por corruptos, gananciosos, dementes, inqualificáveis ou desqualificados seres humanos em posições de poder."	S	GRYZINSKI, Vilma. Ídolos decaídos. "Disse ele [Lula]: "Não permitiremos que a corrupção, a sonegação e o desperdício continuem privando a população de recursos que são seus [...] Deu no que deu."	S
M16.4	NÓBREGA, Maílson da. Sim, nós temos instituições. "Isso é evidente na crescente intolerância dos brasileiros à inflação sem controle e à corrupção."	S	GUZZO, J.R. Tudo desigual. "Fizeram uma "edição extra do Diário Oficial na véspera da posse de Lula, para ele se esconder o mais rápido possível das investigações de corrupção da operação Lava-Jato."	S

M16.5	Lya Luft - Saber para mudar - [...] "Alguns governantes, políticos, grandes empresários estão entre os mais desonestos: a propina, a compra e a venda de honradez[...]."	S	GRYZINSKNI, Vilma. Tribos perdidas. "Os que praticaram crimes contra a nação e os pagos para aplaudir corruptos devem enfrentar os tribunais de Justiça ou de sua consciência."	S
A16.1	GUZZO, J.R. Tempo de desvario. "Nunca houve uma campanha tão frenética a favor da corrupção como a que se faz agora sob o comando de Lula [...]"	S	SR	N
A16.2	LUFT, Lya. Um país leiloado. "Cargos, dinheiro, favores, distribuem-se abertamente a quem é contra "o golpe". Quanto valerá meu país? Quanto vale uma lealdade? E uma deslealdade?"	S	TOLEDO, Ricardo Pompeu de. Saída conjunta. "Avolumam-se os indícios de que o dinheiro sujo das empreiteiras alimentou-lhes a campanha."	S
A16.3	GUZZO, J.R. Chegou a hora. "A essa nuvem escura juntou-se a lava cada vez mais destrutiva da corrupção expelida pelo vulcão da Lava-Jato[...]."	S	SR	N
A16.E	GUZZO, J.R. Troca de Baralho - "[...] monumento histórico à corrupção, à incompetência e à insensatez que foram os seus [Dilma Rousseff] cinco anos e tanto de governo."	S	NT	N
A16.4	TOLEDO, Roberto Pompeu de. "Foi constrangedor ver um réu por crime de corrupção e lavagem de dinheiro no comando da sessão de impeachment."	S	SR	N

EDIÇÕES	UNITARIZAÇÃO [REPORTAGEM]	C	UNITARIZAÇÃO [REPORTAGEM]	C
M11.1	RANGEL, Rodrigo; PEREIRA, Daniel. Entrada Proibida. "As grandes empreiteiras por exemplo, fizeram chegar ao Planalto queixas contra a atuação de Bumlai na Petrobrás. Uma das mais recorrentes trata de supostos privilégios que a construtora UTC estaria recebendo da estatal, por causa do lobista."	S	SR	N
M11.2	PORTELA, Fábio. Mamãe, eu quero mamar. " Na comissão da Câmara que discutirá a reforma política, estarão Ricardo Berzoini, o chefe dos aloprados, José Guimarães, cujo assessor foi pego com 100 mil dólares na cueca, e Valdemar Costa Neto, estrela do escândalo do mensalão."	S	Em nome do pai. "Luciana Genro, filha do governador gaúcho, abre cursinho financiado por empresa que tem contrato com o governo. Um negócio de pai para filha."	S
M11.3	RANGEL, Rodrigo; RIBEIRO Gustavo. [Índice] Corrupção - Vida de delator. "[Destaque] Novos vídeos comprometem o governador Agnelo Queiroz, o ex-governador Roriz e uma advogada que fazia lobby no planalto. "	S	PORTELA, Fábio. Na mira da banda padre. "Responsável pelo afastamento de centenas de policiais corruptos, o secretário da Segurança de SP torna-se vítima de espionagem destinada a derrubá-lo do cargo."	S

M11.4	RANGEL, Rodrigo. [Índice] Corrupção - a lobista que seduziu o poder. A pedido da máfia - mensagens trocadas entre o ministro Gilberto Carvalho e a advogada Christiane: "me comprometo a levar esta questão ao presidente Lula"	S	DINIZ, Laura. Pulso firme contra o crime. "O governador Geraldo Alckmin mostra sua força ao afastar delegado e reestruturar o Detran para combater a corrupção na polícia paulista."	S
M11.5	COURA, Kalleo; SPERANDIO, Marcelo. Revolta impactante, omissão do estado, visão arcaica de alguns empresários e peleguismo de sindicatos provocam greves e vandalismo em grandes obras do PAC. "Falhas em licitações, dificuldades operacionais, corrupção e ineficiência [...]."	S	RIBEIRO, Gustavo. [Índice] STF, Lei da Ficha Limpa: prevaleceu a constituição.	S
M12.1	[Índice] Justiça - Sai a sentença de Waldomiro Diniz, o petista que desviava recursos da loteria	S	TEIXEIRA, Duda. Assim não dá para negociar – e-mails revelados pelo Wikileaks insinuam propinas e conchavos na escolha dos caças da FAB.	S
M12.2	PEREIRA, Daniel - Armadilha aliada - "A maioria votou contra o governo para deixar claro que está insatisfeita com a [...] perspectiva de uso da máquina federal para beneficiar o PT nas eleições."	S	SR	N
M12.3	[Índice] STF - Toffoli vai decidir se considera impedido no caso do mensalão	S	PEREIRA, Daniel. Faxina no Congresso - Dilma isola parlamentares [...] que ameaçam se rebelar por cargos e verbas	S
M12.4	O Brasil aos olhos de Dilma – [pergunta] A senhora consumiu boa parte do primeiro ano de seu governo resolvendo crises provocadas por denúncias de corrupção.	S	SR	N
M13.1	[Índice] Congresso - A oposição ressuscita 2005, o ano do mensalão [do PT]	S	[Índice] Corrupção - Denúncias deixam o deputado Gabriel Chalita fora da reforma ministerial	S
M13.2	SR	N	SR	N
M13.3	[Índice] Superfaturamento que vai do estádio à merenda	S	BONIN, Robson. O inimigo interno. "Na capa, em letras garrafais, os dizeres: "Candidato condenado no Rio Grande do Norte, com direitos políticos cassados e responde a vários processos."	S
M13.4	MARQUE, Hugo. Cabeças cortadas. O novo ministro da agricultura, criador de gado, é parceiro e cliente de um abatedouro clandestino.	S	GASPAR, Malu; PEREIRA, Daniel. Quase deu certo. [Destaque] Com a ajuda do homem do partido no grupo X, o ex-presidente Lula recrutou ministros para salvar os negócios de Eike Batista.	S
M14.1	[Índice] Mensalão - o STF livra réus do crime de formação de quadrilha	S	[Índice] Corrupção - a fraticida disputa pelo dinheiro do trabalhador	S
M14.2	SR	N	SR	N
M14.3	[Índice] Mensalão - A rotina dos condenados na papuda.	S	A PF entra no baile. "PF abre inquérito para investigar Petrobrás."	S

M14.4	[Índice] A presidente Dilma Rousseff se complica com irregularidades na Petrobrás	S	[Índice] Corrupção - O Cade investiga a atuação de cartel de trens em cinco estados e no governo federal	S
A14.1	BONIN, Robson. A Petrobrás desceu a rampa. "[Destaque] Suspeito de envolvimento com pagamento e recebimento de propina e lavagem de dinheiro, o ex-diretor da Petrobrás Paulo Roberto Costa, preso pela polícia, mantinha ligação direta com políticos em Brasília."	S	SCHELP, Diogo. Um dia no país nº1 em honestidade... E no nº72	S
A14.2	[Índice] Petrobrás - A sociedade secreta entre um deputado [André Vargas, do PT] e um doleiro	S	[Índice] Petrobrás - Empresários pagavam pedágio para fazer negócios com estatal / Petroleira financiou compra de jornal para o PT	S
A14.3	[Índice] Petrobrás - Documentos mostram como corruptores e corruptos se locupletavam na estatal	S	Operação Lava-Jato - Deputado ameaça envolver outros petistas no escândalo	S
A14.4	[Índice] Operação Lava-Jato - Doleiro entregava dinheiro em domicílio	S	[Índice] Congresso - As múltiplas mentiras do deputado André Vargas (PT)	S
A14.5	[Índice] Polícia - A PF investiga se o ex-ministro Padilha também tinha ligações com Youssef	S	[Índice] Corrupção - Mas de 20% dos conselheiros dos tribunais de contas respondem a processos	S
O14.1	[Índice] Petrobrás - Delator diz que a campanha de Dilma pediu dinheiro ao esquema de corrupção	S	SR	N
O14.2	[Índice] Mensalão - Por retaliação, a OAB nega a revalidação do registro a Joaquim Barbosa	S	[Debate] O último lance - "Vocês entregaram a nossa maior empresa, e isso quem diz é a PF, a uma quadrilha, a uma organização criminosa que lá se instalou." Aécio Neves para Dilma Rousseff	S
O14.3	PEREIRA, Daniel - O teatro de operações - [Destaque] A polícia apreendeu 116 mil reais em avião que levava Benedito de Oliveira, notório colaborador de campanhas do PT."	S	RANGEL, Rodrigo. Revelações de estarrecer . O ex-diretor Paulo Roberto Costa e o doleiro Alberto Youssef expõem as entranhas do esquema de corrupção na Petrobrás.	S
O14.4	[Índice] - Petrobrás - Doleiro diz que dinheiro desviado abastaceu a campanha de Dilma em 2010	S	SR	N
O14.5	[Índice] - Petrobrás - Doleiro diz que Lula e Dilma sabiam de corrupção na estatal.	S	[Índice] Governo - Doze anos de escândalos	S
N14.1	[Índice] Petrobras - O juiz encarregado do caso vira o alvo dos acusados	S	A arte de iludir - "[...] Porque tudo o que o governo quer agora, a exemplo de Lula com o mensalão, é desviar a atenção do escândalo do Petrolão."	S
N14.2	SAKATE, Marcelo - Dilma e Seu Labirinto. " Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras, e Alberto Youssef, o doleiro encarregado do caixa do esquema de corrupção na estatal.	S	PEREIRA, Daniel; CEOLIN, Adriano. Pressão de todos os lados. À desastrosa indecisão de Dilma na economia, somam-se os apertos na política [...] e o petrolão.	S
N14.3	[Índice] Petrobras - A justiça da Holanda confirma suborno na estatal	S	Petrobras - A vez dos corruptores	S

N14.4	Petrolão - A mensagem de Paulo Roberto Costa para Dilma Rousseff	S	LUZ, Natália; PETRY, André. O crime não compensa. "A oposição tucana faz seu trabalho de fustigar o governo e o PT e os petistas tentam se defender vendendo a lorota de que o governo do PT é que mandou investigar tudo."	S
D14.1	[Índice] Petrolão - O planalto foi advertido sobre riscos de contratos sem licitação	S	GASPAR, Malu. Uma nova chance para a economia. "Diante dos desafios do petrolão, que poderá fragilizar o governo, e do jogo político pesado de um Congresso eleito menos favorável ao diálogo[...]."	S
D14.2	[Índice] Petrolão - Empresários dizem à polícia que pagaram propina ao PT	S	Um novo elo no petróleo. "Um desses elos, descoberto na semana passada, trouxe à tona um novo personagem e fez aparecer um vaso comunicante entre duas pontas do petrolão, o PMDB e o PT."	S
D14.3	BONIN, Robson; MARQUES, Hugo. Propina em domicílio. As revelações do homem que entregava dinheiro desviado da Petrobrás na casa de deputados, senadores, governadores, ministros e até na sede nacional do PT."	S	GASPAR, Malu. Professores do crime. Procuradores denunciam empreiteiros por corrupção e detalham o impressionante esquema que as empresas teriam montado para desviar dinheiro da Petrobrás.	S
D14.4	SAKATE, Marcelo. A Petrobras resistirá à tormenta. "Os prejuízos da empresa com os desvios do Petrolão passam longe de ser desprezíveis."	S	SR	N
D14.5	Retrospectiva 2014 - Dilma e os maquiadores. [...] Dilma acaba o ano acuada por problemas reais que vão da estagnação econômica e inflação ao escândalo do Petrolão e um Congresso hostil.	S	Retrospectiva 2014. O "escandalão". Considerado o maior caso de corrupção da história, o mensalão perdeu em 2014 o posto para um escândalo ainda pior: o petrolão	S
J15.1	CEOLIN, Adriano. Brasil, mandato novo, problemas velhos. "[...] depois de oito anos de governo petista manchado pela nódoa da corrupção e pela indelével marca do mensalão[...]."	S	DALTRO, Ana Luiza. Alvarenga, Bianca. 2015 morro acima. "Alguns projetos deverão ser afetados pelo escândalo do petrolão, que envolve as maiores empreiteiras brasileiras.	S
J15.2	RANGEL, Rodrigo. Meio desabafo, meio ameaça. O empreiteiro apontado como chefe do cartel da Petrobras liga os contratos sob suspeita ao caixa de campanha de Dilma.	S	MARQUES, Hugo. "Com blá-blá-blá... Sem bafafá, quem foi malandro é, sempre será", diz um antigo enredo da escola Império Serrano. Lula caiu nesse mesmo samba em 2008 ao dar ordens na Petrobrás. [Destaque] "Ele quer" Lula e o desfile de 2008: as normas da Petrobras desautorizavam o pagamento, mas o dinheiro foi liberado porque o presidente mandou	S
J15.3	BONIN, Robson; MARQUES, Hugo. Dossiê Venina. A ex-gerente relata que operador usava a área de comunicação da Petrobras para captar dinheiro para as campanhas eleitorais do PT.	S	PEREIRA, Daniel. Teste de paternidade - Faz tempo que o escândalo de corrupção na Petrobras serve de combustível para o fogo amigo dentro do PT. "	S

J15.4	RANGEL, Rodrigo, CEOLIN, Adriano. Do palácio ao petrolão. O empresário era tão íntimo de Lula que tinha passe livre no Planalto.[...] ele agora também é investigado no escândalo da Petrobras.	S	BONIN, Robson; MARQUES, Hugo. Precisa desenhar? O TCU arquiva investigação sobre um ministro que atuava como informante do Palácio do Planalto. "	S
F15.1	RANGEL, Rodrigo; BONIN, Robson; MEGALE, Bela. Todos contra todos. Com os processo da Operação Lava-Jato a caminho das sentenças, as empreiteiras querem Lula e Dilma junto com elas na roda da justiça.	S	HISAYASU, Alexandre; ZALIS, Pieetr. Até agora, ele ganhou quase tudo. Condutor da Lava-Jato, o juiz Sérgio Moro, mesmo pressionado por todos os lados, não teve praticamente nenhuma decisão derrubada nos tribunais superiores.	S
F15.2	PEREIRA, Daniel; BONIN, Robson. O homem da mochila. O PT desviou meio bilhão de reais dos cofres da Petrobras ao longo de dez anos.	S	PRADO, Thiago. Vigiar e punir. A história do gerente da Petrobras que, assim como Venina Velosa, foi punido por fazer um dossiê revelando as traquinagens de Renato Duquel.	S
F15.3	PEREIRA, Daniel; BONIN, Robson. "O chefe da polícia pelo telefone mandou avisar..." "A reportagem de Veja que você lerá a seguir revela que [José Eduardo] Cardozo recebeu em seu gabinete o advogado de uma empreiteira envolvida no escândalo [..]"	S	Feitiços e Feiticeiros. Em encontro com advogados, o ministro da Justiça tranquiliza empreiteiras ao garantir que investigações da Lava-Jato sofrerão uma reviravolta logo depois do carnaval	S
F15.4	PEREIRA, Daniel; BONIN, Robson. O que ele sabe é dinamite pura. Ricardo Pessoa, presidente da UTC, preso na PF em Curitiba, quer fazer delação premiada e contar tudo.	S	BARROS, Mariana. Esperando Janot. O círculo de corrupção começa a se fechar nos próximos dias [...].	S
M15.1	GASPAR, Malu; SAKATE, Marcelo. Onde há fumaça...há fogo? "Para a Petrobrás - que tem visto minguar seus recursos, drenados pela corrupção, má gestão e alta do dólar, entre outros fatores - o rebaixamento da nota pela Moody's significa um tombo e tanto.	S	PEREIRA, Daniel; MARQUES, Hugo. Um novo fenômeno. Um pequeno empresário de Santos fez fortuna em negócios com Cuba e países africanos graças a privilégios obtidos na agência do governo para o comércio exterior."	S
M15.2	RANGEL, Rodrigo. Os nomes sob suspeita. "O escândalo da Petrobrás já é, de longe, o maior de todos os tempos."	S	BONIN, Robson. É só seguir o dinheiro. "Por que o ex-presidente Lula não está na lista de investigados do petrolão se quase todos os crimes apurados na Operação lava-jato foram cometidos em seu governo por pessoas indicadas por ele ou ligadas indiretamente a ele?"	S
M15.3	BARROS, Mariana; Pereira, Daniel. E o governo mal começou... "[...]Dilma já tem a pior aprovação de um presidente desde o impeachment de Collor, as contas públicas em frangalhos, uma economia à beira de uma crise e o povo nas ruas contra ela e seu partido."	S	PETRY, André. Até ela fala naquilo. "Em 2005, com o mensalão fervendo, Lula não enfrentou um processo de impeachment, ainda que houvesse base legal para instalá-lo."	S

M15.4	BARROS, Mariana; ZALIS, Pietr. As regras do jogo. "Um em cada quatro manifestantes que foram à Avenida Paulista protestar no dia 15 de março defendeu o impeachment da presidente da Dilma Rousseff, segundo uma pesquisa do Datafolha. Só a corrupção foi mais citada como motivo para ir à marcha.	S	Bonin, Robson. Adivinhe quem vai pagar. Com os cofres vazios por causa das investigações do petrolão e das doações em queda livre, partidos se unem para triplicar a verba que recebem do fundo partidário.	S
AB15.1	BONIN, Robson. A rota da propina. Investigadores reconstituíram o trajeto percorrido pelo homem que distribuía dinheiro sujo aos políticos [...]	S	PETRY, André. O sucesso explodiu o cartel. As empreiteiras que fraudavam licitações na Petrobrás eram sete, depois nove, depois dezesseis e, por fim, 23."	S
AB15.2	RANGEL, Rodrigo; BONIN, Robson. O segredo da Casa Civil. Os petistas José Dirceu, Erenice Guerra e Antonio Palocci chefiam a Casa Civil da Presidência. Os três ficaram milionários depois de deixar o governo. Como esse milagre foi operado? A polícia começa a descobrir.	S	PEREIRA, Daniel; MARQUES Hugo. Operação Cala-boca - Em novembro passado, o juiz Sergio Moro determinou a prisão de executivos de oito empreiteiras acusadas de saquear os cofres da Petrobrás [...]"	S
AB15.3	PEREIRA, Daniel; CEOLIN, Adriano; BONIN, Robson. De olhos bem abertos. "O [Petrolão é] maior esquema de corrupção da história do país."	S	Leite, Pedro Dias. O partido que derreteu. "A sucessão de casos de corrupção, com a ida de um petista para a cadeia toda semana, é só uma das causas da derrocada."	S
AB15.4	PEREIRA, Daniel. BONIN, Robson. MARQUES, Hugo. O homem dos presidentes. A prisão do tesoureiro do PT, João Vaccari, mostra que o partido atuava no governo como uma organização criminosa e envolve a campanha da presidente Dilma Rousseff no escândalo da Petrobras	S	HISAYASU, Alexandre. O que é, o que é... Ricardo Pessoa, dono da construtora UTC, está par ao escândalo do petrolão como um maçarico para um barril de gasolina - é só acioná-lo para a cosa toda ir pelos ares.	S
AB15.5	BONIN, Robson. Os favores do empreiteiro. Preso há seis meses, o engenheiro Léo Pinheiro, ex-presidente da OAS, uma das empreiteiras envolvidas no escândalo da Petrobras, admite pela primeira vez a intenção de fazer acordo de delação premiada.	S	PEREIRA, Daniel. A delação compensa. As primeiras sentenças do escândalo da Petrobras mostram que trdição de impunidade nos casos de corrupção começa a dofrer um duro golpe [...]	S
AG15.1	PEREIRA, Daniel; Marques; Hugo. O teorema da corrupção. Banco do Brasil, Petrobras, Eletrobras...A operação Lava-Jato mostra que as estatais e órgãos públicos seguiram à risca o enunciado de 2003 do governo Lula.	S	BONIN, Robson. Delações em massa. Com os processos avançando em direção a pesadas condenações, mais envolvidos no escândalo da Lava-Jato se oferecem para contar o que sabem em troca do abrandamento das penas.	S
AG15.2	PEREIRA, Daniel. Um diálogo de surdos - crise econômica, crise política, traições, impeachment, Lava-Jato, impopularidade. O governo petista está desorientado, pede socorro, mas finge que não ouve o barulho das ruas.	S	[Índice] Lava-jato - a nova prisão de José Dirceu e a utopia que nunca existiu	S
AG15.3	[Índice] Lava-jato - Investigações que começaram na Petrobras já atingem ministérios e outros órgãos do governo	S	[Índice] Nestor Cerveró revela que o superfaturamento pagou dívidas da campanha presidencial do PT em 2006	S

AG15.4	CEOLIN, Adriano; Bonin, Robson. A justiça e os mãos-sujas. [...] O governo do PT é o sócio majoritário controlador da Petrobras e, portanto, o responsável final pelos desarranjos ocorridos ali nos últimos doze anos.	S	MARQUES, Hugo. A estrelinha apagou - Os tesoureiros do PT nos últimos quinze anos parecem sofrer do mesmo estigma: dois estão presos e o terceiro acaba de entrar no radar da polícia federal	S
M16.1	PEREIRA, Daniel. "Acarajé" na campanha. Dilma Rousseff foi advertida por empreiteiro de que investigações da Lava-jato poderiam resvalar em pagamentos secretos das campanhas eleitorais do PT.	S	MAGALHÃES, Vera. É ela que paga. Mônica Moura, a sétima mulher do marqueteiro de Dilma, é a responsável pelas finanças do casal. Elegante e sofisticada, planejava um período sabático em Nova York antes da prisão.	S
M16.2	ALCÂNTARA, Eurípedes. "O legal versus o ilegal" - Lula é conduzido coercitivamente a depor na Polícia Federal em São Paulo para esclarecer uma mínima parte de suas atribuições com a justiça brasileira - mas já fez comício, em vez de dar explicações.	S	O triplex, o sítio e a fortuna - A sociedade secreta de Lula com as empreiteiras envolvidas no escândalo de corrupção da Petrobras rendeu favores, mordomias e mais de 40 milhões de reais ao ex-presidente	S
M16.3	PEREIRA, Daniel. A serpente acuada. [...] São muitos os pecados atribuídos ao ex-presidente [Lula]. Em diferentes frentes, ele é acusado ou suspeito de corrupção, tráfico de influência, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica.	S	BONIN, Robson. Mais um listão. Otávio Azevedo, ex-presidente da Andrade Gutierrez, acusou Ricardo Berzoini (PT), ministro da coordenação política, de negociar propina em obras federais.	S
M16.4	A explosão da crise. [...]A presidente Dilma Rousseff parece cada vez mais enrolada nas suspeitas de que trabalha nos bastidores para obstruir a Justiça, outra acusação de Delcídio.."	S	PEREIRA, Daniel. Exclusivo - "Lula comandava o esquema" - Delcídio do Amaral, ex-líder do governo, diz que tanto Lula como Dilma tinham pleno conhecimento da corrupção na Petrobras[...]"	S
M16.5	PEREIRA, Daniel. Contagem regressiva. "Com o impeachment cada vez mais perto, Dilma faz um discurso duro no Planalto em que denuncia "ruptura institucional", mas acaba a semana sob ameaça de ser investigada por tentativa de obstrução da Justiça."	S	BONIN, Robson. O plano secreto. [...] Domingo, 6 de março. Sob impacto da 24ª fase da Operação Lava-Jato, na qual foi levado coercitivamente para depor na Polícia Federal, Lula reuniu seus principais conselheiros.	S
A16.1	RANGEL, Rodrigo; BONIN, Robson. Um cadáver na Lava-Jato. Com dinheiro sujo, o PT comprou o silêncio de um empresário que ameaçava dar informações sobre o suposto envolvimento de Lula, José Dirceu e Gilberto Carvalho no assassinato de Celso Daniel.	S	CAMPBELL, Uilisses. Os "amigos do rei". O Ministério Público investiga por que onze pessoas próximas a Lula receberam apartamentos da OAS no mesmo esquema do triplex do Guarujá.	S
A16.2	RANGEL, Rodrigo; BONIN, Robson; PEREIRA, Daniel. Fechando para balanço! Últimas boquinhas! Corra! [...] Executivos que aderiram à delação premiada já disseram às autoridades que propinas abasteceram as duas campanhas presidenciais da petista, de 2010 e 2014.	S	PRADO, Thiago. A mão amiga. Os honorários do advogado Roberto Teixeira, compadre de Lula, são um fenômeno. Só na Fecomércio do Rio, levou nada menos que 18 milhões de reais em um ano	S

A16.3	O muro, a hora e a paz. “[...]Dilma Rousseff perdeu as condições de governar [...] apesar de não estar sob investigação oficial, fragilizou-se fatalmente diante de denúncias que atingem a constelação que a cerca.	RANGEL, Rodrigo. BRONZATTO, Thiago. Só eles não sabiam. Passa de trinta o número de ministros, ex-ministros, políticos, auxiliares e pessoas próximas à presidente Dilma e ao ex-presidente Lula implicados, investigados ou presos no bojo dos desvios na Petrobrás	S
A16.E	JUNIOR, Policarpo; RANGEL, Rodrigo; PEREIRA, Daniel; BONIN, Robson; MARQUES, Hugo; BRONZATTO, Thiago. Folga de 25 votos. “[...] Acreditavam que a imprensa livre e os órgãos de investigação jamais descobririam que eles e mantiveram no poder fraudando eleições, subornando político e corrompendo partidos por meio de uma gigantesca estrutura de corrupção montada dentro do aparelho estatal.”	LEITÃO, Leslie; PRADO, Thiago. A luta continua. No cenário pré-impeachment, a Operação Lava-jato foi o rolo compressor que xpôs os meandros de uma insaciável máquina de corrupção instalada dentro da Petrobrás. Por meio dela, empreiteiras irrigavam contas de políticos do PT e partidos aliados em troca de contratos bilionários com a estatal.	S
A16.4	COURA, Kalleo. O golpe do golpe. [Destaque] Mais uma - Nova delatora, Mônica Moura acusou dinheiro sujo na campanha [de Dilma]	PEREIRA, Daniel. PRADO, Thiago. Unanimidade nacional.[...] Empresários denunciam-no por extorsão. Cunha é acusado de embolsar propinas milionárias do petrolão, de ser correntista oculto de bancos na Suíça e de mentir aos colegas, o que configura quebra do decoro parlamentar.	S

APÊNDICE F – Unitarização – Categoria antipetismo

EDIÇÕES	UNITARIZAÇÃO [CAPA]	COD
M11.1	SR	N
M11.2	SR	N
M11.3	SR	N
M11.4	SR	N
M11.5	SR	N
M12.1	SR	N
M12.2	SR	N
M12.3	SR	N
M12.4	SR	N
M13.1	SR	N
M13.2	SR	N
M13.3	SR	N
M13.4	SR	N
M14.1	"Quanto riso, Oh! Quanta alegria..." O STF decidiu que eles [José Genoíno, José Dirceu e Delúbio Soares] não formaram quadrilha e estarão soltos logo. Para os brasileiros, isso é melancólico	S
M14.2	SR	N
M14.3	Exclusivo - José Dirceu, a vida na cadeia	S
M14.4	SR	N
A14.1	SR	N
A14.2	Especial - Como o PT está afundando a Petrobrás / [Destaque] Os diálogos da corrupção - As conversas do deputado André Vargas [PT] e do doleiro Alberto Youssef flagradas pela Polícia Federal	S
A14.3	[Destaque] André Vargas [PT] - As chantagens do amigo do doleiro para salvar seu mandato de deputado	S
A14.4	SR	N
A14.5	SR	N
O14.1	[Destaque] Exclusivo - O núcleo atômico da delação - Paulo Roberto Costa diz à Polícia Federal que em 2010 a campanha de Dilma Rousseff pediu dinheiro ao esquema de corrupção da Petrobrás	S
O14.2	SR	N
O14.3	[Destaque] Petrolão - O ex-diretor da Petrobrás fala, o doleiro confirma e o PT sen enrola ainda mais	S
O14.4	Escândalo da Petrobrás - O doleiro fala - A campanha presidencial de 2010 do PT levou dinheiro do petrolão; 28 deputados federais recebiam propinas mensais para apoiar o PT	S
O14.5	Petrolão - Eles sabiam de tudo - O doleiro Alberto Yousseff, caixa do esquema de corrupção na Petrobrás, revelou à PF e ao MP na terça-feira passada que Lula e Dilma Rousseff tinham conhecimento das tenebrosas transações na estatal	S
N14.1	SR	N
N14.2	SR	N

N14.3	A prisão dos bilionários - Na nova fase da Operação Lava Jato, o escândalo do petrolão leva à cadeia 18 altos executivos de empreiteiras e o homem forte do PT na Petrobrás	S
N14.4	Exclusivo - De: Paulo Roberto, Para: Dilma Rousseff - Uma mensagem eletrônica de Paulo Roberto Costa para Dilma Rousseff em 2009 indica que ela e Lula ignoraram alertas sobre irregularidades em obras da Petrobrás usadas pelos corruptos do caso Lava-Jato	S
D14.1	SR	N
D14.2	A Operação Lava-Jato e o PT - O partido do governo tem muito que explicar sobre o escândalo depois das acusações de receber propina nas campanhas eleitorais	S
D14.3	Exclusivo - O Disque-propina, Saiba a quem este homem entregava em domicílio o dinheirão desviado da Petrobrás. Tem ex-presidente, ministro, tesoureiro de partido, deputado....	S
D14.4	SR	N
D14.5	SR	N
J15.1	SR	N
J15.2	[Destaque] Exclusivo: Recados do cárcere - Em seis folhas de caderno manuscritas, o empreiteiro Ricardo Pessoa, da UTC, liga caixa de campanha de Dilma ao Petrolão	S
J15.3	SR	N
J15.4	[Destaque] Petrolão - Empresário com passe livre no Planalto de Lula é o mais novo investigado	S
F15.1	Reação em cadeia - Executivos presos revoltados com os políticos soltos. Empreiteiros ameaçando Lula e Dilma. São todos contra todos na fase decisiva da Operação Lava-Jato	S
F15.2	[U\$ 200 milhões] PT 35 anos - A ventania de denúncias que apagou o brilho da festa de aniversário do partido de Lula e Dilma	S
F15.3	SR	N
F15.4	Os segredos do empreiteiro - Desde 2003 ele dá dinheiro de propina ao PT e outros partidos	S
M15.1	SR	N
M15.2	SR	N
M15.3	SR	N
M15.4	SR	N
AB15.1	SR	N
AB15.2	SR	N
AB15.3	SR	N
AB15.4	EsPécie em ExTinção? Dois tesoueiros presos, um ex-presidente acuado, uma presidente que terceirizou o poder, bancadas parlamentares envergonhadas e um escândalo atrás do outro. Nem o PT resiste	S
AB15.5	Exclusivo - Operação Lava-Jato - Empreiteiro arrasta Lula para o meio do escândalo	S
AG15.1	SR	N
AG15.2	SR	N
AG15.3	A República do Pixuleco - A Lava-jato chega à esplanada dos ministérios / Exclusivo - Empresa do ex-presidente Lula faturou 27 milhões de reais - 10 deles de construtoras investigadas no Petrolão	S
AG15.4	SR	N

M16.1	Operação Acarajé - Saiu muito mais caro - O mais hábil profissional da mentira e da manipulação fez campanhas de Dilma e Lula e recebeu dinheiro sujo no Brasil e em contas secretas na Suíça. Ela pode perde o mandato. Ele, a pouca credibilidade que lhe resta.	S
M16.2	Especial - Lula e a lei - A delação premiada de Delcídio do Amaral é uma bomba arrasa-quarteirão contra Dilma e Lula	S
M16.3	O desespero da Jararaca - Com o governo Dilma derretendo sob a ameaça do impeachment, Lula sai atrás de apoio em Brasília, recorre ao Supremo Tribunal e termina acuado por um pedido de prisão preventiva	S
M16.4	Exclusivo - "Lula comandava o esquema" - O senador Delcídio do Amaral antecipa à Veja a segunda parte de sua delação e detalha como o governo vazava operações da Lava-Jato usando as senhas "ventos frios" e "questão indígena"	S
M16.5	Exclusivo - O plano secreto de Lula para evitar a prisão: pedir asilo à Itália e deixar o Brasil	S
A16.1	O cadáver da Lava-Jato - Com as duas prisões da Operação Carbono 14, os investigadores chegam perto de esclarecer o mistério que mais assombra o PT: afinal, quem matou Celso Daniel, o prefeito de Santo André?	S
A16.2	Dilma em liquidação - Superqueima de cargos. Corra! Últimos ministérios!	S
A16.3	SR	N
A16.E	SR	N
A16.4	SR	N

EDIÇÕES	UNITARIZAÇÃO [EDITORIAL]	COD
M11.1	SR	N
M11.2	SR	N
M11.3	SR	N
M11.4	SR	N
M11.5	SR	N
M12.1	SR	N
M12.2	SR	N
M12.3	SR	N
M12.4	SR	N
M13.1	SR	N
M13.2	SR	N
M13.3	SR	N
M13.4	SR	N
M14.1	A Guerra contra a corrupção - "Passam-se dois meses e, em 20 de novembro do mesmo ano, Veja coloca na capa os rostos graves de José Genoíno, José Dirceu e Delúbio Soares, sobre os quais se depositava suavemente a sombra das grades da cadeia."	S
M14.2	SR	N
M14.3	SR	N
M14.4	SR	N

A14.1	Uma nova carta ao povo brasileiro - "Com a divulgação de uma pesquisa dando conta de uma queda de 7 pontos porcentual na aprovação do governo e as tratativas adiantadas visando à instalação de uma CPI para apurar os descalabros do aparelhamento político da Petrobrás, as bolsas subiram e o dólar caiu.	S
A14.2	O que o senhor tem a esconder? - O exemplo mais recente e completo desse fato é o deputado federal André Vargas, do PT do Paraná, que vinha sendo a vanguarda do atraso na obsessão de submeter a imprensa brasileira à censura oficial sob o eufemismo de "controle social da mídia." Pois não é que o deputado Vargas tem um prontuário de malfeitorias?	S
A14.3	SR	N
A14.4	Tênuos sinais de vida ética - "A reação-padrão do PT nesses casos seria acusar a "imprensa golpista", passar a mão na cabeça do delinquente e, em público, no máximo, admitir que ele, coitadinho, agiu como um aloprado. Desta vez a reação foi diferente. Vargas foi pressionado a renunciar ao mandato."	S
A14.5	SR	N
O14.1	SR	N
O14.2	SR	N
O14.3	Democracia madura - "A quarta, mais recente, decorreu da condenação e do encarceramento na penitenciária da Papuda da cúpula do PT, o partido no poder, pelo escândalo do mensalão."	S
O14.4	SR	N
O14.5	Choque de realidade - Em sua edição de 10 de setembro, Veja escreveu na Carta ao Leitor: "O governo de Dilma Rousseff pode estar na iminência de enfrentar um escândalo de proporções semelhantes às do mensalão."	S
N14.1	A busca da verdade - Veja não procurou criar efeitos eleitorais contra ou a favor de nenhum candidato ao publicar a capa da semana passada com a revelação de que o doleiro Alberto Youssef disse aos policiais e procuradores federais que Lula e Dilma sabiam do funcionamento do esquema de corrupção na Petrobrás."	S
N14.2	SR	N
N14.3	SR	N
N14.4	O papel das instituições - Uma reportagem desta edição de Veja, escrito pelo editor especial André Petry, detém-se sobre o documento de 51 páginas em que o juiz Sérgio Moro justifica a concessão dos pedidos de prisão de corruptos e corruptores da Lava-Jato.	S
D14.1	SR	N
D14.2	O golpe da doação legal - Na reportagem de capa de 22 de outubro passado, que trouxe com exclusividade os pontos mais fortes do depoimento do doleiro Alberto Youssef às autoridades da Operação Lava-Jato, Veja enfatizou a gravidade da revelação de que parte do dinheiro desviado do esquema de corrupção na Petrobrás teria sido entregue a João Vaccari Neto, tesoureiro do PT.	S
D14.3	SR	N
D14.4	SR	N
D14.5	SR	N
J15.1	SR	N
J15.2	SR	N
J15.3	SR	N
J15.4	SR	N
F15.1	Últimos capítulos - [Destaque] Com Lula e Dilma junto com elas no petrolão, as empreiteiras têm chance de escapar de arcar sozinhas com as penas do escândalo	S

F15.2	Sob o símbolo de "Moch" - [Destaque] Vaccari, tesoureiro do PT, em duas capas de Veja: sempre do lado torto das questões que envolvem dinheiro público.	S
F15.3	SR	N
F15.4	Ecos do grande erro - [Destaque] A capa premonitória de Veja, publicada há quase dez anos: tratar o governo como propriedade do partido é pecado original do ciclo petista de poder	S
M15.1	SR	N
M15.2	SR	N
M15.3	A faixa providencial - O primeiro mandato de Lula caminhava para o fim e aproximavam-se as eleições nas quais ele obteve nas urnas o direito de ficar mais quatro anos no Palácio do Planalto. A capa da revista refletia a perplexidade geral com o fato de o presidente e seu partido continuarem indiferentes às revelações do mensalão, escândalo que já viera a público e em que os envolvidos já estavam denunciados pelo procurador-geral da República.	S
M15.4	SR	N
AB15.1	SR	N
AB15.2	SR	N
AB15.3	O chamado das ruas - "Se tem noção exata do que querem, os brasileiros que combinaram pelas redes sociais voltar às ruas das grandes cidades neste domingo, dia 12, para se manifestar contra o governo e seu partido, o PT, não sabem bem como conseguir seu intento."	S
AB15.4	A volta às origens - Uma reportagem desta edição analisa documentos internos do PT fruto das discussões recentes entre as cinco maiores tendências do partido. Fica claro que os grupos de militantes petistas, que raramente concordam sobre qualquer ponto, estão desta vez, de acordo em que a salvação para o partido é tentar, a todo custo, afastar-se da corrupção que permeou seus doze anos de poder federal.	S
AB15.5	SR	N
AG15.1	O real problema de Lula - Os advogados informaram a PGR das principais revelações que Pinheiro se dispunha a fazer. As mais relevantes, a respeito de sua relação especial com o ex-presidente Lula, haviam sido adiantadas por Veja em sua reportagem de capa de 29 de abril.	S
AG15.2	SR	N
AG15.3	SR	N
AG15.4	SR	N
M16.1	O significado da prisão de Santana - [Destaque] Monica Moura e João Santana, presos pela Polícia Federal sob suspeita de terem recebido dinheiro de propina do esquema do PT na Petrobrás	S
M16.2	Troca de guarda em Veja - "[O novo diretor de redação, André Petry] comandava a sucursal de Brasília quando Veja publicou a reportagem que deflagrou o escândalo do mensalão do PT, em 2005, e coordenou a cobertura do caso durante dois anos e meio."	S
M16.3	Investigações sérias - [...] A própria Lava-Jato, em que pese o trabalho minucioso que tem feito, já recebeu acusações de cometer excessos, como aconteceu diante da condução coercitiva do ex-presidente Lula para depor na Polícia Federal, em São Paulo.	S
M16.4	PLJ, o maior partido do Brasil - Fala-se em PLJ para jogar um pouco de luz sobre a desoladora descrença dos brasileiros nos atuais partidos políticos, em todos eles, a começar por aquele que outrora foi o mais popular de todos, o PT.	S

M16.5	Je suis Brasil - [...] Em boa medida, o ambiente de intolerância que se regista no país é responsabilidade do próprio PT. Primeiro, porque os escândalos de corrupção vieram demonstrar de modo acachapante o grau de cinismo do partido quando pregava a "ética na política" como bandeira essencial.	S
A16.1	A praga dos cargos - Para barrar a aprovação do impeachment da presidente Dilma Rousseff, o governo montou o velho balcão de negócios oferecendo 600 cargos e alguns milhões de reais em verbas públicas a quem se dispuser a votar segundo a orientação oficial.	S
A16.2	O aliado errado - "Com quase 70% dos brasileiros torcendo pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff, seria natural que o processo trnascorresse sem maiores tropeços."	S
A16.3	Um desafio e tanto - Em boa medida, ele terá obstáculos que poriam à prova qualquer político que viesse a substituir Dilma, dada a magnitude do desastre que a petista produziu no país.	S
A16.E	NT	N
A16.4	SR	N

EDIÇÕES	UNITARIZAÇÃO [ENTREVISTA]	COD
M11.1	SR	N
M11.2	SR	N
M11.3	SR	N
M11.4	SR	N
M11.5	SR	N
M12.1	SR	N
M12.2	SR	N
M12.3	SR	N
M12.4	SR	N
M13.1	SR	N
M13.2	SR	N
M13.3	SR	N
M13.4	SR	N
M14.1	SR	N
M14.2	SR	N
M14.3	SR	N
M14.4	SR	N
A14.1	SR	N
A14.2	SR	N
A14.3	SR	N
A14.4	SR	N
A14.5	SR	N
O14.1	SR	N
O14.2	SR	N

O14.3	Marcus André Melo - "As denúncias afetaram mais o rótulo partidário, o PT, do que a própria Dilma Rousseff. Além disso, é preciso lembrar que nem Aécio nem Marina foram assim tão incisivos nos questionamentos a Dilma sobre a corrupção em seu governo."	S
O14.4	SR	N
O14.5	SR	N
N14.1	SR	N
N14.2	SR	N
N14.3	SR	N
N14.4	SR	N
D14.1	SR	N
D14.2	SR	N
D14.3	Michael Ross - Cerca de 88% dos contratos assinados pela Petrobras entre 2003 e 2014[governo do PT] tiveram dispensa de licitação... Sim, esse é o exemplo perfeito das condições que criam corrupção, de acordo com o estudo da OCDE. É alarmante, especialmente porque esse dinheiro pertence à população brasileira	S
D14.4	SR	N
D14.5	SR	N
J15.1	SR	N
J15.2	Pedro Simon - "Lula foi a maior decepção da minha carreira. Porque ele tinha uma bandeira, tinha uma história, e agora está morrendo abraçado ao José Dirceu e aos mensaleiros e aos ladrões da Petrobrás.	S
J15.3	SR	N
J15.4	Robert Luskin - [Pergunta] No caso da Petrobrás, uma questão controversa diz respeito às responsabilidades da presidente da estatal, Graça Foster, e da presidente do Brasil, Dilma Rousseff, ex-presidente do conselho de administração. Ambas dizem que não sabiam de nada.	S
F15.1	SR	N
F15.2	Eduardo Cunha - Um dos juristas mais renomados do país, Ives Gandra Martins diz que já há base jurídica para um pedido de impeachment da presidente da República. O senhor concorda com essa tese? Não conheço os argumentos dele e, por isso, não posso comentá-los. Mas acho que não é cabível um pedido de impeachment em razão do petrolião.	S
F15.3	Luiz Fernando Pezão - Um dos grandes defensores da candidatura própria do PMDB em 2018, o governador do Rio demarca as diferenças com o PT, admite falhas e diz que nunca viu um centavo do petrolião	S
F15.4	SR	N
M15.1	SR	N
M15.2	SR	N
M15.3	SR	N
M15.4	Rogério Cheuquer - Nós, do Vem pra Rua, decidimos pelo seguinte caminho: em vez de tentarmos enumerar todos os erros do PT, apenas chamamos as pessoas para manifestar sua indignação."	S
AB15.1	SR	N
AB15.2	SR	N
AB15.3	Paulo Rabello de Castro - " A corrupção continua muito resistente. Também não temos sido capazes de ir do pensamento crítico para o propositivo, e sem planejamento não passa a uma agenda para o crescimento. Não será fácil reverter a centralização, outro erro da abordagem petista."	S

AB15.4	SR	N
AB15.5	Marta Suplicy - O PT Traiu os brasileiros - Trinta e cinco anos, de muitas vitórias e algumas derrotas, um mensalão e um petrolão depois, que descreve como "uma avalanche de corrupção", ela decidiu deixar a legenda a que dedicou metade de sua vida.	S
AG15.1	SR	N
AG15.2	Aécio Neves - O presidente nacional do PSDB diz que não há dúvida de que Dilma e seu antecessor se beneficiaram do maior esquema de corrupção já montado dentro do estado brasileiro.	S
AG15.3	SR	N
AG15.4	SR	N
M16.1	Modesto Carvalhosa - Fórmula anticorrupção [...] O senhor estuda corrupção há mais de vinte anos. De lá pra cá, a corrupção se sofisticou? Não. A diferença é que se tornou objetivo de Estado no governo petista.	S
M16.2	SR	N
M16.3	SR	N
M16.4	José Padilha - "[...] E o caso do PT também é pior porque o roubo sistêmico se soma a um enorme cinismo."	S
M16.5	Donatella Della Porta - [Pergunta] No Brasil, apesar de todas as evidências de corrupção, muitos ainda estão dispostos a ir às ruas para defender o atual governo.	S
A16.1	Bruno Speck - Mais doadores, menos corrupção - A decisão do STF é uma resposta a escândalos como o do mensalão e o do petrolão	S
A16.2	SR	N
A16.3	SR	N
A16.E	NT	N
A16.4	SR	N

EDIÇÕES	UNITARIZAÇÃO [COLUNA 1]	C	UNITARIZAÇÃO [COLUNA 2]	C
M11.1	SR	N	SR	N
M11.2	SR	N	SR	N
M11.3	SR	N	SR	N
M11.4	SR	N	SR	N
M11.5	SR	N	SR	N
M12.1	SR	N	SR	N
M12.2	SR	N	SR	N
M12.3	SR	N	SR	N
M12.4	SR	N	SR	N
M13.1	SR	N	SR	N
M13.2	SR	N	SR	N
M13.3	SR	N	SR	N
M13.4	SR	N	SR	N
M14.1	SR	N	SR	N

M14.2	GUZZO, J.R. De dose em dose - "Dirceu & Cia foram absolvidos do crime de quadrilha? Sim, foram, mas e daí? Continuam condenado por corrupção ativa: não é certificado de boa conduta"	S	SR	N
M14.3	SR	N	SR	N
M14.4	SR	N	SR	N
A14.1	CONSTANTINO, Rodrigo. A destruição da Petrobrás. "O prejuízo bilionário na suspeita compra de uma refinaria no Texas pela Petrobrás é apenas a ponta do Iceberg. O caso deve ser investigado a fundo."	S	SR	N
A14.2	SR	N	SR	N
A14.3	CONSTANTINO, Rodrigo. Vamos tapear o eleitor? "Dilma, a "faxineira ética", foi apenas outra construção de marketing para tapear os eleitores.	S	TOLEDO, Roberto Pompeu de. "Vou atuar". "O diálogo em questão sugere que seja em favor de gestão junto ao Ministério da Saúde para a conclusão de falcatrua envolvendo um laboratório de propriedade do doleiro. É razoável supor que essa seja uma de muitas atuações. E André Vargas [PT não está sozinho."	S
A14.4	GUZZO, J.R. A casa não pode cair. "O projeto do PT é não ter projeto nenhum. [...] Vão-se embora as Pasadenas, os mensalões, a compra de certas empresas de videogames por empreiteiras de obras, na base dos 10 milhões de reais."	S	SR	N
A14.5	NÓBREGA, Maílson da. Não desanime. "A Petrobrás tem sido humilhada por denúncias de tráfico de influência e corrupção, pela malsucedida compra da refinaria de Pasadena, pelos enormes custos de sua utilização como instrumento de política econômica e industrial, e pela prisão de um ex-diretor."	S	SR	N
O14.1	SR	N	SR	N
O14.2	LUFT, Lya. O Brasil que podemos ter. "Quero um país onde as instituições não sejam desmanteladas, onde líderes e governos nos deem espaço e nos honrem com sua postura e ações. Onde "corrupção" seja uma palavra estranha, não esse pão nosso de cada dia que é agora, que só nos faz perder a confiança naquilo que deveria ser nosso estímulo."	S	SR	N
O14.3	GUZZO, J.R. A hora da liberdade. "É exatamente o procedimento adotado por Dilma e sua tropa de apoio diante dos crimes de corrupção cometidos na Petrobrás durante os últimos anos."	S	SR	N

O14.4	GUZZO, J.R. Beto [Alberto Youssef] & Paulinho [Apelido de Lula a Paulo Roberto Costa]. Diante das versões francamente incompreensíveis que o governo vem apreendendo a respeito dos atos de corrupção praticados na Petrobras ao longo dos últimos anos, talvez seja útil para o leitor ter na ponta da língua os fatos registrados a seguir."	S	LUFT, Lya Luft - Somos a soma de nossas escolhas - "À situação penosa do país somam-se agora espantosas denúncias que se abatem sobre todos nós. [...] É de perguntar como o Brasil conseguia se manter de pé - ainda que claudicante - e como, caso não mudemos o país nestas eleições, conseguirá caminhar em solo tão pantanoso."	S
O14.5	NÓBREGA, Maílson. Ilusismo eleitoral .Nenhum partido consegue, como o PT, usar propaganda desonesta, manipulação de fatos e exploração de inverdades para influenciar as eleições. À moda de Goebbels, os petistas repetem mentiras à exaustão [...]"	S	SR	N
N14.1	GUZZO, J.R. As provas de corrupção na Petrobras, já registradas pela máquina judiciária, não podem ser apagadas.	S	SR	N
N14.2	GUZZO, J.R. Dilma em estado puro. "Como comprar 51 milhões de pessoas, ou mais ainda? Não dá. Por mais ministérios, estatais, e empregos gordos que criem, por mais ONGs que sustentem e por mais contratos de "prestação de serviços" que assinem, nem Dilma nem Lula conseguiriam fechar negócio com tanta gente assim.	S	TOLEDO, Roberto Pompeu de. As urnas pelo avesso. Vai ser engraçado ver Dilma vender tais ideias aos amigos do PMDB e do PP. Para enfrentar o petrolão, vestir o avental da faxineira não vai ter mais graça. Sabe-se que a vassoura e o espanador eram falsos.	S
N14.3	SR	N	SR	N
N14.4	SR	N	SR	N
D14.1	GUZZO, J.R. Sem alegria. "Dilma e Lula, a esta altura, não podem mais construir uma linha de defesa que os absolva, os fatos já demonstraram que os governos de uma e do outro entrarão para a memória pública como os mais corruptos de toda a história do Brasil."	S	SR	N
D14.2	SR	N	SR	N
D14.3	SR	N	GUZZO, J.R. Em viés de baixa- "Quase 70% dos brasileiros, na primeira pesquisa após as eleições, acham que a presidente está envolvida, em maior ou menor grau, nos episódios de corrupção na Petrobrás.	S
D14.4	NÓBREGA, Maílson da. Instituições por trás da Operação lava-Jato. "O efeito do julgamento do mensalão foi assentar a percepção de risco para os infratores descobertos pela Operação Lava-jato."	S	TOLEDO, Roberto Pompeu de. Perspectivas 2015. "Mas aí virá a lembrança de que pior não pode ficar. Mas aí virá a lembrança de que no caso Collor fomos ao dos Anões do Orçamento, ao do mensalão, para citar apenas os mais notórios.	S

D14.5	GUZZO, J.R. O fim da História. É possível de 2014 acabe entrando para a memória política brasileira como o ano em que o PT morreu. Morreu por suicídio involuntário ou, então, por ter inoculado em si mesmo uma doença prolongada, progressiva e incurável chamada corrupção [...].”	S	IOSCHPE, Gustavo. “Por último, aprendi neste ano que é possível ser reeleito presidente da República mesmo sem carisma, no meio de um gigantesco esquema de corrupção[...].”	S
J15.1	SR	N	SR	N
J15.2	NÓBREGA, Maílson. O mito do jeito petista de governar. "O PT vendeu a história de que teria sido a origem de tudo, ou seja, "o jeito petista de governar". Não era verdade, mas funcionou. José Dirceu dizia que "o PT não rouba nem deixa roubar". Hoje se sabe que não era assim."	S	GUZZO, J.R. Esperem o barítono. "O primeiro governo de Dilma foi um espetáculo praticamente sem intervalos de corrupção, incompetência coletiva e culto à farsa"	S
J15.3	SR	N	SR	N
J15.4	SR	N	SR	N
F15.1	SR	N	SR	N
F15.2	NÓBREGA, Maílson. Sem ambiente nem apoio para privatizar a Petrobrás, uma forma de coibir a repetição do escândalo do petrolão é guiar-se pelo exemplo de países ricos, incorporando suas regras de escolha dos dirigentes e de gestão das estatais.	S	GUZZO, J.R. A palavra "I". Para ficar numa lista resumida, continua em perfeita forma a tempestade de areia levantada no ano passado pelo assalto sem precedentes, e sem limites, aos cofres da Petrobras - só possível, na vida real, pela colaboração prestada aos assaltantes durante doze anos seguidos por parte dos dois governos do PT”	S
F15.3	GUZZO, J.R. Na rua, o Pró-Furto. "Para eles, essa seria a grande resposta, na falta de qualquer outra defesa coerente, para proteger o PT e seu "projeto" da surra cada vez mais alarmante que ambos vem levando por causa da roubalheira incontrolável do petrolão.	S	SR	N
F15.4	NÓBREGA, Maílson. Sobre o impeachment. “Conversas e especulações sobre um eventual impeachment de Dilma aumentaram com a forte queda de sua popularidade, que se explica pelos desastres derivados de má gestão. Sobressaem o escândalo na Petrobrás [...].”	S	SR	N

M15.1	LUFT, Lya. Não fui eu, professora. "Temos, entre nós, alguém como o juiz Sérgio Moro, que, apoiado por homens sérios do MPF, representa homens e mulheres, velhos e jovens de bem atingidos na sua honra pela atitude de governantes, grandes empresários, políticos e até membros do judiciário que há anos acobertam males que solaparam não só a economia mas a confiança e a honra do país - sombria e real constatação."	S	SR	N
M15.2	GUZZO, J.R. Vinagre com espinho. "Mas o pior, provavelmente, é a escolha fatal que fez – amarrada ao ex-presidente Lula e ao PT, jogou-se na maior campanha pró-corrupção já vista na história do Brasil."	S	SR	N
M15.3	LUFT, Lya. Que Deus nos ajude - "[...] nem a mais irreal divagação nem a mais doce retórica podem ocultar os riscos que corre a nossa democracia roída pela corrupção."	S	TOLEDO, Roberto Pompeu de. Qual a saída? Há muito contra o que esbravejar nas ruas. Corrupção, desgoverno, mentiras, ineficiências. Já atirar a bomba do impeachment é dar um passo rumo à guerra civil branca."	S
M15.4	GUZZO, J.R. Problemas na vista - "Mas que diabo o governo estava esperando para combater a ladroagem? Será que só agora começaram a roubar o erário?"	S	IOSCHPE, Gustavo. Há multidões em mim. "A planície deverá continuar rugindo enquanto a combinação de corrupção, inflação e recessão estiver na capa dos jornais."	S
AB15.1	LUFT, Lya. No fundo do mar. "Que os desperdícios em gastos do governo sejam zerados, que as assombrosas revelações, cada dia comprovadas, sobre roubos gigantescos na Petrobras e outras estatais não desabem sobre a população como um maremoto num país ingovernável e paralisado, onde propagandas enganosas causaram o endividamento impagável de milhares de famílias.	S	SR	N
AB15.2	NÓBREGA, Mailson. Longe do colapso. "Somos agora uma sociedade de classe média, que é intolerante com a alta inflação e a corrupção e uma poderosa força de apoio às instituições. Foi ela, sem dúvida, a parcela mais expressiva dos quase 2 milhões que saíram às ruas no dia 15 de março para se dizerem insatisfeitos com a situação do país."	S	GUZZO, J.R. A vida é frágil. "O Tesouro Nacional transformou-se em patrimônio de quem manda no governo."	S
AB15.3	LUFT, Lya. O jeito do Brasil. "Alguns dos grandes empresários admitem com inesperada franqueza que, se não entrassem no esquema de corrupção, se não pagassem as irreais propinas, ficariam de fora da roda dos mafiosos: simplesmente sairiam perdendo."	S	IOSCHPE, Gustavo. O último a sair que apague a luz (se houver). "E, ainda que a vitória de uma presidente à frente de um governo tão incompetente e maculado por denúncias de corrupção tenha sido um contribuinte para o desânimo, não creio que ele seja sua principal razão."	S

AB15.4	Maílson da Nóbrega - Por uma revolução nas empresas estatais - "A corrupção sistêmica do Petrolão não existiria se os diretores da Petrobrás tivessem sido nomeados desse modo [de forma competitiva.	S	GUZZO, J.R. "Nós" somos só isso. "Faz parte desse "nós", sem nenhuma possibilidade de dúvida, o tesoureiro nacional do PT, João Vaccari Neto, que vinha ocupando seu cargo com o apoio total de Lula e do sacro colégio do partido - e o homem, santo Deus, acaba de ir para a cadeira."	S
AB15.5	LUFT, Lya. Tempos sombrios. "Os inimagináveis desastres do governo nos últimos anos trouxeram até aqui esta nau antes admirada, hoje objeto de espanto, dúvidas ou chacota nos grandes países.[...] negociam-se cargos como num mercado persa."	S	JR Guzzo. Maioria sem medo. "O PT, incluindo Lula, e a nebulosa que se chama "esquerda", incluindo os "movimentos sociais", são obviamente minoritários nas ruas.	S
AG15.1	SR	N	SR	N
AG15.2	NÓBREGA, Maílson. Como o PT travou o crescimento do Brasil. "O uso político da Petrobrás e sua consequência, a grossa corrupção, acarretaram queda de 30% em suas inversões em 2015."	S	GUZZO, J.R. Velório em câmera lenta. Dilma Rousseff já não governa, deixou o poder por abandono de cargo, já há bom tempo, por capitular diante da corrupção descontrolada que destruiu seu governo [...].	S
AG15.3	Luft, Lya. Uma luz possível. "O país foi submetido a uma surpreendente e saudável faxina com a Lava-Jato, que autoridades delirantes tentam responsabilizar pelo declínio geral."	S	TOLEDO, Roberto Pompeu de. Vida que segue - "[...] os motores que permitiram aos governos do PT levar a corrupção a inéditas alturas continuam em funcionamento."	S
AG15.4	GUZZO, J.R. Restos a pagar. Mais que tudo, a travessia vai exigir dos donos do governo o reconhecimento de uma realidade bem simples: seu verdadeiro problema não está nas manifestações de rua, no "golpe da direita", na crise "do capitalismo", no deputado Eduardo Cunha e outros favoritos do seu atual elenco de demônios - está em Curitiba, no juiz Sérgio moro e na 13ª Vara Criminal Federal.	S	GUZZO, J.R. Um Brasil que nunca existiu até agora - [...] Nunca se roubou tanto da brava gente brasileira.	S
M16.1	LUFT, Lya, O alçapão - "[...] Precisa-se, urgente, banir a tirania da obsessão pelo poder, do descaso e da incompetência – ou naufragaremos."	S	GUZZO, J.R. Agonia moral - "O ex-presidente Lula perdeu a batalha mais importante de sua vida. Tem pela frente, ainda, um demorado tiroteio nas altas, médias e baixas cortes da Justiça Penal brasileira.	S
M16.2	NÓBREGA, Maílson da. Sem espaço para guinada. No desespero diante das investigações da Operação Lava-jato, o PT imagina permanecer no poder caso a economia se recupere, o emprego cresça e a confiança volte.	S	GUZZO, J.R. A porta estreita. Infelizmente, como é do conhecimento geral, o Brasil de Dilma etc. não existe. [...] e, para complicar o teorema, o propagandista-chefe não está disponível para ajudar em nada, já que atualmente faz parte da população carcerária de Curitiba.	S

M16.3	LUFT, Lya. Seremos todos trouxas? "Por exemplo, a cantilena cansativa e já patética de que as confusões e desgraças no país ocorrem "porque a oposição não aceita ter perdido as eleições" lá nos idos de 2014! Ou dar a entender que um ex-mandatário brasileiro [Lula], embora vivendo com luxo, nada possui de seu, é um pobre, mora, vive, diverte-se "de favor".	S	GRYZINSKI, Vilma. Ídolos decaídos. Em 1º de janeiro de 2003, o brasileiro mencionado no primeiro parágrafo [Lula] fez um dos mais emocionantes discursos da política nacional. Disse ele: "Não permitiremos que a corrupção [...] Deu no que deu."	S
M16.4	NÓBREGA, Maílson. Sim, nós temos instituições. O eleitorado pode ser induzido a erro por mistificação e propaganda enganosa financiada ilegalmente, o que obstrui a concorrência no jogo eleitoral. A reeleição de Dilma é uma nítida demonstração do poder danoso desses fatores."	S	GUZZO, J.R. Tudo desigual. Fizeram uma "edição extra do Diário Oficial na véspera da posse de Lula, para ele se esconder o mais rápido possível das investigações de corrupção da operação Lava-Jato - é o mais perto que se poderia chegar numa falsificação de documento."	S
M16.5	LUFT, Lya. Saber para mudar. "Alguns mal consigo aguentar, como "empoderamento", "transparência" (este por cínico", "democracia" (ignorando o seu significado real)" e "golpe" e "golpista" exatamente na boca dos que desejariam o maior e pior dos golpes, manipulando o povo [em uma referência à forma como Dilma, Lula e o PT se referem ao impeachment e às pessoas que querem o impeachment]	S	GRYZINSKI, Vilma. Tribos perdidas. "Como já ficou estabelecido que 70% dos brasileiros apoiam o impeachment, os governistas remanescentes devem ser tratados com o respeito às minorias que caracteriza as democracias. Os que praticaram crimes contra a nação e os pagos para aplaudir corruptos devem enfrentar os tribunais de Justiça ou de sua consciência."	S
A16.1	GUZZO, J.R. Tempo de desvario. "Nunca houve uma campanha tão frenética a favor da corrupção como a que se faz agora sob o comando de Lula."	S	SR	N
A16.2	LUFT, Lya. Um país leiloado. "Cargos, dinheiro, favores, distribuem-se abertamente a quem é contra "o golpe". Quanto valerá meu país? Quanto vale uma lealdade? E uma deslealdade?"	S	TOLEDO, Ricardo Pompeu de. Saída conjunta. Uma cassação conjunta de Dilma e Temer pelo TSE teria o mesmo efeito de provocar novas eleições. Avolumam-se os indícios de que o dinheiro sujo das empreiteiras alimentou-lhes a campanha.	S
A16.3	GUZZO, J.R. Chegou a hora. "O governo Dilma levantou a partir daí a mãe de todas as poeiras. A essa nuvem escura juntou-se a lava cada vez mais destrutiva da corrupção expelida pelo vulcão da Lava-Jato, que o governo resolveu enfrentar não com uma defesa coerente, mas fazendo uma campanha de hostilidade malsucedida contra a justiça.	S	SR	N
A16.E	GUZZO, J.R. Troca de Baralho. "[...]monumento histórico à corrupção, à incompetência e à insensatez que foram os seus [Dilma Rousseff] cinco anos e tanto de governo."	S	NT	N

A16.4	SR	N	SR	N
EDIÇÕES	UNITARIZAÇÃO [REPORTAGEM 1]	C	UNITARIZAÇÃO [REPORTAGEM 2]	C
M11.1	RANGEL, Rodrigo; PEREIRA, Daniel. Entrada Proibida. "O governo descobre que José Carlos Bumlai, dono de autorização especial para transitar no Planalto, usa o nome do ex-presidente Lula para fazer negócios. Os relatos sobre a ação do lobista se estendem a vários órgãos de governo. As grandes empreiteiras por exemplo, fizeram chegar ao Planalto queixas contra a atuação de Bumlai na Petrobrás."	S	SR	N
M11.2	PORTELA, Fábio. Mamãe, eu quero mamar. " Na comissão da Câmara que discutirá a reforma política, estarão Ricardo Berzoini, o chefe dos aloprados, José Guimarães, cujo assessor foi pego com 100 mil dólares na cueca, e Valdemar Costa Neto, estrela do escândalo do mensalão."	S	Em nome do pai. Luciana Genro, filha do governador gaúcho, abre cursinho financiado por empresa que tem contrato com o governo. Um negócio de pai para filha.	S
M11.3	RANGEL, Rodrigo; RIBEIRO Gustavo. [Índice] Corrupção - Vida de delator. [Destaque] Novos vídeos comprometem o governador Agnelo Queiroz (PT), o ex-governador Roriz e uma advogada que fazia lobby no planalto.	S	SR	N
M11.4	RANGEL, Rodrigo. [Índice] Corrupção - a lobista que seduziu o poder. [Destaque] A pedido da máfia - mensagens trocadas entre o ministro Gilberto Carvalho e a advogada Christiane: "me comprometo a levar esta questão ao presidente Lula"	S	SR	N
M11.5	COURA, Kalleo; SPERANDIO, Marcelo. Revolta impactante, omissão do estado, visão arcaica de alguns empresários e peleguismo de sindicatos provocam greves e vandalismo em grandes obras do PAC". "Nesses quatro anos, porém, o plano serviu muito mais como peça publicitária do governo anterior e como bandeira da campanha presidencial de Dilma Rousseff. Falhas em licitações, dificuldades operacionais, corrupção e ineficiência fizeram com que menos de 30% das obras estejam dentro do prazo."	S	SR	N
M12.1	[Índice] Justiça - Sai a sentença de Waldomiro Diniz, o petista que desviava recursos da loteria	S	TEIXEIRA, Duda.[Destaque: email da Stratfor divulgado por Assange sugere negócios suspeitos entre Lula e Sarkozy	S

M12.2	PEREIRA, Daniel. Armadilha aliada. "A maioria votou contra o governo para deixar claro que está insatisfeita com a [...] perspectiva de uso da máquina federal para beneficiar o PT nas eleições."	S	SR	N
M12.3	MARQUES, Hugo. Impedimento ou suspeição? "Toffoli foi advogado do PT, assessor jurídico do então ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu [...] apenas essa relação funcional com o grupo acusado de comandar o maior esquema de corrupção da história já seria motivo suficiente para que o magistrado considerasse a hipótese de se afastar do julgamento."	S	PEREIRA, Daniel. Faxina no Congresso - Dilma isola parlamentares [...] que ameaçam se rebelar por cargos e verbas / "Com as mudanças, marcou uma diferença fundamental em relação ao antecessor [Lula] que passava a mão na cabeça de correligionários e aliados pilhados em irregularidades."	S
M12.4	SR	N	SR	N
M13.1	[Índice] Congresso - A oposição ressuscita 2005, o ano do mensalão [do PT]	S	SR	N
M13.2	SR	N	SR	N
M13.3	MARQUES, Hugo. Pão e circo. "O Estádio Nacional de Brasília [...] é a mais vistosa obra do governador Agnelo Queiroz, do PT. A mais vistosa e - sabe-se agora - uma das mais recheadas de irregularidades."	S	SR	N
M13.4	MARQUES, Hugo. Cabeças cortadas. O novo ministro da agricultura, criador de gado, é parceiro e cliente de um abatedouro clandestino. "Presidente do PMDB mineiro, sua indicação é uma espécie de seguro que garante a aliança estadual entre seu partido e o PT."	S	SR	N
M14.1	PEREIRA, Daniel. "Quanto riso, Oh! Quanta alegria" - O bloco dos mensaleiros, na comissão de frente, Delúbio Soares, José Dirceu e José Genoíno	S	RANGEL, Rodrigo; PEREIRA, Daniel. Até que o dinheiro os separe - A disputa pelo controle das verbas dos sindicatos chegou a um ponto de um assessor do atual ministro do Trabalho armar um flagrante de corrupção contra assessores do ex-ministro.	S
M14.2	SR	N	SR	N
M14.3	Rangel, Rodrigo. "Sou um preso exemplar" [José Dirceu]	S	SR	N
M14.4	[Índice] A presidente Dilma Rousseff se complica com irregularidades na Petrobrás	S	[Índice] Corrupção - O Cade investiga a atuação de cartel de trens em cinco estados e no governo federal	S
A14.1	BONIN, Robson. A Petrobrás desceu a rampa - [Destaque] Superfaturamento, o governo teme as investigações do ministro José Jorge, do TCU, sobre a polêmica compra da refinaria de Pasadena	S	Próxima parada: corruptores - "O Cade apura a atuação do cartel em quinze concorrências em quatro estados e no Distrito Federal, entre 1998 e 2013, com envolvimento de PMDB, DEM e PSDB, além do governo federal, do PT"	S

A14.2	[Índice] Petrobrás - A sociedade secreta entre um deputado [do PT] e um doleiro	S	[Índice] Petrobrás - Petroleira financiou compra de jornal para o PT	S
A14.3	RANGEL, Rodrigo; MARQUES, Hugo. O objetivo é o caixa dois. Os documentos apreendidos pela PF revelam que PRC fez fortuna na Petrobrás [...] distribuindo propina a políticos"	S	Operação Lava-Jato - Deputado ameaça envolver outros petistas no escândalo	S
A14.4	RANGEL, Rodrigo. Delivery de dinheiro. "A investigação dos negócios do doleiro Alberto Youssef levou para a prisão um poderoso ex-diretor da Petrobrás."	S	BONIN, Robson. As cinco mentiras do deputado. Ex-presidente da Câmara, o petista André Vargas aposta na solidariedade dos colegas para salvar o mandato - e não é mentira.	S
A14.5	[Índice]Polícia - A PF investiga se o ex-ministro Padilha também tinha ligações com Youssef	S	SR	N
O14.1	[Índice] Petrobrás - Delator diz que a campanha de Dilma pediu dinheiro ao esquema de corrupção	S	SR	N
O14.2	MARQUES, Hugo. Ele Pode... Condenado a sete anos de prisão por corrupção, o mensaleiro José Dirceu mantém ativo seu registro na OAB e até trabalha num escritório de advocacia.	S	SR	N
O14.3	PEREIRA, Daniel - O teatro de operações - [Destaque] A polícia apreendeu 116 mil reais em avião que levava Benedito de Oliveira, notório colaborador de campanhas do PT."	S	RANGEL, Rodrigo. Revelações de estarrecer. A companhia foi transformada num monumental centro de prospecção de propina para subornar políticos e financiar campanhas eleitorais de aliados dos governos Lula e Dilma."	S
O14.4	[Índice] - Petrobrás - Doleiro diz que dinheiro desviado abastaceu a campanha de Dilma em 2010	S	SR	N
O14.5	[Índice] - Petrobrás - Doleiro diz que Lula e Dilma sabiam de corrupção na estatal.	S	[Índice] Governo - Doze anos de escândalos	S
N14.1	[Índice] Petrobras - O juiz encarregado do caso vira o alvo dos acusados	S	A arte de iludir. " Porque tudo o que o governo quer agora, a exemplo de Lula com o mensalão, é desviar a atenção do escândalo do Petrolão.	S
N14.2	SAKATE, Marcelo. Dilma e Seu Labirinto. "Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras, e Alberto Youssef, o doleiro encarregado do caixa do esquema de corrupção na estatal, continuam fornecendo resmas de provas à justiça.	S	PEREIRA, Daniel; CEOLIN, Adriano. Pressão de todos os lados. À desastrosa indecisão de Dilma na economia, somam-se os paertos na política: focos de resitência dos aliados, derrotas inevitáveis no Congresso e o petrolão.	S
N14.3	[Índice] Petrobras - A justiça da Holanda confirma suborno na estatal	S	RANGEL, Rodrigo; MARQUES, Hugo. Petrobras. A vez dos corruptores. Ricardo Pessoa, dono da empreiteira UTC, preso na sexta-feira passada: o capo do cartel da Petrobras gostava de repetir que tinha um único amigo no governo - "o Lula"	S

N14.4	Petrolão - A mensagem de Paulo Roberto Costa para Dilma Rousseff	S	LUZ, Natália. PETRY, André. O crime não compensa. "A oposição tucana faz seu trabalho de fustigar o governo e o PT, e os petistas tentam se defender vendendo a lorota de que o governo do PT é que mandou investigar tudo."	S
D14.1	[Índice] Petrolão - O planalto foi advertido sobre riscos de contratos sem licitação	S	GASPAR, Malu. Uma nova chance para a economia. "Diante dos desafios do petrolão, que poderá fragilizar o governo [...] a correção de rumo na economia pode ser o pilar de sustentação do segundo mandato de Dilma."	S
D14.2	[Índice] Petrolão - Epmresários dizem à polícia que pagaram propina ao PT	S	Um novo elo no petróleo. "Um desses elos, descoberto na semana passada, trouxe à tona um novo personagem e fez aparecer um vaso comunicante entre duas pontas do petrolão, o PMDB e o PT."	S
D14.3	BONIN, Robson; MARQUES, Hugo. Propina em domicílio - As revelações do homem que entregava dinheiro desviado da Petrobrás na casa de deputados, de senadores, governadores, ministros e até na sede nacional do PT."	S	GASPAR, Malu. Professores do crime. Procuradores denunciam empreiteiros por corrupção e detalham o impressionante esquema que as empresas teriam montado para desviar dinheiro da Petrobrás. ["Dos contratos [...] 2% iam para o PT."	S
D14.4	SAKATE, Marcelo. A Petrobras resistirá à tormenta. " Os prejuízos da empresa com os desvios do Petrolão passam longe de ser desprezíveis. A principal fonte de perdas para a estatal, entretanto, está na manipulação de preços imposta pelo governo Dilma."	S	SR	N
D14.5	Retrospectiva 2014. Dilma e os maquiadores. A propaganda de Dilma mentiu, deturpou e ofendeu os oponentes, tratados não como adversários, mas inimigos. [...] Dilma acaba o ano acuada por problemas reais que vão da estagnação econômica e inflação ao escândalo do Petrolão e um Congresso hostil.	S	Retrospectiva 2014. O "escandalão" - Considerado o maior caso de corrupção da história, o mensalão perdeu em 2014 o posto para um escândalo ainda pior: o petrolão.[...] Um dos delatores afirmou em seu depoimento à Justiça que o ex-presidente Lula e a presidente Dilma sabiam de tudo.	S
J15.1	CEOLIN, Adriano. Brasil, mandato novo, problemas velhos. "Para completar, depois de oito anos de governo petista manchado pela nódoa da corrupção e pela indelével marca do mensalão[...]."	S	DALTRO, Ana Luiza. Alvarenga, Bianca. 2015 morro acima. "Alguns projetos deverão ser afetados pelo escândalo do petrolão, que envolve as maiores empreiteiras brasileiras[...]."	S

J15.2	RANGEL, Rodrigo. Meio desabafo, meio ameaça. O empreiteiro apontado como chefe do cartel da Petrobras liga os contratos sob suspeita ao caixa de campanha de Dilma.	S	MARQUES, Hugo. "Com blá-blá-blá... Sem bafafá, quem foi malandro é, sempre será", diz um antigo enredo da escola Império Serrano. Lula caiu nesse mesmo samba em 2008 ao dar ordens na Petrobrás.	S
J15.3	BONIN, Robson; Marques, Hugo. Dossiê Venina. A ex-gerente relata que operador usava a área de comunicação da Petrobras para captar dinheiro para as campanhas eleitorais do PT.	S	PEREIRA, Daniel. Teste de paternidade. [Destaque] Dirceu, apontado como padrinho do diretor da Petrobras envolvido no esquema, queria combinar com Lula uma estratégia de defesa.	S
J15.4	RANGEL, Rodrigo; CEOLIN, Adriano. Do palácio ao petrolão. O empresário era tão íntimo de Lula que tinha passe livre no Planalto. [...] Poderoso, ele agora também é investigado no escândalo da Petrobras.	S	BONIN, Robson; MARQUES, Hugo. Precisa desenhar? O TCU arquiva investigação sobre um ministro que atuava como informante do Palácio do Planalto. O motivo é inacreditável, as provas "sumiram"	S
F15.1	RANGEL, Rodrigo; BONIN, Robson; MEGALE, Bela. Todos contra todos. Com os processo da Operação Lava-Jato a caminho das sentenças, as empreiteiras querem Lula e Dilma junto com elas na roda da justiça.	S	HISAYASU, Alexandre; ZALIS, Pietr. Até agora, ele ganhou quase tudo. Conductor da Lava-Jato, o juiz Sérgio Moro, mesmo pressionado por todos os lados, não teve praticamente nenhuma decisão derrubada nos tribunais superiores.	S
F15.2	PEREIRA, Daniel; BONIN, Robson. O homem da mochila. "O PT desviou meio bilhão de reais dos cofres da Petrobras ao longo de dez anos. "	S	PRADO, Thiago. Vigiar e punir. A história do gerente da Petrobrás que, assim como Venina Velosa, foi punido por fazer um dossiê revelando as traquinagens de Renato Duque, o homem de José Dirceu na estatal.	S
F15.3	PEREIRA, Daniel; BONIN, Robson. "O chefe da polícia pelo telefone mandou avisar..." "A reportagem de Veja que você lerá a seguir revela que [José Eduardo] Cardozo recebeu em seu gabinete o advogado de uma empreiteira envolvida no escândalo [...].	S	Feitiços e Feiticeiros. Em encontro com advogados, o ministro da Justiça tranquiliza empreiteiras ao garantir que investigações da Lava-Jato sofrerão uma reviravolta logo depois do carnaval	S
F15.4	PEREIRA, Daniel; BONIN, Robson. O que ele sabe é dinamite pura. "Ricardo Pessoa, presidente da UTC, preso na PF em Curitiba, quer fazer delação premiada e contar tudo. As manobras para convencê-lo do contrário seguem o padrão do ciclo petista no poder."	S	BARROS, Mariana. Esperando Janot. "O círculo de corrupção começa a se fechar nos próximos dias, quando o procurador-geral da República enviará ao STF os primeiros nomes de políticos acusados de se aliar a diretores da Petrobras e construtoras para assaltar os cofres da estatal.	S

M15.1	GASPAR, Malu; SAKATE, Marcelo. Onde há fumaça...há fogo? "Para a Petrobrás - que tem visto minguar seus recursos, drenados pela corrupção, má gestão e alta do dólar, entre outros fatores - o rebaixamento da nota pela Moody's significa um tombo e tanto. [...] ele [Lula] tentou minimizar a responsabilidade do PT no escândalo do petrolão."	S	PEREIRA, Daniel; MARQUES, Hugo. Um novo fenômeno. Um pequeno empresário de Santos fez fortuna em negócios com Cuba e países africanos graças a privilégios obtidos na agência do governo para o comércio exterior. Como explicar sua ascensão fenomenal? Parentesco com Lula e proximidade com empreiteira podem ser o segredo.	S
M15.2	RANGEL, Rodrigo. Os nomes sob suspeita. "O escândalo da Petrobrás já é, de longe, o maior de todos os tempos.[...] São 34 deputados e ex-deputados e doze senadores, incluídos o presidente do Senado, o presidente da Câmara e ex-ministros dos governos Dilma e Lula.	S	BONIN, Robson. É só seguir o dinheiro. "Por que o ex-presidente Lula não está na lista de investigados do petrolão se quase todos os crimes apurados na Operação lava-jato foram cometidos em seu governo por pessoas indicadas por ele ou ligadas indiretamente a ele?"	S
M15.3	BARROS, Mariana; PEREIRA, Daniel. E o governo mal começou... "Com pouco mais de dois meses do segundo mandato, Dilma já tem a pior aprovação de um presidente desde o impeachment de Collor, as contas públicas em frangalhos, uma economia à beira de uma crise e o povo nas ruas contra ela e seu partido."	S	PETRY, André. Até ela fala naquilo. "Em 2005, com o mensalão fervendo, Lula não enfrentou um processo de impeachment, ainda que houvesse base legal para instalá-lo."	S
M15.4	BARROS, Mariana. ZALIS, Pietr. As regras do jogo. "Um em cada quatro manifestantes que foram à Avenida Paulista protestar no dia 15 de março defendeu o impeachment da presidente da Dilma Rousseff, segundo uma pesquisa do Dtafolha. Só a corrupção foi mais citada como motivo para ir à marcha.	S	BONIN, Robson. Adivinhe quem vai pagar. "Esse dinheiro, conforme as investigações, irrigou os cofres do PT, PMDB e PP durante uma década.	S
AB15.1	BONIN, Robson. A rota da propina. Versão perfeita do "homem da mala", Ângulo passou a última década cruzando o país com fortunas em cédulas escondidas sob as roupas. O ex-presidente e senador Fernando Collor, o tesoureiro nacional do PT, João Vacari Neto, governadores, ministros do governo Dilma Rousseff e deputados federais estavam na sua lista.	S	PETRY, André. O sucesso explodiu o cartel. "Mas seu conteúdo é um relato primoroso de uma prática criminosa e do impulso tremendo que ganhou com a ascensão de dois nomes à diretoria estatal - no caso, os notórios Renato Duque, indicado para o cargo pelo PT, e Paulo Roberto Costa, que chegou lá pelas mãos do PP mas logo se democratizou a si mesmo, virando homem de todos, PMDB e PT incluídos.	S
AB15.2	RANGEL, Rodrigo; BONIN, Robson. O segredo da Casa Civil. Os petistas José Dirceu, Erenice Guerra e Antonio Palocci chefiam a Casa Civil da Presidência. Os três ficaram milionários depois de deixar o governo. Como esse milagre foi operado? A polícia começa a descobrir.	S	PEREIRA, Daniel; MARQUES, Hugo. Operação Cala-boca. Em novembro passado, o juiz Sergio Moro determinou a prisão de executivos de oito empreiteiras acusadas de saquear os cofres da Petrobrás e, com o dinheiro roubado, pagar propina a políticos alinhados ao governo, sobretudo do PT, PMDB e PP."	S

AB15.3	PEREIRA, Daniel; CEOLIN, Adriano; BONIN, Robson. De olhos bem abertos. “[...] o PMDB ocupa o vácuo de poder deixado por Dilma e pelo PT, que, desmoralizado nas ruas, teve seu ex-homem forte preso.”	S	LEITE, Pedro Dias. O partido que derreteu. O PT enfrenta o pior momento de seus 35 anos de existência. [...] A sucessão de casos de corrupção, com a ida de um petista para a cadeia toda semana, é só uma das causas da derrocada.	S
AB15.4	PEREIRA, Daniel. BONIN, Robson. Marques, Hugo. O homem dos presidentes. A prisão do tesoureiro do PT, João Vaccari, mostra que o partido atuava no governo como uma organização criminosa e envolve a campanha da presidente Dilma Rousseff no escândalo da Petrobras	S	HISAYASU, Alexandre. O que é, o que é...[...] Foi com esse objetivo que o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, por exemplo, se reuniu com advogados do empreiteiro em um encontro extra-agenda em fevereiro passado.	S
AB15.5	BONIN, Robson. Os favores do empreiteiro. Preso há seis meses, o engenheiro Léo Pinheiro, ex-presidente da OAS, uma das empreiteiras envolvidas no escândalo da Petrobras, admite pela primeira vez a intenção de fazer acordo de delação premiada. Seu relato mostra quanto ele era íntimo do ex-presidente Lula	S	PEREIRA, Daniel. A delação compensa. [...] para garantir a condenação de políticos e empresários que protagonizaram o primeiro esquema de compra de apoio parlamentar do governo do PT.	S
AG15.1	PEREIRA, Daniel; MARQUES; Hugo. O teorema da corrupção. Banco do Brasil, Petrobras, Eletrobras... A operação Lava-Jato mostra que as estatais e órgãos públicos seguiram à risca o enunciado de 2003 do governo Lula.	S	BONIN, Robson. Delações em massa. [Destaque] Léo Pinheiro, ex-presidente da OAS: relações financeiras com o ex-presidente Lula.	S
AG15.2	PEREIRA, Daniel. Um diálogo de surdos - crise econômica, crise política, traições, impeachment, Lava-Jato, impopularidade. O governo petista está desorientado, pede socorro, mas finge que não ouve o barulho das ruas.	S	[Índice] Lava-jato - a nova prisão de José Dirceu e a utopia que nunca existiu	S
AG15.3	[Índice] Lava-jato - Investigações que começaram na Petrobras já atingem ministérios e outros órgãos do governo	S	[Índice] Nestor Cerveró revela que o superfaturamento pagou dívidas da campanha presidencial do PT	S
AG15.4	CEOLIN, Adriano; BONIN, Robson. A justiça e os mãos-sujas. [...] O governo do PT é o sócio majoritário controlador da Petrobras e, portanto, o responsável final pelos desarranjos ocorridos ali nos últimos doze anos.	S	MARQUES, Hugo. A estrelinha apagou - Os tesoureiros do PT nos últimos quinze anos parecem sofrer do mesmo estigma: dois estão presos e o terceiro acaba de entrar no radar da polícia federal	S
M16.1	PEREIRA, Daniel. "Acarajé" na campanha. Dilma Rousseff foi advertida por empreiteiro de que investigações da Lava-jato poderiam resvalar em pagamentos secretos das campanhas eleitorais do PT.	S	MAGALHÃES, Vera. É ela que paga. Mônica Moura, a sétima mulher do marqueteiro de Dilma, é a responsável pelas finanças do casal. Elegante e sofisticada, planejava um período sabático em Nova York antes da prisão.	S

M16.2	ALCÂNTARA, Eurípedes. "O legal versus o ilegal". Lula é conduzido coercitivamente a depor na Polícia Federal em São Paulo para esclarecer uma mínima parte de suas atribuições com a justiça brasileira."	S	O triplex, o sítio e a fortuna. A sociedade secreta de Lula com as empreiteiras envolvidas no escândalo de corrupção da Petrobras rendeu favores, mordomias e mais de 40 milhões de reais ao ex-presidente	S
M16.3	PEREIRA, Daniel. A serpente acuada. [...] São muitos os pecados atribuídos ao ex-presidente [Lula]. Em diferentes frentes, ele é acusado ou suspeito de corrupção, tráfico de influência, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica.	S	BONIN, Robson. Mais um listão. Otávio Azevedo, ex-presidente da Andrade Gutierrez, acusou Ricardo Berzoini (PT), ministro da coordenação política, de negociar propina em obras federais."	S
M16.4	A explosão da crise. [...]A presidente Dilma Rousseff parece cada vez mais enrolada nas suspeitas de que trabalha nos bastidores para obstruir a Justiça, outra acusação de Delcídio."	S	PEREIRA, Daniel. Exclusivo - "Lula comandava o esquema" - Delcídio do Amaral, ex-líder do governo, diz que tanto Lula como Dilma tinham pleno conhecimento da corrupção na Petrobrás [...]"	S
M16.5	PEREIRA, Daniel. Contagem regressiva. "Com o impeachment cada vez mais perto, Dilma faz um discurso duro no Planalto em que denuncia "ruptura institucional", mas acaba a semana sob ameaça de ser investigada por tentativa de obstrução da Justiça."	S	BONIN, Robson. O plano secreto. [...] Domingo, 6 de março. Sob impacto da 24ª fase da Operação Lava-Jato, na qual foi levado coercitivamente par depor na Polícia Federal, Lula reuniu seus principais conselheiros.	S
A16.1	RANGEL, Rodrigo; BONIN, Robson. Um cadáver na Lava-Jato. Com dinheiro sujo, o PT comprou o silêncio de um empresário que ameaçava dar informações sobre o suposto envolvimento de Lula, José Dirceu e Gilberto Carvalho no assassinato de Celso Daniel.	S	CAMPBELL, Ullisses. Os "amigos do rei". O Ministério Público investiga por que onze pessoas próximas a Lula receberam apartamentos da OAS no mesmo esquema do triplex do Guarujá.	S
A16.2	RANGEL, Rodrigo; BONIN, Robson; Pereira, Daniel. Fechando para balanço! Últimas boquinhas! Corra! [...] A própria imagem da presidente está sob suspeita. Executivos que aderiram á delação premiada já disseram às autoridades que propinas abasteceram as duas campanhas presidenciais da petista, de 2010 e 2014.	S	PRADO, Thiago. A mão amiga. Os honorários do advogado Roberto Teixeira, compadre de Lula, são um fenômeno. Só na Fecomércio do Rio, levou nada menos que 18 milhões de reais em um ano	S
A16.3	O muro, a hora e a paz. [...] Antes de completar um ano e meio de seu segundo mandato, Dilma Rousseff perdeu as condições de governar, De um lado, seu governo esfacelou-se com a crise política e econômica, incapaz de mover-se em qualquer direção.	S	RANGEL, Rodrigo. BRONZATTO, Thiago. Só eles não sabiam. Passa de trinta o número de ministros, ex-ministros, políticos, auxiliares e pessoas próximas à presidente Dilma e ao ex-presidente Lula implicados, investigados ou presos no bojo dos desvios na Petrobrás	S

A16.E	<p>JUNIOR, Policarpo; RANGEL, Rodrigo; PEREIRA, Daniel; BONIN, Robson; MARQUES, Hugo; BRONZATTO, Thiago. Folga de 25 votos. "[...] Lula e Dilma Rousseff acreditavam que subverteriam essa lógica. Acreditavam que a imprensa livre e os órgãos de investigação jamais descobririam que eles e mantiveram no poder fraudando eleições, subornando político e corrompendo partidos por meio de uma gigantesca estrutura de corrupção montada dentro do aparelho estatal."</p>	S	<p>LEITÃO, Leslie; PRADO, Thiago. A luta continua. No cenário pré-impeachment, a Operação Lava-jato foi o rolo compressor que expôs os meandros de uma insaciável máquina de corrupção instalada dentro da Petrobrás. Por meio dela, empreiteiras irrigavam contas de políticos do PT e partidos aliados em troca de contratos bilionários com a estatal.</p>	S
A16.4	<p>COURA, Kalleo. O golpe do golpe. [Destaque] Mais uma - Nova delatora, Mônica Moura acusou dinheiro sujo na campanha [de Dilma]</p>	S	<p>PEREIRA, Daniel. PRADO, Thiago. Unanimidade nacional.[...] "Casado com a jornalista Cláudia Cruz, o deputado tinha vários afilhados ocupando cargos importantes no governo Dilma antes de romper com a petista</p>	S

APÊNDICE G – Roteiro – Categorias *impeachment* e *protesto*

Roteiro categoria Impeachment

15. *Edições em que o tema do impeachment aparece na capa;*
16. *Edições em que o editorial “Carta ao Leitor” aborda a questão do impeachment;*
17. *Edições em que a “Entrevista” aborda a questão do impeachment;*
18. *Edições em que um colunista aborda a questão do impeachment;*
19. *Edições em que dois ou mais colunistas abordam a questão do impeachment;*
20. *Edições em que uma reportagem aborda o tema do impeachment;*
21. *Edições em que duas ou mais reportagens abordam o tema do impeachment;*

Roteiro categoria Protesto

1. *Edições em que o tema dos protestos aparece na capa;*
2. *Edições em que o editorial “Carta ao Leitor” aborda a questão dos protestos;*
3. *Edições em que a “Entrevista” aborda a questão dos protestos;*
4. *Edições em que um colunista aborda a questão dos protestos*
5. *Edições em que dois ou mais colunistas abordam a questão dos protestos;*
6. *Edições em que uma reportagem aborda o tema dos protestos;*
7. *Edições em que duas ou mais reportagens abordam o tema dos protestos;*

APÊNDICE H – Frequência De Aparição – Categoria *impeachment*

Capa, Editorial e Entrevista

CAPA	S	N	T	F	EDI	S	N	T	F	ENT	S	N	T	F
M11	0	5	5	0%	M11	0	5	5	0%	M11	0	5	5	0%
M12	0	4	4	0%	M12	0	4	4	0%	M12	0	4	4	0%
M13	0	4	4	0%	M13	0	4	4	0%	M13	0	4	4	0%
M14	0	4	4	0%	M14	0	4	4	0%	M14	0	4	4	0%
A14	0	5	5	0%	A14	0	5	5	0%	A14	0	5	5	0%
M15	0	4	4	0%	M15	1	3	4	25%	M15	1	3	4	25%
AB15	0	5	5	0%	AB15	1	4	5	20%	AB15	2	3	5	40%
AG15	0	4	4	0%	AG15	0	4	4	0%	AG15	1	3	4	25%
M16	1	4	5	20%	M16	2	3	5	40%	M16	1	4	5	20%
A16	3	2	5	60%	A16	3	2	5	60%	A16	0	5	5	0%

Edições de Veja, agregado por mês e isolado por seção; CAP= Capa; EDI= Editorial; ENT= Entrevista principal;

Aparição: S= Sim; N= Não; T= Total de edições, agregado por mês; F= Frequência de aparição;

Colunas e Reportagens

COL	U	D	S	N	T	F	REP	U	D	S	N	T	F
M11	0	0	0	5	5	0%	M11	0	0	0	5	5	0%
M12	0	0	0	4	4	0%	M12	0	0	0	4	4	0%
M13	0	0	0	4	4	0%	M13	0	0	0	4	4	0%
M14	0	0	0	4	4	0%	M14	0	0	0	4	4	0%
A14	0	0	0	5	5	0%	A14	0	0	0	5	5	0%
M15	2	0	2	2	4	50%	M15	2	1	3	1	4	75%
AB15	4	0	4	1	5	80%	AB15	0	1	1	4	5	20%
AG15	1	0	1	3	4	25%	AG15	2	1	3	1	4	75%
M16	1	2	3	2	5	60%	M16	2	3	5	0	5	100%
A16	3	2	5	0	5	100%	A16	0	5	5	0	5	100%

Edições de Veja, agregado por mês e isolado por seção; COL= Colunas de opinião; REP= Reportagens;

Aparição: U= em UMA coluna; D= em duas ou mais colunas; S= Sim; N= Não; T= Total de edições, agregado por mês; F= Frequência de aparição;

Média das seções

EDIÇÕES	CAP	EDI	ENT	COL	REP	MED
M11	0%	0%	0%	0%	0%	0%
M12	0%	0%	0%	0%	0%	0%
M13	0%	0%	0%	0%	0%	0%
M14	0%	0%	0%	0%	0%	0%
A14	0%	0%	0%	0%	0%	0%
M15	0%	25%	25%	50%	75%	35%
AB15	0%	20%	40%	80%	20%	32%
AG15	0%	0%	25%	25%	75%	25%
M16	20%	40%	20%	60%	100%	48%
A16	60%	60%	0%	100%	100%	64%

Edições de Veja, agregado por mês e isolado por seção; CAP= Capa; EDI= Editorial; ENT= Entrevista principal; COL= Colunas; REP= Reportagens;

Aparição: U= em UMA coluna; D= em duas ou mais colunas; S= Sim; N= Não; T= Total de edições, agregado por mês; F= Frequência de aparição;

APÊNDICE I – Frequência de Aparição – Categoria *protesto*

Capa, Editorial e Entrevista

CAPA	S	N	T	F	EDI	S	N	T	F	ENT	S	N	T	F
M11	0	5	5	0%	M11	0	5	5	0%	M11	0	5	5	0%
M12	0	4	4	0%	M12	0	4	4	0%	M12	0	4	4	0%
M13	0	4	4	0%	M13	1	3	4	25%	M13	0	4	4	0%
M14	1	3	4	25%	M14	1	3	4	25%	M14	0	4	4	0%
A14	0	5	5	0%	A14	0	5	5	0%	A14	0	5	5	0%
M15	1	3	4	25%	M15	3	1	4	75%	M15	1	3	4	25%
AB15	0	5	5	0%	AB15	1	4	5	20%	AB15	1	4	5	20%
AG15	1	3	4	25%	AG15	0	4	4	0%	AG15	1	3	4	25%
M16	1	4	5	20%	M16	2	3	5	40%	M16	2	3	5	40%
A16	1	4	5	20%	A16	1	4	5	20%	A16	0	5	5	0%

Edições de Veja, agregado por mês e isolado por seção; CAP= Capa; EDI= Editorial; ENT= Entrevista principal;

Aparição: S= Sim; N= Não; T= Total de edições, agregado por mês; F= Frequência de aparição;

Colunas e Reportagens

COL	U	D	S	N	T	F	REP	U	D	S	N	T	F
M11	0	0	0	5	5	0%	M11	0	0	0	4	5	0%
M12	0	0	0	4	4	0%	M12	0	0	0	4	4	0%
M13	0	0	0	4	4	0%	M13	0	0	0	4	4	0%
M14	0	0	0	4	4	0%	M14	2	0	2	2	4	50%
A14	2	0	2	3	5	40%	A14	1	0	1	4	5	20%
M15	1	1	2	2	4	50%	M15	0	2	2	2	4	50%
AB15	2	2	4	1	5	80%	AB15	2	0	2	3	5	40%
AG15	0	1	1	3	4	25%	AG15	1	2	3	1	4	75%
M16	2	1	3	2	5	60%	M16	2	3	5	0	5	100%
A16	2	1	3	2	5	60%	A16	2	2	4	1	5	80%

Edições de Veja, agregado por mês e isolado por seção; COL= Colunas de opinião; REP= Reportagens;

Aparição: U= em UMA coluna; D= em duas ou mais colunas; S= Sim; N= Não; T= Total de edições, agregado por mês; F= Frequência de aparição;

Média das seções

EDIÇÕES	CAP	EDI	ENT	COL	REP	MED
M11	0%	0%	0%	0%	0%	0%
M12	0%	0%	0%	0%	0%	0%
M13	0%	25%	0%	0%	0%	5%
M14	25%	25%	0%	0%	50%	20%
A14	0%	0%	0%	40%	20%	12%
M15	25%	75%	25%	50%	50%	45%
AB15	0%	20%	20%	80%	40%	32%
AG15	25%	0%	25%	25%	75%	30%
M16	20%	40%	40%	60%	100%	52%
A16	20%	20%	0%	60%	80%	36%

Edições de Veja, agregado por mês e isolado por seção; CAP= Capa; EDI= Editorial; ENT= Entrevista principal; COL= Colunas; REP= Reportagens;

Aparição: U= em UMA coluna; D= em duas ou mais colunas; S= Sim; N= Não; T= Total de edições, agregado por mês; F= Frequência de aparição;

APÊNDICE J - Unitarização – Categoria *impeachment*

EDIÇÕES	UNITARIZAÇÃO [CAPA]	COD
M11.1	SR	N
M11.2	SR	N
M11.3	SR	N
M11.4	SR	N
M11.5	SR	N
M12.1	SR	N
M12.2	SR	N
M12.3	SR	N
M12.4	SR	N
M13.1	SR	N
M13.2	SR	N
M13.3	SR	N
M13.4	SR	N
M14.1	SR	N
M14.2	SR	N
M14.3	SR	N
M14.4	SR	N
A14.1	SR	N
A14.2	SR	N
A14.3	SR	N
A14.4	SR	N
A14.5	SR	N
M15.1	SR	N
M15.2	SR	N
M15.3	SR	N
M15.4	SR	N
AB15.1	SR	N
AB15.2	SR	N
AB15.3	SR	N
AB15.4	SR	N
AB15.5	SR	N
AG15.1	SR	N
AG15.2	SR	N
AG15.3	SR	N
AG15.4	SR	N
M16.1	SR	N
M16.2	SR	N

M16.3	O desespero da Jararaca - Com o governo Dilma derretendo sob a ameaça do impeachment, Lula sai atrás de apoio em Brasília, recorre ao Supremo Tribunal e termina acuado por um pedido de prisão preventiva	S
M16.4	SR	N
M16.5	SR	N
A16.1	SR	N
A16.2	[Destaque] Atenção, deputados! Só os senhores, com seu voto e sua consciência, podem acabar com essa farra.	S
A16.3	Fora do baralho - Com ou sem vitória na batalha do impeachment, Dilma já perdeu a batalha do poder. Seu governo esfacelou-se e a presidente, abandonada pelos aliados, não comanda mais o Brasil	S
A16.E	Impeachment - Sim 367 x 146 NÃO	S
A16.4	SR	N

EDIÇÕES	UNITARIZAÇÃO [EDITORIAL]	COD
M11.1	SR	N
M11.2	SR	N
M11.3	SR	N
M11.4	SR	N
M11.5	SR	N
M12.1	SR	N
M12.2	SR	N
M12.3	SR	N
M12.4	SR	N
M13.1	SR	N
M13.2	SR	N
M13.3	SR	N
M13.4	SR	N
M14.1	SR	N
M14.2	SR	N
M14.3	SR	N
M14.4	SR	N
A14.1	SR	N
A14.2	SR	N
A14.3	SR	N
A14.4	SR	N
A14.5	SR	N
M15.1	SR	N
M15.2	SR	N
M15.3	A faixa providencial - "Muitas das pessoas que vão se manifestar neste domingo acreditam que a única saída para a crise é a renúncia ou mesmo a destituição da presidente por um processo de impeachment."	S
M15.4	SR	N

AB15.1	SR	N
AB15.2	SR	N
AB15.3	O chamado das ruas - Metaforicamente, a imagem que se forma é a de Renan Calheiros, presidente do Senado, Eduardo Cunha, presidente da Câmara, e Michel Temer, vice-presidente da República, todos do PMDB, disputado entre si a faixa presidencial.	S
AB15.4	SR	N
AB15.5	SR	N
AG15.1	SR	N
AG15.2	SR	N
AG15.3	SR	N
AG15.4	SR	N
M16.1	O significado da prisão de Santana - Pela letra fria da lei, sem margem para interpretações, utilizar-se de dinheiro sujo em campanha eleitoral é fator determinante para perda de mandato.	S
M16.2	SR	N
M16.3	SR	N
M16.4	SR	N
M16.5	Je suis Brasil - Um país dividido não precisa ser um país hostil. Os sinais de intolerância entre quem apoia e quem rejeita o impeachment da presidente Dilma Rousseff apareceram inicialmente na troca de ofensas e insultos no ambiente virtual da internet.	S
A16.1	A praga dos cargos - Para barrar a aprovação do impeachment da presidente Dilma Rousseff, o governo montou o velho balcão de negócios oferecendo 600 cargos e alguns milhões de reais em verbas públicas a quem se dispuser a votar segundo a orientação oficial.	S
A16.2	O aliado errado - "Com quase 70% dos brasileiros torcendo pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff, seria natural que o processo transcorresse sem maiores tropeços."	S
A16.3	Um desafio e tanto - Se o impeachment de Dilma Rousseff for aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, o vice-presidente Michel Temer, aos 75 anos, será o terceiro vice a assumir a cadeira do titular em três décadas de democracia.	S
A16.E	NT	N
A16.4	SR	N

EDIÇÕES	UNITARIZAÇÃO [ENTREVISTA]	COD
M11.1	SR	N
M11.2	SR	N
M11.3	SR	N
M11.4	SR	N
M11.5	SR	N
M12.1	SR	N
M12.2	SR	N
M12.3	SR	N
M12.4	SR	N

M13.1	SR	N
M13.2	SR	N
M13.3	SR	N
M13.4	SR	N
M14.1	SR	N
M14.2	SR	N
M14.3	SR	N
M14.4	SR	N
A14.1	SR	N
A14.2	SR	N
A14.3	SR	N
A14.4	SR	N
A14.5	SR	N
M15.1	SR	N
M15.2	SR	N
M15.3	SR	N
M15.4	Rogério Chequer - "Vocês hoje são contra o impeachment. Podem mudar de ideia no futuro? Não somos contra o impeachment. O correto é dizer que não somos a favor dele agora."	S
AB15.1	SR	N
AB15.2	SR	N
AB15.3	Paulo Rabello de Castro - " Na física, o momento da virada ocorre quando se atinge determinado ponto de acumulação a partir do qual a ruptura é inevitável. E no cenário político e social brasileiro estamos próximos desse momento. [...] Algum arranjo que, por meio do Congresso, faça mudanças positivas de efeito duradouro."	S
AB15.4	SR	N
AB15.5	Marta Suplicy - Qual sua visão sobre o impeachment? Sou contra, não vejo nenhum fato objetivo para buscar essa saída.	S
AG15.1	SR	N
AG15.2	Aécio Neves - "Falta apenas a justiça comprovar que ela recebeu dinheiro ilegal na campanha, diz Aécio, para quem um eventual processo de impeachment da presidente, se ocorrer dentro dos limites constitucionais, não pode ser chamado de golpe."	S
AG15.3	SR	N
AG15.4	SR	N
M16.1	SR	N
M16.2	SR	N
M16.3	SR	N
M16.4	José Padilha – "[...] Minha preferência, como brasileiro, seria a cassação da chapa Dilma-Temer no TSE."	S
M16.5	SR	N
A16.1	SR	N
A16.2	SR	N
A16.3	SR	N

A16.E	NT	N
A16.4	SR	N

EDIÇÕES	UNITARIZAÇÃO [COLUNA 1]	C	UNITARIZAÇÃO [COLUNA2]	C
M11.1	SR	N	SR	N
M11.2	SR	N	SR	N
M11.3	SR	N	SR	N
M11.4	SR	N	SR	N
M11.5	SR	N	SR	N
M12.1	SR	N	SR	N
M12.2	SR	N	SR	N
M12.3	SR	N	SR	N
M12.4	SR	N	SR	N
M13.1	SR	N	SR	N
M13.2	SR	N	SR	N
M13.3	SR	N	SR	N
M13.4	SR	N	SR	N
M14.1	SR	N	SR	N
M14.2	SR	N	SR	N
M14.3	SR	N	SR	N
M14.4	SR	N	SR	N
A14.1	SR	N	SR	N
A14.2	SR	N	SR	N
A14.3	SR	N	SR	N
A14.4	SR	N	SR	N
A14.5	SR	N	SR	N
M15.1	SR	N	SR	N
M15.2	SR	N	SR	N
M15.3	SR	N	TOLEDO, Roberto Pompeu de. Qual a saída? “Já atijar a bomba do impeachment é dar um passo rumo à guerra civil branca.”	S
M15.4	SR	N	IOSCHPE, Gustavo. Há multidões em mim. “Se Dilma tiver espírito público, entenderá que sua permanência no poder prejudica o país e renunciará. Ou, se a população continuar a ter espírito público, oxalá o Congresso encontre maneiras de, na estrita legalidade, impedir esse governo de continuar afundando o país.”	S
AB15.1	SR	N	SR	N

AB15.2	NÓBREGA, Maílson. Longe do colapso. "Pede-se o impeachment de Dilma na ilusão de que isso estancaria a crise econômica e restauraria o crescimento. Não há condições para o impeachment, há falta de prova do envolvimento dela no petrolão e porque a medida exige apoio de mais de dois terços das duas Casas do Congresso, o que dificilmente existiria."	S	SR	N
AB15.3	IOSCHPE, Gustavo. O último a sair que apague a luz (se houver). "E, ainda que a vitória de uma presidente à frente de um governo tão incompetente e maculado por denúncias de corrupção tenha sido um contribuinte para o desânimo, não creio que ele seja sua principal razão - nem, portanto, que uma (desejável, diga-se) troca de governo resolverá o problema."	S	SR	N
AB15.4	SR	N	GUZZO, J.R. "Nós" somos só isso - "Lula e o seu universo estão com um problema e tanto. O que a população está exigindo nas ruas é mais complicado que o "Fora Dilma" - quer um país que funcione."	S
AB15.5	SR	N	GUZZO, J.R. Maioria sem medo - "Mais de 60% dos brasileiros se declaram a favor do impeachment da presidente da República, por considerá-la cúmplice da corrupção na Petrobrás, ou omissa."	S
AG15.1	SR	N	SR	N
AG15.2	SR	N	SR	N
AG15.3	SR	N	SR	N
AG15.4	NÓBREGA, Maílson. A banalização do impeachment - [...] O impeachment de Dilma, na ausência de fatos novos, seria efeito de uma marcha da insensatez gerada pelos movimentos de rua, pela perda total de coordenação política e pelo oportunismo dos grupos de oposição."	S	SR	N
M16.1	SR	N	SR	N
M16.2	SR	N	SR	N
M16.3	LUFT, Lya Luft - Seremos todos trouxas? - [...] É hora, urgente, de refazer, limpar, desinfetar, arejar, para podermos começar a pensar em arrumar de novo esta casa, esta pátria, este Brasil.	S	TOLEDO, Roberto Pompeu de. Na véspera - [...] O mais fácil (ou menos difícil) de afiançar, tal qual as coisas se apresentavam na semana passada, é o fim iminente do governo Dilma Rousseff.	S

M16.4	SR	N	GUZZO, J.R. Tudo desigual. Dilma Rousseff virou um trapo. Vive uma humilhação inédita para glúem no seu cargo; conseguiu ser expulsa do próprio governo. "Fora, Dilma", como grita a rua? Ela já foi.	S
M16.5	LUFT, Lya. Saber para mudar – "empoderamento", "transparência" (este por cínico", "democracia" (ignorando o seu significado real)" e "golpe" e "golpista" exatamente na boca dos que desejariam o maior e pior dos golpes, manipulando o povo [em uma referência à forma como Dilma, Lula e o PT se referem ao impeachment e às pessoas que querem o impeachment]"	S	GRYZINSKI, Vilma. Tribos perdidas. Como já ficou estabelecido que 70% dos brasileiros apoiam o impeachment, os governistas remanescentes devem ser tratados com o respeito às minorias que caracteriza as democracias.	S
A16.1	GUZZO, J.R. Tempo de desvario - "Nunca antes, enfim, um grupo político ameaçado de ruína bolou uma estratégia de defesa tão alucinada quanto essa tentativa de barrar o impeachment gritando "não vai ter golpe".	S	SR	N
A16.2	LUFT, Lya. Um país leiload. "“Não pode ter golpe! Se a Dilma sair, vão nos tirar tudo o que a gente conseguiu, vão acabar com o Bolsa Família, com o Minha Casa Minha Vida, vamos ficar sem nada! Quem a fez acreditar nisso? Que poder tem, sobre pessoas honradas mas desinformadas, tal tipo de mentira e chantagem?"	S	TOLEDO, Roberto Pompeu de. Saída conjunta. Se alguma esperança ainda nos resta é o duplo desembarque. Aprovado o impeachment da presidente Dilma Rousseff, o vice-presidente Michel Temer deveria renunciar.	S
A16.3	GUZZO, J.R. Chegou a hora. "Quem diria? Até pouco mais de um ano atrás, em fevereiro de 2015, ninguém falava de impeachment na oposição."	S	NÓBREGA, Maílson. Impeachment não é golpe. A presidente Dilma, Lula, o PT, militantes e simpatizantes têm repetido uma ideia inacreditável: estaria em curso um golpe contra o governo e a democracia no atual processo de impeachment.	S
A16.E	GUZZO, J.R. Troca de baralho. "Há pelo menos umas boas 25 opções de resposta para explicar a liquidação da presidente Dilma Rousseff e seu governo, colocados agora na reta final com a decisão da Câmara dos Deputados."	S	NT	N
A16.4	TOLEDO, Roberto Pompeu de. Deu Jucá. No mesmo dia 17 de abril em que uma presidência apodrecida foi derrubada por uma Câmara dos Deputados podre, o sistema político brasileiro morreu. Não, a afirmação não procede.	S	SR	N

M11.1	SR	N	SR	N
M11.2	SR	N	SR	N
M11.3	SR	N	SR	N
M11.4	SR	N	SR	N
M11.5	SR	N	SR	N
M12.1	SR	N	SR	N
M12.2	SR	N	SR	N
M12.3	SR	N	SR	N
M12.4	SR	N	SR	N
M13.1	SR	N	SR	N
M13.2	SR	N	SR	N
M13.3	SR	N	SR	N
M13.4	SR	N	SR	N
M14.1	SR	N	SR	N
M14.2	SR	N	SR	N
M14.3	SR	N	SR	N
M14.4	SR	N	SR	N
A14.1	SR	N	SR	N
A14.2	SR	N	SR	N
A14.3	SR	N	SR	N
A14.4	SR	N	SR	N
A14.5	SR	N	SR	N
M15.1	GASPAR, Malu; SAKATE, Marcelo. Lula chama para a briga. "A decisão de entrar em cena e "chamar para a briga" é parte da estratégia de [...]impedir o nocaute antecipado do projeto do partido."	S	SR	N
M15.2	SR	N	SR	N
M15.3	BARROS, Mariana; PEREIRA, Daniel. E o governo mal começou... " Depois de ver parte da população reagir com um panelaço ao seu pronunciamento na TV sobre o dia da Mulher e de ser vaiada por trabalhadores na montagem de uma exposição em São Paulo, a presidente afirmou não haver "razões para o impeachment".	S	PETRY, André. Até ela fala naquilo. " Eu acho que há que caracterizar razões para o impeachment", disse. No dia seguinte, o assunto estava na manchete dos três principais jornais do país. O impeachment, até então, circulava nas bordas da política e nas convocações das manifestações populares, mas não chegava ao centro do palco."	S
M15.4	BARROS, Mariana. ZALIS, Pietr. As regras do jogo. Especialistas ouvidos por Veja respondem a dez perguntas sobre o impeachment: o que é o processo, quando ele é possível e o que acontece depois	S	SR	N
AB15.1	SR	N		N
AB15.2	SR	N	SR	N

AB15.3	SR	N	SR	N
AB15.4	BARROS, Mariana. Os tucanos sobem o tom. As manifestações anti-Dilma, o enfraquecimento de Lula e o receio de ver a concorrência ocupar o posto de porta-voz da oposição levam o PSDB a apoiar o impeachment.	S	GUANDALINI, Giuliano. Os feiticeiros em apuros. "Para a oposição, o crime de responsabilidade fiscal poderá dar ensejo à abertura de um processo de impeachment."	S
AB15.5	SR	N	SR	N
AG15.1	SR	N	SR	N
AG15.2	PEREIRA, Daniel. Um diálogo de surdos - crise econômica, crise política, traições, impeachment, Lava-Jato, impopularidade. O governo petista está desorientado, pede socorro, mas finge que não ouve o barulho das ruas.	S	SR	N
AG15.3	BARROS, Mariana; ZALIS, Pietr; Coura, Kalleo. De volta pra rua. [...] Em 1992, o 16 de agosto foi a fagulha que deu a ignição parao impeachment [...] Dilma perdeu o parlamento e a popularidade. Se ela não recuperar pelo menos um dos dois..."	S	SR	N
AG15.4	CEOLIN, Adriano; BONIN, Robson. A justiça e os mãos-sujas. A presidente Dilma Rousseff teme o impeachment.	S	BARROS, Mariana. Visão alinhada. [...] os tucanos, divididos entre os que preferem que Dilma deixe o poder no fim do mandato, em 2018, os que gostariam que cedesse à cadeira presidencial ao vice e os que adorariam um impeachment seguido de eleições.	S
M16.1	PEREIRA, Daniel. "Acarajé" na campanha. [...]No Congresso, a oposição retomou as conversas sobre o impeachment de Dilma e prometeu reforçar a pressão para que o TSE julgue os recursos que pedem a cassação da chapa Dilma-Temer."	S	COURA, Kalleo; ZALIS, Pietr. O tribunal de Dilma. "A revelação da existência de uma linha direta entre o petrolão e a campanha de Dilma Rousseff em 2014 deu folego novo à parte da oposição que defende o afastamento da presidente e seu vice, Michel Temer, por meio da cassação de seus mandatos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	S
M16.2	GRAIEB, Carlos. Lei para quê? [...] Com a espada do impeachment encostada no peito, o governo achou por bem quitar as pedaladas na íntegra no fim do ano passado.	S	SR	N
M16.3	Pereira, Daniel. A serpente acuada. "No Congresso, forma-se um consenso de que o impeachment só será aprovado se cancelado pelas ruas."	S	SR	N

M16.4	A explosão da crise. “Por isso, o processo de impeachment contra Dilma decolou na semana passada. mas nem Lula, nem Dilma, estão sós. Há uma fila impressionante de acusados, basta observar seus cargos.”	S	ZALIS, Pietr. Ficou ruim pra ele [Aécio Neves] também. A inclusão do nome de Aécio no mar de lama da Lava-Jato pode ameaçar os planos do tucano de concorrer a uma nova eleição na eventualidade de a presidente Dilma ter o mandato cassado até o fim do ano.”	S
M16.5	PEREIRA, Daniel. Contagem regressiva. “Com o impeachment cada vez mais perto, Dilma faz um discurso duro no Planalto em que denuncia “ruptura institucional”, mas acaba a semana sob ameaça de ser investigada por tentativa de obstrução da Justiça.”	S	BONIN, Robson. O plano secreto. [...] “Outro acontecimento capaz de sensibilizar os país para o tal “risco de golpe” se deu na semana passada, quando a presidente Dilma Rousseff	S
A16.1	PEREIRA, Daniel. Tudo à venda. “Nos dias seguintes, PP, PR e outras legendas de médio porte também abandonariam o barco, consolidando a ideia de que o impeachment da presidente Dilma Rousseff se tornara fato consumado.”	S	BARROS, Mariana. Virou Vale-Tudo.[...] Na semana passada, o jornalista esprtivo Juca Kfourri foi insultado e ameaçado na porta de sua casa por quatro mascarados, irritados com sua oposição ao impeachment.”	S
A16.2	RANGEL, Rodrigo; BONIN, Robson; PEREIRA, Daniel. Fechando para balanço! Dilma faz uma liquidação de cargos e abre uma estupenda queima de estoque, oferecendo posições ao baixo clero da Câmara - parlamentares como Macedão e Chapadinha já aderiram e viraram o voto contra o impeachment	S	COURA, Kalleo. E no país? Quem pensa?De repente, mil ideias surgem para uma saída da crise: eleições gerais, renúncia coletiva, plebiscito, impeachment. Só preste atenção em quem propõe o quê	S
A16.3	O muro, a hora e a paz. Até a quinta-feira passada, quando VEJA fechou sua edição com um dia de antecedência para chegar mais cedo às bancas e assinantes, o ambiente político sugeria que o impeachment seria aprovado no plenário da Câmara.”	S	PEREIRA, Daniel. BONIN, Robson. O último capítulo - Às vésperas da decisão sobre o impeachment, aliados abandonam Dilma, ministros pedem demissão e Temer já fala como futuro ocupante do Palácio do Planalto.	S
A16.E	JUNIOR, Policarpo; RANGEL, Rodrigo; PEREIRA, Daniel; BONIN, Robson; MARQUES, Hugo; BRONZATTO, Thiago. Folga de 25 votos. “Na história noite de 17 de abril de 2016, a Câmara dos Deputados decide dar sequência ao impeachment e decreta a morte política de Dilma Rousseff.”	S	BARROS, Mariana. Dilma cai no limbo. Ao contrário de Collor, que deixou o cargo em 48 horas, a presidente ainda pode manter-se na cadeira por quase um mês	S
A16.4	COURA, Kalleo. O golpe do golpe. Se aqui dentro não colou, quem sabe lá fora. “Lá, [Dilma] usaria o discurso de que tem direito, marcado para sexta-feira, para dizer ao mundo que o processo de impeachment a que responde é um “golpe” perpetrado por seus adversários contra ela e contra a democracia.”	S	PEREIRA, Daniel. PRADO, Thiago. Unanimidade nacional. De aliado a algoz do governo, Eduardo Cunha encarna o papel de político mais detestado do país,inclusive entre os defensores do impeachment de Dilma, e volta a recorrer a infundáveis manobras para escapar da guilhotina - até quando?”	S

APÊNDICE L – Unitarização – Categoria *protesto*

EDIÇÕES	UNITARIZAÇÃO [CAPA]	COD
M11.1	SR	N
M11.2	SR	N
M11.3	SR	N
M11.4	SR	N
M11.5	SR	N
M12.1	SR	N
M12.2	SR	N
M12.3	SR	N
M12.4	SR	N
M13.1	SR	N
M13.2	SR	N
M13.3	SR	N
M13.4	SR	N
M14.1	SR	N
M14.2	Exclusivo - Ameaças à Copa - Black Blocs, greves, tumulto, terrorismo, crime organizado	S
M14.3	SR	N
M14.4	SR	N
A14.1	SR	N
A14.2	SR	N
A14.3	SR	N
A14.4	SR	N
A14.5	SR	N
M15.1	SR	N
M15.2	SR	N
M15.3	SR	N
M15.4	[Destaque] Vem Pra Rua - O líder do movimento diz que os protesos despertaram a consciência dos jovens brasileiros.	S
AB15.1	SR	N
AB15.2	SR	N
AB15.3	SR	N
AB15.4	SR	N
AB15.5	SR	N
AG15.1	SR	N
AG15.2	O Brasil pede socorro - Especial - A mensagem do panelaço; o real derrete; o futuro das delações, o fim do ciclo populista e corrupto	S
AG15.3	SR	N
AG15.4	SR	N
M16.1	SR	N

M16.2	SR	N
M16.3	SR	N
M16.4	Exclusivo - "Lula comandava o esquema" - [Imagem de Lula batendo no braço em "sinal" de afronta para uma lista de coisas] Mensalão; Petrolão; Sítio de Atibaia; Tríplice do Guarujá; Casa Civil; A voz das ruas	S
M16.5	SR	N
A16.1	SR	N
A16.2	SR	N
A16.3	SR	N
A16.E	[Legenda] Isabella Marquezini, 13 anos, na segunda manifestação popular de sua vida - Avenida Paulista, domingo, 17 de abril de 2016	S
A16.4	SR	N

EDIÇÕES	UNITARIZAÇÃO [EDITORIAL]	COD
M11.1	SR	N
M11.2	SR	N
M11.3	SR	N
M11.4	SR	N
M11.5	SR	N
M12.1	SR	N
M12.2	SR	N
M12.3	SR	N
M12.4	SR	N
M13.1	Um passado para refletir - [Destaque] Protesto diante do Congresso - A opinião pública sempre foi ignorada pelos parlamentares. Isso mudou?	S
M13.2	SR	N
M13.3	SR	N
M13.4	SR	N
M14.1	SR	N
M14.2	A favor da Copa - "O radar das autoridades está focando também as organizações radicais que podem declarar greves em pleno andamento da competição e, claro, as torcidas organizadas dos clubes de futebol e, principalmente, os black blocs, os rebeldes sem causa sedentos da publicidade internacional."	S
M14.3	SR	N
M14.4	SR	N
A14.1	SR	N
A14.2	SR	N
A14.3	SR	N
A14.4	SR	N
A14.5	SR	N
M15.1	SR	N
M15.2	A tempestade perfeita - No campo social, a paz das ruas esconde uma tensão montante nas redes sociais, nas quais as pessoas estão combinando extravasar sua insatisfação em manifestações convocadas para o próximo domingo, dia 15.	S

M15.3	A afaixa providencial - “Os brasileiros que vão às ruas neste domingo, dia 15, para protestar contra a presidente Dilma Rousseff também estão perplexos.”	S
M15.4	“Fora das instituições não há salvação” - “O governo ficou perplexo e sem ação com a inesperada magnitude dos protestos, em especial em São Paulo, onde mais de um milhão formaram um mar verde-amarelo na Avenida Paulista.”	S
AB15.1	SR	N
AB15.2	SR	N
AB15.3	O chamado das ruas - “Se tem noção exata do que querem, os brasileiros que combinaram pelas redes sociais voltar às ruas das grandes cidades neste domingo, dia 12, para se manifestar contra o governo e seu partido, o PT, não sabem bem como conseguir seu intento.”	S
AB15.4	SR	N
AB15.5	SR	N
AG15.1	SR	N
AG15.2	SR	N
AG15.3	SR	N
AG15.4	SR	N
M16.1	SR	N
M16.2	SR	N
M16.3	SR	N
M16.4	PLJ, o maior partido do Brasil - A sigla do título acima significa Partido da Lava-Jato. Na histórica manifestação do domingo 13 de março, em que mais de 3 milhões de brasileiros foram às ruas de norte a sul do país, houve apenas duas unanimidades: a própria Lava-Jato, que vem desvendando o maior esquema de corrupção já investigado no Brasil, e o juiz Sérgio Moro, titular da 13ª Vara da Justiça Federal, em Curitiba.	S
M16.5	Je suis Brasil - Um país dividido não precisa ser um país hostil. Os sinais de intolerância entre quem apoia e quem rejeita o impeachment da presidente Dilma Rousseff apareceram inicialmente na troca de ofensas e insultos no ambiente virtual da internet. Depois, começaram a aparecer nas ruas, na forma de xingamentos e ofensas cara a cara.	S
A16.1	SR	N
A16.2	SR	N
A16.3	Um desafio e tanto - [...] Mas [Temer] não falou em corrupção nem lembrou a Lava-Jato, lapso notável, pois o combate à corrupção e o apoio às investigações levaram milhões de cidadãos às ruas para pedir a vacância da cadeira que Temer está agora prestes a ocupar.	S
A16.E	NT	N
A16.4	SR	N

EDIÇÕES	UNITARIZAÇÃO [ENTREVISTA]	COD
M11.1	SR	N
M11.2	SR	N
M11.3	SR	N
M11.4	SR	N
M11.5	SR	N
M12.1	SR	N

M12.2		SR	N
M12.3		SR	N
M12.4		SR	N
M13.1		SR	N
M13.2		SR	N
M13.3		SR	N
M13.4		SR	N
M14.1		SR	N
M14.2		SR	N
M14.3		SR	N
M14.4		SR	N
A14.1		SR	N
A14.2		SR	N
A14.3		SR	N
A14.4		SR	N
A14.5		SR	N
M15.1		SR	N
M15.2		SR	N
M15.3		SR	N
M15.4	Rogério Chequer - O líder do Vem pra Rua diz que protestar ajuda a formar uma geração mais exigente e promete que, ao contrário de 2013, "o gigante acordou e não vai dormir mais tão cedo"		S
AB15.1		SR	N
AB15.2		SR	N
AB15.3	Paulo Rabello de Castro - Rabello espera que a indignação do povo nas ruas seja direcionada para a adoção de um modelo eficiente de crescimento econômico. "O mal-estar está nas ruas, e isso já se percebia antes das grandes manifestações do dia 15 de março. As pessoas passaram a ter um senso de urgência, algo que não é muito comum no Brasil."		S
AB15.4		SR	N
AB15.5		SR	N
AG15.1		SR	N
AG15.2	Aécio Neves - Aécio Neves ainda não decidiu se vai se juntar ao povo nos protestos contra o governo da presidente Dilma Rousseff marcados para o próximo domingo, 16.		S
AG15.3		SR	N
AG15.4		SR	N
M16.1		SR	N
M16.2		SR	N
M16.3		SR	N
M16.4	José Padilha - O diretor de Tropa de Elite diz que não há nada de propriamente político na corrupção: é crime, ponto. [...] As manifestações mostraram que só os intelectuais estão divididos. O Brasil quer o PT e o PMDB fora do poder e que a Lava-jato continue até pegar os corruptos de todos os partidos.		S

M16.5	Donatella Della Porta - [Pergunta] No Brasil, apesar de todas as evidências de corrupção, muitos ainda estão dispostos a ir às ruas para defender o atual governo.		S
A16.1		SR	N
A16.2		SR	N
A16.3		SR	N
A16.E		NT	N
A16.4		SR	N

EDIÇÕES	UNITARIZAÇÃO [COLUNA 1]	C	UNITARIZAÇÃO [COLUNA 2]	C
M11.1	SR	N	SR	N
M11.2	SR	N	SR	N
M11.3	SR	N	SR	N
M11.4	SR	N	SR	N
M11.5	SR	N	SR	N
M12.1	SR	N	SR	N
M12.2	SR	N	SR	N
M12.3	SR	N	SR	N
M12.4	SR	N	SR	N
M13.1	SR	N	SR	N
M13.2	SR	N	SR	N
M13.3	SR	N	SR	N
M13.4	SR	N	SR	N
M14.1	SR	N	SR	N
M14.2	SR	N	SR	N
M14.3	SR	N	SR	N
M14.4	SR	N	SR	N
A14.1	GUZZO, J.R. A polícia, o bem e o mal. "Ainda há pouco, o país teve oportunidade de testemunhar políticos, intelectuais e "celebridades" em geral, com a colaboração maciça da mídia, colocando a polícia no banco dos réus por reprimir bandos de marginais que vão para a rua decididos, treinados e equipados para destruir."	S	SR	N
A14.2	SR	N	SR	N
A14.3	SR	N	SR	N
A14.4	SR	N	SR	N
A14.5	NÓBREGA, Mailson. Não desanime. "As manifestações de rua apontam para novas demandas da sociedade."	S	SR	N
M15.1	SR	N	SR	N
M15.2	SR	N	SR	N

M15.3	SR	N	TOLEDO, Roberto Pompeu. Qual a saída?. “Há muito contra o que esbravejar nas ruas. Corrupção, desgoverno, mentiras, ineficiências.”	S
M15.4	JR Guzzo - Problemas na vista - “Algumas anotações sobre o dia 15 de março de 2015, uma data de março de 2015, uma data que vai entrar para a história deste país [...] maiores manifestações de rua já ocorridas no Brasil contra um governo.”	S	IOSCHPE, Gustavo. Há multidões em mim. “Domingo histórico – A passeata foi feliz e festiva. O sentimento não foi de ódio, mas de plenitude, de realização. Queremos unir esforços. Queremos um país grande, pujante, melhor. Para todos.”	S
AB15.1	LUFT, Lya. No fundo do mar. “[...] se sair a manifestação de 12 de abril, lá estarei, de bengalinha e tudo, orgulhosa de poder fazer algo mais concreto ainda do que um artigo, pelo bem deste país do qual minha família fez a sua pátria há 200 anos, labutando para que ele se torne maior e melhor.”	S	SR	N
AB15.2	NÓBREGA, Maílson. Longe do colapso “Foi ela, sem dúvida, a parcela mais expressiva dos quase 2 milhões que saíram às ruas no dia 15 de março para se dizerem insatisfeitos com a situação do país. Nenhum governo é insensível a tal movimento.”	S	SR	N
AB15.3	SR	N	SR	N
AB15.4	SR	S	GUZZO, J.R. “Nós” somos só isso. Já o que chamam de “eles” fizeram em menos de um mês as maiores manifestações populares que o Brasil já viu desde a campanha pelas eleições diretas, trinta anos atrás. Vão para a rua por livre decisão e por sua própria conta; na segunda delas estiveram presentes em 500 cidades.	S
AB15.5	LUFT, Lya Luft. Temos sombrios. Muitos líderes hesitam, ouvimos conselhos de prudência e moderação, rouba-se o ímpeto das necessárias, legais e pacíficas manifestações	S	GUZZO, J.R. Maioria sem medo. “Não conseguirão, nem hoje nem amanhã, colocar em praça pública nada remotamente comparável às multidões de março e abril.”	S
AG15.1	SR	N	SR	N
AG15.2	SR	N	SR	N
AG15.3	SR	N	SR	N
AG15.4	GUZZO, J.R. Restos a pagar. O segundo governo da presidente Dilma Rousseff deu para imaginar o fim do mundo a cada vez que a população vai para a rua; deve ter suas razões.	S	NÓBREGA, Maílson da. A banalização do impeachment. “O impeachment de Dilma, na ausência de fatos novos, seria efeito de uma marcha da insensatez gerada pelos movimentos de rua, pela perda total de coordenação política e pelo oportunismo dos grupos de oposição.”	S
M16.1	"	N	SR	N
M16.2	SR	N	SR	N

M16.3	SR	N	TOLEDO, Roberto Pompeu de. Na véspera. "O passo em falso do juiz Moro, ao deter Lula, ofereceu um discurso ao ex-presidente e devolveu as ruas ao PT e seus satélites."	S
M16.4	SR	N	GUZZO, J.R. Tudo desigual. Dilma Rousseff virou um trapo. Vive uma humilhação inédita para gluém no seu cargo; conseguiu ser expulsa do próprio governo. "Fora, Dilma", como grita a rua? Ela já foi.	S
M16.5	LUFT, Lya. Saber para mudar. "Graças aos deuses e aos seres pensantes no país, temos a Lava-Jato, temos as ruas protestando indignadas querendo limpeza, ordem, paz e, sempre, progresso em lugar de andarmos para trás, com milhões de desempregados, e ainda muita bandidagem por ser descoberta e presa..."	S	TOLEDO, Roberto Pompeu de. Sonho e Pesadelo. "Na semana passada, mal o ministro Teori Zavascki divulgou a decisão de reivindicar para o STF as investigações contra o ex-presidente Lula, um grupo se reuniu à porta do prédio onde ele mora, em Porto Alegre, para gritar e exibir uma faixa com os dizeres "Teori traidor".	S
A16.1	SR	N	SR	N
A16.2	LUFT, Lya. Um país leiloado. "Uma das coisas que mais me impressionaram nestes dias tumultuados, tristes e muito preocupantes foi uma manifestante trazida em um entre as centenas de ônibus para Brasília no dia 31, acenando um folheto que lhe tinha sido entregue e gritando quase em prantos: "Não pode ter golpe! Se a Dilma sair, vão nos tirar tudo o que a gente conseguiu, vão acabar com o Bolsa Família, com o Minha Casa Minha Vida, vamos ficar sem nada! Quem a fez acreditar nisso? Que poder tem, sobre pessoas honradas mas desinformadas, tal tipo de mentira e chantagem?"	S	GUZZO, J.R. A lenda e a Obra. "Que violência é essa, quando 3,5 milhões de pessoas, ou mais, vão às ruas de todo o país para pedir a saída de Dilma e não se registra um único episódio de desordem?"	S
A16.3	GUZZO, J.R. Chegou a hora. "O tema não apareceu na primeira manifestação popular de massa contra o governo na avenida Paulista, em São Paulo, em 15 de março do ano passado. O Congresso não tocava no assunto. Também não diziam nada sobre isso os chefes dos partidos, a imprensa como um todo nem os próprios organizadores das manifestações em praça pública."	S	SR	N
A16.E	GUZZO, J.R. Troca de baralho. "Seu grito de combate convenceu os que não precisavam ser convencidos de nada, e que são os mesmo de sempre – intelectuais etc., mais os "movimentos sociais" que vivem de dinheiro público e movimentam basicamente a si próprios."	S	NT	N

A16.4	SR	N	SR	N
EDIÇÕES	UNITARIZAÇÃO [REPORTAGEM 1]	C	UNITARIZAÇÃO [REORTAGEM]	C
M11.1	SR	N	SR	N
M11.2	SR	N	SR	N
M11.3	SR	N	SR	N
M11.4	SR	N	SR	N
M11.5	[Índice] PAC - Protestos param obras de hidrelétricas	S	SR	N
M12.1	SR	N	SR	N
M12.2	SR	N	SR	N
M12.3	SR	N	SR	N
M12.4	SR	N	SR	N
M13.1	SR	N	SR	N
M13.2	SR	N	SR	N
M13.3	SR	N	SR	N
M13.4	SR	N	SR	N
M14.1	[Índice] Empresas estatais patrocinaram a baderna do MST. BONIN, Robson; MARQUES, Hugo. Com patrocínio oficial. Ume entidade ligada ao MST, inadimplente e desconhecida, recebeu 1,6 milhão de reais de empresas estatais para financiar a manifestação que acabou em pancadaria e tentativa de invasão do planalto.	S	SR	N
M14.2	BONIN, Robson; RANGEL, Rodrigo. As ameaças à Copa. Manifestações de rua - a visibilidade pode estimular protestos de "grupos de pressão" como os black blocs e o Comitê Popular dos atingidos pela Copa."	S	SR	N
M14.3	SR	N	SR	N
M14.4	SR	N	SR	N
A14.1	SR	N	SR	N
A14.2	SR	N	SR	N
A14.3	SR	N	SR	N
A14.4	SR	N	SR	N
A14.5	[Índice] Crime - Protestos com incêndios se espalham pelo país	S	SR	N
M15.1	SR	N	SR	N
M15.2	SR	N	SR	N

M15.3	BARROS, Mariana; PEREIRA, Daniel. E o governo mal começou... “Com pouco mais de dois meses do segundo mandato, Dilma já tem a pior aprovação de um presidente desde o impeachment de Collor, as contas públicas em frangalhos, uma economia à beira de uma crise e o povo nas ruas contra ela e seu partido.”	S	PETRY, André. Até ela fala naquilo. “”Eu acho que há que caracterizar razões para o impeachment”, disse. No dia seguinte, o assunto estava na manchete dos três principais jornais do país. O impeachment, até então, circulava nas bordas da política e nas convocações das manifestações populares, mas não chegava ao centro do palco.”	S
M15.4	BARROS, Mariana. ZALIS, Pietr. As regras do jogo. “Um em cada quatro manifestantes que foram à Avenida Paulista protestar no dia 15 de março defendeu o impeachment da presidente da Dilma Rousseff, segundo uma pesquisa do Dtafolha.	S	CEOLIN, Adriano. O poderoso Cunha. “Quando Dilma e o PT reagiram ao recado das manifestações de rua do domingo 15 com a proposta de uma altamente suspeita reforma política, Eduardo Cunha atirou na testa.”	S
AB15.1	SR	N	SR	N
AB15.2	SR	N	SR	N
AB15.3	PEREIRA, Daniel; CEOLIN, Adriano; BONIN, Robson. De olhos bem abertos. “[...] o PMDB ocupa o vácuo de poder deixado por Dilma e pelo PT, que, desmoralizado nas ruas, teve seu ex-homem forte preso.”	S	SR	N
AB15.4	BARROS, Mariana. Os tucanos sobem o tom. As manifestações anti-Dilma, o enfraquecimento de Lula e o receio de ver a concorrência ocupar o posto de porta-voz da oposição levam o PSDB a apoiar o impeachment.	S	SR	N
AB15.5	SR	N	SR	N
AG15.1	SR	N	SR	N
AG15.2	PEREIRA, Daniel. Um diálogo de surdos - crise econômica, crise política, traições, impeachment, Lava-Jato, impopularidade. O governo petista está desorientado, pede socorro, mas finge que não ouve o barulho das ruas.	S	Brasil perde a calma - [Destaque] Manifestações contra o PT e o governo da presidente Dilma foram registradas em ao menos dezesseis capitais	S
AG15.3	BARROS, Mariana; ZALIS, Pietr; COURA, Kalleo. De volta pra rua. [...] A maior manifestação até agora contra o governo Dilma ocorreu em março deste ano, e, somadas as 250 cidades onde houve gente nas ruas, cerca de 2,4 milhões de brasileiros protestaram	S	SR	N
AG15.4	CEOLIN, Adriano; BONIN, Robson. A justiça e os mãos-sujas. “As manifestações da última semana deixaram mais do que claro que os destinos do PT, de Dilma e de Lula estão cada vez mais indissociáveis.	S	BARROS, Mariana. Os próximos passos. Depois do protesto de domingo, movimentos tentam reforçar apoios políticos, planejam ações para pressionar o TCU e partem em busca da classe C	S

M16.1	SR	N	COURA, Kalleo; ZALIS, Pietr. O tribunal de Dilma. A expectativa do MBL é que o próximo protesto, marcado para o dia 13 de março, reúna mais manifestantes que o de agosto passado, que teve 2 milhões de pessoas em todo o país.	S
M16.2	ALCÂNTARA, Eurípedes. "O legal versus o ilegal". "[...] o MP quis evitar manifestações públicas de parte a parte. "Sabemos da polarização que existe no país e, para evitar maiores manifestações, procuramos fazer da maneira mais silenciosa possível."	S	O triplex, o sítio e a fortuna - [Destaque] Tropa - Convocados pelo PT, militantes foram às ruas e houve confronto	S
M16.3	PEREIRA, Daniel. A serpente acuada. "No Congresso, forma-se um consenso de que o impeachment só será aprovado se chancelado pelas ruas."	S	SR	N
M16.4	A explosão da crise. Na vertigem da crise, com o povo indignado tomando as ruas espontaneamente e o governo emparedado por suas próprias traficâncias, o Brasil atingiu na semana passada o grau mais elevado de tensão política desde a redemocratização, há três décadas.	S	RANGEL, Rodrigo. À sombra do poder. [...] Nos diálogos, o ex-presidente trama sua blindagem, prega a reação ao juiz e aos procuradores e revela que "peões" seriam arregimentados para "dar porrada" em "coxinhas" durante as manifestações.	S
M16.5	PEREIRA, Daniel. Contagem regressiva.[Destaque] O cerco aumentou - manifestantes projetam a palavra "impeachment" na lateral do Palácio do Planalto.	S	Por onde anda Marina. "[...] Marina não foi às manifestações antgoverno. Diz recear parecer oportunista."	S
A16.1	PEREIRA, Daniel. Tudo à venda. "Já a disputa pelas ruas acirrou-se ainda mais. Na semana passada, o PT organizou manifestações contra o impeachment em todos os estados.	S	BARROS, Mariana. Virou Vale-Tudo. "Defensores e críticos do governo passaram a se engalfinhar antes, durante e depois das passeatas.	S
A16.2	BARROS, Mariana. Os "nem-nem". Nem "coxinhas", nem "mortadelas", manifestantes empalmam a bandeira do "Fora todos": querem a saída de Dilma, mas também de Temer, Cunha, Renan...	S	SR	N
A16.3	O muro, a hora e a paz. "No gramado, diante do Congresso Nacional, uma cerca, que alguns apelidaram de Muro de Berlim, vai dividir as plateias, mas só os espíritos desarmados poderão, de fato, garantir a ausência de tumultos."	S	SR	N
A16.E	JUNIOR, Policarpo; RANGEL, Rodrigo; PEREIRA, Daniel; BONIN, Robson; MARQUES, Hugo; BRONZATTO, Thiago. Folga de 25 votos. "Na Avenida Paulista, no coração de São Paulo, onde cerca de 250 mil pessoas estavam reunidas, houve festa."	S	GAMA, Rinaldo. Brava gente brasileira. Ao tomarem conta das ruas em diferentes momentos da história, as grandes manifestações populares tiveram papel decisivo na mudança de rumo da política nacional	S
A16.4	SR	N	SR	N

APÊNDICE M – Unitarização – Vocabulários de Motivos

EDIÇÕES	GRAVIDADE	URGÊNCIA
M15.1	LUFT, Lya. Não fui eu, professora. [Toda a coluna] “Fatos espantosos na política, que comanda a economia e o resto neste naufrágio lento e grave que precisa ser detido.” p.20	LUFT, Lya. Não fui eu, professora. “É hora de urgentemente mudar, de nos unirmos em nome do direito, da justiça, da honra.”p.20
	GASPAR, Malu; SAKATE, Marcelo. Onde há fumaça...há fogo? “desastroso”; “catastrófico”; “efeitos nefastos”; “dimensões calamitosas”; “Lula chama para a briga”; “incitador de multidões”p.40-48	
M15.2	Editorial. A tempestade perfeita [Todo]“O Brasil está de posse agora dos recursos que lhe permitiram contornar crises semelhantes no passado? Talvez não.”p.12	Editorial. A tempestade perfeita [Todo] “Enquanto há tempo, os políticos responsáveis, com lastro, história e influência, deveriam tirar os olhos da lista do procurador Rodrigo Janot e pôr todo o foco na lista de prioridades do que precisa ser feito com urgência [...]”
	GUZZO, J.R. Vinagre com espinho.“Mas o pior, provavelmente, é a escolha fatal que fez – amarrada ao ex-presidente Lula e ao PT, jogou-se na maior campanha pró-corrupção já vista na história do Brasil.”p.102	
	RANGEL, Rodrigo. Os nomes sob suspeita. “O escândalo da Petrobrás já é, de longe, o maior de todos os tempos.”p.43	
M15.3	Editorial. A faixa providencial. “É exasperante a ideia de que a presidente do Brasil desconheça as causas da crise que afeta os brasileiros.”p.12	Editorial. A faixa providencial. “Os brasileiros que vão às ruas neste domingo, dia 15, para protestar contra a presidente Dilma Rousseff também estão perplexos. Quem votou contra parece tomado de espanto com a velocidade com que o Brasil está afundando e exige uma reação no governo.”p.12
	LUFT,La. Que Deus nos ajude. “[...] nem a mais irreal divagação nem a mais doce retórica podem ocultar os riscos que corre a nossa democracia roída pela corrupção.” p.25	

	BARROS, Mariana; PEREIRA, Daniel. E o governo mal começou... “Com pouco mais de dois meses do segundo mandato, Dilma já tem a pior aprovação de um presidente desde o impeachment de Collor, as contas públicas em frangalhos, uma economia à beira de uma crise e o povo nas ruas contra ela e seu partido.” p.40-45	
M15.4	Editorial. “Fora das Instituições não há salvação”. “Dilma Rousseff ainda não completou três meses de governo e os sinais de fadiga de material emanados do Palácio do Planalto são tão evidentes que se poderia dizer que ela está em fim de segundo mandato.”p.12	Editorial. "Fora das instituições não há salvação".]“Este momento único pode degenerar em uma briga de personalidade – Dilma versus Cunha -, o que seria ruinoso. Mas pode também ser o momento de reequilíbrio da correlação de forças na democracia brasileira, há tempos marcada por um Executivo degraus acima do Legislativo e do Judiciário.”p.12
	IOSCHPE, Gustavo. Há multidões em mim. “A planície deverá continuar rugindo enquanto a combinação de corrupção, inflação e recessão estiver na capa dos jornais.” p.90	IOSCHPE, Gustavo Há multidões em mim. “O problema aqui é timing. Como se diz no mercado financeiro, seu dinheiro pode acabar antes de ficar provado que você estava certo. [...] Sem esse tempo, talvez o governo não tenha tempo de insistir no acerto, antes que lhe falte sustentação.”p.90
AB15.1	LUFT, Lya. No fundo do mar. “O Brasil naufraga.” p.22	LUFT, Lya. No fundo do mar. No fundo do mar. “A cada dia a situação brasileira muda – em alguns aspectos geralmente negativos – tão depressa que, quando se pensa num artigo ara esta coluna, já as coisas degradingolaram ou se confundiram um pouco mais.”p.22
AB15.2	GUZZO, J.R.A vida é frágil. “O Brasil de hoje, dizem, é um grande lugar para você desperdiçar a sua vida.[...] Quem não é descrito como pobre é automaticamente culpado.” p.106	GUZZO, J.R. A vida é frágil.“[...] está na hora de trocar o brasil por algum país civilizado do Primeiro mundo.”p.106
AB15.3	LUFT, Lya. O jeito do Brasil. “De repente, todo um mundo no qual vivíamos relativamente confortáveis e seguros, com coisas boas e ruins, está se desmantelando.”p.22	
	IOSCHPE, Gustavo. O último a sair que apague a luz (se houver).“As lideranças populares estão há tempos no bolso do governo, e a massa da população não tem tempo nem conhecimento suficiente para se engajar nas discussões mais complexas para criar um novo país. Estamos à deriva.”	

	PEREIRA, Daniel; CEOLIN, Adriano; BONIN, Robson. De olhos bem abertos. “O [Petrolão é] maior esquema de corrupção da história do país.”	
AB15.4	GUZZO, J.R. “Nós” somos só isso. “A prisão de Vaccari é um desastre a mais numa série que parece não ter fim.” p.130	
AB15.5	LUFT, Lya. Tempos sombrios. “A grande nau chamada Brasil andou à deriva, girou em redemoinhos, perdeu-se por falta de um timoneiro experiente e firme, inclinou-se para os lados, sofreu com divergências na tripulação, e os pobres passageiros chamados “o povo”, cada vez mais aturdidos.”p.22	
AG15.1	LUFT, Lya. .O sentido das coisas. “[...] no momento, não sou otimista. Falsidade, mentiras, arzinho superior e palavras fantasiosas sobre questões fundamentais, apontar o dedo para o adversário, tudo é pior do que a dura verdade. Assustam-me discursos com que neste momento dramático alguns negam ou diminuem a gravidade da situação[...].” p.22	
	Reportagem. Tempestade Perfeita. “Os indicadores da economia brasileira apontam para uma recessão prolongada. O tombo será ainda mais profundo caso o governo não recupere rapidamente a confiança dos investidores nem consiga evitar o rebaixamento da nota de crédito do país.”p.42	
AG15.2	Capa. O Brasil pede socorro. “O Brasil pede socorro – A mensagem do painel; o real derrete; o futuro das delações; o fim do ciclo populista e corrupto.”	
	GUZZO, J.R. Velório em câmera lenta.“[...] chacina que a corrupção criou dentro e em torno da Petrobrás [...]”	
	PEREIRA, Daniel. Um diálogo de surdos. “A atual é diferente de todas as crises graves pelas quais o Brasil passou em sua história contemporânea. [...] O governo ainda lida com a operação Lava_jato, que promete surpreendentes revelações nos próximos dias sobre o maior esquema de corrupção da história.”	

AG15.3	Editorial. Nem explode nem salva. “O Brasil tem problemas grandes e reais.” p.12	
	LUFT, Lya. Uma luz possível. “Pobre nau sem comandante. Parece irremediável esse teatro de loucuras no qual se desenrolam os mais insanos cenários políticos.” p.22	
	POMPEU DE TOLEDO, Roberto. Vida que segue. “[...] os motores que permitiram aos governos do PT levar a corrupção a inéditas alturas continuam em funcionamento.” p.	
	Reportagem. No país do pixuleco... “[...] maior esquema de corrupção da história brasileira.”	
AG15.4	CEOLIN Adriano; BONIN, Robson. A justiça e os mãos-suja. “Este processo parece revelar um dado absolutamente impressionante e profundamente preocupante: a corrupção impregnou-se no tecido e na intimidade de alguns partidos e instituições estatais, transformando-se em um método de ação governamental e de conduta administrativa, degradando, em consequência de atos tão ignóbeis, a própria dignidade da política, fazendo-a descer ao plano subalterno da delinquência institucional.”	GUZZO, J.R. Um Brasil que nunca existiu até agora. “Nunca se roubou tanto da brava gente brasileira [...]” “[...] oportunidade inédita ao Brasil do futuro [...]”
M16.1	LUFT, Lya. O alçapão. “[...] catástrofe que se aproxima [...] Na realidade, chegamos ao fundo do poço, ou quase. Ao peso de uma corrupção nunca vista [...] a grande nau foi desviada de qualquer rota sensata e enterrou a quilha na lama do leito de águas muito turvas.” “[...] não chegamos ao fim da derrocada.” p.22	LUFT, Lya. O alçapão. “Precisa-se, urgente, banir a tirania da obsessão pelo poder, do descaso e da incompetência – ou naufragaremos.” p.22
M16.2	SR	SR

M16.3	<p>LUFT, Lya. Seremos todos trouxas? “[...] como se o país já não tivesse desabado num poço, enfiando o pé naquele malfadado alçapão que para mal de nossos pecados ainda se abriu no fundo.” “[...] pobre país, objeto de tanta exploração e destruição, por corruptos, gananciosos, dementes, inqualificáveis ou desqualificados seres humanos em posições de poder.” p.18</p>	<p>LUFT, Lya. Seremos todos trouxas? “[...] “É hora, urgente, de refazer, limpar, desinfetar, arejar, ara podermos começar a pensar em arrumar de novo esta casa, esta pátria, este Brasil.” p.18</p>
	<p>PEREIRA, Daniel. A serpente acuada. “[...]petrolão, o maior esquema de corrupção já investigado na história do país.” p.38-45</p>	<p>PEREIRA, Daniel. A serpente acuada. “[...] “É hora de voltar à casa do Pai. Pisar a cabeça da serpente. De todas as serpentes. Anular a força do mal e vencer o mal pelo bem. Coragem, declarou Nicioli [bispo auxiliar da Arquidiocese de Aparecida], abençoando o trabalho de combate à corrupção.</p>
M16.4	<p>GUZZO, J.R. Tudo desigual. “É óbvio, no caso, que alguma coisa deu espetacularmente errado. Tudo o que conseguiram na prática, após um esforço que já dura treze anos e três meses, foi provocar destruição destrutiva. [...]“desastre”; “calamidade”; “alarmante”; “mentira em estado puro”;P.114</p>	<p>GUZZO, J.R. Tudo desigual. “[...]nunca os fatos deixaram isso tão claro.”P.114</p>
	<p>Reportagem. A explosão da crise. “Em um sinal de gravidade da crise moral e política, Lula não está só. A presidente Dilma Rousseff parece cada vez mais enrolada nas suspeitas de que trabalha nos bastidores para obstruir a justiça, outra acusação de Delcídio. [...] Há uma fila impressionante de acusados [...]” “A crise explodiu e seus estilhaços estão por toda parte.” “[...] mais audacioso caso de corrupção da história.”p.48-49</p>	
M16.5	<p>Editorial. Je suis Brasil. “O PT é o maior culpado pelo clima hostil [...]”p.10</p>	
	<p>LUFT, Lya. Saber para mudar. “[...] neste momento em que o país está derretendo, a sensatez se esvaindo, a decência afundando, a inquietação invadindo tudo e todos com a sensação de que, se nada mudar, estaremos condenados a sabe-se lá que estruturas autoritárias infames e exploradas.”p.26</p>	

	POMPEU DE TOLEDO, Roberto. . Sonho e pesadelo [...] o maior esquema de roubalheira já descoberto no país. P.96	
	BONIN, Robson. O plano secreto. “Numa crise que já revelou tramas e enredos antes inimagináveis, nada mais parece capaz de provocar surpresa nem espanto – e, no entanto, surpresa e espanto insistem em aparecer.”p.40-47	
A16.1	GUZZO, J.R. Tempo de desvario. “Nunca antes na história desse país houve tantas oportunidades claras de dizer “nunca antes na história desse país. [...] Nunca houve uma campanha tão frenética a favor da corrupção como a que se faz agora sob o comando de Lula [...]”.	
	RANGEL, Rodrigo; BONIN, Robson. Um cadáver na Lava-Jato. “Mas o que um homicídio de quatorze anos atrás tem a ver com a roubalheira na Petrobrás?”	
A16.2	LUFT, Lya. Um país leiloado. [...] não havia mais nenhum clarão, movimento, que não fosse o Apocalipse.”p.22	
	POMPEU DE TOLEDO, Roberto. Saída Conjunta. “Nem Dilma reúne legitimidade para continuar nem Temer para assumir.”	POMPEU DE TOLEDO, Roberto.Saída Conjunta. “Se alguma saída ainda nos resta [...]”
	GUZZO, J.R. A lenda e a obra. “O brasil está vivendo hoje uma de suas fábulas mais fabulosas, ou, para quem prefere uma linguagem com menos cerimônia, a maior mentira de todas as que já foram contadas por aqui nos últimos 500 anos.”	
	RANGEL Rodrigo; BONIN, Robson; PEREIRA, Daniel. Fechado para balanço! Últimas boquinhas! Corra!. “Quando era candidata à reeleição, Dilma Rousseff disse que poderia “fazer o diabo” para vencer a sucessão presidencial. Disse e fez, arruinando as finanças do país.”	
A16.3	Editorial. Um desafio e tanto.“[...] dada a magnitude do desastre que a petista produziu no país.” p.12	GUZZO, J.R. Chegou a hora. “Chegou a hora, enfim, que nenhum governo imagina que vai chegar [...]”
	Reportagem. O muro, a hora, e a paz. “[...] poucas vezes a sensatez foi tão necessária.” “momento mais agudo da crise política”;	

A16.E	<p>Sessão “Como É”. Reportagem 1. Folga de 25 votos. “[...] gigantesca estrutura de corrupção.”</p> <p>“Queriam vinte anos de poder ininterruptos.”</p> <p>“[...] maior esquema de corrupção já investigado no Brasil.”</p>	
	<p>GUZZO, J.R. Troca de baralho “[...] monumento histórico à corrupção, à incompetência e à insensatez que foram os seus cinco anos e tanto de governo.”</p>	

EDIÇÕES	EFICÁCIA	RESPONSABILIDADE
M15.1	<p>GASPAR, Malu; SAKATE, Marcelo. Onde há fumaça...há fogo?“[...] reduzir o impacto das passeatas antigoverno previstas para o próximo dia 15 de março e assim procurar impedir o nocaute antecipado do projeto do partido.”</p>	<p>LUFT, Lya. Não fui eu, professor. “Tarde começamos a enxergar, como adultos capazes de questionamentos sérios, e cobranças mais do que justas.” p.20</p>
M15.2		<p>GUZZO, J.R. Vinagre com espinho. “Quem protege o mal é cúmplice do mal.” p.102</p>
M15.3	<p>Editorial. A faixa providencial. “Espera-se, portanto, que neste domingo quem leve o susto seja a presidente. As manifestações podem ter o efeito de romper a carapaça com que os áulicos defendem os presidentes para poupá-los das más notícias, o que, provavelmente, é uma das causas da alienação de Dilma.”p.12</p>	
	<p>BARROS, Mariana; PEREIRA, Daniel. E o governo mal começou... “ As manifestações vão jogar mais lenha na fogueira. [...] Os acontecimentos do dia 15 terão importância decisiva para os rumos políticos do Brasil. A partir do recado das ruas, governo e oposição acertarão suas posições e escolherão as armas com que vão lutar.” p.40-45</p>	
M15.4	<p>Capa. A súbita força de Eduardo Cunha. [...]“Vem Pra Rua – O líder do movimento diz que os protestos despertaram a consciência dos jovens brasileiros.”</p>	

	Editorial. “Fora das Instituições não há salvação”. “O governo ficou perplexo e sem ação com a inesperada magnitude dos protestos, em especial em São Paulo, onde mais de um milhão formaram um mar verde-amarelo na Avenida Paulista.[...] O grito das ruas não pode ser desmembrado das crises na economia e na política com as quais a presidente já estava tendo de lidar.”p.12	
AB15.1	GUZZO, J.R.. Problemas na vista. “[...]15 de março de 2015, uma data que vai entrar para a história deste país [...] maiores manifestações de rua já ocorridas no Brasil contra um governo.” p.114	
AB15.2	IOSCHPE, Gustavo. Há multidões em mim. “Estávamos lá dizendo, a um governo que há mais de doze anos insiste na divisão, no sectarismo, na criação do “nós contra eles”, na separação de minorias, na cisão da sociedade, que, enfim, ele perdeu, seu esforço foi em vão: queremos mesmo é estar juntos, [...] suspeito que as próximas passeatas terão mais gente do que esta última. Porque quem foi nesta há de certamente querer voltar, e trazer mais amigos e familiares.”p.90	IOSCHPE, Gustavo. Há multidões em mim. “Ninguém fará isso por nós”; “[...] finalmente abraçar este país como sendo seu, assumindo suas responsabilidades de cidadão.”p.90
AB15.3	NÓBREGA, Maílson. Longe do colapso. “Foi ela [a sociedade], sem dúvida, a parcela mais expressiva dos quase 2 milhões que saíram às ruas no dia 15 de março para se dizerem insatisfeitos com a situação do país. Nenhum governo é insensível a tal movimento.”p.30	LUFT, Lya. No fundo do mar. . No fundo do mar.“A grande nau com seus 200 milhões de passageiros quase raspa o fundo do mar, onde ficará atolada se não tomarmos medidas. [...] pouco podemos fazer, a não ser falar, ler, nos informar, e –isto sim – sair às ruas. [...] se sair a manifestação de 12 de abril, lá estarei, de bengalinha e tudo, orgulhosa de poder fazer algo mais concreto ainda do que um artigo, pelo bem deste país do qual minha família fez a sua pátria há 200 anos, labutando para que ele se torne maior e melhor.” p.22
	Editorial. O chamado das ruas. “Se de um lado isso revela um saudável retorno do equilíbrio entre os poderes com o aumento do protagonismo do Legislativo, de outro fica claro que esse balé não pode ignorar por muito tempo o chamamento cívico das ruas.	
AB15.4	SR	SR

AB15.5	SR	SR
AG15.1	GUZZO, J.R. “Nós” somos só isso. [...] quando Lula, o PT e o seu sistema de propaganda, forçados pela presença da população nas ruas, tiveram de olhar em volta de si mesmos, acabaram vendo que “eles”, como dizem, são muito mais numerosos do que “nós”.” p.130	
	GUZZO, J.R. Maioria sem medo. “Não conseguirão, nem hoje nem amanhã, colocar em praça pública nada remotamente comparável às multidões de março e abril. [...] É este o problema real da “escalada conservadora” que o PT está denunciando – ela só tem força porque reflete os anseios da maioria, certa ou errada, e no momento isso é um perigo para o governo.” p.68	LUFT, Lya. Tempos sombrios. “A quem precisamos atingir, abalar, chamar à razão, conclamar para que cumpra suas funções imediatamente e coloque o país de novo em uma rota confiável, respeitável, positiva?” p.22
AG15.2	SR	SR
AG15.3		
	PEREIRA, Daniel. Um diálogo de surdos. [Panelaço. O Brasil perde a calma.] “[...]uma nova onda de panelaços varreu o país. E vem mais por aí. Está sendo convocada para o próximo domingo, 16, uma manifestação contra a presidente e a administração petista, considerada peça-chave para a definição do futuro de Dilma.”	
AG15.4	SR	SR
M16.1	SR	SR
M16.2	GUZZO, J.R. Restos a pagar. “O segundo governo da presidente Dilma Rousseff deu para imaginar o fim do mundo a cada vez que a população vai para a rua; deve ter suas razões.[...] com essas multidões ocupando livremente as ruas é impossível acreditar que o governo esteja ganhando alguma coisa.”	
M16.3		LUFT, Lya. O alçapão. “Comigo estão milhares de brasileiros pensantes, centenas de jornalistas bem informados e honrados. [...] De alguma forma, unindo forças lúcidas e justas, temos de impedir que o país caia nesse alçapão.”p.22

M16.4		LUFT, Lya. Seremos todos trouxas? “[...] cada um de nós é uma peça do povo brasileiro, e todos (a não ser os idiotizados pela neurose de uma credence ou ideologia cega) veem, sentem, sofrem o que nos acontece – e podem, devem, clamar e reclamar: “Assim não dá mais, assim não quero.”p.18
	PEREIRA, Daniel. A serpente acuada. “[...] o governo pode acabar antes do fim. [...] No Congresso, forma-se um consenso de que o impeachment só será aprovado se chancelado pelas ruas.”	PEREIRA, Daniel. A serpente acuada.[vídeo versão digital da revista] "Suzana Vieira – E você, vai deixar o Brasil ir pro buraco? Marcelo Serrado – Eu não. Malvino Salvador – Eu não. Juliana Paes – Chega de corrupção. Evandro Mesquita – Chega de Impunidade. Márcio Garcia – Dia 13 de março, vem pra rua.”
M16.5	Editorial. PLJ [Partido da Lava-Jato], o maior partido do Brasil. “O domingo na Avenida Paulista: o direito e a esperança de passar o país a limpo.” “Na histórica manifestação de 13 de março, em que mais de 3 milhões de brasileiros foram às ruas de norte a sul do país [...]” p.10	
	Reportagem. A explosão da crise. “Na vertigem da crise, com o povo indignado tomando as ruas espontaneamente e o governo emparedado por suas próprias traficâncias , o Brasil atingiu na semana passada o grau mais elevado de tensão política desde a redemocratização.” p..48-49	Reportagem. A eclosão da crise. “O povo está saindo às ruas indignado com o atual estado das coisas.”p.48-49
	LUFT, Lya. Saber para mudar. “Graças aos deuses e aos seres pensantes no país, temos a Lava-Jato, temos as ruas protestando indignadas querendo limpeza, ordem, paz e, sempre, progresso em lugar de andarmos para trás, com milhões de desempregados, e ainda muita bandidagem por ser descoberta e presa...”p.26	LUFT, Lya. Saber para mudar. “Mas o povo brasileiro – dos mais pobres aos mais afortunados, passando por todas as “classes” sociais, cujas divisões em geral são mais do que imperfeitas – começa a reagir, começa a protestar, percebe que o país está afundando perigosamente e que a maioria dos nossos males emana da inacreditável desordem que reina no alto.” p.26
A16.1	SR	SR

A16.2	Editorial. O aliado errado [Eduardo Cunha] “Se, por algum infortúnio, o impeachment de Dilma não prevalecer na Câmara, os políticos que e aceitaram a aliança com Cunha talvez tenham algo a dizer aos milhões de cidadãos que estarão lamentando a derrota.”p.10	Editorial. O aliado errado [Eduardo Cunha]. “Os 70% de brasileiros fartos de irresponsabilidade, desfaçatez, mentiras e roubalheiras merecem mais do que isso.”p.10
		Coluna. Lya Luft. Um país leiloado.[...] “Onde estão os decentes, confiáveis, serenos, competentes, para romper essa voragem?” p.22
A16.3	GUZZO, J.R. A lenda e a obra. [...]“Que violência é essa, quando 3,5 milhões de pessoas, ou mais, vão às ruas de todo o país para pedir a saída de Dilma e não se registra um único episódio de desordem?”	
A16.E	Sessão “Como É”. Reportagem 1. Folga de 25 votos. “[...] estão prestes a ser expulsos dele [do aparelho estatal] no embalo das maiores manifestações populares da história da democracia brasileira.”	



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br